

4. Empresas — Registo comercial

LISBOA

LISBOA — 1.ª SECÇÃO

BANCO ESPÍRITO SANTO, S. A.

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa (1.ª Secção). Matrícula n.º 1607; identificação de pessoa colectiva n.º 500852367; data da inscrição: 30 de Maio de 2003.

Maria Irene Palma, segunda-ajudante da Conservatória do Registo Comercial de Lisboa (1.ª Secção):

Certifica que as cópias em anexo são a reprodução integral dos documentos arquivados na pasta respectiva, referentes à prestação de contas individual e consolidada, da sociedade em epígrafe, do ano de 2002.

Está conforme o original.

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa (1.ª Secção), 11 de Novembro de 2004. — A Segunda-Ajudante, *Maria Irene Palma*.

Relatório e contas de 2002

Mensagem conjunta do presidente do conselho de administração e do presidente da comissão executiva

Srs. Accionistas:

Enfrentando uma conjuntura desfavorável a nível mundial, a economia portuguesa, em 2002, degradou-se de forma sensível relativamente ao ano anterior. No entanto, prosseguiu um processo de correcção de diversos desequilíbrios macroeconómicos, o que se repercutiu numa evolução desfavorável da procura interna e num aumento do desemprego, que cresceu de 4,1% para 5,1% ficando este, porém, muito abaixo da média europeia (8,5%). Em termos de défice do Estado, foram adoptadas medidas com carácter extraordinário que permitiram enquadrar as contas públicas nos compromissos da União Europeia. Ao nível do mercado accionista, e acompanhando a tendência manifestada internacionalmente, o índice PSI-20 registou uma queda de 25%. Na zona euro, o PIB deverá ter crescido 0,8% em 2002, o que constituiu um forte abrandamento face a 2001.

Apesar desta envolvente, o Grupo Banco Espírito Santo, no exercício em apreço, conseguiu crescer de forma equilibrada. Como factores determinantes do progresso conseguido, salienta-se a proactividade do Grupo na inovação de produtos, o aprofundamento do processo de segmentação e a melhoria da qualidade dos serviços prestados. Estes factores contribuíram para, mais uma vez, validar o sucesso da estratégia de crescimento orgânico num período conturbado dos mercados financeiros a nível mundial.

A actividade creditícia teve uma *performance* francamente positiva durante o exercício de 2002. Considerando as operações de securitização efectuadas, que totalizaram 1450 milhões de euros, o crédito à habitação continuou a ser a componente mais dinâmica com um crescimento de 14,1%, apesar da extinção do regime do crédito bonificado; o outro crédito a particulares, pela implementação de uma política de maior selectividade, reduziu-se em 4,7%, e o crédito a empresas aumentou 10,2%.

Na área do crédito especializado, é de realçar o desempenho positivo num ano especialmente difícil conseguido pela Crediflash (cartões de crédito), Euroges (*factoring*) e Besleasing (*leasing* mobiliário e imobiliário), fruto da crescente articulação com as redes do BES e do BIC. Os resultados destas participadas cresceram respectivamente 42%, 42% e 26%.

O crédito a clientes progrediu à taxa de 5%. Incluindo o crédito securitizado este crescimento seria de 10,2% (versus 12,5% em 2001) e a captação de recursos totais de clientes aumentou 8,1% (14,5% em 2001).

Os recursos totais de clientes atingiram 34,1 mil milhões de euros, tendo registado um crescimento anual de 2,6 mil milhões de euros. Neste âmbito, não podemos deixar de assinalar o aumento dos recursos de clientes com expressão no balanço (+ 8,3%) e da desintermediação (+ 7,7%), sendo de realçar o crescimento desta última com-

ponente no contexto de uma evolução negativa experimentada pelo mercado de capitais.

A orientação da força de vendas para a captação de recursos, por um lado, conjugada com um planeamento cuidadoso da política de financiamento e com o crescimento moderado do crédito por outro, conduziu a uma nova melhoria do *ratio* de transformação de recursos de clientes em crédito, que passou de 110% para 106%.

Neste contexto, o resultado líquido consolidado atingiu 222,5 milhões de euros o que representa um crescimento de 12,5% face ao ano anterior. O resultado líquido por acção foi de 0,74 euros, sendo intenção do conselho de administração propor à assembleia geral a distribuição de um dividendo de 0,287 euros por acção.

Em consequência do aumento de capital realizado no 1.º trimestre de 2002 e do reforço de provisionamento, o ROE reduziu-se para 13,1%.

O resultado financeiro, na linha do que já vinha sendo evidenciado ao longo do exercício, aumentou 12,5%. Para este crescimento concorreram, cumulativamente, a política sustentada de melhoria da margem e o efeito volume da actividade comercial. Excluindo o comissionamento associado ao mercado de capitais, o crescimento foi de 13%. Para esta evolução, contribuiu decisivamente o desenvolvimento de uma política orientada para a melhoria da qualidade dos serviços prestados, bem como o reforço da fidelização da base de clientes, traduzida no aumento da taxa de equipamento dos clientes activos para 4,1 produtos.

O nível de comissionamento relacionado com serviços prestados a clientes atingiu 407,3 milhões de euros, traduzindo um crescimento de 6,5% face ao período homólogo do ano anterior localizado sobretudo na esfera dos produtos tradicionais. Excluindo o comissionamento associado ao mercado de capitais, o crescimento foi de 13%. Para esta evolução, contribuiu decisivamente o desenvolvimento de uma política orientada para a melhoria da qualidade dos serviços prestados, bem como o reforço da fidelização da base de clientes, traduzida no aumento da taxa de equipamento dos clientes activos para 4,1 produtos.

Os custos operativos evidenciam uma significativa desaceleração: crescimento de 1,2% (o que se traduz numa redução, em termos reais, de 2,4%) que compara muito favoravelmente face ao registado no exercício de 2001 (9,6% em base harmonizada) melhor do que o previsto (os objectivos fixados inicialmente apontavam para um crescimento dos custos de 3%). Os projectos de racionalização implementados reflectiram-se numa redução de 578 colaboradores no exercício de 2002.

Assim, o Grupo Banco Espírito Santo conseguiu melhorar o *cost to income*, que apresenta uma redução de 4,8 p. p. em relação ao período homólogo do ano anterior, fixando-se em 53,4%. Não obstante as dificuldades económicas actuais a nível mundial, continuamos a manter o objectivo do *cost to income* de 50% para 2003. Conseguiram-se, igualmente, melhorias nos restantes indicadores de produtividade com realce para os *ratios* custos operativos/activo líquido médio e activos totais por empregado.

Neste âmbito, não podemos deixar de realçar os efeitos da execução dos projectos de integração das principais unidades operacionais, com a consequente redução de postos de trabalho, a reengenharia de processos, a política de renegociação de contratos com fornecedores e a interiorização no seio de toda a estrutura do Grupo de um clima generalizado de redução de custos.

O esforço de racionalização do Grupo Banco Espírito Santo prossegue, designadamente através do alargamento do processo de integração a novas unidades do Grupo e da criação de unidades de serviços partilhados.

Para além da relevância da *performance* conseguida nas áreas acima referidas é de realçar ainda o provisionamento do Grupo que se traduziu num reforço, líquido de reposições, de 280,8 milhões de euros, ou seja, superior em 37% ao efectuado no ano anterior. As provisões para crédito foram reforçadas por um montante superior à evolução do crédito vencido, atendendo à conjuntura difícil que a economia nacional atravessa.

O *ratio* de crédito vencido a mais de 90 dias situou-se em 1,87% continuando o *ratio* de cobertura a atingir níveis significativos (149% considerando o crédito a mais de 90 dias e 131% de cobertura do crédito vencido total).

O *ratio* de solvabilidade continua a situar-se em níveis confortáveis: segundo os critérios do Banco de Portugal é de 10,7% (Dezembro de 2001: 9,3%) e segundo os critérios do BIS é de 12,8% (Dezembro de 2001: 10,7%).

O *rating* da dívida de médio e longo prazo é A1 pela Moodys, A- pela Standard and Poors e A+ pela Fitchratings.

O ano de 2002 permitiu igualmente confirmar o acerto da estratégia de distribuição multicanal do Grupo Banco Espírito Santo, com particular relevo no contributo da banca electrónica para a eficiência da distribuição e para o aprofundamento da relação com os clientes. A liderança do mercado nacional de Internet Banking, quer em número absoluto de clientes quer na taxa de penetração na base de clientes, foi reforçada, contando o BESnet com 586 mil clientes (237 mil utilizadores frequentes), o que representa 37% de penetração na base de clientes particulares; 19 mil clientes no BESnet Negócios representando 9,8% e 51,5% de taxa de penetração nas pequenas empresas e nas médias/grandes empresas, respectivamente. O forte contributo para a conta de exploração do Banco merece também destaque, do lado dos custos por via da externalização de operações e da racionalização de processos; do lado dos proveitos por via de libertação de tempo nas agências para a acção comercial e do comissionamento gerado pelos Canais Directos. O nível de externalização de operações de baixo valor para os canais directos cifrou-se em 22%, tendo ainda sido realizados através destes canais 84% das ordens de bolsa do Banco.

Salientamos ainda o início da actividade do Banco Espírito Santo dos Açores, o qual resultou da fusão das unidades de negócio do Banco Espírito Santo e da Caixa Económica da Misericórdia de Ponta Delgada na Região Autónoma dos Açores. O Banco Espírito Santo dos Açores encerrou o exercício com um activo líquido de 205,3 milhões de euros e um resultado líquido de 1151 milhares de euros correspondentes a seis meses de actividade.

Durante o ano de 2002 iniciou-se o processo de unificação das redes do Banco Espírito Santo, S. A. (Espanha), e do Espírito Santo Benito y Monjardín. Simultaneamente à unificação das redes, integraram-se os serviços centrais e reduziram-se os custos. No ano 2003 o Banco Espírito Santo, S. A. (Espanha), estará mais focalizado na banca de particulares, orientando o negócio das empresas para servir clientes do Banco Espírito Santo em Espanha. Por outro lado, o ES-B&M vai continuar a operar nos mercados financeiros e na banca de investimentos.

O processo de reestruturação da Interatlântico, S. A. (IASA), foi concluído, concentrando-se no Banco Espírito Santo a totalidade da participação no Banco Bradesco, S. A. (3,29%). Em consequência, o Grupo Banco Espírito Santo alienou a participação de controlo que detinha na IASA. Foi ainda prosseguido o projecto de parceria com o Bradesco, permitindo apoiar as empresas nossas clientes, com o valioso apoio do Banco Espírito Santo Investimento do Brasil.

A venda da participação de cerca de 20% no Kredyt Bank (Polónia), no 1.º trimestre, gerou para o Banco Espírito Santo uma mais-valia de 18 milhões de euros, permitindo ainda libertar os fundos próprios correspondentes. A referida venda reflecte a reorientação estratégica do Grupo Banco Espírito Santo no sentido de concentrar os seus recursos para o desenvolvimento internacional na Península Ibérica e nos mercados de afinidade com o nosso País.

Foi dada continuidade ao Sistema de Incentivos Baseado em Acções (SIBA) consubstanciado na atribuição de mais 1,6% do capital do BES a todos os colaboradores de todas as organizações do Grupo.

Consideramos, igualmente, de extrema relevância o desenvolvimento, em 2002, de novos mecanismos que visam reforçar a melhoria do governo da sociedade. Neste contexto, foi aprovado, durante o exercício em análise, um novo Código de Conduta aplicável a todos os colaboradores do Banco Espírito Santo. O Código de Conduta tem vindo a ser progressivamente transposto e adaptado às várias instituições de crédito e sociedades financeiras do Grupo Banco Espírito Santo, e visa, fundamentalmente, estabelecer um conjunto de deveres deontológicos, prevenir situações de conflitos de interesses e regular as operações pessoais efectuadas sobre valores mobiliários por todos os colaboradores do Grupo.

Por outro lado, é também de destacar que o Banco Espírito Santo criou, há cerca de um ano, uma comissão de auditoria, independente da comissão executiva, composta por administradores independentes, não executivos e dotados de um profundo conhecimento e experiência na área financeira e das instituições de crédito. Salienta-se a criação, no final do ano de 2002, de um novo sistema de controlo e divulgação de informação, que visa garantir a eficiência e qualidade de todo o processo de recolha, avaliação e divulgação de informação ao mercado, medida que se pretende de longo alcance e potenciadora de uma substancial melhoria dos procedimentos existentes.

Por fim, uma última palavra para o comportamento muito positivo das acções do Banco Espírito Santo ao longo de 2002. As acções do Banco registaram uma valorização superior à *performance* do PSI 20 e do índice sectorial bancário do Eurostoxx, reflectindo a apreciação que o mercado faz da estratégia sustentada de crescimento que vem sendo seguida.

O ano de 2003 será um período de múltiplos desafios e constrangimentos, nomeadamente no que concerne a um clima macroeconómico matizado pela incerteza e algum pessimismo. Julgamos, no entanto, estarem criadas as condições para prosseguirmos, de forma

sustentada e equilibrada, a trajectória que nos propusemos e que tem merecido a confiança de clientes e accionistas. Confiança, que, desde já, agradecemos, penhorados, e à qual os colaboradores do Grupo Banco Espírito Santo continuarão a responder com o profissionalismo, dedicação e espírito de inovação que tem marcado a sua actividade.

A autoridade monetária e financeira e ao conselho fiscal dirigimos igualmente palavras de elevado apreço.

Ricardo Espírito Santo Silva Salgado, presidente da comissão executiva — *António Luís Roquette Ricciardi*, presidente do conselho de administração.

Órgãos sociais e participações qualificadas

Composição

Os órgãos sociais do BES, face ao seu estatuto de sociedade anónima, são eleitos em assembleia geral e estão localizados na sede social do Banco. A sua composição actual, para o quadriénio 2000 a 2003, é a seguinte:

Mesa da assembleia geral:

Dr. Carlos Fernando Olavo Corrêa de Azevedo, presidente.
Dr. Eugénio Fernando de Jesus Quintais Lopes, vice-presidente.
Dr. José Jácome da Costa Marques Henriques, secretário.

Conselho de administração:

Comandante António Luís Roquette Ricciardi, presidente.
Dr. Ricardo Espírito Santo Silva Salgado, vice-presidente.
Dr. Jean Gaston Pierre Marie Victor Laurent, vice-presidente.
Dr. Mário Mosqueira do Amaral, vogal.
Dr. José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva, vogal.
Dr. António José Baptista do Souto, vogal.
Dr. Jorge Alberto Carvalho Martins, vogal.
Dr. Manuel António Gomes de Almeida Pinho, vogal.
Dr. Yves Henri Camille Barsalou, vogal.
Dr. Aníbal da Costa Reis de Oliveira, vogal.
Dr. José Manuel Ferreira Neto, vogal.
Dr. Manuel de Magalhães Villas-Boas, vogal.
Dr. Manuel Fernando Moniz Galvão Espírito Santo Silva, vogal.
Dr. Jackson Behr Gilbert, vogal.
Eng. Manuel António Ribeiro Serzedelo de Almeida (encontra-se suspenso das suas funções de administrador do BES, por um período não inferior a 60 dias, na sequência de um pedido de suspensão temporária por si apresentado ao presidente do conselho fiscal em 24 de Janeiro de 2003), vogal.
Dr. José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi, vogal.
Dr. Jean-Luc Louis Marie Guinoiseau, vogal.
Dr. Gilles François Gramat, vogal.
Dr. Rui Manuel Duarte Sousa da Silveira, vogal.
Dr. Joaquim Aníbal Brito Freixial de Goes, vogal.
Dr. Francisco Luís Murteira Nabo, vogal.
Dr. Pedro José de Sousa Fernandes Homem, vogal.
Eng. Ilídio da Costa Leite de Pinho, vogal.
Dr. Herman Agneessens, vogal.
Dr. Patrick Gérard Daniel Coudéne, vogal.
Dr. Michel Victor François Vilatte, vogal.
Dr. Mário Martins Adegas, vogal.
Dr. Luís António Burnay Pinto de Carvalho Daun e Lorena, vogal.
Dr. Lázaro de Mello Brandão, vogal.
Dr. Ricardo Abecassis Espírito Santo Silva, vogal.
Dr. Bernard Henri Georges De Wit, vogal.

Comissão executiva:

Dr. Ricardo Espírito Santo Silva Salgado, presidente.
Dr. Mário Mosqueira do Amaral.
Dr. José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva.
Dr. José Manuel Ferreira Neto.
Dr. António José Baptista do Souto.
Dr. Jorge Alberto Carvalho Martins.
Dr. Manuel António Gomes de Almeida Pinho.
Dr. José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi.
Dr. Jean-Luc Louis Marie Guinoiseau.
Dr. Rui Manuel Duarte Sousa da Silveira.
Dr. Joaquim Aníbal Brito Freixial de Goes.
Dr. Pedro José de Sousa Fernandes Homem.
Dr. Patrick Gérard Daniel Coudéne.

Conselho fiscal:

Dr. Jacques dos Santos, presidente.
 Dr. José Queiroz Lopes Raimundo, vogal efectivo.
 João Augusto & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada pela Dr.ª Inês Maria Bastos Viegas Clare Neves
 Girão de Almeida, revisora oficial de contas.

Jean-Éric Gaign, revisor oficial de contas suplente.
 Dr. José Manuel Macedo Pereira, suplente.

Secretário da sociedade:

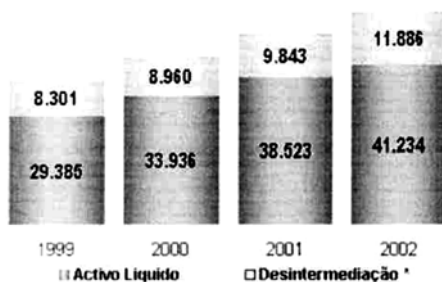
Dr. Eugénio Fernando Quintais Lopes.
 Dr. Paulo António Estima da Costa Gonçalves Padrão, suplente.

Relatório do conselho de administração

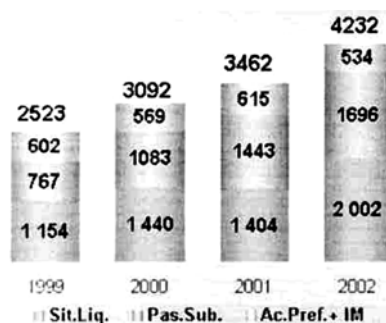
Principais indicadores de actividade, rentabilidade e solidez

Variáveis/indicadores	1999	2000	2001	2002
Balanço (milhões de euros):				
Activos totais (a)	37 686	42 896	48 366	53 120
Activo líquido	29 385	33 936	38 523	41 234
Crédito a clientes (bruto)	16 987	21 789	24 569	25 795
Recursos totais de clientes	24 787	27 370	31 497	34 059
Fundos próprios e equiparados	2 523	3 092	3 462	4 232
Rendibilidade (percentagem):				
Rendibilidade do activo (ROA)	0,77	0,76	0,55	0,57
Rendibilidade dos capitais próprios (ROE)	21,14	21,94	15,57	13,10
Solvabilidade (percentagem):				
<i>Ratio BIS:</i>				
Total	10,85	10,96	10,75	12,81
Tier I	7,19	7,16	6,42	7,19
<i>Ratio Banco de Portugal:</i>				
Total	8,99	9,29	9,28	10,74
Tier I	6,13	6,37	5,83	6,06
Qualidade dos activos (percentagem):				
Crédito vencido > 90 dias/crédito a clientes	2,05	1,66	1,50	1,87
Cobertura do crédito vencido > 90 dias	137,6	155,3	161,1	148,7
Produtividade/eficiência:				
Custos operativos/activos totais (percentagem)	1,46	1,47	1,48	1,36
Activos por empregado (milhares de euros)	4 859	5 438	5 992	7 017
Cost to income (percentagem)	53,1	51,0	58,2	53,4
Ratings:				
Curto prazo:				
<i>Standard and poors</i>	A 1	A 1	A 2	A 2
<i>Moodys</i>	P 1	P 1	P 1	P 1
<i>Fitch ratings</i>	—	—	—	F 1
Longo prazo:				
<i>Standard and poors</i>	A	A	A —	A —
<i>Moodys</i>	A 2	A 1	A 1	A 1
<i>Fitch ratings</i>	—	—	—	A +

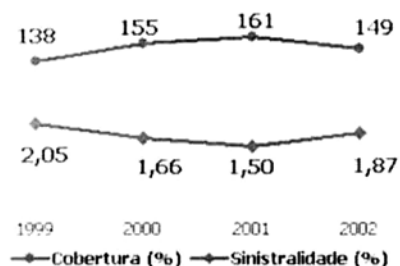
(a) Inclui desintermediação passiva e activa.

Activos totais

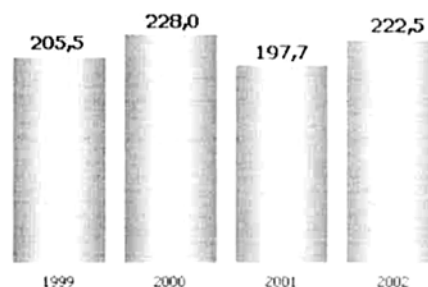
(a) Activa e passiva.

Fundos próprios e equiparados

Crédito — risco e cobertura (crédito > 90 dias)

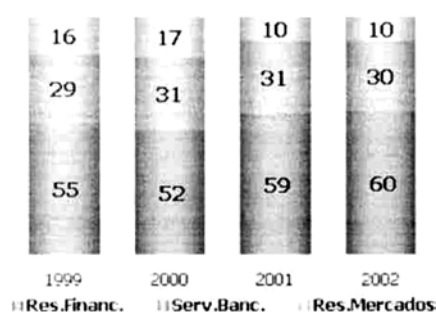


Resultado líquido

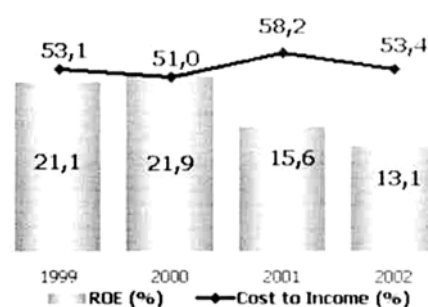


Estrutura do produto bancário

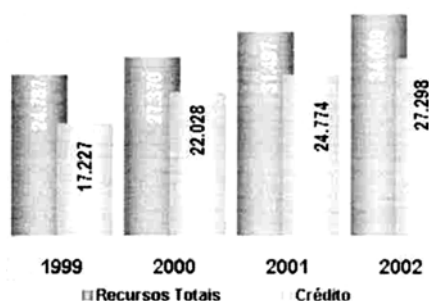
Porcentagem



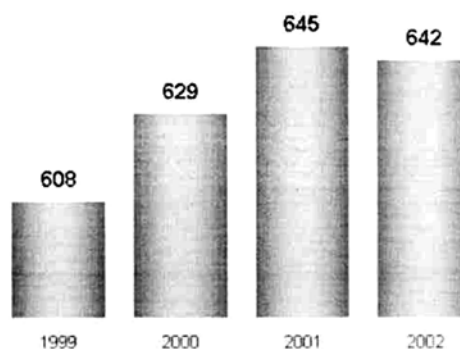
Rendibilidade e eficiência



Actividades com clientes (a)



Rede de balcões (número)



(a) Inclui desintermediação passiva e activa.

Resultados e rentabilidade

Variáveis	Simbologia	1999	2000	2001	2002
Balanço médio (milhões de euros):					
Activos financeiros	AF	24 169	27 483	33 025	35 559
Capital e reservas	KP	972	1 039	1 270	1 698
Conta de exploração (milhões de euros):					
Resultado financeiro	RF	569,0	640,2	718,6	808,2
+ Serviços bancários a clientes	SB	300,3	377,8	382,6	407,3
= Produto bancário comercial	PBC	869,3	1 018,0	1 101,2	1 215,5
+ Resultado de operações de mercado	RM	160,6	211,0	125,8	138,5
= Produto bancário de exploração	PB	1 029,9	1 229,0	1 227,0	1 354,0
– Custos operativos	CO	547,2	627,0	714,1	722,7
– Provisões líquidas de reposições	Prov	167,9	257,4	204,8	280,8
– Resultados extraordinários e diversos	RX	– 2,8	– 1,9	23,4	57,2
= Resultado antes de impostos e minoritários	RAI	317,6	346,5	284,7	293,3
– Impostos sobre lucros	I	48,5	64,0	38,6	38,5
– Interesses minoritários	IM	63,6	54,5	48,4	32,3
= Resultado do exercício	RL	205,5	228,0	197,7	222,5

Variáveis	Simbologia	1999	2000	2001	2002
Rendibilidade (percentagem):					
Margem financeira	RF/AF	2,35	2,33	2,18	2,27
+ Rendibilidade serviços bancários	SB/AF	1,24	1,37	1,16	1,15
+ Rendibilidade operações de mercado	RM/AF	0,66	0,77	0,38	0,39
= Margem de negócio	PB/AF	4,26	4,47	3,72	3,81
– Relevância custos operativos	CO/AF	2,26	2,28	2,16	2,03
– Relevância provisões	$Prov/AF$	0,69	0,94	0,62	0,79
– Interesses minoritários e outros	$(IM + I + RX)/AF$	0,45	0,42	0,33	0,36
= Rendibilidade do activo financeiro	RL/AF	0,85	0,83	0,60	0,63
x Relevância dos activos financeiros	AF/AL	0,91	0,91	0,92	0,91
= Rendibilidade do activo (ROA)	RL/AL	0,77	0,76	0,55	0,57
x Multiplicador das aplicações	AL/KP	27,35	29,01	28,38	23,01
= Rendibilidade dos capitais próprios (ROE)	RL/KP	21,14	21,94	15,57	13,11

Indicadores de bolsa e performance bolsista

Principais indicadores de bolsa

Indicadores	Dezembro de 2001	Dezembro de 2002		Variação (percentagem)
		Sem ajustamento (2)	Ajustado (3)	
	(1)			(3/1)
1 — Número de acções emitidas (milhares)	200 000	300 000	(a) 241 667	20,8
2 — Última cotação (euros)	14,47	12,50	12,50	– 13,6
3 — Capitalização bolsista (milhões de euros)	2 894	3 750	3 021	– 4,4

Dados financeiros consolidados:

4 — Capital e reservas (milhões de euros)	1 206	1 779	1 779	47,5
5 — Resultado (milhões de euros)	197,7	222,5	222,5	12,5
6 — Dividendo bruto (milhões de euros)	75,2	(c) 86,1	86,1	14,5
7 — Pay out ratio (percentagem) (6/5)	38,04	38,70	38,70	p.p. 0,7

Valores por acção:

8 — Património líquido (euros) (4/1)	6,03	5,93	(b) 7,12	18,0
9 — Resultado (euros) (5/1)	0,99	0,74	(a) 0,92	– 7,0
10 — Dividendo bruto (euros) (6/1)	0,376	0,237	(a) 0,356	– 5,2

Cotação como múltiplo de:

11 — Património líquido (PBV) (2/8)	2,40	2,11	1,76	–
12 — Resultado (PER) (2/9)	14,62	16,85	13,58	–

Rendibilidade em relação à cotação:

13 — Do resultado (percentagem) (9/2)	6,84	5,93	7,37	–
14 — Do dividendo (<i>dividend yield</i>) (percentagem) (10/2)	2,60	2,30	2,85	–

(a) Número de acções considerado: número de acções inicial (200 milhões) + acções subscritas em dinheiro (50 milhões) ponderadas pelo tempo de permanência (10/12).

(b) Número de acções considerado: 250 milhões; exclui 50 milhões da incorporação de reservas no aumento de capital.

(c) Proposta a apresentar na assembleia geral em 26 de Março de 2003 de um dividendo de 0,287 euros por acção, para a totalidade das acções existentes no final do exercício.

O comportamento bolsista das acções do BES reflecte, por um lado, a evolução negativa dos mercados e, por outro, o efeito do aumento de capital concretizado no 1.º trimestre de 2002. Para efeitos de comparabilidade com o ano anterior, procedeu-se, por isso, ao necessário ajustamento do número de acções.

A cotação caiu 13,6%, que compara favoravelmente com a evolução do PSI 20, que se desvalorizou 25,6%; o *price earnings ratio* passou de 14,62 para 13,58; o *price book value* reduziu-se para 1,76; e o *pay out ratio* situou-se próximo do nível do ano anterior (38,7%). Por outro lado, registou-se a evolução francamente positiva nos indicadores de rentabilidade em relação à cotação onde o *dividend yield* passou de 2,60% para 2,85% e o rendimento total de 6,84% para 7,37%.

Apesar da conjuntura desfavorável, com redução de cerca de 25% dos volumes transaccionados em Bolsa, assistiu-se ao aumento dos volumes transaccionados envolvendo os títulos do BES, com melhoria dos níveis de rotação do capital.

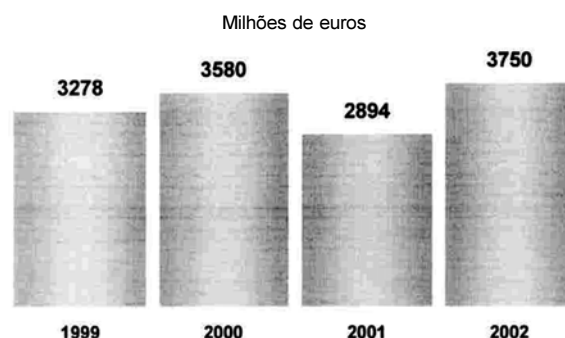
Rotação do capital do BES

	1999	2000	2001	2002
Volume anual transaccionado (milhões de euros)	1 022	1 020	652	1 056
Rotação do capital (<i>turnover</i>) (percentagem)	31,2	28,5	22,6	28,2

Evolução da valorização das acções

O mercado de capitais registou ao longo do ano um fraco dinamismo, de que a face mais visível foi a variação anual negativa de 25,6% do índice PSI 20. Porém, a capitalização bolsista do BES atingiu no final do exercício o montante de 3750 milhões de euros, o que representa um aumento do valor de mercado do BES de cerca de 30%, valor que se encontra naturalmente influenciado pelo aumento de capital concretizado no 1.º trimestre.

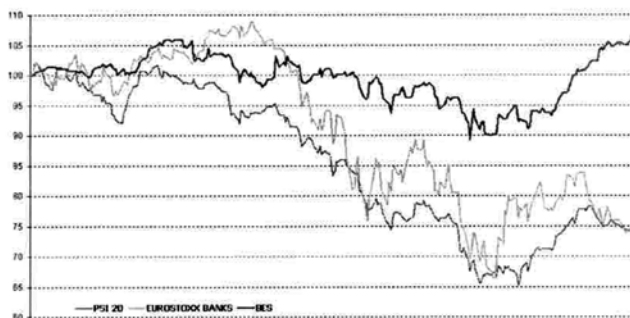
Evolução da capitalização bolsista



A par desta valorização salientam-se os ganhos obtidos na representatividade do título no contexto empresarial português: o peso do BES na capitalização da componente accionista do mercado passou de 3% em 2001 para 5% em 2002, valor que corresponde à terceira maior capitalização bolsista entre as empresas nacionais cotadas na Euronext Lisboa.

O bom desempenho dos títulos do BES pode também ser aferido a partir da análise da evolução das cotações que, de uma forma geral, apresenta uma *performance* superior à do mercado, só contrariada no período subsequente ao aumento de capital; a partir do 2.º semestre a melhoria acentuou-se até ao final do ano.

Evolução da valorização das acções BES — 2002



Fonte. — Bloomberg.

Composição accionista

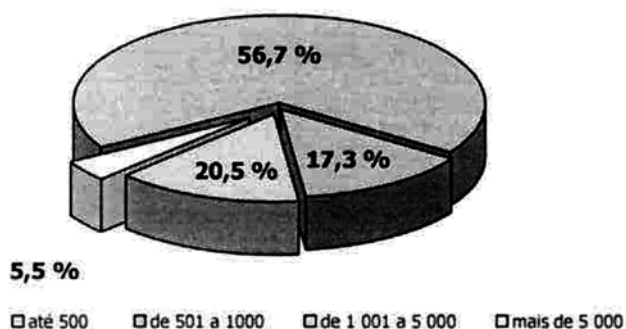
A composição accionista do BES, que não registou alterações significativas com o aumento de capital, era a seguinte em 31 de Dezembro de 2002:

	Porcentagem do capital social
Bespar — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A.	41,98
Crédit Agricole, S. A.	8,81
Companhia de Seguros Tranquilidade-Vida, S. A.	6,14
Banco Bradesco, S. A.	3,00
Previsão — Soc. Gestora de Fundos de Pensões, S. A. (a)	2,68
Portugal Telecom, SGPS., S. A.	1,40

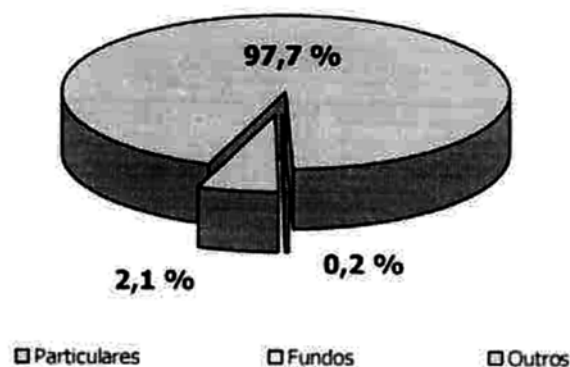
(a) Os fundos de pensões cujos associados são empresas do Grupo PT e são geridos pela previsão representam 2,62% do capital social e dos direitos de voto.

A caracterização dos accionistas coloca em evidência a dominância do segmento do pequeno accionista particular, que vê nos títulos do BES um investimento seguro e de rentabilidade bastante atractiva.

Accionistas (número) — por escalões do número de acções



Accionistas (número) — por situação jurídica



Acções próprias

As transacções sobre valores mobiliários próprios realizadas no decorrer do exercício de 2002 reportaram-se, exclusivamente, a aquisições feitas pelo BES e alienadas, na sua totalidade, aos seus empregados no âmbito do SIBA — Sistema de incentivos baseado na atribuição de acções aos colaboradores.

Assim e em conformidade com a legislação em vigor (artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais) apresenta-se de seguida informação sobre as transacções de valores mobiliários próprios.

Transacções com acções próprias	Quantidade	Valor unitário (euros)	Total (euros)
Saldo em 31 de Dezembro de 2001	—	—	—
Movimento no exercício:			
Compras	4 777 955	11,49	54 899 988
Vendas	4 777 955	11,50	54 946 483
Saldo em 31 de Dezembro de 2002	—	—	—

Linhas estratégicas de actuação

O Grupo Banco Espírito Santo norteia a sua actividade de prestação de uma gama universal de serviços financeiros segundo a visão primordial de criação de valor para os seus accionistas, tendo para tal em devida conta a condição necessária de satisfazer simultaneamente os interesses dos seus clientes e colaboradores.

Efectivamente, a criação de valor de forma sustentada para os accionistas é baseada na constante orientação para os clientes, através da prestação de um serviço especializado, inovador e de elevada qualidade, acompanhado por uma perspectiva de relacionamento financeiro de longo prazo. Por outro lado, um quadro de colaboradores de elevada competência, dedicação e motivação, capaz não só de executar, mas também de questionar, permite manter a organização permanentemente na senda do aperfeiçoamento e inovação.

Esta conjugação de interesses insere-se no objectivo estratégico do Grupo BES continuar a evoluir no sentido do crescimento e da sua transformação no melhor e mais rendível grupo financeiro português.



O Grupo Banco Espírito Santo assumiu como principal vector de diferenciação estratégica a prestação de um serviço caracterizado pela excelência, tendo vindo a evoluir no sentido da criação de um Grupo Financeiro Universal, quer em termos da oferta de uma gama completa de produtos e serviços financeiros, quer do ponto de vista da actuação em todos os segmentos de clientes particulares, empresas e institucionais.

Ao longo da sua história, o Grupo Banco Espírito Santo e o seu sólido e estável corpo accionista têm atravessado com sucesso contextos económicos diversos, actuando segundo padrões de elevada consistência.

Finalmente cumpre referir o papel da inovação tecnológica ao serviço da actividade, a qual desempenha um papel crítico não só em termos de melhoria da qualidade do serviço prestado, tanto pela resposta que proporciona às necessidades e conveniência dos clientes, como pelas potencialidades que tem no aumento da eficiência da actividade desenvolvida, correspondendo ao objectivo de criação de valor.

Bases de actuação comercial e multi-especialização

A actividade desenvolvida pelo Grupo Banco Espírito Santo ao longo de 2002 pautou-se por um refinamento da estratégia de abordagem comercial aos vários segmentos de clientes. Em concreto, foi desenvolvido e implementado um conjunto de acções destinadas a potenciar a relação com o cliente, baseadas na percepção das suas necessidades.

Destaca-se, em particular, a implementação bem sucedida do projecto banca de proximidade, que envolveu um refinamento da segmentação do universo de clientes de retalho e uma optimização da abordagem comercial a cada segmento, designadamente, tendo em conta o valor económico potencial associado e a proposta de valor oferecida. Esta evolução permitiu ao Grupo Banco Espírito Santo cimentar o seu cariz multi-especialista, em que cada cliente encontra, de modo optimizado, a satisfação plena para as suas necessidades financeiras, desde as relacionadas com aspectos do quotidiano às referentes ao investimento ou financiamento a médio e a longo prazos.

Igualmente de salientar, no quadro da actividade desenvolvida ao longo de 2002, o ênfase dado a um conjunto de aspectos transversais, através dos quais o Grupo Banco Espírito Santo tem mantido um elevado nível de diferenciação. Neste campo, merecem justo destaque a liderança que, desde o início, o BES mantém na área dos canais directos (em particular, o *internet banking*) e o intenso esforço que vem sendo desenvolvido no sentido de reforçar os níveis de qualidade de serviço nas diferentes áreas da organização.

Em 2002 deu-se continuidade à concretização de uma política de qualidade total que, nos últimos anos, tem visado tornar a qualidade do serviço numa característica diferenciadora da sua actividade. Foram implementadas diversas medidas destinadas à valorização da qualidade do atendimento, das quais se destaca a simplificação e padronização de processos, operadas através da implementação do Projecto «+ Atendimento + Valor», bem como a exigência de certificação de competências dos colaboradores através da formação. Em paralelo, foram testados nas redes comerciais meios eficazes de recuperação de serviço, nomeadamente no apoio dado na resposta a problemas e reclamações de clientes.

Os instrumentos de monitorização da qualidade externa lançados em anos anteriores foram consolidados, quer através da maior representatividade de inquéritos de satisfação nos segmentos chave do mercado, quer através da cobertura da maioria da rede comercial com visitas de «Cliente Mistério» aos balcões. A medida que se consolidam as apostas do Grupo na qualidade de serviço, foi reforçado o seu alinhamento com os sistemas de incentivos das várias unidades orgânicas.

O acerto das incitativas acima referidas tiveram visibilidade na evolução positiva da quota média do Grupo BES (estimada em cerca de 17%) ainda que com uma progressão mais moderada do que no passado. E de salientar a manutenção da posição de liderança na área de *internet banking* onde, face às estimativas disponíveis sobre o mercado, o Grupo BES terá atingido uma quota de 28% em termos de utilizadores regulares.

Quota de mercado média e para as principais áreas de negócio



(*) Estimativa.

Canais directos — uma exigência dos clientes

O aprofundamento do modelo de abordagem comercial multicanal, sustentado pela exigência e comportamento dos clientes, veio consagrar a crescente importância atribuída aos canais directos no ano transacto.

A lógica integrada de serviço nos canais directos através da satisfação de forma remota da quase totalidade das necessidades no relacionamento dos clientes com o Banco, como a elevada facilidade, acessibilidade, disponibilidade e melhoria da qualidade do serviço, foram aspectos extremamente valorizados, o que contribuiu de forma significativa para a sua retenção e fidelização.

No final do ano o BESnet tinha 586 000 clientes activos, dos quais 237 000 são utilizadores frequentes, o que representa um crescimento anual de 60% e 26% respectivamente, e garante ao Grupo um lugar de destaque nesta área. A penetração na base de clientes atingiu os 32%, em linha com os melhores valores de referência a nível internacional.

O BESnet representou ainda cerca de 22% da externalização de operações de baixo valor acrescentado. A utilização deste canal para o acompanhamento e efectivação de ordens de bolsa assume uma importância especial sendo mais de 66% das ordens de bolsa efectuadas através da internet. Igualmente do lado da poupança já foi possível aos clientes subscrever de forma autónoma diferentes tipos de produtos (depósitos a prazo, contas poupança-habitação, PPR e PPA).

O ano transacto confirmou igualmente a aposta neste domínio no que respeita às empresas. Como resultado, no final do ano, cerca de 51% das médias empresas já são utilizadoras frequentes do BESnet Negócios. O serviço foi continuamente enriquecido com funcionalidades importantes, como pagamento da taxa social única, consulta de letras e livranças, acesso a empresários em nome individual e acesso multi-empresa para os grupos de empresas. As quase 20 000 empresas activas, demonstram a importância do BESnet Negócios como ferramenta de valor acrescentado para a sua actividade, com claras vantagens para o BES em termos de fidelização dos clientes e redução da carga operativa nas estruturas comerciais.

Paralelamente dinamizou-se a utilização das ATM MultiBES para depósitos de cheques, com um aumento de 40% relativamente ao ano transacto, componente esta muito importante da externalização e de libertação de tempo na rede comercial.

O ano transacto foi também um ano de optimização do BES Directo, em fase de maturidade, caracterizado pela migração de clientes para o serviço de *internet banking*.

Banca de retalho

Implementação da banca de proximidade

Num contexto financeiro cada vez mais agressivo e exigente, que tem determinado uma maior focalização em serviços de maior valor acrescentado procedeu-se à implementação do projecto banca de proximidade o que teve as seguintes implicações:

Nova segmentação, orientada para o valor actual e potencial dos clientes;

Definição de novas abordagens comerciais, optimizadas para cada segmento;

Reorientação da força de vendas e reestruturação da organização comercial.

Foram quatro os grandes princípios orientadores do projecto banca de proximidade:

Selectividade — tratamento de cada cliente de acordo com o seu valor actual e potencial, introduzindo abordagens distintas para cada segmento;

Proactividade — definição de abordagens comerciais proactivas e dinâmicas;

Standardização — uniformização de estratégias de abordagem;

Integração de canais — encaminhamento dos clientes para os canais mais adequados, por forma a garantir o sucesso das abordagens comerciais diferenciadas.

Dinâmica das campanhas comerciais e evolução do negócio

Apesar da conjuntura macroeconómica desfavorável, 2002 foi um ano de resultados muito positivos para o retalho, sendo de salientar a atractividade das campanhas de gestão integrada da poupança (GIP), base da oferta de recursos, com periodicidade mensal e entrada sucessiva e integrada de novos produtos. Neste contexto, salientam-se as seguintes iniciativas:

Diversificação, no quadro da GIP, do encaminhamento das poupanças para fundos de obrigações de menor risco;

Lançamento da campanha de Verão dirigida a residentes no estrangeiro, que se saldou por resultados muito positivos num segmento de particular relevância para o Grupo;

Desenvolvimento de pacotes segurança, articulados com a Tranquilidade-Vida e a ES Seguros, suportando a venda cruzada e o equipamento integrado dos clientes;

Colocação de seguros não vida (auto, casa e saúde) que ultrapassou as 82 300 apólices e as 49 000 vendas do Seguro Protecção Vida, um crescimento superior a 70% face a 2001;

Lançamento de novas ofertas de crédito à habitação para clientes afluentes (*executive*) e, no final do ano, um novo produto com prazo de amortização de 40 anos.

Private banking

Na área de *private* procurou-se responder aos novos desafios colocados pelo enquadramento macroeconómico dos últimos anos, que provocou alterações no comportamento dos investidores, actuando concomitantemente nas seguintes áreas: acompanhamento permanente dos clientes e avaliação sistemática dos respectivos perfis de investimento, com recurso a uma gama de produtos próprios e de terceiros adequados às suas solicitações e expectativas; alocação mais defensiva das carteiras, marcada pelo lançamento periódico de produtos estruturados de capital garantido com apostas em várias classes de activos, bem como pela introdução de produtos alternativos com objectivos de retorno absoluto, habitualmente denominados *hedge funds*. Completou-se assim uma oferta de produto alargada, com acesso a alguns dos melhores produtos existentes nos mercados doméstico e internacional.

Banca de empresas

Reforçando a posição como Grupo de referência no segmento das médias empresas os últimos dois anos foram marcados pelo aprofundamento do modelo comercial e organizativo do segmento. Dispondo actualmente de 115 gerentes de empresas, organizados em 24 centros de empresas que cobrem o território nacional, o Grupo BES mantém uma sólida implantação e apoio ao tecido empresarial português.

Tendo em conta a conjuntura nacional e internacional foi dedicada uma atenção redobrada à gestão do risco, nomeadamente níveis de exposição, *pricing* reforço de garantias. Foi ainda reforçada a abordagem integrada das necessidades dos clientes, promovendo o *cross selling* com as empresas do Grupo BES: Besleasing, Euroges, ES Capital, BES Investimento e Crediflash. Neste exercício é de destacar o desempenho ao nível de colocação de seguros (Tranquilidade), ramos não vida e vida, com crescimentos da produção de 26% e 80%, respectivamente.

A dinamização do *cross segment* com os segmentos de *private banking* e retalho traduziu-se no reforço da articulação e alargamento da oferta dirigida aos colaboradores e sócios/accionistas das médias empresas.

O Programa Operacional da Economia, importante estímulo ao investimento e modernização empresariais como factores decisivos para o relançamento da economia portuguesa, mereceu da parte do Grupo uma atenção especial, nomeadamente pela criação de uma estrutura de dinamização dos programas de apoio ao investimento, que assumiu as responsabilidades de dinamização comercial interna e externa e a interligação com os organismos coordenadores responsáveis pelos vários sistemas de incentivos.

No segmento das grandes empresas, o exercício foi pautado pela introdução de critérios mais exigentes de avaliação e monitorização de risco, com a consequente adequação da política de preços e de grau de selectividade, e pela contínua melhoria da qualidade dos serviços prestados, aliada a um vasto e inovador leque de produtos de banca electrónica. Destaque igualmente para a oferta coordenada de produtos e soluções oriundas de diferentes áreas do Grupo, com realce para a colaboração com o BES Investimento, Besleasing e Euroges e para a dinamização e apoio aos projectos de internacionalização dos grupos nacionais. No seu conjunto, estes factores confirmaram a posição cimeira do Grupo BES no envolvimento e relacionamento com as grandes empresas.

No âmbito do atendimento especializado às empresas multinacionais estabelecidas em Portugal, foram dinamizados os contactos com as respectivas casas-mãe, promovendo um relacionamento global pela disponibilização de produtos adaptados às necessidades específicas deste segmento.

Banca de investimento

A estratégia para a banca de investimento consiste numa abordagem do eixo atlântico alicerçada nos mercados portugueses, espanhol e

brasileiro, procurando acompanhar empresas dos respectivos países na sua expansão, quer no mercado local, quer além fronteiras.

No entanto, o ano de 2002 foi bastante penalizador, a nível mundial, para as actividades de banca de investimento. O mercado de capitais, na sua vertente de acções, foi marcado pela contínua descida dos principais índices bolsistas. O negócio de corretagem reflectiu esta realidade e verificou uma queda brusca e muito acentuada, assistindo-se em Portugal a uma redução substancial do volume de transacções na bolsa local e a uma degradação das comissões de corretagem.

A actividade de Project Finance do Grupo BES foi reconhecida pelo mercado internacional ao ser classificada nas *league tables* de 2002, elaboradas pela revista *Project Finance International*, como o primeiro Banco ibérico em termos de actividade de assessoria, e segundo em termos de actuação como *lead-arranger*. Por outro lado, o projecto LusoScut Beira Litoral e Alta em que se actuou como assessor, e *lead-arranger* e coordenador da Sindicação Internacional foi reconhecido pela *Project Finance Magazine* como *infrastructure deal of the year*.

Em Portugal é de referir a concretização do projecto rodoviário Lusoscut Grande Porto representando um investimento de 841,2 milhões de euros, onde se actuou como assessor e *lead-arranger*, representando o quarto projecto ganho pelo consórcio liderado pela Mota & Companhia e apoiado pelo Grupo. Também no sector dos transportes o Banco actuou como *lead-arranger* do financiamento do material rolante para o projecto do Metro do Sul do Tejo no montante de 64 milhões de euros. Destaque ainda para o projecto de financiamento do novo estádio do Sporting Clube de Portugal, representando um investimento de 131 milhões de euros, em que igualmente se actuou nas vertentes de assessor e *lead-arranger*.

No mercado internacional, 2002 foi o primeiro ano completo de actividade da equipa de *project finance* sediada em Londres tendo sido atingidos os objectivos propostos, nomeadamente, com a actuação como *lead-arranger* em dois dos projectos de maior referência no mercado londrino: o financiamento de 1 bilhão de libras da Tubelines para a concessão a 30 anos das linhas Jubilee, Northern e Piccadilly do Metro de Londres, e que foi nomeado como *deal of the year 2002* pela *Infrastructure Journal Magazine*, e, o financiamento no montante de 757 milhões de libras do novo Estádio de Wembley.

A área de capital de risco continua a merecer uma atenção especial tendo sido dados passos importantes no sentido de maximizar a actividade em Portugal e avançar para a criação de parcerias para o mercado espanhol.

Na sequência da tendência verificada no ano anterior, o ano de 2002 revelou-se bastante difícil para a actividade de gestão de activos fruto da evolução dos mercados de capitais a nível nacional e internacional. A estratégia de lançamento de novos produtos tais como o Caravela Fund Sicav em 2001, veio a revelar-se totalmente acertada apresentando este produto um crescimento do volume sob gestão de cerca de 19%.

Durante o ano 2002, há a destacar ainda a finalização do processo de reorganização da operação em Espanha com a realização da fusão de várias sociedades da qual resultou a criação da ESAF — Espírito Santo Activos Financieros, S. A., que passou a deter a ES Gestion e a ES Pensiones.

Actividade internacional

O ano de 2002 ficou marcado pela ocorrência de alguns desenvolvimentos importantes no que se refere às estruturas sediadas no exterior, que se traduziram nomeadamente em reorientações estratégicas com impacto ao nível da abordagem de mercados como a Espanha ou o Leste da Europa.

A integração das redes comerciais das unidades em Espanha permitiu a redefinição do âmbito de actividade do Grupo BES naquele país. Deste modo, o BESSA posiciona-se agora estrategicamente como um banco especializado na gestão personalizada e integrada dos segmentos de particulares (afluentes e *private*) e médias/grandes empresas, continuando a focalizar-se, no que se refere a este último, na forte ligação comercial e de investimento entre os dois países.

No que se refere à Europa do Leste, a venda da participação no Kredyt Bank (Polónia) reflecte a reorientação estratégica no sentido de concentrar os recursos para o desenvolvimento internacional na Península Ibérica e nos mercados com presença significativa de comunidades portuguesas.

Foi concretizada a integração do Via Banque no BES Vénétie (França). O novo Banco (Banque Espírito Santo et de la Vénétie) assumiu como área de intervenção estratégica a prestação de serviços especializados no âmbito do relacionamento com os Países da Europa Meridional.

No mercado brasileiro, concretizado o processo de troca de participações com o Bradesco, foi prosseguida a consolidação do projecto

de parceria com aquela instituição, com o intuito de proporcionar às empresas portuguesas com negócios no Brasil o apoio do maior banco privado brasileiro, através do acesso ao conjunto de produtos e serviços por este oferecidos. Por seu turno, o BES Investimento do Brasil, com o seu conhecimento dos mercados locais continuou a assumir um papel importante na angariação de oportunidades de negócio surgidas localmente.

O arranque da actividade do BES Angola (BESA) no início do ano constituiu um marco importante da presença naquele país africano, assegurada até então pelo escritório de representação em Luanda. No seu primeiro ano de actividade, o BESA iniciou um percurso de crescimento sustentado nos segmentos de particulares e de empresas, prestando, deste modo, um contributo importante para a modernização do sistema financeiro daquele país e para o crescimento do grau de bancarização da sociedade angolana.

Intervenção nos mercados financeiros

O volume de negócios com clientes consubstanciado na captação de recursos e na concessão de crédito assume uma importância fulcral na actividade desenvolvida pelo Grupo. Porém, na actual era de globalização das economias e da gestão financeira moderna, a intervenção nos mercados financeiros, tanto domésticos como internacionais, assume um papel de relevância acrescida. Neste contexto, o Grupo possui uma estrutura sofisticada de suporte às operações nos diversos mercados — de capitais, interbancários, de derivados e cambial — que lhe permite aproveitar as vantagens proporcionadas pelas perspectivas de evolução das condições económicas em geral e, em particular, das taxas de juro, sem prejuízo de uma gestão prudente do risco de liquidez.

No que respeita ao mercado de capitais foi prosseguida uma política de diversificação da carteira própria com especial destaque para os mercados da zona euro, EUA e Reino Unido, privilegiando os sectores de baixo risco de crédito.

Assumindo a internacionalização do mercado de dívida pública portuguesa como um dos seus objectivos, o Grupo tem vindo a desenvolver acções de promoção deste mercado junto de investidores institucionais estrangeiros. O Grupo BES é hoje uma das entidades de referência deste mercado, quer como *primary dealer* quer como *market maker*, registando valores de transacção diários consistentemente elevados, sendo o líder destacado em mercado primário e em mercado secundário.

Por outro lado e no âmbito da gestão da liquidez, continua-se a promover uma participação activa nos mercados de capitais internacionais, utilizando como instrumentos preferenciais operações de titularização de activos e os programas de Euro Medium Term Notes (EMTN) e US Commercial Paper.

No mercado de derivados, para além da actividade de *trading* é de realçar a gestão de cobertura de riscos de mercado, em particular de taxa de juro, a qual continuou a assumir grande importância em virtude do comportamento volátil das taxas de juro na zona euro e nos EUA. A gestão criteriosa do risco de taxa de juro assumiu particular relevância na gestão financeira que se desenvolveu numa conjuntura mais uma vez depressiva, com impacto negativo nas *performances* dos mercados accionistas e pautado por um generalizado alargamento dos *spreads* de crédito.

Racionalização e eficiência

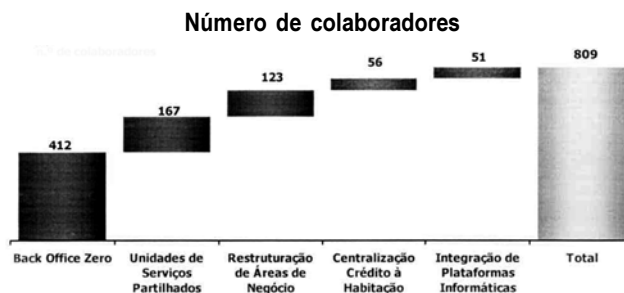
O plano de racionalização e eficiência implementado no biénio 2001-2002 assentou no aproveitamento das oportunidades geradas pela economia digital, dotando as redes de distribuição de capacidades tecnológicas que permitem uma maior eficácia na venda, mas também na simplificação do processo produtivo através de soluções de desmaterialização de documentos e implementação de soluções de *workflow* nos processos de crédito, no âmbito do programa «Back Office Zero».

Por outro lado, a integração do Banco Internacional de Crédito, do Banco BEST e do Banco Espírito Santo dos Açores na plataforma informática do BES, contribuiu para o desenvolvimento de unidades de serviços partilhados permitindo uma importante racionalização nas áreas de operações na sequência da integração das diversas unidades centrais de *back-office* existentes.

Num outro contexto, o abrandamento da actividade económica verificado a partir de 2001 desencadeou um conjunto de reestruturações das empresas da área de banca de investimentos e da área internacional.

A implementação de um vasto conjunto de programas de racionalização foi cumprida com sucesso, resultando numa redução de

809 colaboradores, face à redução inicialmente programada de 790 postos de trabalho.



A digitalização dos diversos processos de negócio é uma preocupação permanente do Grupo na procura da eficiência e qualidade dos produtos e serviços oferecidos aos clientes. A consolidação dos processos de *workflow* de crédito, bem como a desmaterialização de documentos nos processos internos da organização contribuem para uma política sustentada de diminuição dos custos unitários, de aumento da qualidade de serviço e de mitigação do risco operacional, fontes de sustentação da competitividade a médio e longo prazo.

Numa outra dimensão, o aprofundamento da abordagem segmentada, diferenciando a proposta de valor dos diversos segmentos, baseado no pressuposto de centralização da função operações e sistemas e do aprofundamento das unidades de serviços partilhados, permite continuar o processo de optimização do modelo organizativo multi-especialista.

Gestão integrada dos riscos

O controlo e a gestão dos riscos, pelo papel que têm vindo a desempenhar no apoio activo à gestão do Grupo BES, apresentam-se actualmente como um dos principais eixos estratégicos de suporte ao seu desenvolvimento equilibrado e sustentado.

Os princípios orientadores desta actividade assentam na incorporação das melhores e mais avançadas técnicas de gestão e controlo de risco, conciliando de forma equilibrada a experiência com a inovação.

Os desafios e oportunidades decorrentes do novo acordo de capital (Basileia II) têm vindo a merecer por parte do Grupo BES um acompanhamento atento. A aproximação da visão regulamentar à perspectiva económica implícita na nova moldura regulamentar proposta pelo Comité de Basileia — cujos princípios corroboram os fundamentos e as práticas seguidas pelo Grupo — reforça a oportunidade e estimula o esforço que se tem vindo a desenvolver na área de risco.

No final do ano, o Grupo BES participou no terceiro estudo de impacto quantitativo sobre o novo acordo de capital (Basileia II), vulgo QIS3, no qual foi possível avaliar os resultados favoráveis de um conjunto alargado de iniciativas ao nível tecnológico, processual e metodológico empreendidas durante o presente exercício.

Com o objectivo de assegurar um adequado controlo e gestão do risco durante todas as fases dos processos e em todas as instituições do Grupo, a função de gestão de risco mantém-se estruturada em duas grandes áreas: risco global e acompanhamento de empresas e recuperação de crédito e tem como objectivos:

Identificar, quantificar e controlar os diferentes tipos de risco assumidos, em termos que permitam reforçar o conhecimento e a gestão da exposição global do Grupo;

Implementar de forma progressiva as políticas de risco traçadas pela Comissão Executiva, homogeneizando princípios, conceitos e metodologias a todas as entidades do Grupo;

Contribuir continuamente para o aperfeiçoamento das técnicas internas de avaliação de *performance* e de optimização da base de capital;

Dotar as áreas comerciais de ferramentas de apoio à estruturação e *pricing* de operações no momento da sua originação;

Gerir, com eficiência, situações de atrasos significativos e incumprimentos definitivos de obrigações contratuais.

Riscos de crédito:

É efectuada uma gestão dinâmica que se sustenta numa eficiente interacção entre as várias equipas envolvidas na gestão de risco ao longo das suas sucessivas e diferenciadas fases de vida, complementada pela revisão e introdução de contínuas melhorias tanto no plano das políticas, normas e metodologias, como de procedimentos, circuitos de decisão e ferramentas utilizadas na avaliação e controlo dos riscos.

A esse nível merecem particular destaque algumas iniciativas concretizadas no decorrer deste exercício. Procedeu-se, ainda que de forma experimental, à implementação do projecto global de redesenho e diferenciação dos processos de análise, avaliação e aprovação de crédito e de revisão dos poderes de crédito delegados, totalmente ancorado numa perspectiva de risco económico e visando assegurar que as decisões de crédito se processem de forma mais correcta, mais célere e mais económica. Para isso deu-se continuidade à atribuição de *ratings* internos, com o intuito de cobrir a carteira na sua totalidade. No início de 2003, e em total sintonia com as crescentes exigências em matéria de gestão de risco, irá ter lugar o *roll out* do novo processo de aprovação de crédito, cujo projecto piloto mostrou a todos os níveis uma avaliação bastante positiva.

Num ambiente macroeconómico que se mostrou bastante adverso, o regular desenvolvimento das acções de acompanhamento e de controlo do risco de crédito envolvendo todas as direcções comerciais, mereceu naturalmente um especial cuidado na perspectiva de, antecipadamente, se poderem definir e implementar as medidas concretas de gestão de risco mais ajustadas ao universo de clientes que, neste período, acusaram sinais de deterioração de risco. O sucesso deste processo foi conseguido com base na utilização combinada das múltiplas ferramentas de análise que o Grupo BES dispõe e continuamente desenvolve.

O avanço na avaliação do risco de crédito foi, aliás, reconhecido através da celebração de um acordo de sponsorização com a Moodys Risk Management Services para acelerar o desenvolvimento e a disponibilização de uma versão de um modelo de *rating riskcalc*™ para empresas não cotadas domiciliadas em Portugal.

Os diversos modelos de risco e de *scoring* utilizados nos segmentos de empresas e retalho, têm vindo a revelar-se importantes ferramentas de qualificação e avaliação de risco, permitindo o melhoramento na discriminação da qualidade entre os diversos tipos de clientes, com repercussões imediatas na oferta de crédito diferenciada assente em métricas de risco, nomeadamente perdas esperadas e capital económico.

Riscos de mercado:

O risco de mercado representa genericamente a eventual perda resultante de uma alteração adversa do valor de um instrumento financeiro como consequência de variações de taxas de juro, taxas de câmbio e preços de acções, bem como de alterações na liquidez dos mercados.

A gestão de risco de mercado é integrada com a gestão do balanço através da estrutura ALCO (Asset and Liability Committee) constituída ao mais alto nível da instituição. Este órgão é responsável pela definição de políticas de afectação e estruturação do balanço bem como pelo controlo da exposição aos riscos de taxa de juro, de taxa de câmbio e de liquidez.

Ao nível do risco de mercado o principal elemento de mensuração de riscos consiste na estimação das perdas potenciais sob condições adversas de mercado, para o qual a metodologia *value at risk* (VaR) é utilizada. O Grupo utiliza um VaR com recurso à simulação de Monte Carlo, com um intervalo de confiança de 99% e um período de investimento de 10 dias. As volatilidades e correlações são históricas com base num período de observação de um ano.

De forma a melhorar a medida do VaR têm vindo a ser desenvolvidas outras iniciativas como exercícios de *back testing* que consistem na comparação entre as perdas previstas no modelo e as perdas efectivas. Estes exercícios permitem a aferição do modelo à realidade a estimar e assim melhorar as capacidades preditivas do mesmo.

Como complemento ao VaR têm sido desenvolvidos cenários extremos *stress testing* que nos permitem avaliar os impactos de perdas potenciais superiores às consideradas na medida do VaR.

Por último, os riscos de mercado incorridos pelo Grupo estão sujeitos a limites actualizados pela comissão executiva.

Risco operacional:

O risco operacional traduz-se, geralmente, na eventualidade de perdas originadas por falhas na prossecução de procedimentos internos, pelo comportamento das pessoas ou dos sistemas informáticos, ou ainda por eventos externos à organização.

O Grupo BES tem estado particularmente atento às discussões em torno da revisão dos requisitos mínimos de fundos próprios com origem no comité de Basileia, nomeadamente no que diz respeito à alocação de capital a este tipo de risco e às recomendações que permitirão, caso sejam seguidas pelas instituições, evoluir de uma gestão tradicional para uma gestão integrada e sistemática do risco operacional, incluindo a sua identificação, monitorização, quantificação e mitigação.

Pela sua crescente importância, o risco operacional possui uma área exclusivamente dedicada que desenvolve a sua actividade de forma transversal realizando, entre outras actividades, o acompanhamento das melhores práticas de gestão deste tipo de risco.

Neste sentido e, na sequência da realização de um diagnóstico preliminar, incidindo em algumas áreas da organização, foi lançado um conjunto de iniciativas, das quais destacamos: (i) início da recolha e categorização, em base de dados, para algumas tipologias de eventos resultantes de risco operacional; (ii) identificação e análise qualitativa de pontos críticos em termos de risco operacional, em alguns processos de áreas de negócio específicas; (iii) revisão dos procedimentos relacionados com o tratamento de informação que se consubstanciam na Política de Segurança e no Manual de Segurança da Informação. Para o sucesso destas iniciativas contribui a revisão de levantamentos e análise de processos que se encontra actualmente em curso.

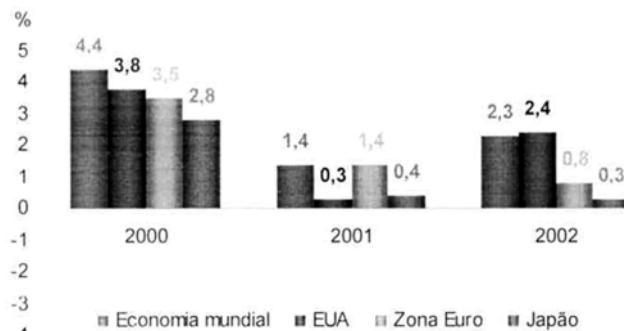
Ambiente macroeconómico

Situação económica internacional

O ano de 2002 foi marcado por uma frágil e moderada recuperação da economia mundial, com o PIB a crescer 2,3%, depois de uma subida de 1,4% no ano anterior. Esta recuperação não foi, no entanto, extensível a todas as áreas económicas. Em particular, é de registar o abrandamento da economia da zona euro, em contraste com a ligeira recuperação da economia dos Estados Unidos. Não obstante o moderado crescimento do PIB mundial, a conjuntura económica caracterizou-se por uma quebra acentuada dos níveis de confiança dos agentes económicos. Esta evolução resultou do clima de instabilidade político-militar que se seguiu ao 11 de Setembro de 2001, traduzido numa intervenção militar norte-americana no Afeganistão, numa constante ameaça de novas acções terroristas e na crescente perspectiva de uma nova guerra no Golfo. A crescente tensão militar entre os Estados Unidos e o Iraque levou o preço do petróleo a atingir os 30 dólares por barril no final do ano.

A conjuntura económica foi também marcada por uma sucessão de escândalos contabilísticos e financeiros, sobretudo nos Estados Unidos, os quais conduziram os principais índices bolsistas a mínimos de cinco anos. O efeito riqueza negativo associado a esta quebra dos mercados accionistas contribuiu decisivamente para o abrandamento do consumo e do investimento, quer nos Estados Unidos quer na Europa. A economia mundial foi ainda afectada pelo clima de instabilidade económica na América Latina, em particular no Brasil, Argentina e Venezuela.

Evolução do PIB (em termos reais) na economia mundial, EUA, zona euro e Japão em 2000-2002



Fontes. — Eurostat, FMI, Cabinet Office (Japão).

Depois de um crescimento de 0,3% em 2001, a economia dos Estados Unidos terá crescido 2,4% em 2002. A reposição de existências no 1.º trimestre, o crescimento das despesas de defesa e um comportamento muito positivo do consumo das famílias terão sido os principais responsáveis pela aceleração do crescimento do PIB numa conjuntura difícil. Para o crescimento do consumo privado contribuíram uma política orçamental expansionista e uma postura agressiva da reserva federal que, depois de ter descido a taxa dos *fed funds* por 11 vezes em 2001, procedeu a um novo corte dos juros de referência em 2002, levando aquela taxa de 1,75% para 1,25% no final do ano.

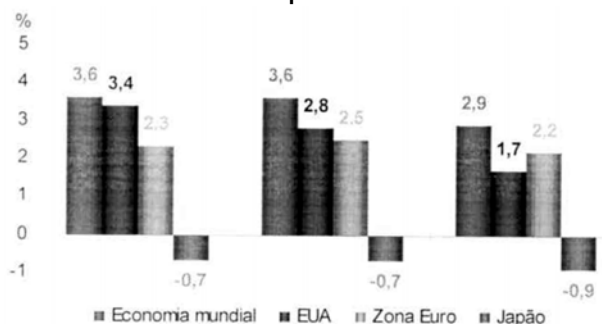
Na zona euro, o PIB deverá ter crescido 0,8% em 2002, no que constitui um forte abrandamento face à subida de 1,4% em 2001. Para além dos factores negativos que afectaram a economia a nível global, a actividade económica na área do euro foi marcada por um desemprego muito elevado (8,5% no 4.º trimestre), o qual condicionou os níveis de confiança e de despesa das famílias. Por outro lado, uma inflação média de 2,2% terá impedido uma postura mais agressiva do Banco Central Europeu na descida das taxas de juro de referência. O abrandamento da economia na área do euro foi particularmente sentido na Alemanha, a qual registou um crescimento de 0,2%.

O Japão, por seu turno, terá verificado um crescimento marginalmente positivo (0,3%), conseguindo assim evitar a situação de recessão admitida ao longo de grande parte do ano. As exportações foram o elemento mais dinâmico da procura, com o consumo privado a registar um desempenho muito moderado e o investimento a regredir face ao ano anterior. Pelo quarto ano consecutivo, os preços evidenciaram uma tendência de queda, com a taxa de inflação em -0,9%.

Entre os países emergentes, o clima de extrema incerteza que caracterizou a conjuntura económica em 2002 afectou particularmente o Brasil. Nos meses que antecederam as eleições presidenciais de Outubro, as dúvidas quanto às políticas económicas a adoptar pelo novo governo levaram o real a desvalorizar-se fortemente face ao dólar, tendo atingido o mínimo do ano em Outubro, com 3,94 USD/BRL. A necessidade de criar uma expectativa credível anti-inflacionista, num contexto de aceleração dos preços provocada pela forte depreciação do real, obrigou o banco central brasileiro a subir a taxa de juro Selic de 19% para 25,5%. Na América Latina, o ano foi também marcado pela instabilidade política na Venezuela, a qual afectou o mercado petrolífero a nível global, contribuindo para a subida do preço do barril do petróleo no último trimestre do ano. Na Argentina, a actividade voltou a contrair-se, com uma variação de cerca de -12% do PIB.

Numa conjuntura de excesso de capacidade e de elevados níveis de endividamento, o clima global de incerteza vivido em 2002 contribuiu decisivamente para um crescimento do PIB abaixo do potencial nas principais áreas económicas. Este facto reflectiu-se na evolução dos preços, observando-se uma redução das taxas de inflação nas principais áreas económicas. Nos Estados Unidos, o índice geral dos preços desacelerou de 2,8% para 1,7%, em resultado do baixo crescimento da actividade e também do crescente clima de concorrência enfrentado pelas empresas. Na zona euro, a inflação desceu de 2,5% para 2,2%, mantendo-se — apesar da apreciação do euro em termos efectivos e de alguma desaceleração observada nos custos com a mão-de-obra — acima do nível de referência do Banco Central Europeu.

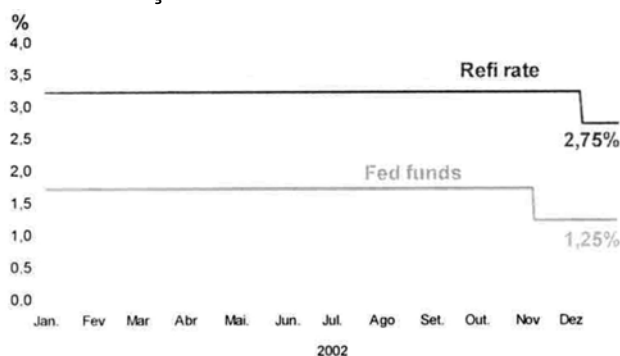
Taxa de inflação — economia mundial, EUA, zona euro e Japão em 2000-2002



Fontes. — Eurostat, Bloomberg.

A fragilidade da retoma da economia norte-americana e o abrandamento económico da zona euro, em particular da Alemanha, criaram o receio de que uma dinâmica deflacionista se pudesse vir a instalar, a médio prazo, nestas áreas. Manteve-se, assim, o ciclo de política monetária expansionista que havia caracterizado o ano de 2001. Nos Estados Unidos, a reserva federal desceu a taxa dos *fed funds* de 1,75% para 1,25%. Na zona euro, o Banco Central Europeu desceu também as taxas de juro de referência em 50 pontos base, colocando a taxa principal de refinanciamento em 2,75% no final do ano.

Evolução da taxa *fed funds* e da taxa *refi*



Fontes. — BCE, US Federal Reserve.

Para esta decisão do Banco Central Europeu terá contribuído a apreciação do euro ao longo de 2002, invertendo a evolução negativa observada nos anos anteriores. Entre Janeiro e Dezembro, a moeda europeia apreciou-se 18% face ao dólar (no final de Dezembro, a cotação EUR/USD atingiu 1,05), contribuindo assim positivamente para a contenção dos preços, com as importações de petróleo a tornarem-se mais acessíveis. A evolução do euro face ao dólar foi determinada, essencialmente, pelo afastamento dos investidores relativamente a activos denominados em dólares devido à instabilidade político-militar que afectou os Estados Unidos e também da crise de confiança gerada pelos escândalos contabilísticos e financeiros revelados na primeira metade do ano.

Evolução das cotações EUR/USD e USD/JPY



Fonte. — Bloomberg.

Ao nível dos mercados accionistas manteve-se a tendência negativa dos dois anos anteriores, com os principais índices a registarem uma forte desvalorização. A frágil retoma da economia americana, reflectida nos resultados das empresas e numa sucessiva revisão em baixa das perspectivas de resultados futuros, juntaram-se os efeitos dos escândalos contabilísticos envolvendo algumas empresas de referência nos Estados Unidos, bem como os receios de novos ataques terroristas (sobretudo na primeira metade do ano) e de uma intervenção militar norte-americana no Golfo (no final do ano). O índice Nasdaq desvalorizou-se em 32%, sendo a queda dos índices gerais, Dow Jones e S&P 500 mais moderadas, com quebras de 17% e 23%; na zona euro, dois dos principais índices bolsistas, o DAX de Frankfurt e o CAC 40 de Paris, registaram quebras de 44% e 34%, respectivamente, com os mínimos do ano a serem atingidos também no 4.º trimestre.

Evolução dos índices bolsistas



Fonte. — Bloomberg.

Situação económica nacional

O ano de 2002 não constituiu um momento favorável para a economia portuguesa, não obstante as correcções verificadas em alguns desequilíbrios estruturais.

Principais indicadores económicos

[Taxas de variação real (em percentagem), excepto quando indicado]

	1999	2000	2001	2002 (a)
Consumo privado	4,8	2,6	0,9	0,2
Consumo público	5,5	3,8	2,6	0,9

[Taxas de variação real (em percentagem), excepto quando indicado]

	1999	2000	2001	2002 (a)
Formação bruta de capital fixo	7,9	3,6	0,0	-5,0
Exportações de bens e serviços	3,2	8,3	2,9	1,3
Importações de bens e serviços	8,8	5,8	0,9	-1,1
Produto interno bruto (PIB)	3,6	3,6	1,6	-0,2
Balança corrente (em percentagem do PIB)	-8,3	-10,3	-9,7	-6,5
Défice orçamental (em percentagem PIB)	-2,4	-2,9	-4,1	-2,5
Dívida pública (em percentagem do PIB)	54,4	53,3	55,5	59,3
Taxa de desemprego (percentagem da população activa) (b)	4,4	4,0	4,1	5,1
Inflação (IPC):				
Taxa média anual (percentagem)	2,3	2,9	4,4	3,6
Taxas de juro (c):				
Curto prazo (MMI 3 meses, percentagem)	3,3	4,9	3,3	2,9
Longo prazo (OT 10 anos, percentagem)	5,7	5,3	5,2	4,3

(a) Estimativas.

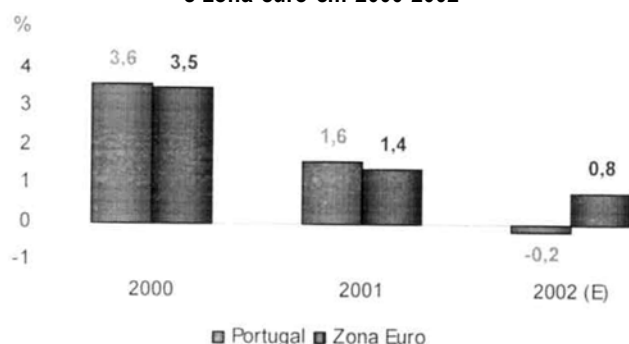
(b) Em sentido estrito: somente indivíduos que procuraram activamente emprego nos 30 dias imediatamente anteriores ao inquérito são incluídos como desempregados de entre a população activa.

(c) Taxas no final de cada ano.

Fontes. — Banco de Portugal, INE (Portugal), Ministério das Finanças, Eurostat, OCDE, Bloomberg, Espírito Santo Research.

O produto interno bruto (PIB) registou um crescimento negativo, em torno de -0,2%, o que compara com 1,6% observado em 2001 e representa o nível de actividade económica mais baixo desde a recessão de 1993. O comportamento da economia portuguesa resultou, fundamentalmente, da evolução desfavorável da procura interna. As exportações, embora sem a vitalidade de outros anos, representaram o vector mais dinâmico da procura.

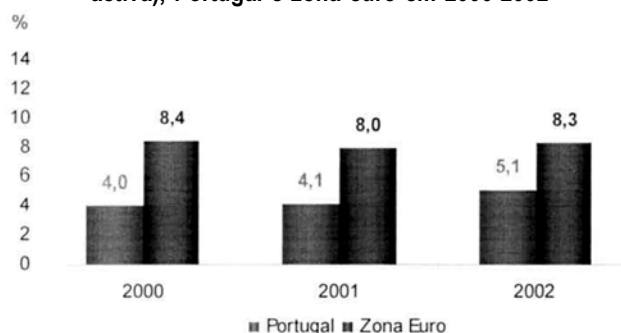
Evolução do PIB (em termos reais), Portugal e zona euro em 2000-2002



Fontes. — INE, Eurostat, Espírito Santo Research.

O consumo privado terá verificado uma variação muito modesta (0,2%), dada a deterioração generalizada da confiança das famílias. A quebra dos índices de confiança decorreu, em grande medida, do aumento do desemprego, num contexto de elevados níveis de endividamento. Em 2002, o endividamento dos particulares terá crescido para um valor próximo de 100% do rendimento disponível, o que compara com pouco mais de 60% cinco anos antes. A taxa de desemprego subiu de 4,1%, em 2001, para 5,1%, em 2002. Este quadro afectou particularmente o consumo de bens duradouros e o investimento em habitação. Em termos globais, o investimento em formação bruta de capital fixo terá observado uma contracção (em torno de 5%), após a variação nula verificada em 2001.

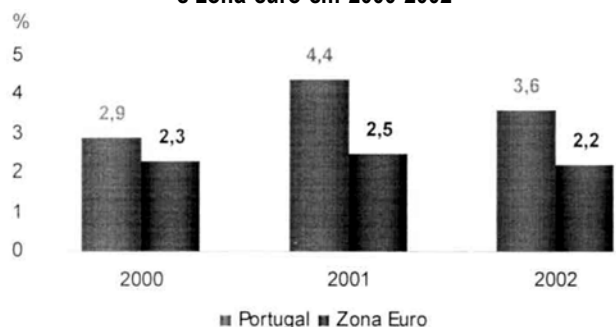
Taxa de desemprego (em percentagem da população activa), Portugal e zona euro em 2000-2002



Fontes. — INE, Eurostat.

Ao nível dos preços, assistiu-se a uma redução na taxa média de inflação de 4,1%, em 2001, para 3,6%, em 2002. Os reflexos da entrada em circulação do euro, as consequências do aumento dos preços dos combustíveis e da subida de dois pontos percentuais no escalão máximo do IVA e a manutenção dos custos unitários de trabalho em níveis relativamente elevados foram razões que contribuíram para uma desaceleração dos preços abaixo do esperado.

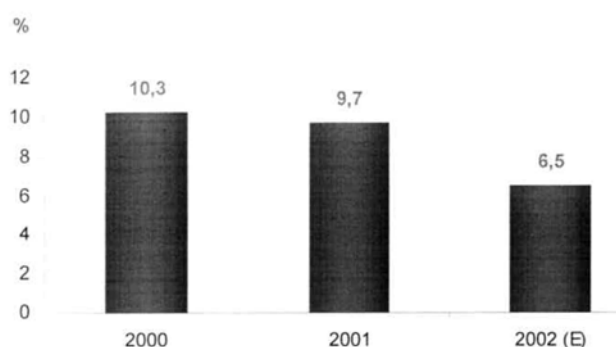
Taxa de inflação (média anual), Portugal e zona euro em 2000-2002



Fontes. — INE, Eurostat.

As contas externas observaram uma correcção com algum significado, tendo o défice conjunto das balanças corrente e de capital evidenciado uma redução, de 9,7% do PIB em 2001 para cerca de 6,5%, em 2002. A trajectória positiva verificada, que se deverá prolongar em 2003 e 2004, não deixa, no entanto, de manter Portugal como o país que regista um dos mais elevados défices externos na OCDE — uma situação que, não sendo geradora de uma crise financeira grave (dado que a economia portuguesa integra a zona monetária do euro), constitui, ainda assim, uma restrição importante à competitividade e às perspectivas de crescimento a médio e longo prazo. A correcção do défice externo observado assentou, fundamentalmente, na queda das importações, fruto da desaceleração da procura interna, uma vez que as exportações, não obstante serem o vector mais dinâmico da procura, registaram um crescimento moderado.

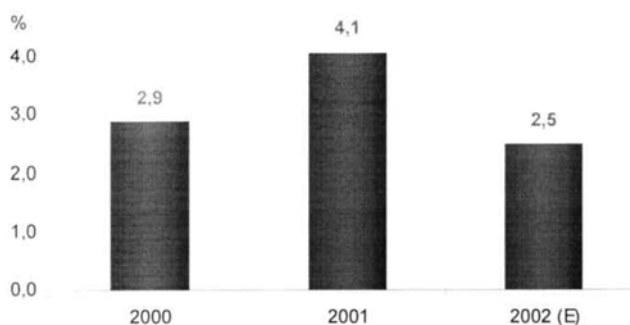
Contas externas — evolução do défice conjunto das balanças correntes e de capital (em percentagem do PIB) em 2000-2002



Fontes. — INE, Eurostat, Espírito Santo Research.

Em 2002, foi conduzida uma política orçamental pró-cíclica — o Governo foi confrontado com a necessidade de reduzir e suspender despesas, particularmente as de investimento, a fim de atingir a meta orçamental proposta de 2,8% do PIB. O défice global do sector público administrativo ter-se-á reduzido, assim, de 4,1% do PIB para cerca de 2,5%. Esta evolução assentou fundamentalmente num conjunto de medidas envolvendo a obtenção de receitas extraordinárias. Incluíram-se nestas medidas a venda de património público e a recuperação de receitas fiscais pela via do perdão de juros relativos a dívidas por regularizar.

**Contas públicas — evolução do défice do SPA
(em percentagem do PIB) em 2000-2002**



Fontes. — Ministério das Finanças-DGO, Eurostat.

Na vertente do mercado de capitais, o ano caracterizou-se pela entrada em funcionamento do novo mercado resultante da fusão entre a BVLP e a Euronext. Não obstante este facto, o mercado português, acompanhando a tendência manifestada internacionalmente, não revelou uma evolução positiva, tendo o valor no mercado a contado registado uma queda de quase 30%. A vertente accionista, que representa cerca de 92% do mercado, resvalou quase 30%, com o PSI 20 a registar uma queda de cerca de 25%, após as descidas de cerca de 13% e 25%, ocorridas em 2000 e 2001, respectivamente.

Actividade e resultados

Actividade e resultados do Grupo BES

A condução da actividade do Grupo BES durante o exercício de 2002 teve como referenciais norteadores os objectivos estratégicos a alcançar no médio e longo prazos:

- Assegurar um ROE de 15% em 2003;
- Atingir um *cost to income* de 50% em 2003;
- Alcançar uma quota média de mercado de 20% em 2005.

Como se detalhará ao longo dos pontos seguintes, o Grupo conseguiu manter níveis de crescimento significativos e equilibrados, melhorou consideravelmente os seus níveis de eficiência, reforçou a solidez financeira e provistonamento que, em conjunto, se reflectiram positivamente na evolução dos resultados.

Actividade:

Pese embora a situação macroeconómica desfavorável, tanto nacional como internacional, o Grupo BES conseguiu crescer de forma equilibrada, constituindo-se como factores determinantes do progresso conseguido a proactividade na inovação de produtos, o aprofundamento

do processo de segmentação e a melhoria da qualidade dos serviços prestados. A *performance* alcançada deu novamente um contributo determinante para a validação da estratégia de crescimento orgânico num período conturbado dos mercados financeiros a nível mundial.

Assim, a actividade evoluiu positivamente com reforço da posição competitiva nas principais linhas de negócio:

Os activos totais consolidados, incluindo a desintermediação de activos e passivos, ultrapassaram pela primeira vez os 50 mil milhões de euros, a que corresponde um acréscimo geral de actividade, face ao exercício precedente, de 9,8%;

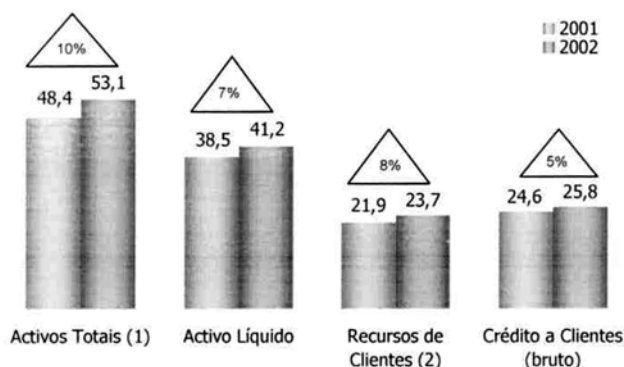
O saldo de crédito de balanço, pese embora algum abrandamento na evolução da carteira e as operações de securitização concretizadas (1450 milhões de euros) registou um crescimento de 5%;

Os recursos totais de clientes com expressão no balanço tiveram um acréscimo de 8%.

O maior acréscimo na captação de recursos face à conseguida no crédito, levou a uma melhoria do *ratio* de transformação de recursos de clientes de balanço em crédito de 110% em 2001 para 106% em 2002. Este facto assume especial significado se tivermos em conta o contexto de escassez de liquidez que caracterizou o mercado.

Evolução da actividade

Mil milhões de euros



(1) Activo líquido e desintermediação (activa e passiva).

(2) Débitos para com clientes e débitos representados por títulos colocados em clientes.

Actividade creditícia:

A actividade creditícia continuou a desenvolver-se num cenário de desaceleração do crescimento apresentando um aumento de 5% que compara com 13% no período homólogo do ano anterior (incluindo o crédito securitizado este crescimento seria de 10,2% *versus* 12,5% em 2001).

Este comportamento é reflexo de condicionantes externas ligadas à conjuntura económica menos favorável que se viveu no decorrer do exercício e que levou à diminuição da procura de crédito pelos particulares e à contenção de investimento por parte das empresas, e de condicionantes internas que se prendem com uma política de maior selectividade na concessão do crédito. Paralelamente, procedeu-se à concretização de operações de securitização — 150 milhões de euros de crédito ao consumo, 300 milhões de euros de crédito a empresas (*leasing*) e 1000 milhões de euros de crédito à habitação. Incorporando o saldo vivo do crédito securitizado, o dinamismo desta área foi como segue:

Actividade creditícia (incluindo e excluindo os valores securitizados) (a)

(Em milhões de euros)

	Dezembro de 2001		Dezembro de 2002		Variação (percentagem)	
	Saldo deduzindo securitização	Saldo incluindo crédito securitizado	Saldo deduzindo securitização	Saldo incluindo crédito securitizado	Saldo deduzindo securitização	Saldo incluindo crédito securitizado
Crédito total (bruto)	24 569	24 774	25 795	27 298	5,0	10,2
Habitação	8 446	8 446	8 645	9 641	2,4	14,1
Particulares (outro)	2 022	2 227	1 876	2 123	-7,2	-4,7
Empresas	14 101	14 101	15 274	15 534	8,3	10,2

(a) Valores securitizados = saldo vivo das operações de securitização no fim dos períodos considerados.

No que respeita ao segmento de particulares, cuja representatividade no conjunto da carteira continua a situar-se em torno dos 41%, realçamos o comportamento distinto do crédito à habitação relativamente ao crédito para outras finalidades. No primeiro, a componente mais dinâmica, o Grupo alcançou um crescimento de 14,1% apesar da extinção do regime do crédito bonificado decretada pelo Governo, com efeitos a partir de 1 de Outubro de 2002. Neste contexto, é de referir o lançamento pelo Grupo, no final do ano, do novo produto de crédito à habitação com prazo de amortização de 40 anos. O crédito à habitação — que representa cerca de 82% do crédito a particulares e 34% da carteira total — tem sido um dos eixos estratégicos da actuação comercial do Grupo de maior sucesso, para o que tem sido decisiva a excelente articulação e complementaridade entre o BES, o BIC e a Tranquilidade.

O outro crédito a particulares reduziu-se 4,7%, situação que se prende, por um lado, com o elevado grau de endividamento das famílias e da consequente menor procura de crédito e, por outro, com o reforço dos critérios de selectividade na sua concessão. Nesta área de negócio, para além das unidades bancárias, têm vindo a ter notoriedade e contributos crescentes as sociedades que actuam no domínio do crédito ao consumo especializado como é o caso da Credibom, que alcançou um crescimento de cerca de 14% da sua carteira.

Captação de recursos:

A actividade de captação de recursos do Grupo BES assenta no desenvolvimento integrado das seguintes vertentes:

Captação de recursos suportada pelos produtos tradicionais com tradução no balanço;

Emissão de obrigações e produtos estruturados de capital garantido e de médio prazo para clientes;

Actividade de *asset management*,

Colecção materializada através de produtos de bancasseguros;

Emissão de dívida e empréstimos de médio e longo prazos nos mercados internacionais e, em menor grau, através da,

Emissão de dívida subordinada.

O facto de o BES possuir um dos melhores *ratings* da banca portuguesa, as continuadas melhorias conseguidas nos padrões de qualidade, a oferta renovada de produtos, o reforço da venda cruzada e o aproveitamento da organização multicanal contribuíram para que o Grupo BES continuasse a apresentar níveis razoáveis de crescimento na captação de recursos, sobretudo junto de clientes, conferindo à condução dos negócios o indispensável equilíbrio entre a progressão do crédito e o aumento na captação de poupanças. Neste âmbito, saliente-se o balançamento conseguido no acréscimo de 8,3% nos recursos de clientes de balanço e o atingido pela desintermediação (+ 7,7%).

(Em milhões de euros)

Captação de recursos	2001	2002	Variação (percentagem)
Recursos à vista	6 880	7 321	6,1
+ Recursos a prazo	10 515	11 347	7,9
+ Débitos representados por títulos	8 805	9 271	5,3
= Recursos de balanço	26 200	27 939	6,6
– EMTN e papel comercial	4 339	4 263	1,8
= Recursos de clientes de balanço	21 861	23 676	8,3

(Em milhões de euros)

Captação de recursos	2001	2002	Variação (percentagem)
+ Desintermediação	9 637	10 383	7,7
Fundos mobiliários	3 120	3 493	2,1
Fundos imobiliários	1 161	1 405	21,0
Fundos de pensões	1 289	1 461	13,3
Gestão discricionária	2 977	3 051	2,5
Outra	790	973	23,2
= Recursos totais de clientes	31 498	34 059	8,1

A adopção de uma estratégia comercial em que se posicionou a GIP (Gestão Integrada da Poupança) como a base de oferta de recursos do Grupo — com entradas sucessivas e integradas de novos produtos —, permitiu manter o controlo sobre a captação de recursos numa conjuntura económica marcada por uma significativa escassez de liquidez.

A linha de tendência que a estrutura de captação vinha apresentando nos últimos anos — redução gradual do peso dos débitos a prazo em favor dos débitos à vista — registou, neste exercício, um relativo abrandamento. Assim, a estrutura de recursos do Grupo não registou alterações significativas em relação à do ano anterior com os recursos a prazo a representarem 41% da captação com representação no balanço, os débitos à vista 26% e os débitos titulados 33%.

Na comercialização de fundos de investimento, a condução da estratégia comercial foi bastante condicionada pela *performance* geral dos mercados, a qual provocou um desvio da procura de fundos para produtos de poupança com capital garantido. O posicionamento da ESAF neste negócio continuou a pautar-se por uma intervenção bastante activa, nomeadamente na racionalização da oferta dos fundos domésticos, sua melhor adequação às necessidades dos clientes e à consolidação da área de produtos alternativos junto de institucionais e de particulares com carteiras geridas através da área de gestão de patrimónios.

O sucesso da comercialização de produtos de bancasseguros (PPR) posicionou o Grupo na liderança desta área de negócio que assume um papel preponderante na fidelização dos clientes, no longo prazo.

A emissão de dívida, nos mercados internacionais, directamente relacionada com a necessidade de tornar cada vez mais flexível e diversificado o financiamento das operações e de reduzir as necessidades de financiamento de curto prazo, não registou alterações significativas, na medida em que as novas emissões de obrigações no âmbito do programa de *euro medium term notes* (EMTN) substituíram, em termos globais, as que atingiram a maturidade.

Solidez financeira:

Na linha da tradição do Grupo BES a solidez financeira foi reforçada no decorrer deste exercício: a estrutura de activos continua a evidenciar bons níveis de qualidade e a manifestar-se por baixos indicadores de sinistralidade e elevados graus de cobertura por provisões; a liquidez tem registado melhorias acentuadas; e os fundos próprios foram significativamente reforçados pela via do aumento de capital e emissão de dívida perpétua subordinada.

Qualidade dos activos e riscos:

A estrutura do balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2002 continua a apresentar o tradicional perfil de activos do Grupo BES. Ou seja, apesar da representatividade do crédito sobre clientes no activo líquido ser a componente mais elevada, os activos de baixo risco e elevada liquidez continuam a ter um peso significativo.

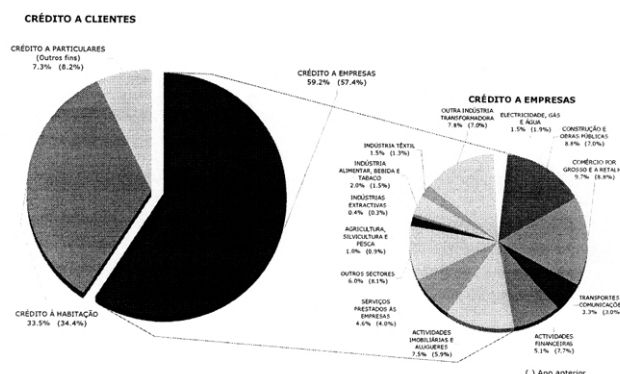
(Em milhões de euros)

Categorias de activos líquidos	2001		2002	
	Valor	Percentagem	Valor	Percentagem
Disponibilidades	1 965	5,1	1 841	4,5
Aplicações em instituições de crédito	3 888	10,1	5 666	13,7
Crédito a clientes	24 264	63,0	25 428	61,7
Aplicações em títulos	5 356	13,9	4 626	11,2
(Emissores públicos)	(1 955)	(5,1)	(1 195)	(2,9)
Imobilizações	1 511	3,9	1 571	3,8
Outros activos	1 539	4,0	2 102	5,1
Total	38 523	100,0	41 234	100,0

O agregado formado pelas disponibilidades, aplicações em instituições de crédito e títulos do Estado continua a deter um peso significativo nos activos do Grupo (21,1%) e ligeiramente superior ao ano anterior (20,3%) o que faz com que as aplicações de baixo risco e elevada liquidez sejam a segunda principal categoria.

O crédito a clientes, apesar de ter reduzido em 1,3 pontos percentuais a sua representatividade no activo, continua a ser a categoria com maior peso no balanço e a evidenciar em termos de distribuição sectorial, e na linha do que já se verificava nos anos anteriores, um perfil marcado por uma salutar dispersão, cujos efeitos positivos se continuam a fazer notar, nomeadamente nos baixos níveis de sinistralidade que a carteira apresenta.

Faça ao exercício anterior não se verificaram alterações significativas nestes agregados, constatando-se, no entanto, uma progressão do financiamento a empresas relativamente ao crédito a particulares.



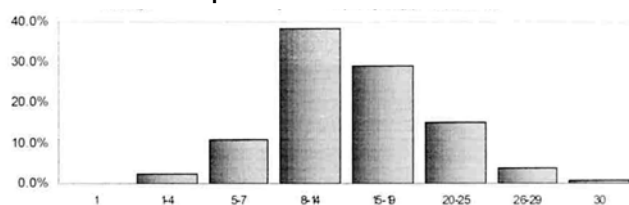
A carteira de crédito a empresas manteve em 2002 um grau de diversificação elevado tanto a nível sectorial, como numa perspectiva de maiores exposições (empresa e ou grupo económico), tendo-se assegurado níveis de concentração prudentes e dentro de limites confortáveis. Da composição da carteira por sectores de actividade observa-se que o grau de concentração máximo verifica-se no comércio por grosso e a retalho que representa 9,7% da carteira total de crédito, mantendo-se, à semelhança de anos anteriores, distribuído por um elevado número de clientes. O sector da construção e obras públicas passou a ter um peso relativo de 8,8%, o que traduz um aumento de 1,8 p.p. relativamente ao final de 2001. Uma evolução assinalável registou-se igualmente ao nível das actividades imobiliárias que apresentam uma quota de 7,5% quando no período homólogo do ano anterior a sua representatividade na carteira de crédito era de 5,9%. Reflectindo a estrutura do tecido empresarial dos mercados onde o Grupo BES está presente, no seu conjunto estes dois sectores (construção e imobiliário) reforçaram a sua posição na carteira de crédito, muito embora se tenham privilegiado operações com projectos específicos, que são objecto de avaliação e acompanhamento sistemáticos. As outras indústrias transformadoras com peso de 7,8% representam o terceiro sector de actividade com maior peso relativo na carteira. Destaca-se ainda a redução evidenciada no sector das actividades financeiras, que apresentou um recuo de 2,6 p.p. situando-se no final de 2002 em cerca de 5,1%. Em relação aos demais sectores não

se observam variações dignas de registo, sendo a sua representatividade relativa em termos de carteira de crédito considerada diminuta.

A determinação do risco da carteira de crédito a empresas assenta nos sistemas de *rating* internos utilizados no Grupo BES, os quais foram desenvolvidos à luz das recomendações do comité de Basileia no âmbito do novo acordo de capital, bem como nas práticas das agências internacionais de *rating*. Com o intuito de avaliar o risco do segmento empresas de uma forma eficiente e compatível com a complexidade e importância das exposições deste universo, a atribuição de *ratings* internos assenta em duas metodologias distintas: (i) os clientes inseridos no segmento de médias empresas são sujeitos ao modelo de *rating* desenvolvido em moldes standardizados, cuja robustez estatística é analisada periodicamente; (ii) as operações incluídas no segmento de grandes empresas e ainda as operações de project finance justificam uma análise de risco proferida pela mesa de *rating*, estrutura composta por uma equipa de quadros técnicos especializados, organizada por sectores de actividades. Os *ratings* internos, bem como as análises de risco, além do papel que desempenham no apoio ao processo de aprovação de crédito, são um elemento fundamental na monitorização do perfil de risco da carteira, na definição de preços, e ainda na determinação da rentabilidade ajustada pelo risco dos segmentos e unidades comerciais do Grupo BES.

O perfil de risco das exposições a empresas (crédito e garantias) com *rating* atribuído, denota que 51% se situa entre as notações 1 e 14, consideradas de risco muito baixo/baixo.

Ratings internos — distribuição da exposição por classes de risco



No que se refere à componente de crédito a particulares o Grupo dispõe de *scorings* de originação e campanhas para os produtos crédito individual e cartões de crédito. A experiência obtida na optimização destas ferramentas, associada a uma estratégia de preços ajustados pelo risco, permitiu o aumento da selectividade do crédito individual que se consubstanciou numa melhoria da qualidade da produção.

Decorrente da deterioração da conjuntura económica, o crédito vencido aumentou 22%, registando-se, ao mesmo tempo, um agravamento do nível de sinistralidade, medida pelo *ratio* de crédito vencido/crédito a clientes, que se situou nos 2,13%. Este agravamento incorpora também o reflexo das operações de securitização por via da diminuição da carteira total de crédito (neste contexto o *ratio* de sinistralidade seria de 2,02%).

No entanto, as provisões para crédito foram reforçadas por um montante superior à evolução do crédito vencido, facto que permitiu manter o *ratio* de cobertura do crédito vencido total em nível idêntico ao do ano anterior. Refira-se ainda que estas coberturas se mantêm confortavelmente acima dos 100%, confirmando a solidez financeira que sempre constituiu um dos pontos fortes do Grupo.

Qualidade dos activos

(Em milhões de euros)

Variáveis	2001	2002	Variação	
			Absoluta	Relativa (percentagem)
Crédito a clientes (bruto)	24 569	25 795	1 226	5,0
Crédito vencido de clientes	450,1	548,8	99	21,9
Crédito vencido de clientes > 90 dias	368,1	481,8	114	30,9
Provisões para crédito a clientes	593,1	716,1	123	20,7
Crédito vencido/crédito a clientes (percentagem)	1,83	2,13	p.p. 0,30	
Crédito vencido > 90 dias/crédito a clientes (percentagem)	1,50	1,87	p.p. 0,37	
Provisões para crédito/crédito vencido (percentagem)	131,8	130,5	p.p. — 1,3	
Provisões para crédito/crédito vencido > 90 dias (percentagem)	161,1	118,6	p.p. — 12,5	

A desagregação do crédito vencido por classes de antiguidade e provisões específicas associadas salienta o facto de o crédito vencido com mais de três anos de antiguidade representar apenas 24% e ter uma cobertura próxima dos 100%.

Crédito vencido de clientes — classes de risco e respectivas provisões

(Em milhões de euros)

Tipo de crédito vencido	Classes de antiguidade					Total	2001
	I Mais de três meses	II De três a seis meses	III De seis a 12 meses	IV De um ano a três anos	V Mais de três anos		
Crédito garantido:							
Valor bruto	12,4	7,1	19,8	133,8	29,9	203,0	150,8
Provisão específica	0,1	0,7	5,1	67,9	23,2	97,0	75,0
Crédito não garantido:							
Valor bruto	54,6	33,3	49,3	105,4	103,2	345,8	299,3
Provisão específica	1,1	7,5	28,5	105,3	103,2	245,6	211,8
Crédito vencido total:							
Valor	67,0	40,3	69,1	239,2	133,1	548,8	450,1
Repartição percentual (percentagem)	12,0	7,0	13,0	44,0	24,0	100,0	—
Provisões específicas	1,2	8,2	33,6	173,2	126,4	342,6	296,8
Provisão para crédito de cobrança duvidosa e risco-país	—	—	—	—	—	24,8	18,3
<i>Total das provisões específicas</i>	<u>1,2</u>	<u>8,2</u>	<u>33,6</u>	<u>173,2</u>	<u>126,4</u>	<u>367,4</u>	<u>305,1</u>
Provisões específicas/crédito vencido total (percentagem)	1,8	20,4	48,6	72,4	95,0	67,0	67,8

Para além das provisões específicas constituídas, cujo grau de cobertura é de 67%, parte significativa do crédito vencido (cerca de 37%) encontra-se protegido por colaterais recebidas pelo Grupo.

No que se refere à carteira de obrigações que ascendia a 4089 milhões de euros no final do ano e dos quais 1201 milhões de euros (29%) correspondiam a emissões de dívida pública, cerca de 52% destes activos têm notações de risco atribuídas pelas agências internacionais de *rating* (Moody's e ou S&P), sendo que 96% têm classificação de *investment grade*.

Obrigações e ratings

Ratings externos (a)		S&P		Moody's	
		Milhões de euros	Percentagem	Milhões de euros	Percentagem
AAA	Aaa	950	23,3	1 048	25,7
[AA+; AA-]	[Aa1; Aa3]	263	6,5	202	5,0
[A+; A-]	[A1; A3]	337	8,3	520	12,8
[BBB+; BBB-]	[Baa1; Baa3]	490	12,0	309	7,6
[BB+; BB-]	[Ba1; Ba3]	9	0,2	24	0,6
[B+; B-]	[B1; B3]	41	1,0	34	0,8
[CCC+; CC]	[Caa1; Ca]	5	0,1	20	0,5
SD/D	C	14	0,3	—	—
N.R.	N.R.	1 967	48,2	1 919	47,1
<i>Total</i>		<u>4 076</u>	<u>100,0</u>	<u>4 076</u>	<u>100,0</u>

Nota. — Não inclui títulos próprios.

(a) Ratings de emittentes.

O risco de crédito dos derivados, calculado a partir do custo de substituição (soma dos valores de substituição positivos dos contratos), assenta essencialmente em exposições assumidas perante entidades com notações de risco atribuídas pelas agências internacionais de *rating*. A elevada qualidade desta carteira é constatada pelo facto de 85% do valor corrente do risco se situar entre as notações AAA/Aaa e A-/A3. Acresce ainda que a maior parte do risco de crédito dos derivados, cerca de 88%, provém de exposições cujo risco está associado a instituições financeiras.

Derivados e ratings (risco de crédito)

Ratings externos		S&P		Moody's	
		Milhões de euros	Percentagem	Milhões de euros	Percentagem
AAA	Aaa	33	3,4	46	4,9
[AA+; AA-]	[Aa1; Aa3]	577	60,5	695	72,8
[A+; A-]	[A1; A3]	199	20,8	70	7,3
[BBB+; BBB-]	[Baa1; Baa3]	—	—	—	—
[BB+; BB-]	[Ba1; Ba3]	—	—	—	—
[B+; B-]	[B1; B3]	—	—	—	—
LCCC+; CC]	[Caa1; Ca]	—	—	—	—
SD/D	C	—	—	—	—
N.R.	N.R.	143	15,0	143	15,0
<i>Total</i>		<u>954</u>	<u>100,0</u>	<u>954</u>	<u>100,0</u>

Em termos de risco de mercado, o Grupo apresenta um valor em risco (VaR) de 23 milhões de euros em Dezembro de 2002 para as suas posições de *trading* em ações e taxa de juro, bem como para a posição cambial global, o que compara com 31 milhões de euros no final do exercício anterior. Este valor de 23 milhões de euros representa cerca de 0,90% dos fundos próprios de base consolidados do

Grupo BES e a principal variação verifica-se ao nível da taxa de juro onde se assiste a uma redução da exposição. Esta redução traduziu-se numa maior concentração da carteira, o que se reflectiu num menor efeito de diversificação. Este VaR tem por pressuposto um intervalo de confiança de 99% e considera um período de investimento de 10 dias.

(Em milhões de euros)

	Value at risk 99% a 10 dias	
	2001	2002
Taxa de juro	21,25	6,61
Taxa de câmbio	2,76	1,24
Ações	26,44	19,76
Efeito diversificação	— 19,23	— 4,70
<i>Total</i>	31,22	22,91

Refira-se, por último, no âmbito da qualidade de activos do Grupo BES, o baixo envolvimento com as economias emergentes, cujo valor total, líquido de garantias e deduções e excluindo participações financeiras, representa apenas 0,4% dos activos consolidados (0,7% em Dezembro de 2001). Refira-se ainda que em relação aos 210 de milhões de euros de exposição líquida, 71 milhões de euros são exposição em moeda local.

Exposição a mercados emergentes

(Em milhões de euros)

Países	Coeficiente de risco do BdP (percentagem)	Dezembro de 2001 — Exposição líquida	Dezembro de 2002			
			Exposição bruta	Garantias e deduções (a)	Exposição líquida	
					Valor	Estrutura (percentagem)
América Latina		195	442	312	130	61,9
Argentina	85	6	8	4	4	1,9
Bahamas	10	1	32	32	—	—
Brasil	25	172	294	188	106	50,5
México	25	5	17	7	10	4,8
Panamá	25	6	27	27	—	—
Uruguai	10	1	20	19	1	0,5
Venezuela	50	3	21	20	1	0,5
Outros		1	23	15	8	3,8
Leste Europeu		18	15	4	11	5,1
Eslovénia	10	3	3		3	1,4
Hungria	10	4	0		—	—
Polónia	10	7	3	—	3	1,4
República Checa	10	—	4		4	1,9
Outros		4	5	4	1	0,5
Ásia-Pacífico		60	28	7	21	10,0
Coreia do Sul	10	20	10	—	10	4,8
Macau	10	6	12	1	11	5,2
Outros (b)		34	6	6	—	—
África		30	214	166	48	22,9
África do Sul	25		29	28	1	0,5
Angola	50	18	124	87	37	17,6
Cabo Verde	25	1	11	10	1	0,5
Marrocos	10	10	48	39	9	4,3
Outros		1	2	2	—	—
<i>Total</i>		303	699	489	210	100,0
Provisões		18			26	
<i>Total líquido</i>		285			184	
Activo líquido (percentagem)		0,7			0,4	

(a) Inclui *trade finance* inferior a 1 ano no montante de 36 milhões de euros.

(b) Em 2001 este valor engloba a exposição em Hong Kong que em 2002 deixou de integrar os mercados emergentes.

De entre as exposições para com os países acima identificados assumem especial relevo as relacionadas com o Brasil não só pelos fortes laços culturais e comerciais entre os dois países como pela aposta estratégica do Grupo naquele mercado e com Angola, em que uma parte significativa está coberta por garantias. Quer a exposição global quer a exposição individual estão consideravelmente abaixo dos limites máximos permitidos pelo Banco de Portugal.

Liquidez e *ratio* de transformação:

A política de financiamento do Grupo tem sido uma das disciplinas da gestão financeira, a qual, articulada com a política orçamental e de investimento, é estabelecida para todos os passivos, desde os depósitos de clientes até ao capital dos accionistas, enquadrando o mercado nacional e internacional.

Num contexto de forte dinamização da actividade comercial que induziu, no passado, uma evolução desfavorável do *ratio* de transformação, a gestão de liquidez consolidada, suportada numa actuação centralizada das principais unidades de negócio, assumiu particular relevância.

Actividade com clientes — *ratio* de transformação

(Em milhões de euros)

Variáveis	2001	2002
Credito a clientes:		
Crédito a clientes (bruto)	24 569	25 795
Provisões específicas e genéricas	593	716
Crédito líquido (A)	23 976	25 079
Recursos de clientes + títulos:		
Depósitos de clientes (B)	17 395	18 668
Débitos representados por títulos	4 466	5 008
Recursos de clientes (C)	21 861	23 676
<i>Euro medium term notes</i> + papel comercial	4 339	4 263
Recursos totais de balanço (D)	26 200	27 939
<i>Ratio</i> de transformação:		
Depósitos em crédito (A/B)	138	134
Recursos de clientes em crédito (A/C)	110	106
Recursos totais em crédito (A/D)	92	90

A inversão da tendência dos anos anteriores, iniciada em 2001 e prosseguida em 2002, conduziu a que o valor do *ratio* de transformação de recursos de clientes (depósitos e representados por títulos) em crédito passasse para 106%, o que representa uma significativa melhoria face ao valor apurado nos anos precedentes (114% em 2000 e 110% em 2001). Porém, o *ratio* de transformação acima dos 100% não representou um constrangimento ao crescimento dado que as necessidades de liquidez geradas pelo balanço comercial foram supridas através da: (i) emissão de produtos estruturados de médio prazo e capital garantido; (ii) de financiamentos de médio e longo prazos nos mercados internacionais; (iii) pela via do encaixe realizado pelo aumento de capital; (iv) bem como de operações de securitização (crédito ao consumo e *leasing* e crédito à habitação bonificado).

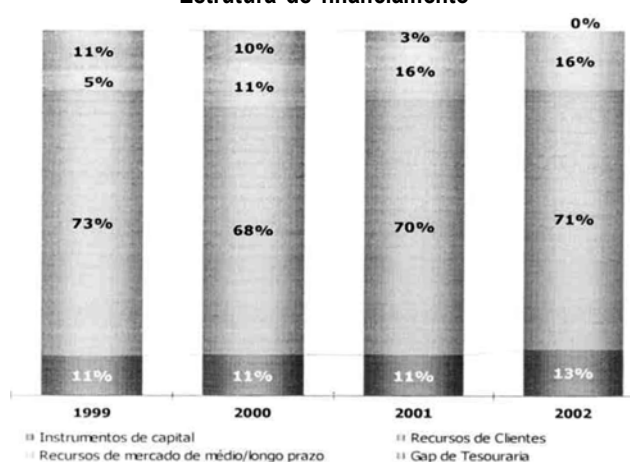
Fontes de financiamento

(Em milhões de euros)

	1999	2000	2001	2002
Gap de tesouraria	2 613	2 665	1 140	— 1 030
Caixa e outras disponibilidades junto de ICs	5 464	5 280	5 854	7 507
Débitos de curto prazo junto de ICs e papel comercial	8 077	7 945	6 994	6 477
Recursos de mercado de médio/longo prazo	1 219	3 024	4 881	5 464
<i>Euro medium term notes</i>	1 139	2 605	4 265	4 234
Débitos de médio e longo prazo junto de ICs	80	419	616	1 230
Recursos de clientes	16 753	18 649	21 861	23 676
Instrumentos de capital	2 523	3 092	3 463	4 184
Total	23 108	27 430	31 345	32 294

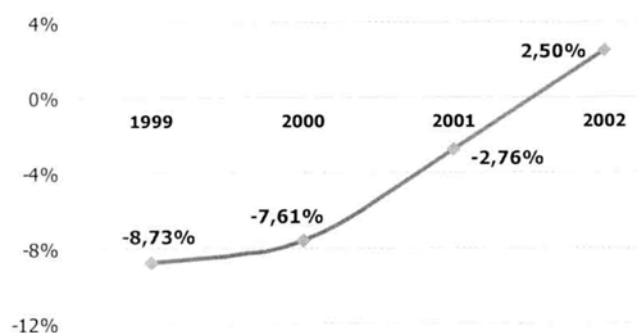
Na estrutura de financiamento do Grupo os recursos de clientes em balanço representados por depósitos e títulos assumem a maior importância representando 71% do total das fontes, seguido pelos recursos de médio e longo prazos que detêm um peso de 16% e pelos fundos próprios que, por via do aumento de capital, viram o seu peso relativo subir para 13%.

Estrutura de financiamento



A prossecução de uma política prudente de gestão da liquidez consubstanciada no alargamento dos prazos das fontes de financiamento permitiu reduzir substancialmente as necessidades de curto prazo. Assim, o *ratio gap* de tesouraria (liquidez imediata e créditos interbancários de curto prazo deduzidos dos débitos interbancários até um ano) sobre os activos totais tem evoluído muito favoravelmente (— 7,6% em 2000 e — 2,7% em 2001), atingindo um valor positivo em 2002.

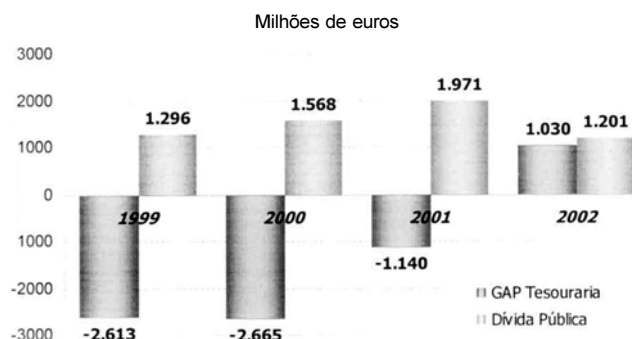
Gap de tesouraria (como percentagem do activo líquido)



Este posicionamento na gestão de liquidez de curto prazo é particularmente aconselhável tendo em consideração as incertezas que pesam sobre os mercados, em face dos riscos geopolíticos, que caracterizam a situação actual.

Adicionalmente, a cobertura do *gap* de tesouraria pela carteira de dívida pública tem sido consistentemente elevada.

Evolução da dívida pública vs GAP de tesouraria



Nível de capitalização:

Os fundos próprios e equiparados atingiram no final do exercício 4232 milhões de euros, apresentando um reforço de 770 milhões em relação ao ano anterior.

Esta evolução reflecte os efeitos do aumento de capital do BES realizado no final do 1.º trimestre, operação esta motivada pela necessidade de continuar a manter os elevados padrões de solidez que sempre caracterizaram o Banco e de o dotar dos meios financeiros adequados ao seu desenvolvimento sustentado, criando condições para o aprofundamento do processo de racionalização e modernização do Grupo.

(Em milhões de euros)

Fundos próprios e equiparados	2001	2002	Variação
Capital social	1 000	1 500	500
Reservas e similares	206	279	73
Legal e livres	13	— 21	— 34
De reavaliação	—	—	—
Prémios de emissão	193	300	107
Resultados transitados	—	—	—

Provisões para participações financeiras

(Em milhões de euros)

Participações financeiras	Menos-valias potenciais (preços no fim do ano)	Menos-valias potenciais (preços médios)	Corredor 15%	Excesso
Portugal Telecom	106,9	121,9	49,0	73,0
PT Multimédia	168,2	197,5	44,4	153,1
Banco Bradesco	27,6	51,7	24,4	27,3
Novabase	9,9	11,6	3,7	8,4
Banque Marocaine Com. Ext.	9,4	10,5	3,8	6,7
Outras	47,2	47,5	7,2	20,9
Total	369,2	440,7	132,5	289,4

Deste modo, de acordo com o referido normativo, apenas 289,4 milhões de euros das menos-valias é que serão objecto de enquadramento prudencial até ao ano de 2006, em que parte das quais (118,3 milhões de euros) será reconhecida através de provisões sendo o remanescente (171,1 milhões de euros) tratado como elemento dedutível aos fundos próprios.

Provisões para participações financeiras — escalonamento temporal

(Em milhões de euros)

	Provisões (a)	Dedução aos fundos próprios	Impacto total nos fundos próprios
Ano de 2002	31,9	45,4	77,3
Ano de 2003	28,8	41,9	70,7

(Em milhões de euros)

Fundos próprios e equiparados	2001	2002	Variação
Passivos subordinados	1 443	1 696	253
Acções preferenciais e minoritárias	615	535	— 80
Resultados do exercício	198	222	24
Total	3 462	4 232	770

A operação de aumento de capital de 1000 milhões para 1500 milhões de euros (aprovada em assembleia geral de accionistas reunida no dia 31 de Dezembro de 2001) foi concretizada mediante a emissão de 100 milhões de novas acções ordinárias, nominativas e escriturais, com o valor nominal de cinco euros cada, totalmente subscritas de acordo com as seguintes modalidades:

50 milhões de novas acções atribuídas gratuitamente aos accionistas por incorporação de reservas disponíveis para o efeito, na proporção de uma nova acção por cada quatro acções detidas;

50 milhões de novas acções subscritas pelos accionistas, tendo cada um o direito de subscrever uma nova acção por cada quatro acções detidas. O preço de subscrição de cada acção foi de 11,00 euros.

A operação alcançou pleno sucesso e proporcionou um encaixe de 550 milhões de euros tendo sido acompanhada pelos accionistas de referência — Bespar e Crédit Agricole — que mantiveram as suas posições relativas na estrutura accionista do Banco. O período de subscrição decorreu entre os dias 11 e 25 de Fevereiro de 2002 e a escritura pública do aumento de capital realizou-se no dia 27 de Março de 2002.

A adesão total dos accionistas ao aumento de capital, realizado num momento bastante difícil vivido pelo mercado de capitais, demonstrou de forma inequívoca a sua adesão e apoio ao programa de acção e à estratégia de desenvolvimento implementados pelo Grupo BES.

A variação positiva registada nos prémios de emissão é também reflexo da operação de aumento de capital. Foram incorporados em capital os 193 milhões de euros existentes no balanço à data da operação que, por sua vez, gerou novos prémios de emissão no montante de 300 milhões de euros. As reservas passaram de 13 milhões de euros para — 21 milhões de euros devido ao facto de ser nesta rubrica que se reflectiram o provisionamento para participações financeiras (aviso 4/2002 do Banco de Portugal) e o apuramento do *goodwill* em subsidiárias.

De acordo com as regras regulamentares aplicáveis, as menos-valias potenciais em participações financeiras objecto de provisionamento e ou deduções a fundos próprios, calculadas com base nas cotações médias dos últimos seis meses, estavam relacionadas com as seguintes posições estratégicas:

(Em milhões de euros)

	Provisões (a)	Dedução aos fundos próprios	Impacto total nos fundos próprios
Ano de 2004	28,8	41,9	70,7
Ano de 2005	17,3	25,1	42,4
Ano de 2006	11,5	16,8	28,3
Total	118,3	171,1	289,4

(a) Em 2002 e 2003 as provisões são contabilizadas por contrapartida de reservas; a partir de 2004 serão afectas a resultados.

Caso se considerassem as cotações de final do exercício, tais valores apresentariam uma redução de cerca de 16%.

Relativamente às variações ocorridas nas restantes componentes, salientamos o aumento dos passivos subordinados e a diminuição do contravalor em euros das acções preferenciais por desvalorização da moeda de denominação (USD). O Grupo BES tem dívida subordinada emitida no valor de 1696 milhões de euros, cuja variação relativa-

mente ao exercício precedente é explicada pelas emissões de *upper tier II* — uma nova emissão de 500 milhões de euros e o reembolso de uma outra no montante de 200 milhões de dólares.

Sem prejuízo de um maior detalhe nas notas explicativas às demonstrações financeiras acerca destas emissões, importa que neste ponto se sintetizem as principais características das mesmas, eliminando-se, para este efeito, as operações entre empresas do Grupo:

(Em milhares de euros)

Passivos subordinados	Entidade emitente	Características da emissão				
		Moeda	Valor	Data de emissão	Maturidade	Cotação em
Obrigações de caixa subordinadas	BES	EUR	34 996	Novembro de 1993	10 anos	Euronext Lisboa
Obrigações de caixa subordinadas	BE5	EUR	59 857	Abril de 1996	10 anos	Euronext Lisboa
Obrigações de caixa subordinadas	BES	EUR	99 760	Junho de 1997	10 anos	Euronext Lisboa
Obrigações perpétuas subordinadas	BES	EUR	99 760	Junho de 1997	—	Euronext Lisboa
Obrigações de caixa subordinadas BIC 93	BIC	EUR	9 553	Março de 1993	10 anos	Euronext Lisboa
Obrigações perpétuas subordinadas BIC 97	BIC	EUR	49 540	Novembro de 1997	—	Euronext Lisboa
Obrigações perpétuas subordinadas BIC 98	BIC	EUR	24 175	Novembro de 1998	—	—
Obrigações subordinadas	BES Finance	USD	47 678	Novembro de 1999	10 anos	Luxemburgo
Obrigações subordinadas	BES Finance	EUR	300 000	Março de 2000	10 anos	Luxemburgo
Obrigações subordinadas	BES Finance	EUR	400 000	Maio de 2001	10 anos	Luxemburgo
Obrigações perpétuas subordinadas	BES Finance	EUR	500 000	Maio de 2002	—	Luxemburgo
Obrigações perpétuas subordinadas	Credibom	EUR	8 600	Novembro de 99	—	—
Obrigações de caixa subordinadas	BES Leasing	EUR	12 000	Dezembro de 1999	10 anos	—
Obrigações de caixa subordinadas	BESI	PTE	29 928	Dezembro de 1996	10 anos	Euronext Lisboa
Obrigações de caixa subordinadas	BESI	EUR	19 952	Dezembro de 1998	10 anos	Euronext Lisboa
Total			1 695 790			

Na sua grande maioria, os títulos acima referidos estão cotados na Euronext Lisboa, com excepção das obrigações subordinadas emitidas pela BES Finance, Ltd., que estão cotadas na Bolsa do Luxemburgo.

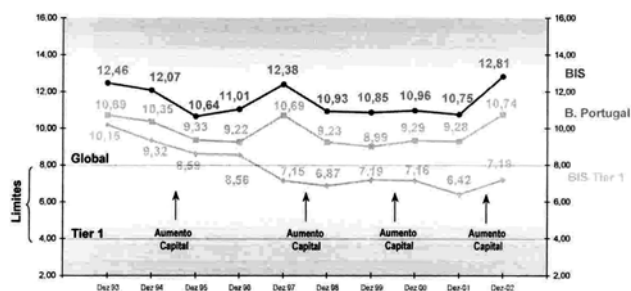
No que se refere aos fundos próprios sob a forma de acções preferenciais, os mesmos totalizavam 477 milhões de euros, sendo o decréscimo ocorrido no exercício explicado pela variação cambial do dólar em relação ao euro, na medida em que todas as emissões foram concretizadas naquela moeda pelas subsidiárias ESOL e BESOL.

Solvabilidade:

O acréscimo dos fundos próprios de base e complementares em, respectivamente, 226 milhões de euros e 355 milhões de euros foi determinante para a manutenção da robustez financeira do Grupo BES. Deste modo, o *ratio* de solvabilidade consolidado apresenta melhorias significativas em relação ao exercício anterior, passando de 9,28% para 10,74% mantendo-se claramente acima dos valores mínimos fixados tanto pelo Banco de Portugal como do recomendado pelo Banco de Pagamentos Internacionais (BIS).

O aumento de capital constituiu uma iniciativa que deve ser entendida como a forma sustentada através da qual o Grupo promove o desenvolvimento da sua actividade assente em níveis de solvabilidade compatíveis.

Evolução do *ratio* de solvabilidade (percentagem)



Analisando em detalhe a evolução das várias componentes do *ratio*, determinado segundo as regras do Banco de Portugal, verifica-se um aumento de 8,6% dos activos de risco suportado por um crescimento de, sensivelmente, 12,8% dos fundos próprios de base. Paralelamente, os fundos próprios complementares aumentaram 27,6% fruto de novas emissões de obrigações subordinadas.

Activos de risco e capitais elegíveis (Banco de Portugal)

(Em milhões de euros)

Variáveis	2001	2002	Variações	
			Absoluta	Relativa (percentagem)
Activo líquido consolidado (1)	38 523	41 234	2 711	7,0
Activos de risco equivalentes (2)	30 364	32 973	1 609	8,6
Índice de risco (percentagem) (2)/(1)	79	80	1	—

(Em milhões de euros)

Variáveis	2001	2002	Variações	
			Absoluta	Relativa (percentagem)
Requisitos de fundos próprios (3)	2 429	2 638	209	8,6
Activos de risco	2 214	2 504	290	13,1
Carteira negociação	215	134	— 81	— 37,7
Fundos próprios existentes (4)	2 817	3 541	724	25,7
De base	1 772	1 998	226	12,8
Complementares	1284	1639	355	27,6
Deduções	239	96	— 143	— 59,8
Excesso de fundos próprios (4)–(3)	388	903	515	—
Ratio de solvabilidade total (percentagem) $[4/(12,5 \times 3)]$	9,28	10,74	p. p. 1,46	
Ratio tier I (percentagem)	5,83	6,06	p. p. 0,23	
Core tier I (percentagem)	3,81	4,44	p. p. 0,63	
Solvabilidade — critérios do BIS:				
Ratio BIS total (percentagem)	10,75	12,81	p. p. 2,06	
Ratio tier I (percentagem)	6,42	7,19	p. p. 0,77	
Core tier I (percentagem)	4,43	5,61	p. p. 1,18	

De acordo com os critérios do BIS o ratio total elevava-se a 12,81% (10,75% em 2001) sendo o ratio tier I de 7,19% que compara muito favoravelmente com o mínimo de 4% recomendado por aquela instituição.

A solidez financeira pode também ser avaliada através da cobertura dos activos fixos pelos fundos próprios e equiparados. Tal como se mostra no quadro seguinte, a capitalização do Grupo BES saiu significativamente reforçada em 2002, visto os capitais permanentes terem passado a representar mais de duas vezes e meia dos activos fixos (2,2 vezes no ano precedente).

Cobertura dos activos fixos

(Em milhões de euros)

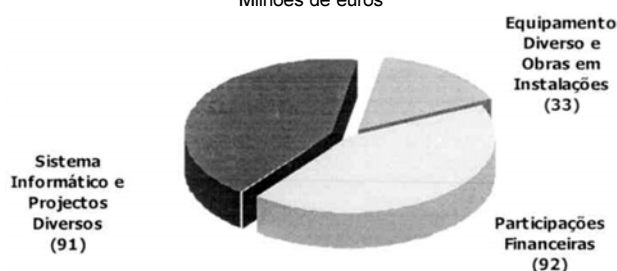
Variáveis	2001	2002	Variação (percentagem)
Activos fixos (AF):			
Imobilizado líquido	620	611	— 1,5
Participações financeiras	891	960	7,7
	1 511	1 571	3,9
Fundos próprios e equiparados (FP):			
Capital e reservas	1 206	1 779	47,5
Passivos subordinados	1 443	1 696	17,5
Acções preferenciais	567	477	— 15,9
Interesses minoritários	49	57	16,3
	3 265	4 009	22,8
Ratio de cobertura (percentagem) (FP/AF)	2,2	2,6	—

Investimentos:

Os investimentos mais significativos realizados durante o exercício encontram-se relacionados com o desenvolvimento do sistema informático e obras em instalações elevando-se, no seu conjunto, a 124 milhões de euros e com investimentos financeiros cujo líquido se situou em 92 milhões de euros.

Principais investimentos

Milhões de euros



Os principais investimentos/desinvestimentos financeiros realizados no decorrer deste exercício estão directamente relacionados com reorientações estratégicas do Grupo. Neste contexto, destacamos a venda da posição accionista no Kredyt Bank (Polónia) com o objectivo de concentrar recursos no desenvolvimento da presença no mercado ibérico e em mercados com forte presença de comunidades portuguesas; a alienação da posição na VTR, SGPS, S. A.; o aumento de participação no BES Vénétie (França) de 20% para 40% reforçando o relacionamento com os países da Europa Meridional, aproveitando uma oportunidade de compra em condições favoráveis; e a aquisição da totalidade do capital social do Bank Espírito Santo (International) Ltd., a qual se insere no quadro do desenvolvimento da estratégia de aproximação às comunidades portuguesas no exterior.

Durante o ano de 2002 concluiu-se o processo de reestruturação da InterAtlântico, S. A. (IASA), concentrando-se no BES a totalidade da participação no Banco Bradesco (3,25%). Em consequência, o Grupo BES alienou 81% da participação que detinha na IASA o que permitiu a libertação de 20,4 milhões de euros da provisão existente no balanço consolidado para aquele investimento, a qual, no entanto, não teve qualquer influência no resultado do Grupo dado ter sido alocada às provisões para riscos gerais de crédito, cujos níveis se encontram acima das obrigatórias.

Em território nacional procedeu-se à criação de uma nova instituição, o Banco Espírito Santo dos Açores, em parceria com a Caixa Económica da Misericórdia de Ponta Delgada. Por outro lado, o capital do Banco BEST foi aumentado de 32,4 para 43 milhões de euros, mantendo o Grupo BES a sua participação.

O financiamento de todos estes investimentos foi assegurado com recurso ao autofinanciamento e pelo aumento de fundos próprios e equiparados.

Condições de funcionamento:

As condições de funcionamento do Grupo BES subjacentes à geração do produto bancário durante o ano de 2002, reflectem a robustez da actividade comercial assente na sua organização multi-especialista.

(Em milhões de euros)

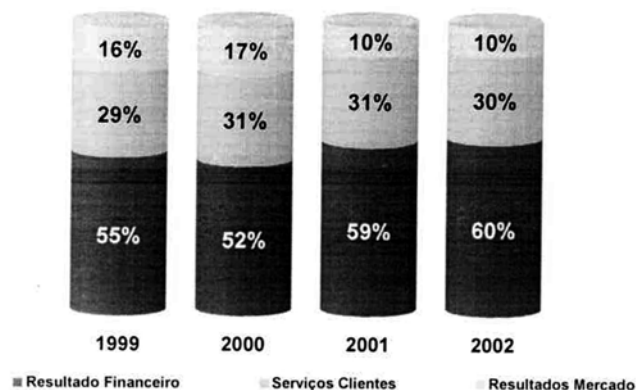
Formação do produto bancário	2001	2002	Variação (percentagem)
Resultado financeiro	718,6	808,2	12,5
+ Serviços a clientes	382,6	407,3	6,5
= Produto bancário comercial	1 101,2	1 215,5	10,4
+ Resultados de operações de mercado	125,8	138,5	10,0
= Produto bancário de exploração	1 227,0	1 354,0	10,3

Sem prejuízo de um detalhado desenvolvimento sobre os factores que conduziram aos expressivos aumentos em cada uma das componentes do produto bancário, destacamos desde já o equilíbrio conseguido na diversificação das fontes geradoras de rendimento traduzidas

nos crescimentos: resultado financeiro em 12,5%, do comissionamento em 6,5% e dos resultados de mercados em 10,0%.

As iniciativas tomadas no sentido do aumento sustentado da relevância dos serviços no conjunto das receitas do Grupo continuaram a consolidar-se e o peso do *trading* no total do produto manteve-se a níveis idênticos ao do ano anterior (ao redor de 10%).

Evolução da estrutura do produto bancário



Resultado financeiro e margem:

O resultado da intermediação de balanço registou um aumento de 89 milhões de euros, que representa um crescimento de 12,5% face ao conseguido no exercício precedente.

Vejam os factores que mais influenciaram esta importante área de actividade no exercício em análise.

(Em milhões de euros)

Intermediação	2001	2002	Variação
Proveitos	2 020	1 853	— 167
Crédito a clientes	1 537	1 436	— 101
Aplicações em títulos	242	251	9
Outras aplicações (<i>a</i>)	241	166	— 75
Custos	1 301	1 045	— 256
Recursos de clientes	849	726	— 123
Outros recursos	452	319	— 133
Resultado financeiro	719	808	89

(a) Inclui juros líquidos das operações *swaps*.

O aumento do resultado financeiro é explicado pela redução dos custos de intermediação em 256 milhões de euros, enquanto que a descida dos juros activos totalizou apenas 167 milhões de euros. A descida dos juros activos localizou-se, sobretudo, no crédito a clientes enquanto que a diminuição do custo dos recursos proveio tanto dos recursos captados junto de clientes como nos associados a emissão de dívida. As diminuições experimentadas nos juros activos e passivos tiveram origem na descida observada nas taxas das moedas em que as aplicações e recursos do Grupo se encontram denominadas.

A relação dos proveitos e custos, com os activos e passivos portadores de juros, permite analisar a evolução das respectivas taxas médias associadas:

Resultados e margem financeira

(Em milhões de euros)

Variáveis	2001			2002		
	Capitais médios	Taxa (porcentagem)	Proveitos/custos	Capitais médios	Taxa (porcentagem)	Proveitos/custos
Aplicações	33 025	6,116	2 020	35 559	5,212	1 853
Credito a clientes	23 297	6,595	1 537	25 470	5,639	1 436
Aplicações em títulos	4 809	5,029	242	5 243	4,798	251
Outras aplicações (a)	1 919	1,907	241	4 846	3,417	166
Recursos alheios	32 485	4,006	1 301	35 263	2,964	1 045
Recursos de clientes	23 098	3,676	849	26 265	2,763	726
Outros recursos	9 387	4,816	452	8 998	3,552	319
Resultado/margem diferencial	—	2,110	719	—	2,248	808
Recursos próprios e diferenciais	540	0,066	—	296	0,025	—
Resultado/margem global	—	2,176	719	—	2,273	808

(a) Inclui juros líquidos das operações *swaps*.

Conforme se evidencia no quadro anterior, o Grupo conseguiu alcançar em 2002 uma melhoria da margem financeira de 9,7 pontos base a qual passou de 2,176% para 2,273%. O progresso alcançado resulta de uma maior descida na taxa média de remuneração dos passivos financeiros (- 1,042%) que a registada na taxa média das aplicações (- 0,904 p.p).

A variação da margem absoluta — aumento de 89 milhões de euros — pode ser decomposta nos efeitos da variação de taxa e de volume de negócio, conforme se apresenta no quadro seguinte:

Efeito taxa *versus* efeito capital

(Em milhões de euros)

	Efeito capital			+	Efeito taxa			=	Variação total de juros		
	Taxa (percent.)	x	Variação de capital	=	Variação de juros		Capital	x	Variação de taxas	=	Variação de juros
Activos financeiros	5,149		2 533		141		33 025		— 0,899		— 307
Crédito a clientes	5,639		2 173		122		23 297		— 0,957		— 223
Aplicações títulos	4,798		434		21		4 809		— 0,231		— 11
Outras aplicações	3,417		— 74		— 2		4 919		— 1,490		— 73
Passivos financeiros	2,652		2 778		74		32 485		— 1,015		— 330
Recursos clientes	2,763		3 167		88		23 098		0,913		211
Outros recursos	3,552		— 389		— 14		9 387		1,264		— 119
Diferença					67						22

O efeito de taxa explica o aumento de 22 milhões de euros do resultado financeiro, sendo os restantes 67 milhões de euros explicados pelo acréscimo no volume de negócio.

O acompanhamento da margem financeira e a gestão de balanço, incluindo os riscos de taxa de juro, câmbio e liquidez, é concretizada através da estrutura ALCO (*asset and liability committee*) constituída ao mais alto nível da instituição. De entre as várias medidas definidas pelo ALCO, assumem particular relevância as referentes ao posicionamento do balanço de acordo com as perspectivas da evolução da curva de rendimentos e o ajustamento aos preçários quer das operações activas, como das operações passivas.

Reflectindo as condições de mercado prevalentes em 2002, que se caracterizaram por taxas de juro nominais a níveis historicamente baixos e uma redução da poupança das famílias, particularmente sentida no mercado doméstico, o ALCO estabeleceu uma política de contenção do preçário das operações passivas e concepção de produtos âncora que permitiram fidelizar clientes dos segmentos mais sensíveis ao factor preço. Ao nível das operações activas, o ALCO prosseguiu uma política já iniciada em 2001, que se traduziu num aumento dos *spreads* das operações de crédito a empresas, suportada por modelos sofisticados de avaliação de risco e que procurou fazer reflectir em Portugal uma tendência verificada na generalidade dos sectores de actividade no mercado internacional.

Por outro lado, a convicção desde o início do ano, de que o abrandamento da actividade económica nos EUA e na União Europeia se prolongaria pelo menos até 2003, levou o Grupo a posicionar-se para a descida das taxas de juro, tendo para isso, no início do 2.º trimestre, realizado operações no sentido de proteger o balanço contra a descida das taxas de longo prazo.

Adicionalmente, foi continuada uma política de alongamento do prazo dos recursos, quer através da emissão de produtos estruturados para clientes, quer através de emissões no mercado internacional, a taxas indexadas. Estas emissões para além de permitirem reduzir substancialmente as necessidades de financiamento no curto prazo melhorando os *ratios* de liquidez, também beneficiaram a margem financeira, dado que acomodaram integralmente as descidas das taxas de mercado.

Serviços a clientes:

Os rendimentos com origem nos serviços prestados aos clientes totalizaram 407,3 milhões de euros, valor superior em 24,7 milhões de euros ao apresentado no exercício precedente, que representa um crescimento de 6,5%.

Este comportamento decorre, no fundamental, do crescimento do comissionamento relacionado com os produtos tradicionais (ou seja, os que se encontram directamente associados à actividade bancária), nomeadamente:

Comissões sobre empréstimos (+ 49%), que integram todo o comissionamento relativo quer às linhas de crédito, quer ao crédito ao consumo e à habitação;

Corporate finance (49%), associada a algumas operações de renegociação de dívida de dimensão significativa;

Gestão de meios de pagamento (+ 29%) que inclui nomeadamente gestão de contas, transferências, ordens de pagamentos e cheques, e reflecte também toda a dinâmica resultante da comercialização das contas serviço e da introdução do euro;

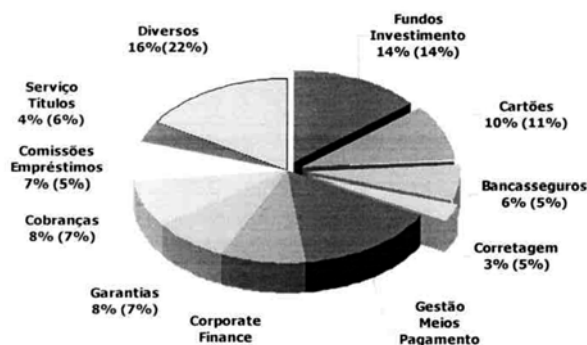
Garantias e avals (+ 24%), cuja evolução resulta essencialmente da melhoria da política de *pricing* através do ajustamento do preço praticado ao custo do risco;

Cobranças de valores (18%).

Os proveitos associados à prestação de serviços de custódia de títulos e corretagem decresceram, respectivamente, 38% e 47% em resultado da *performance* negativa do mercado de capitais e consequente redução de operações de compra e venda. Excluindo o comissionamento associado ao mercado de capitais, o crescimento dos serviços bancários teria sido de 13%.

Esta evolução só foi possível face ao desenvolvimento de uma política orientada para a melhoria da qualidade do serviço prestado e ao reforço da fidelização da base de clientes, traduzida no aumento da taxa de equipamento dos clientes activos de 3,8 para 4,1 produtos.

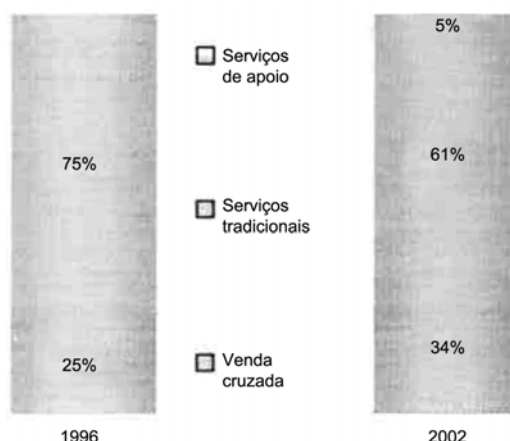
Repartição dos serviços a clientes (percentagem)



() Ano anterior.

De entre as principais áreas geradoras de comissões, destacam-se ainda as relacionadas com a venda cruzada (fundos de investimento, cartões, bancaseguros, corretagem, *factoring*) a qual passou a representar 34% do total, quando, em 1996, tal significado não ia além dos 25%.

Evolução da estrutura das comissões (percentagem)



Relativamente aos serviços electrónicos dedicados aos clientes merece destaque o posicionamento de liderança no mercado nacional de *Internet Banking* quer em número absoluto de clientes quer em penetração na base de clientes. Assim, o BESnet tem actualmente 237 000 utilizadores frequentes, o que traduz uma adesão de 37% da base de clientes particulares; o BESnet Negócios conta com uma taxa de adesão de 9,8% e 51,5%, respectivamente, nos segmentos de pequenas empresas e médias/grandes empresas.

A área de negócio relacionada como *cash management* e *trade finance* revelou um desempenho bastante positivo ao longo do ano, apesar da tendência conjuntural de contracção da actividade económica internacional, com impacto directo na diminuição dos volumes de operações de pagamentos e de *trade finance*, que o Grupo conseguiu contrariar.

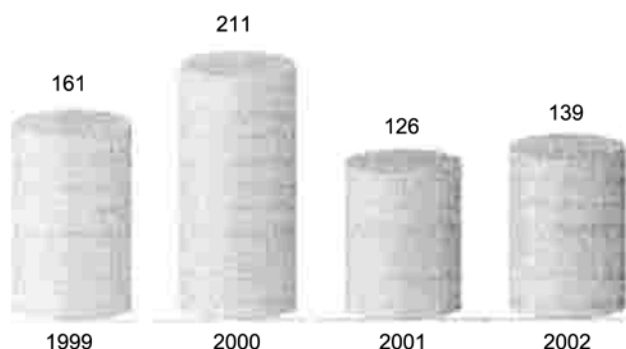
A dinamização da área comercial de gestão de clientes de custódia continuou a evoluir com a introdução de algumas iniciativas visando a melhoria da qualidade da informação sobre o mercado português prestada a clientes institucionais. No âmbito de uma sondagem anual efectuada pela revista internacional *Global Investor*, foi atribuído ao BES o título de «Melhor Banco Português de Liquidação e Compensação em Serviços de Custódia». Esta atribuição reflecte as transformações feitas ao longo dos últimos anos na área de custódia que visaram precisamente dotá-la das infra-estruturas necessárias para prestar um serviço com elevados padrões de qualidade.

Banca de investimento e área de mercados:

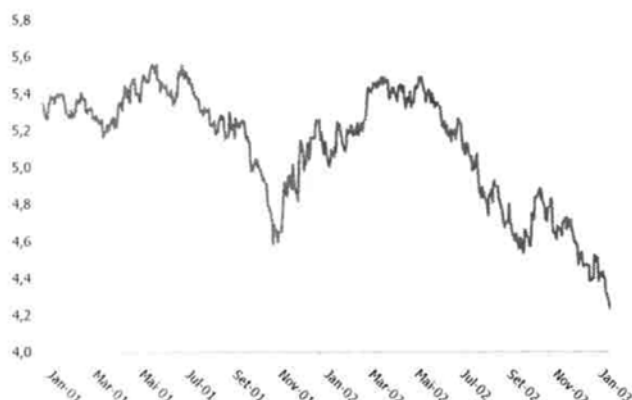
A performance dos resultados decorrentes da actividade de *trading* (crescimento de 10%) resulta, fundamentalmente, dos efeitos positivos no segmento de taxa fixa que permitiram neutralizar os efeitos negativos da evolução do mercado de acções.

Resultado de operações de mercado

Milhões de euros



Apesar do comportamento volátil das taxas de juro ao longo de 2002, verificou-se uma descida acentuada dos seus valores para níveis historicamente baixos. O posicionamento do Grupo BES na gestão de instrumentos de taxa de juro permitiu obter ganhos significativos que resultam, por um lado, da confirmação das expectativas assumidas face à evolução das taxas de juro e, por outro, de uma rigorosa monitorização do respectivo risco.

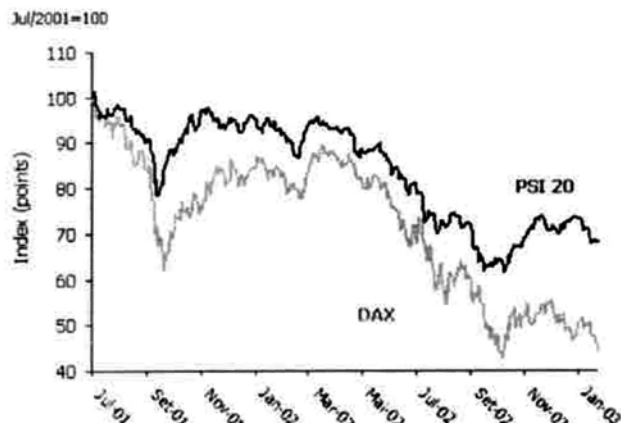
Euro swap a 10 anos desde 2001

Fonte. — Bloomberg.

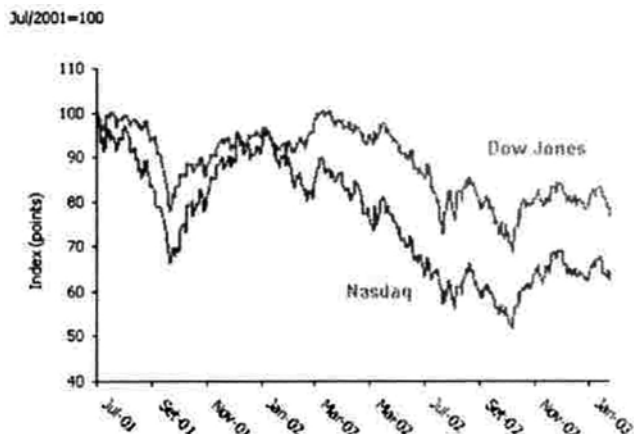
USD swap a 10 anos desde 2001

Fonte. — Bloomberg.

Por outro lado, os resultados nesta área foram influenciados pelo comportamento dos mercados accionistas que pelo segundo ano consecutivo levaram ao reconhecimento de perdas significativas.

Evolução DAX e PSI20 desde Julho de 2001

Fonte. — Bloomberg.

Evolução Dow Jones e Nasdaq desde Julho de 2001

Fonte. — Bloomberg.

Além destes factores é de referir que esta rubrica incorpora os ganhos decorrentes da venda da posição accionista no Kredyt Bank, Polónia (18 milhões de euros) e os realizados com a Oferta Pública de Troca entre as acções BVLP por acções Euronext (7,8 milhões de euros).

Eficiência e custos operativos:

Os custos operativos foram contidos dentro dos limites propostos e abaixo dos valores programados, tendo registado um crescimento nominal de 1,2%, o que se traduz numa redução real de 2,4%. Neste âmbito, não podemos deixar de realçar, por um lado, os efeitos da execução dos projectos de integração das operativas das principais unidades de negócio, a criação de unidades de serviços partilhados, a reengenharia de processos com a consequente redução de postos de trabalho e, por outro, a renegociação de alguns contratos com fornecedores e a assumpção de uma consciência colectiva, no seio de toda a estrutura do Grupo, direccionada para a redução de custos. Assinale-se ainda o facto de se ter procedido à antecipação de custos no valor total de 7,9 milhões de euros, tornando a performance neste domínio ainda mais significativa.

Custos operativos

(Em milhões de euros)

Variáveis	2001	2002	Variações	
			Absoluta	Relativa (percentagem)
Custos com pessoal	320,5	323,1	2,6	0,8
+ Fornecimentos e serviços de terceiros	271,4	264,9	-6,5	-2,4
= Custos administrativos	591,9	588,0	-4,0	-0,7
+ Amortizações	122,2	134,7	12,5	10,3
= Custos operativos	714,1	722,7	8,6	1,2

Os custos operativos evidenciam uma significativa desaceleração: crescimento de 1,2% que compara muito favoravelmente com o aumento registado no exercício de 2001 (9,6% em base harmonizada), superando as metas estabelecidas que apontavam inicialmente para um agravamento de 3% que foi ajustado, no final do 3.º trimestre, para 1,5%.

O Grupo BES conseguiu novas melhorias do *cost to income* o qual apresenta uma redução de 4,8 p.p. em relação ao período homólogo do ano anterior.

Indicadores de produtividade

Indicadores	2001	2002
<i>Cost to income</i> (com mercados) (percentagem)	58,2	53,4
<i>Cost to income</i> (sem mercados) (percentagem)	64,9	59,5
Custos operativos/activo líquido médio (percentagem)	1,98	1,85
Activos totais por empregado (milhares de euros)	5 992	7 017

Conseguiram-se, igualmente, melhorias nos restantes indicadores de produtividade com realce para os *ratios* custos operativos/activo líquido médio e activos totais por empregado, situação para a qual muito contribuíram os projectos de racionalização implementados e que se reflectiram numa redução de 578 colaboradores no exercício de 2002. Se a este número se juntar a redução do número de trabalhadores efectuada em 2001, obtém-se um resultado que ultrapassa o objectivo fixado para 2001/2002 de 790 reduções para 809.

Os projectos de racionalização tiveram inevitáveis impactos na evolução das responsabilidades para com pensões a que se juntou a desvalorização dos mercados que influenciou negativamente a rendibilidade dos fundos. A conjugação daqueles efeitos com os encargos correntes conduziram a que o Grupo procedesse a uma contribuição para os Fundos de Pensões que totalizou 304,8 milhões de euros fazendo elevar os níveis de cobertura para 94% (91% no ano anterior).

Contribuições para os fundos de pensões



Fundo de Pensões — níveis de financiamento

	(Em milhões de euros)	
	2001	2002
Responsabilidades totais	1 017	1 152
Coberturas	526	1 085
Responsabilidades não financiadas	91	67

Notas:

Cobertura: 94% (2001: 91%).

A ser amortizados, de acordo com o aviso n.º 12/2001 do Banco de Portugal, até ao ano de 2014.

Resultados e rendibilidade:

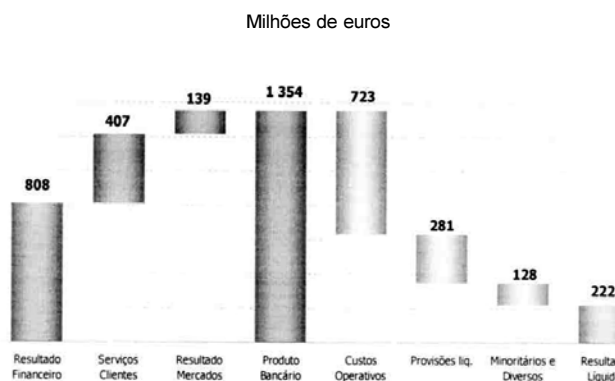
O resultado líquido consolidado que atingiu 222,5 milhões de euros e traduz um crescimento de 12,5% face ao ano anterior, assume particular significado num exercício muito exigente quer no capítulo da competitividade, quer no domínio da melhoria dos processos internos.

(Em milhões de euros)

Variáveis	2001	2002	Variações	
			Absoluta	Relativa (percentagem)
Resultado financeiro	718,6	808,2	89,6	12,5
+ Serviços a clientes	382,5	407,3	24,8	6,5
+ Resultados de operações de mercado	125,8	138,5	12,6	10,0
= Produto bancário	1 227,0	1 354,0	126,9	10,3
– Custos operativos	714,1	722,7	8,6	1,2
(Amortizações)	(122,2)	(134,7)	(12,5)	(10,3)
– Provisões líquidas de reposições	204,8	280,8	76,0	37,1
Crédito	144,5	224,3	79,8	55,2
Títulos	27,5	59,3	31,8	115,6
Outras	32,8	– 2,8	– 35,6	– 108,5
– Minoritários e diversos	110,4	128,0	17,6	16,0
= Resultado do exercício	197,7	222,5	24,7	12,5

Para além da relevância da *performance* conseguida nas arcas já referenciadas, é de realçar ainda o provisionamento do Grupo, que se traduziu num reforço, líquido de reposições, de 280,8 milhões de euros, ou seja, superior em 37% ao efectuado no ano anterior. Detalhando as suas várias componentes, verifica-se que o reforço das provisões para crédito atingiu 224 milhões de euros (+ 55%), reflectindo a habitual atitude de prudência, particularmente aconselhável tendo em consideração a situação económica actual. O provisionamento para títulos reflecte a quebra geral dos mercados, sobretudo na vertente accionista, enquanto que a rubrica de outras provisões inclui, por um lado, um reforço de 21,8 milhões de euros para finalidades diversas (risco-país, participações financeiras, outros riscos e encargos e fundo para riscos bancários gerais) e por outro, uma libertação de 20,5 milhões de euros da provisão para a Interatlântico, S. A., resultante da alienação de 81% da posição accionista do Grupo naquela entidade. No entanto e como foi já referida anteriormente, esta libertação não influenciou o resultado pelo facto de tais provisões terem sido alocadas às provisões para riscos gerais de crédito cujos níveis se encontram acima dos obrigatórios.

Decomposição do produto bancário e custos



Num ano particularmente difícil, não podemos deixar de realçar o bom desempenho conseguido pelas instituições do Grupo BES no âmbito da banca de particulares e empresas, nomeadamente das duas principais unidades operacionais BES e BIC. Na área do crédito especializado, é de realçar o crescimento dos resultados da Crediflash (cartões de crédito) em 42%, Euroges (*factoring*) em 42% e da Besleasing em 25,3%.

Em consequência do aumento de capital realizado no 1.º trimestre de 2002 e do reforço de provisionamento, o retorno do capital investido (ROE) embora continue a traduzir níveis de rentabilidade bastante atractivos, reduziu-se para 13,1%. No quadro seguinte decompõe-se, algebricamente, o ROE utilizando o valor médio dos activos financeiros como quociente das variáveis que integram a conta de exploração.

Decomposição da rentabilidade dos capitais próprios

(Em percentagem)

	2001	2002	Varição p. p.
Taxa activos financeiros	6,12	5,21	– 0,90
– Taxa passivos financeiros	4,01	2,96	– 1,04
= Margem diferencial	2,11	2,25	0,14
+ Gestão de balanço	0,07	0,03	– 0,04
= Margem global	2,18	2,27	0,10
+ Serviços a clientes	1,16	1,15	– 0,01
+ Resultados de operações de mercado	0,36	0,39	0,01
= Rentabilidade bruta activos financeiros	3,72	3,81	0,09
– Custos operativos	2,16	2,03	– 0,13
= Rentabilidade líquida activos financeiros	1,55	1,78	0,22
– Provisões líquidas de reposições	0,62	0,79	0,17
+ Outros	– 0,07	– 0,16	– 0,09
– Interesses minoritários	0,15	0,09	– 0,06
= Rentabilidade antes impostos	0,72	0,73	0,02
– Imposto sobre lucros	0,12	0,11	– 0,01
= Rentabilidade activos financeiros	0,60	0,63	0,03
x Relevância activos financeiros	91,52	90,93	– 0,59
= Rentabilidade do activo (ROA)	0,55	0,57	0,02
x Multiplicador das aplicações	28,38	23,01	5,39
= Rentabilidade dos capitais próprios (ROE)	15,57	13,10	– 2,47

Resumindo os aspectos essenciais do exercício em apreciação, podemos dizer que o Grupo BES conseguiu manter níveis de rentabilidade atractivas, com o ROE a situar-se nos 13%; a eficiência continuou a progredir favoravelmente; reforçou a posição competitiva nas principais linhas de negócio; melhorou o *ratio* de transformação de recursos de clientes em crédito; reforçou de modo expressivo a solidez financeira; e manteve um controlo apertado dos riscos, designadamente do crédito, alocando significativos volumes dos meios libertos a provisões.

Actividade e resultados do Banco Espírito Santo (BES)

Principais valores e indicadores de actividade e resultados

Variáveis	Simbologia	1999	2000	2001	2002
Balanço (milhões de euros):					
Activos totais (a)	AT	27 461	32 007	33 526	36 035
Activo líquido	AL	22 733	26 817	27 590	29 416
Activos financeiros (valores médios)	AF	18 274	20 438	23 790	23 322
Capital e reservas (valores médios)	KP	1 016	1 130	1 365	1 762
Conta de exploração (milhões de euros):					
Resultado financeiro	RF	344,9	373,2	417,1	417,1
+ Serviços bancários a clientes	SB	196,0	213,7	205,4	235,3
= Produto bancário comercial	PBC	540,9	586,9	622,5	652,4
+ Resultado de operações de mercado	RM	144,4	201,3	123,8	153,7
– Produto bancário exploração	PB	685,3	788,2	746,3	806,1
+ Resultados extraordinários e outros custos	RX-OC	11,2	– 1,7	14,5	– 32,0
= Produto bancário total	PBT	696,5	786,5	731,8	774,1
– Custos operativos	CO	387,9	418,1	448,6	444,0
– Provisões e impostos	PVI	146,0	234,0	142,1	200,7
= Resultado líquido	RL	162,6	134,4	141,1	129,4
Rendibilidade (percentagem):					
Margem financeira	RF/AF	1,89	1,83	1,75	1,79
+ Rentabilidade serviços a clientes	SB/AF	1,07	1,05	0,86	1,01
+ Rentabilidade operações de mercado	SM/AF	0,79	0,98	0,52	0,66
= Margem de negócio	PB/AF	3,75	3,86	3,14	3,46
– Relevância custos operativos	CO/AF	2,12	2,05	1,89	1,90
– Provisões e impostos	PVI/AF	0,80	1,14	0,60	0,86
– Resultados extraordinários e outros custos	(OC-RX)/AF	0,06	– 0,01	– 0,06	– 0,14
= Rentabilidade do activo financeiro	RL/AF	0,89	0,66	0,59	0,55

Variáveis	Simbologia	1999	2000	2001	2002
x Relevância dos activos financeiros	$\overline{AF/AL}$	0,87	0,87	0,87	0,85
= Rendibilidade do activo (ROA)	RL/AL	0,77	0,57	0,52	0,47
x Multiplicador aplicações	AL/KP	20,70	20,88	20,05	15,61
– Rendibilidade dos capitais próprios (ROE)	RL/KP	16,00	11,89	10,34	7,34

Produtividade/eficiência:

Custos operativos/activos totais (percentagem)	CO/AT	1,41	1,31	1,34	1,23
Activos por empregado (milhares de euros)	AT/NP	5 068	5 960	6 440	8 394
Cost to income (percentagem)	CO/PB	56,6	53,0	60,1	55,1

(a) Inclui desintermediação activa e passiva.

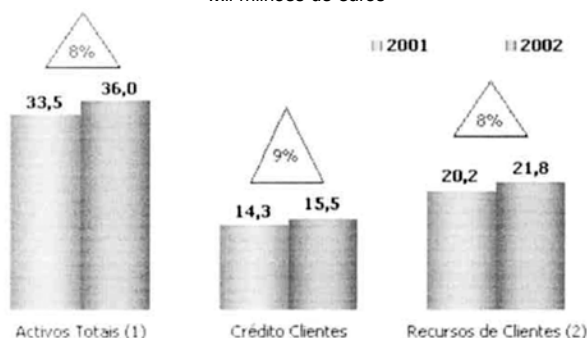
Actividade:

O exercício de 2002 decorreu, na linha de continuidade dos últimos anos, sob um clima de forte dinamismo comercial, de consolidação das grandes transformações estruturais e de abertura de novos e estimulantes caminhos, proporcionados pela reorganização do Grupo financeiro multi-especialista.

O dinamismo do negócio mais directamente relacionado com clientes continuou a ser uma das características mais marcantes da actividade do BES com o crédito a continuar a expandir-se, mais 9% que em 2001, e a captação de recursos (considerando também a actividade de desintermediação) a manter um crescimento idêntico ao do ano anterior (cerca de 8%).

Evolução da actividade

Mil milhões de euros



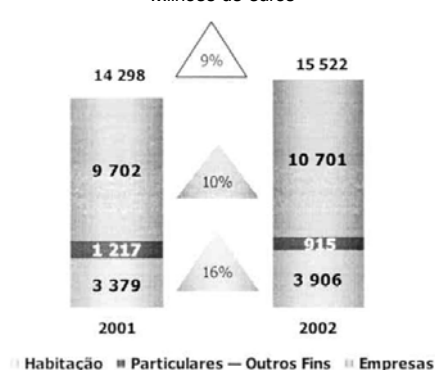
(1) Inclui activo líquido e desintermediação passiva e activa.

(2) Inclui débitos para com clientes, débitos representados por títulos e desintermediação.

O crédito concedido a clientes continuou a revelar capacidade de expansão, com o crédito à habitação a assumir-se, mais uma vez, como a componente mais activa ao registar um crescimento de cerca de 16%; o crédito a particulares para outras finalidades apresenta um decréscimo em relação ao ano anterior (– 25%), evolução esta que se encontra influenciada pela securitização de 150 milhões de euros de crédito ao consumo concretizada no final de Abril de 2002. No final do exercício, o crédito a particulares continuava a representar cerca de um terço do total da carteira de crédito do Banco. O comportamento do crédito a empresas continua a reflectir a forte implantação que o BES tem no tecido empresarial português, apresentando um crescimento de 10%.

Evolução do crédito a clientes

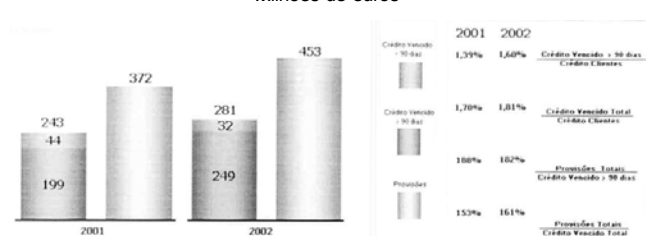
Milhões de euros



O aperfeiçoamento sistemático quer dos métodos utilizados pela área de Gestão Global do Risco, quer do modelo de descentralização dos poderes de decisão, em conjugação com a boa capacidade de avaliação comercial do risco de crédito que todos os intervenientes no processo vêm demonstrando, tem proporcionado que um dos pontos fortes do BES seja a qualidade da sua carteira de crédito.

Qualidade dos activos

Milhões de euros



A qualidade da carteira de crédito pode ser aferida pela baixa sinistralidade, que se apresenta em torno dos 1,8% e pelo elevado nível de cobertura por provisões, tendo o *ratio* de referência aumentado em 8 p. p. (161% em 2002 contra 153% em 2001).

O crescimento da captação de recursos, embora ligeiramente mais moderado que o do crédito, não deixa de ser bastante significativo num contexto de crescente endividamento das famílias e da oferta de um leque cada vez mais alargado e diversificado dos produtos de desintermediação. No entanto, a actuação do Banco continuou a pautar-se pela manutenção do equilíbrio entre a oferta de produtos em fundos de investimento e produtos de bancasseguros e as necessidades de financiamento do crédito a clientes por recursos de balanço, incluindo os débitos representados por títulos, a qual continuou a ser a componente mais dinâmica da intermediação.

Captação de recursos

(Em milhões de euros)

Variáveis	2001	2002	Variações	
			Absoluta	Relativa (percentagem)
Captação de recursos	14 513	15 398	885	6,1
Recursos à vista	5 696	6 003	307	5,4
Recursos a prazo	6 242	6 187	– 55	– 0,9
Débitos representados por títulos	2 575	3 208	633	24,6
Desintermediação	5 731	6 373	642	11,2
Recursos totais de clientes	20 244	21 771	1 527	7,5

Produto bancário, produtividade e rendibilidade:

A *performance* do Banco, apesar dos bons crescimentos conseguidos na expansão do comissionamento (+ 14,6%) e dos resultados de mercados (+ 24,2%), foi fortemente afectada pelo forte aumento das provisões (+ 57 milhões de euros), reflexo da habitual postura de prudência perante a situação económica actual, o que conduziu a uma redução do resultado líquido em 11,7 milhões de euros.

Produto bancário e resultados

(Em milhões de euros)

Variáveis	2001	2002	Variação (percentagem)
Resultado financeiro	417,1	417,1	—
+ Serviços a clientes	205,4	235,3	14,6
+ Resultados operações mercado	123,8	153,7	24,2
= Produto bancário de exploração	746,3	806,1	8,0
+ Extraordinários e outros	— 14,5	— 32,0	—
— Custos administrativos	354,8	340,6	— 4,0
— Amortizações	93,8	103,4	10,2
— Provisões líquidas de reposições	142,1	199,0	40,0
= Resultado antes de impostos	141,1	131,1	— 7,1
— Impostos sobre lucros	—	1,7	—
= Resultado líquido	141,1	129,4	— 8,3

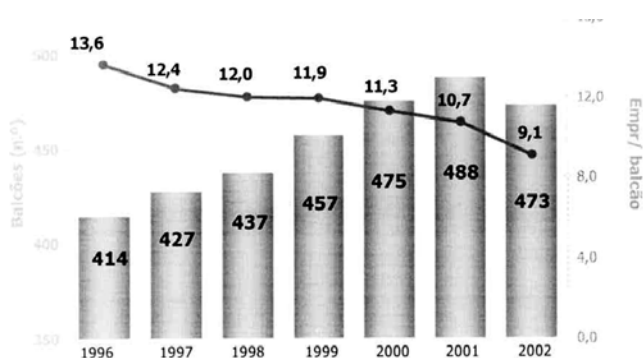
A evolução dos custos operativos (— 1%) foi consentânea com os objectivos globais que se estabeleceram para o Grupo (já referenciados anteriormente) e conduziu a melhorias tanto no *cost to income*, que se reduziu em cinco pontos percentuais, evoluindo de 60,1% para 55,1%, como na produtividade física medida quer pelo número de empregados por balcão, quer pelos activos totais por empregado, cujo indicador melhorou 30%.

Indicadores de produtividade

Indicadores	2001	2002	Variação (percentagem)
Custos operativos/activos totais (percentagem)	1,34	1,23	p. p. — 0,11
Activos por empregado (milhares de euros)	6 440	8 394	30,3
Empregados por balcão (número)	10,7	9,1	— 1,6
Cost to income (percentagem)	60,1	55,1	p. p. — 5,0

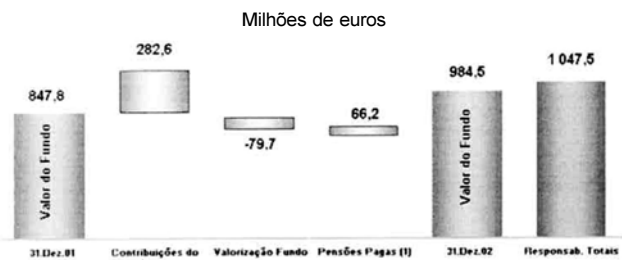
Estas variações estão fortemente influenciadas pela redução do número de colaboradores do Banco operada no decorrer deste exercício. Redução esta que tem sido uma constante nos últimos anos e que vem sendo acompanhada pelo indispensável rejuvenescimento dos quadros e pela melhoria global da qualificação dos seus recursos humanos.

Expansão da rede/eficiência da organização



O processo de racionalização dos recursos humanos do Banco tem tido reflexos inevitáveis em matéria de pensões, designadamente o aumento expressivo das responsabilidades e, consequentemente, a mobilização de recursos para fazer face ao respectivo financiamento.

Evolução anual do valor dos fundos de pensões do BES



(1) Inclui transferência para o BES Açores.

As responsabilidades para com pensões de reforma tiveram, consequentemente, um aumento de 116,7 milhões de euros, tendo o respectivo financiamento total implicado uma entrega aos fundos de pensões de 282,6 milhões de euros. Deste modo, o nível de cobertura melhorou significativamente ao passar de 91% para 94%.

O ano de 2002 caracterizou-se por uma diminuição do nível de rentabilidade, quer dos capitais próprios quer do activo, decorrente da conjugação dos vários factores que foram sendo explicitados ao longo deste relatório. Assim a rentabilidade dos capitais próprios médios passou de 10,3% em 2001 para 7,3% em 2002, enquanto a rentabilidade dos activos apresentou um valor de 0,47% (0,52% no exercício anterior).

Proposta de distribuição de resultados do BES

Nos termos da alínea b) do artigo 376.º do Código das Sociedades Comerciais e em conformidade com o artigo 30.º dos estatutos, propõe-se para aprovação da assembleia geral, a seguinte aplicação dos resultados do exercício (em euros):

Para reserva legal	13 000 000,00
Para distribuição aos administradores	920 000,00
Para distribuição aos colaboradores	15 250 000,00
Para distribuição aos accionistas	86 100 000,00
Para outras reservas	14 104 275,00
Total	129 374 275,00

O dividendo relativo aos resultados de 2002 corresponde a um valor bruto por acção de 0,287 euros, para a totalidade das acções existentes no final do exercício.

Actividade e resultados das principais unidades de negócio

Banca:

Banco internacional de Crédito, S. A. (BIC):

Sede social: Avenida Fontes Pereira de Melo, 27, 1050-117 Lisboa.
Capital social: 150 000 milhares de euros.

Participação do BES: 100%.

Em termos de actividade, o exercício pautou-se por uma evolução favorável no crédito concedido, nomeadamente na vertente imobiliária, bem como na componente recursos de clientes, apesar da conjuntura pouco favorável à captação de poupanças. No final do ano efectuou-se uma operação de securitização de crédito à habitação bonificado no montante de 1000 milhões de euros, o que permitiu a obtenção de liquidez e a melhoria do *ratio* de solvabilidade.

Este foi o primeiro ano de funcionamento em pleno do novo modelo organizativo, decorrente da integração em unidades de serviços partilhados das estruturas operativas e de sistemas.

De assinalar, face ao período homólogo, o decréscimo ocorrido no crédito sobre clientes que passou de 6652 milhões de euros para 6378 milhões de euros (— 4,1%), fruto da referida operação de securitização. O crédito imobiliário, que, representa 76,5% do total do crédito concedido bruto, atingiu um montante de 4943 milhões de euros. No sentido de assegurar o montante de recursos necessários para o acréscimo da actividade imobiliária, foram emitidos 205 milhões de euros de obrigações de caixa.

O Banco atingiu um resultado financeiro de 157,2 milhões de euros, um produto bancário de 174,3 milhões de euros. O resultado líquido situou-se nos 49,6 milhões de euros, o que representa uma redução de 4,4%.

Valores consolidados

(Em milhões de euros)

Variáveis de gestão e indicadores	2001	2002	Variação (percentagem)
Activo líquido	8 158	7 974	— 2,3
Capital e reservas	205	222	8,3
Recursos de clientes	4 013	4 125	2,8
Crédito líquido	6 652	6 378	— 4,1
Resultado do exercício	51,9	49,6	— 4,4
Empregados por balcão (número)	7,8	7,7	— 0,1
Rendibilidade dos capitais próprios (ROE) (percentagem)	33,3	27,5	p. p. — 5,8

Banco Espírito Santo de Investimento, S. A. (BESI):

Sede social: Rua Alexandre Herculano, 38, 1269-161 Lisboa.

Capital social: 70 000 milhares de euros.

Participação do BES: 100%.

O BES Investimento encerrou o exercício com um resultado líquido consolidado de cerca 2,8 milhões de euros, o que representou um acréscimo de 32,4% face ao verificado em 2001. A crise profunda que afectou os mercados de capitais teve um impacto importante na actividade do banco, na medida em que não permitiu a realização de operações significativas no mercado primário e condicionou fortemente a actividade das associadas ES Dealer e Benito y Monjardin.

No que respeita à área de Project Finance, a revista *Project Finance International*, nas suas *league tables*, coloca o Grupo BES em 30.º lugar dos *global mandated lead arrangers* — o segundo banco ibérico desta lista — e na 22.ª posição dos *global advisory mandates*, o que representa a posição mais forte a nível ibérico.

Na área de serviços financeiros, apesar das condições adversas do mercado, realizaram-se as seguintes assessorias financeiras: à Geneng na venda da participação do IPE; à Sogrape na aquisição da Sandeman e, em Espanha, à Neoplástica, para aquisição da Trevira. A operação da Sogrape teve ainda associada uma emissão de papel comercial, em que o banco foi líder.

No mercado primário de acções, que foi o mais afectado pela ausência de operações de relevo, o Banco organizou as *tender offers* da Sacor Marítima e da Orey; foi co-líder no IPO da Enagás, no mercado espanhol e, no que se refere ao mercado brasileiro, foi assessor na emissão de direitos da TelespCelular e co-líder no IPO da CCR (Companhia de Concessões Rodoviárias).

Também na área de *project finance* se conseguiu encaixar um valor substancial de comissões, quer de *advisory*, quer de *lending*, resultante do envolvimento nas auto-estradas e na construção de novos estádio.

No referente aos mercados de dívida, o BESI para além da emissão da Sogrape, acima referida, foi líder conjunto na emissão de Eurobonds da BES Finance, Ltd.; líder da emissão de papel comercial do Banco Mais; participou como líder ou co-líder, no mercado brasileiro, nas emissões internacionais de obrigações em Euros e USD para a República Federativa do Brasil, para os Bancos Bradesco e Unibanco e ainda para a Odebrecht.

Valores consolidados

(Em milhares de euros)

Variáveis de gestão e indicadores	2001	2002	Variação (percentagem)
Activo líquido	850 503	871 519	2,5
Capital e reservas	159 897	156 840	— 1,9
Produto bancário	49 749	54 933	10,4
Resultado do exercício	2 088	2 764	32,4

BEST — Banco Electrónico de Serviço Total, S. A.:

Sede social: Rua Alexandre Herculano, 38, 1250-011 Lisboa.

Capital social: 43 000 milhares de euros.

Participação do BES: 66,0%.

Este exercício constituiu o primeiro ano completo de actividade do Banco BEST, destacando-se o elevado grau de satisfação dos clientes (94%), comprovado pelos resultados do inquérito de satisfação realizado em meados do ano.

Para além da consolidação dos canais de acesso principal — *Web*, *Wap*, *ITV*, centros de investimento e *contact center* — foram desenvolvidos ou ampliados os canais de relação pessoal compostos por:

Consultores de activos financeiros, possibilitando o acesso gratuito a um serviço personalizado de apoio à decisão financeira;
Agentes, rede comercial alargada a todas as capitais de distrito;
Financial advisers, rede de especialistas financeiros;
Espaços BEST em lojas do Grupo PT.

O Banco BEST manteve um forte ritmo de lançamento e colocação de produtos, que deu origem à oferta de depósitos a prazo mais vasta do mercado, ao alargamento da oferta de corretagem a oito dos principais mercados bolsistas (quota de mercado seis vezes superior à de 2001), ao crescimento superior a 50% do portfólio de fundos de investimento (mais de 170 fundos comercializados de 13 sociedades gestoras) e à emissão de produtos estruturados com variadas configurações. Já no final do ano foram lançados os seguros *unit-linked*, o crédito ao consumo (aplicado, numa primeira fase, a bens de alta rebojaria decorrentes de uma parceria), o produto conta-ordenado e, na vertente da poupança fiscal, a conta poupança habitação. Os serviços relativos a meios de pagamento e gestão de contas foram alargados através do lançamento de cheques, cartão de crédito *Visa Gold*, cartão de débito *Visa Electron* e pagamento de serviços.

(Em milhares de euros)

Variáveis de gestão e indicadores	2001	2002	Variação (percentagem)
Activo líquido	149 442	186 908	25,1
Capital e reservas	32 422	39 626	22,2
Depósitos de clientes	118 072	153 724	30,2
Resultado do exercício	— 3 374	— 10 679	—

Banco Espírito Santo dos Açores, S. A.:

Sede social: Rua Hintze Ribeiro, 2-8, 9500-049 Ponta Delgada.

Capital social: 17 500 milhares de euros.

Participação do BES: 59,98%.

O BES dos Açores iniciou a sua actividade no dia 1 de Julho de 2002, tendo a sua sede nos Açores. A constituição deste novo Banco resultou da necessidade do Grupo BES e da Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada, a que se juntou posteriormente o Grupo Bensaúde, darem uma resposta mais adequada aos desafios que se colocam ao sistema financeiro na Região Autónoma dos Açores, Cientes das exigências do sistema bancário nacional e regional, e da necessidade de se disponibilizarem serviços e produtos de qualidade, aperfeiçoando os métodos de trabalho e comunicação com os clientes, os intervenientes neste processo decidiram associar-se ao primeiro banco a ser criado nos Açores nos últimos 90 anos e também o primeiro deste novo milénio.

O alvo principal do BES dos Açores são os clientes da Região Autónoma dos Açores, não esquecendo a importante comunidade de emigrantes açorianos, principalmente na América do Norte (EUA e Canadá). Nesta perspectiva foram reformulados e renovados os balcões e apostou-se fortemente na formação profissional dos colaboradores.

Estrategicamente definiu-se um plano de negócios que irá permitir o seu desenvolvimento e presença nos Açores, contando-se para tal com uma externalização de serviços e fabricação de produtos e fortes sinergias com o Grupo BES.

Durante estes seis meses de actividade procurou-se afinar o complexo processo de integração da actividade dos balcões do BES nos Açores e da Caixa Económica da Misericórdia de Ponta Delgada, e que só foi possível graças a trabalho muito positivo de diversas estruturas e colaboradores de empresas do Grupo e da ex-Caixa Económica. Neste período, também foi desenvolvido um intenso trabalho comercial para fidelizar clientes e melhorar a capacidade de resposta às suas solicitações.

O exercício encerrou com um activo líquido de 205,3 milhões de euros e um resultado líquido de 1151 milhares de euros (referentes apenas a seis meses de actividade).

(Em milhares de euros)

Variáveis de gestão e indicadores	2002
Activo líquido	205 291
Capital e reservas	24 181
Crédito sobre clientes (bruto)	178 260

(Em milhares de euros)

Variáveis de gestão e indicadores	2002
Depósitos de clientes	154 541
Produto bancário (a)	4 607
Resultado do exercício (a)	1 151

(a) Correspondentes a um semestre de actividade.

Banco Espírito Santo, S. A. (Espanha):

Sede social: Serrano, 88, 28006 Madrid, Espanha.

Capital social: 86 500 milhares de euros.

Participação do BES: 100%.

Durante o exercício de 2002 o Grupo BES em Espanha aprofundou, com sucesso, a estratégia de especialização focada nos particulares de médio-alto rendimento. Tendo em consideração esta linha de actuação desenvolveu-se um processo de integração progressiva das estruturas do Grupo, baseado na unificação e racionalização das redes comerciais e na integração dos serviços centrais. Esta integração, cujos resultados serão claramente visíveis a partir de 2003, tem como objectivo a separação do negócio da banca de investimento do da banca comercial (orientada especialmente para os particulares) mantendo, no entanto, a banca de empresas que proporciona um valor acrescentado ao Banco nas relações com Portugal.

O funcionamento, em termos individuais e em consonância com o desenvolvimento dos esforços comerciais, caracterizou-se por uma importância crescente das comissões no produto bancário. O resultado individual do Banco ultrapassou ligeiramente os 400 000 euros.

No que se refere às outras unidades de negócio do Grupo, tanto a gestora de fundos como a corretora apresentam prejuízos decorrentes da implementação do processo de reestruturação. O resultado consolidado do Grupo atingiu os 2,1 milhões de euros.

Valores consolidados

(Em milhares de euros)

Variáveis de gestão e indicadores	2001	2002	Variação (percentagem)
Activo líquido	2 355 586	2 981 194	26,6
Capital e reservas	63 268	62 311	- 1,5
Crédito sobre clientes (bruto)	1 010 359	1 049 538	3,9
Recursos de clientes	959 406	1 406 475	46,6
Produto bancário	62 311	74 799	20,0
Resultado do exercício	- 1 724	2 105	-

Espírito Santo Bank, S. A.:

Sede social: 1395 Brickell Avenue, Miami, Florida, 33131 USA.

Capital social: 16 973 milhares de \$US (15 442 milhares de euros).

Participação do BES: 98,45%.

O ES Bank, apesar da conjuntura económica difícil experimentada em 2002, conseguiu aumentar a base e o negócio com os clientes do segmento *private banking* retirando vantagens de oportunidades creditícias selectivas.

O activo líquido aumentou cerca de 7%, os recursos de clientes 9% e a carteira de crédito, registou um crescimento interessante (5,6%). O crédito à habitação e o crédito garantido a clientes *private* revelaram-se as componentes mais dinâmicas da carteira, mantendo um excelente nível de qualidade.

O resultado financeiro aumentou 25%, decorrente de um melhor *mix* de activos; os serviços a clientes apesar do clima desfavorável proporcionado pelos mercados mantiveram-se ao nível do registado em 2001.

No decorrer do 3.º trimestre procedeu-se à alienação da posição accionista de 50% detida na empresa de *factoring* — ES Bankest.

(Em milhares de euros)

Variáveis de gestão e indicadores	2001	2002	Variação (percentagem)
Activos sob gestão (a)	918 118	898 409	- 2,1
Activo líquido	465 992	497 068	6,7
Capital e reservas	35 526	31 699	- 10,8

(Em milhares de euros)

Variáveis de gestão e indicadores	2001	2002	Variação (percentagem)
Crédito sobre clientes (bruto)	189 174	199 747	5,6
Depósitos de clientes	350 276	383 376	9,4
Resultado do exercício	4 863	1 640	- 66,3

Banco Espírito Santo do Oriente, S. A.:

Sede social: Avenida Dr. Mário Soares, 323, Edifício Banco da China, 28.º, E-F, Macau.

Capital social: 200 milhões de MOP (23 743 milhares de euros).

Participação do BES: 99,75%.

Sem sinais claros de firme crescimento económico, o comportamento da economia dos EUA em 2002 condicionou a confiança dos investidores internacionais com repercussões nas demais economias. Na Ásia, contrastando com a persistente fraqueza da economia nipónica, a República Popular da China reporta oficialmente mais um exercício de forte expansão com a taxa de variação real do PIB a atingir valores próximos de 8%. Contudo em termos asiáticos o cenário é de incerteza, pois sendo certo que a maioria das economias da região registou uma melhoria face ao ano anterior, o ritmo de crescimento económico abrandou no 2.º semestre face aos primeiros seis meses do ano. Com as economias fortemente dependentes das exportações, os resultados alcançados por estas estão intimamente ligados ao nível globalmente fraco da procura registado nos EUA e na Europa. De resto, a generalidade das bolsas de valores na região registaram decréscimos face a 2001.

Em Macau, embora sem dados oficiais, o ano revelou uma maior confiança por parte do tecido empresarial quanto a uma retoma da economia cada vez mais assente nas obras públicas, no turismo e no investimento decorrente dos novos operadores de jogos de fortuna ou azar.

Atentos aos cenários envolventes foi prosseguida uma política de restrição e de rigorosa prudência na assunção de novos riscos pelo que no termo do exercício o activo líquido registou um valor de 119 milhões de euros. O resultado líquido elevou-se a 1 358 000 euros.

(Em milhares de euros)

Variáveis de gestão e indicadores	2001	2002	Variação (percentagem)
Activo líquido	171 646	118 845	- 30,8
Crédito sobre clientes (bruto)	35 821	25 764	- 28,1
Capital e reservas	29 887	25 251	- 15,5
Resultado do exercício	162	1 358	-

Banco Espírito Santo Angola, S. A. R. L.:

Sede social: Rua Guilherme Pereira Inglês, 43, CP 6459 Luanda, Angola.

Capital social: Equivalente a 9536 milhares de euros.

Participação do BES: 99,96%.

O primeiro ano de actividade do Banco Espírito Santo Angola (BESA) foi positivo sendo já considerado um banco competitivo e moderno em que a aposta na qualidade dos serviços e dos recursos humanos contribuiu decisivamente para o bom desempenho.

A actividade do BESA centralizou-se fundamentalmente na oferta de produtos de poupança em kwanzas (moeda local), em operações de compra e venda de moeda para importação, operações de transferências para o exterior, em operações *forward* para cobertura de riscos cambiais (principalmente dólar/rand) de alguns clientes e na gestão de carteiras de clientes.

Apesar da pouca expressão que tem, pelas razões óbvias do início da actividade do banco, o crédito a clientes foi concedido de forma rigorosa do ponto de vista da análise e sempre acautelado com garantias reais.

O peso dos resultados financeiros no total do produto bancário foi de 66%. A conta a prazo denominada BESA Rendiment foi o primeiro depósito a prazo em kwanzas da banca angolana. As operações de mercados, nomeadamente cambiais de importação, gestão de carteiras de moedas e contratos *forwards*, também tiveram expressão no produto bancário.

A captação de recursos de clientes atingiu os 50 milhões de euros e o crédito concedido situou-se apenas nos 4,5 milhões de euros. O total do activo líquido atingiu os 67 milhões de euros e o resultado líquido atingiu os 1062 milhares de euros.

(Em milhares de euros)

Variáveis de gestão e indicadores	2002
Activo líquido	67 332
Capital e reservas	7 367
Crédito sobre clientes (bruto)	4 502
Depósitos de clientes	50 059
Produto bancário	4 135
Resultado do exercício	1 062

Banque Espírito Santo et de la Vénétie, S. A.:

Sede social: 45, Avenue Georges Mandei 75116 Paris, França.
Capital social: 52 154 milhares de euros.

Participação do BES: 40,00%.

O exercício de 2002 foi marcado pela fusão com o Via Banque, na sequência da aquisição à ESFIL da totalidade das acções do Via Banque detidas por esta sociedade. Por outro lado, no seguimento da fusão do grupo Cardine Banca com o grupo San Paolo IML, parte da participação destes accionistas no BESV foi adquirida pelo BES.

Neste primeiro exercício, a nova entidade jurídica, que continua a exercer a sua actividade nos sectores da banca comercial, financiamentos estruturados, gestão privada e tesouraria nascida da fusão dos dois bancos, apresenta resultados satisfatórios. O produto bancário aumentou 119,1% enquanto os custos operativos recorrentes registaram um acréscimo de 78,1% permitindo um aumento do resultado de exploração recorrente de 339%.

A melhoria da rentabilidade operou-se num contexto económico difícil tendo em consideração que o esperado relançamento da economia francesa no 2.º semestre não se verificou. O crescimento económico situou-se em cerca de 1% e foi principalmente alimentado pelo consumo privado o qual compensou o baixo nível dos investimentos. O número de desempregados (9% da população activa) estabilizou no final do ano, mas a criação de emprego ficou bem aquém da verificada em 2001. Paralelamente assistiu-se a um forte anúncio do número de reestruturações e planos sociais.

Durante o ano de 2002, o BESV suportou elevados custos de reestruturação decorrentes da fusão com o Via Banque e julgou necessário constituir provisões substanciais sobre os créditos (8,5 milhões de euros que compara com 1,3 milhões de euros em 2001), que apesar de se classificarem como *performantes*, apresentam dificuldades passageiras.

(Em milhares de euros)

Variáveis de gestão e indicadores	2001	2002	Variação (percentagem)
Activo líquido	402 731	1 188 764	195,2
Crédito sobre clientes (a)	202 448	614 853	203,7
Depósitos de clientes (a)	122 523	230 514	88,1
Capitais próprios	53 477	61 910	15,8
Resultado do exercício	53	708	—

(a) Excepto clientes financeiros

Gestão de activos financeiros:

Espírito Santo activos Financieros, SGPS, S. A. (ESAF):

Sede social: Avenida Álvares Cabral, 41, 1250-015 Lisboa.

Capital social: 11 750 milhares de euros.

Participação do BES: 85,00%.

No final do ano 2002, o volume global de activos sob gestão atingiu sensivelmente 9 mil milhões de euros, reflectindo um crescimento de quase 7 % em relação a 2001, resultante em grande parte do aumento do volume sob gestão do fundo imobiliário Gespatriónio Rendimento e dos volumes geridos na actividade de gestão discricionária. Este fundo manteve a sua posição de maior fundo de investimento imobiliário aberto no mercado português com um volume sob gestão superior a 1374 milhões de euros, o que representa um crescimento de mais de 22% relativamente ao ano anterior.

No âmbito do projecto de expansão do Grupo BES em Espanha, há a destacar a finalização do processo de reorganização da estrutura

das sociedades através da criação da ESAF — Espírito Santo Activos Financieros, S. A., que passou a deter as duas sociedades gestoras — Espírito Santo Gestion e Espírito Santo Pensiones.

Intensificou-se a consolidação da área de produtos alternativos, nomeadamente do Caravela Fund SICAV, junto de clientes institucionais e de clientes particulares com carteiras geridas através da ESAF — Espírito Santo Gestão de Patrimónios, S. A. No final do exercício o Caravela Fund apresentava um volume sob gestão de mais de 260 milhões de euros, um crescimento de 18,8% face ao ano anterior. Em resultado do esforço de racionalização da oferta de fundos de investimento geridos pela ESAF — Espírito Santo Fundos de Investimento Mobiliário S. A., e ESAF — International Management, há a salientar a liquidação dos Fundos ES Fixed Income e ES Focus 1, respectivamente.

O resultado consolidado do exercício apresenta um decréscimo resultante da conjugação de dois factores: quebra de alguns volumes sob gestão, nomeadamente, dos fundos de maior risco que mais contribuem para a conta de proveitos, e por custos de racionalização da operação em Espanha.

Valores consolidados

(Em milhares de euros)

Variáveis de gestão e indicadores	2001	2002	Variação (percentagem)
Activo líquido	60 067	60 693	1,0
Capital e reservas	20 618	20 825	1,0
Resultado do exercício	11 261	7 735	— 31,3
Activos sob gestão (milhões de euros)	8 506	9 056	6,5

Locação financeira:

Besleasing Mobiliária — Sociedade de Locação Financeira, S. A.:

Sede social: Avenida Álvares Cabral, 27, 4.º, 1269-140 Lisboa.

Capital social: 21 650 milhares de euros.

Participação do BES: 83,72%.

O sector de *leasing* mobiliário evidenciou um acentuado decréscimo, reflectindo a desaceleração do ritmo de crescimento da actividade económica. A Besleasing Mobiliária sentiu também, ainda que com menos intensidade, este comportamento da economia tendo concretizado 326,8 milhões de euros de produção, com o apoio da rede comercial do BES e do BIC. No entanto, esta evolução, num quadro de crise generalizada do sector, conduziu a empresa à segunda posição no *ranking* nacional das empresas de locação financeira mobiliária, com uma quota de mercado de 13,4% num mercado cada vez mais competitivo.

A produção foi canalizada principalmente para as indústrias transformadoras, comércio, construção civil/obras públicas e transportes/comunicações, sendo as viaturas e os equipamentos específicos para a indústria, o tipo de bens mais procurado.

Destaque também para a realização de uma operação de securitização no valor de 300 milhões de euros com vista ao aumento das potencialidades do negócio, à libertação de fundos próprios e à melhoria do *ratio* de solvabilidade. Esta operação que foi integralmente colocada nos mercados internacionais e beneficiou de *ratings* atribuído pelas empresas Moodys, Standard & Poors e Fitch Ratings permitiu ainda uma redução do custo do *funding*. Esta operação explica ainda a redução do crédito concedido e consequente diminuição do activo líquido para além da natural repercussão na redução do passivo remunerado.

O resultado líquido apresenta um decréscimo devido, fundamentalmente à forte dotação de provisões e à retracção da actividade da empresa que viu aumentar a representatividade do crédito vencido em relação ao crédito concedido, por força do efeito da securitização.

(Em milhares de euros)

Variáveis de gestão e indicadores	2001	2002	Variação (percentagem)
Activo líquido	627 166	387 811	— 38,2
Capital e reservas	25 020	25 773	3,0
Crédito sobre clientes	614 204	364 931	— 40,6
Resultado do exercício	1 089	931	— 14,5
Contratos iniciados:			
Quantidade (número)	7 823	6 625	— 15,3
Valor	365 281	326 785	— 10,5

Besleasing Imobiliária — Sociedade de Locação Financeira, S. A.:

Sede social: Avenida Álvares Cabral, 27, 1.º, 1269-140 Lisboa.

Capital social: 12 900 milhares de euros.

Participação do BES: 82,70%.

A desaceleração do ritmo de crescimento da actividade económica reflectiu-se na evolução do sector de *leasing* imobiliário, tendo tido também consequências no comportamento da actividade da Besleasing Imobiliária que, com o apoio da rede do BES e do BIC, realizou 177,8 milhões de euros de produção, repartidos por cerca de 159,3 milhões de euros em edifícios já construídos e 18,5 milhões de euros em apoio à construção. Esta evolução permitiu à empresa manter-se na terceira posição no *ranking* das locadoras nacionais, com uma quota de mercado de 19,2%, num universo fortemente concorrencial.

A produção foi canalizada principalmente para o comércio, indústrias transformadoras e transportes/comunicações, sendo os principais tipos de bens locados os imóveis comerciais, armazéns, estabelecimentos industriais, escritórios e investimentos em terrenos para a construção.

O resultado líquido apurado foi de 4,2 milhões de euros para o que contribuiu o êxito da política de recuperação, que levou o crédito vencido a representar apenas 0,4% do crédito concedido, denotando uma redução em relação ao ano anterior, quer por efeito da diminuição do crédito vencido (— 15,3%) quer pelo aumento do crédito a clientes.

(Em milhares de euros)

Variáveis de gestão e indicadores	2001	2002	Variação (percentagem)
Activo líquido	462 459	566 638	22,5
Capital e reservas	15 035	15 342	2,0
Crédito sobre clientes	451 459	555 493	23,0
Resultado do exercício	3 002	4 197	39,8
Contratos iniciados:			
Quantidade (número)	545	470	— 13,8
Valor	179 856	177 793	— 1,1

Aquisições a crédito (crédito especializado):

Crediflash — Sociedade Financeira para Aquisições a Crédito, S. A.:

Sede social: Alameda António Sérgio, 22, 2.º, Miraflores, 1495-132 Algés.

Capital social: 7500 milhares de euros.

Participação do BES: 98,37%.

A desaceleração do ritmo de crescimento da actividade económica reflectiu-se na evolução do crédito ao consumo. No entanto, a Crediflash apresentou um crescimento no crédito concedido em 5%, tendo no último trimestre, segundo informação da VISA, o Grupo BES passado do terceiro para o segundo lugar no *ranking* da facturação dos cartões de crédito.

Durante este exercício foram estabelecidos como objectivos prioritários do Grupo para a área de gestão dos cartões de crédito, a intensificação da utilização e aumento do parque de cartões, mantendo os níveis de risco controlados. Com base nestes objectivos foram desenvolvidas várias campanhas visando a dinamização da utilização dos cartões, de que se destacam:

A promoção *National Geographic*, dirigida aos clientes dos cartões *classic* e *premier*, a qual premiava os clientes com uma assinatura anual gratuita da prestigiada revista;

A campanha de Verão «Para embarcar nestas viagens, basta usar o seu cartão»;

A campanha de fim de ano, que decorreu até ao final de Janeiro de 2003, sob a forma de concurso e premiação directa, denominado «Faça as suas compras de Natal com os cartões que dão presentes»;

As campanhas de captação que visaram atribuir cartões de crédito BES Ritmo, BES Classic Duo e BES Premier Duo a clientes não detentores de cartões de crédito, mediante uma análise prévia dos seus perfis de utilização e risco.

Para além do crescimento de 7% nas comissões resultantes do aumento do crédito concedido, o crescimento do resultado líquido de 42% resulta da combinação de três factores: aumento de 32% do resul-

tado financeiro, diminuição dos custos operativos em 13% e aumento de 101% na recuperação do crédito vencido.

(Em milhares de euros)

Variáveis de gestão e indicadores	2001	2002	Variação (percentagem)
Activo líquido	122 175	124 639	2,0
Capital e reservas	11 426	11 706	2,5
Crédito sobre clientes (líquido) ...	110 871	115 128	3,8
Resultado do exercício	2 841	4 032	41,9

Credibom — Sociedade Financeira para Aquisições a Crédito, S. A.:

Sede social: Avenida General Norton de Matos, 71, 3.º, Miraflores, 1495-148 Algés.

Capital social: 10 000 milhares de euros.

Participação do BES: 59,98%.

No decorrer deste exercício iniciaram-se dois importantes projectos ao nível dos sistemas de informação: o projecto *up-grade* do sistema de gestão de contratos, que irá permitir uma maior flexibilização nos produtos de crédito e o projecto *revolving*, que irá alavancar o crédito directo a clientes, ambos vitais para a sustentação do crescimento futuro da empresa. Na sequência do lançamento do crédito directo a clientes — circuito curto — criou-se uma nova unidade orgânica de *telemarketing*.

A conjuntura económica desfavorável, a quebra dos índices de confiança e o elevado nível de endividamento das famílias portuguesas levaram à desaceleração da actividade do crédito ao consumo. Por essa razão, a produção atingiu 250,7 milhões de euros, representando um crescimento de apenas 2,1% face ao ano anterior.

No entanto os indicadores financeiros tiveram um comportamento bastante positivo, sendo que o activo líquido totalizou 471,8 milhões de euros e o crédito sobre clientes ascendeu a cerca de 452,6 milhões de euros (mais 13,6% em 2001). A taxa de cobertura das provisões sobre o crédito vencido total fixou-se nos 118,1%.

O resultado líquido cifrou-se em 9,1 milhões de euros, o que representou um crescimento de 12,2% em relação ao período homólogo. O ROE atingiu 44,5% e o *cost to income* fixou-se nos 34,3%.

(Em milhares de euros)

Variáveis de gestão e indicadores	2001	2002	Variação (percentagem)
Activo líquido	417 896	471 848	12,9
Capital e reservas	18 450	20 502	11,1
Crédito sobre clientes (líquido)	398 419	452 655	13,6
Resultado do exercício	8 129	9 120	12,2
ROE (percentagem)	44,1	44,5	p. p. 0,4
Cost to income (percentagem)	43,3	34,3	p. p. — 9,0
Provisões totais/crédito vencido total (percentagem) ..	112,1	118,1	p. p. 6,0
Contratos iniciados:			
Quantidade (número)	66 127	60 596	— 8,4
Valor	245 563	250 707	2,1

Corretagem de títulos:

Espírito Santo Dealer — Sociedade Financeira de Corretagem, S. A.:

Sede social: Rua Alexandre Herculano, 38, 1269-161 Lisboa.

Capital social: 3500 milhares de euros.

Participação do BES: 100%.

O ano de 2002 voltou a ser bastante negativo para os mercados de capitais. A nível mundial, a crise económica acentuou-se, tendo contribuído fortemente para a queda dos principais índices europeus. Depois do 11 de Setembro, embora a Reserva Federal norte-americana tenha promovido uma política monetária expansionista, os efeitos práticos foram limitados porque a crise de confiança dos investidores agudizou-se, nomeadamente com os escândalos Enron e WorldCom, assim como outros casos relacionados com práticas contabilísticas questionáveis. O espectro da guerra com o Iraque, a crise na Argentina e as eleições no Brasil condicionaram o prémio de risco exigido

pelos investidores, afectando em particular a *performance* de grande parte das empresas ibéricas.

O índice PSI 20 da Euronext Lisboa desceu cerca de 25,6%, mas registou uma das melhores *performances* relativamente aos principais índices europeus. Apesar desta boa *performance* relativa, o volume negociado e a capitalização bolsista do mercado de cotações oficiais de acções desceram respectivamente 29,4% e 24,2%. Este decréscimo é tanto mais significativo, se considerarmos que em 2001 já se tinha registado uma quebra de 48% no volume negociado face ao ano anterior. Uma das principais consequências das crises bolsistas é a penalização dos mercados mais periféricos, e se em Espanha se sentiu em alguma escala, em Portugal assumiu proporções mais preocupantes.

Simultaneamente, a concorrência aumentou consideravelmente em termos de agressividade das comissões praticadas, o que dificultou ainda mais a rentabilidade do negócio. Apesar de tudo isto, a ES Dealer atingiu uma quota de mercado em termos acumulados de 8,6%, correspondendo ao quarto lugar no *ranking* das empresas que actuam no mercado a contado de acções, tendo-se ainda registado alguma recuperação na parte final do ano. Em Espanha, o ano foi de consolidação e de oportunidades da actuação na área de correção, através da ES B&M. A gestão e abordagem no mercado espanhol é realizada de uma forma integrada tirando benefício do *know-how* e experiência adquiridos ao longo dos últimos anos.

O resultado líquido consolidado foi negativo em 125 000 de euros e o total de comissões líquidas ascendeu a 4 082 000 euros, ou seja, menos 52% que em 2001.

(Em milhares de euros)

Variáveis de gestão e indicadores	2001	2002	Variação (percentagem)
Activo líquido	35 108	119 758	241,1
Capital e reservas	7 823	6 470	— 17,3
Resultado do exercício	— 1 353	— 125	— 90,8
Comissões líquidas	8 575	4 082	— 52,4

Factoring:

Euroges — Aquisição de Créditos a Curto Prazo, S. A.:

Sede social: Rua Castilho, 44, 3.º, 1250-071 Lisboa.

Capital social: 12 000 milhares de euros.

Participação do BES: 100%.

A Euroges, no exercício de 2002, reafirmou uma vez mais a sua presença no mercado nacional em termos de eficiência e rentabilidade, enquadrando-se assim nas melhores práticas do Grupo em que se insere.

A empresa expandiu a sua carteira em 20% resultando daí que o total sob gestão (625 milhões de euros) no final de 2002 continuou a conferir o segundo lugar no *ranking* do sector. Da interpenetração com a rede do Grupo BES, sempre em aperfeiçoamento, resultou um volume de negócios de 1723 milhões de euros (mais 14,5%).

O resultado e o *cash-flow* atingiram, respectivamente, 4,8 milhões de euros e 8,6 milhões de euros, números estes que traduzem um crescimento em relação ao ano anterior de 42,5% e 27,6% respectivamente, mantendo o primeiro lugar entre as congéneres e representando a Euroges 37,7% dos resultados líquidos e 42,3% do *cash-flow* total publicados pela Associação Portuguesa das Empresas de *Factoring*.

É de salientar que a expansão da empresa e a contenção dos custos resultaram da estratégia adoptada que incidiu sobre o *pricing* das operações activas, um apertado controlo do risco e uma criteriosa gestão de recursos humanos, bem como sobre os fornecimentos e serviços terceiros, permitindo assim um crescimento sustentado. Esta estratégia produziu, como consequência, um *cost to income* de 27,4% e um ROE de 28,3%.

É também de referir que o desenvolvimento da gestão de pagamentos a fornecedores (*confirming*), após um ano de 2001 quase experimental, passou em 2002 à fase de execução plena, tendo já atingido uma produção de 131 milhões de euros.

(Em milhares de euros)

Variáveis de gestão e indicadores	2001	2002	Variação (percentagem)
Activo líquido	415 712	468 793	12,8
Capital e reservas	15 240	17 077	12,1
Resultado do exercício	3 398	4 843	42,5
Carteira de crédito tomado (bruto)	380 355	457 153	20,2

Capital de risco:

ES Capital — Sociedade de Capital de Risco, S. A.:

Sede social: Rua Alexandre Herculano, 38, 1.º, 1269-161 Lisboa.

Capital social: 25 000 milhares de euros.

Participação do BES: 99,74%.

A actividade durante 2002 consistiu essencialmente na promoção do investimento dos fundos colocados à sua disposição, no acompanhamento da evolução das suas participadas e no estudo do lançamento de novos fundos de capital de risco com o IAPMEI e com o BEI.

Durante este exercício houve um reforço significativo dos instrumentos financeiros de que a empresa dispõe, que totalizam cerca de 120 milhões de euros de fundos repartidos da seguinte forma: capitais próprios (32 milhões de euros), FCR-PME/BES (21 milhões de euros), FRIE-IMIT/BES (22,5 milhões de euros), Linhas Protocoladas com o IAPMEI (2 milhões de euros), FUNGEPI/BES (38 milhões de euros) e Linha BEI (1,5 milhões de euros).

Em termos de operações de capital de risco propriamente ditas, foram aprovadas 11 participações, num total de 20,5 milhões de euros, tendo sido concretizadas quatro operações num montante total de 4,1 milhões de euros.

Durante 2002 foram alienadas, total ou parcialmente, quinze participações no montante de 18 milhões de euros. Estas alienações integraram quatro participações do FCR-PME/BES no montante de 2,2 milhões de euros e seis participações do FRIE-IMIT/BES no montante de 6,9 milhões de euros.

Finalmente em relação ao FUNGEPI/BES registou-se que este fundo concretizou duas operações no montante de 2,4 milhões de euros. No final de 2002 o montante do fundo era de 38 milhões de euros.

O resultado líquido atingiu 2,9 milhões de euros, superior em 35% ao registado no ano anterior.

(Em milhares de euros)

Variáveis de gestão e indicadores	2001	2002	Variação (percentagem)
Activo líquido	37 252	38 789	4,1
Capital e reservas	28 969	29 384	1,4
Resultado do exercício	2 172	2 926	34,7
Carteira de participações (a)	36 073	24 393	— 32,4

(a) Inclui FCR — PME/BES e FRIE — IMIT/BES.

Seguros:

Espírito Santo Companhia de Seguros, S. A.:

Sede social: Avenida da Liberdade, 242, 1250-149 Lisboa.

Capital social: 15 000 milhares de euros.

Participação do BES: 40,00%.

O mercado português de seguros não vida de particulares não pôde deixar de ser influenciado pelo contexto internacional e nacional de desaceleração económica já sentida em 2001. Apesar deste contexto, a actividade de bancaseguros no Grupo BES manteve uma boa *performance*, quer na penetração no mercado, quer na obtenção de resultados.

A produção total obtida no exercício, através das redes do BES, BIC e BES Açores foi superior a 93 000 contratos distribuídos pelos produtos habitação, automóvel e saúde. No final de 2002, atingiu-se uma carteira de 267 756 contratos em vigor, correspondendo a um crescimento de 27,9%. Ao nível técnico, houve uma degradação do *ratio* de sinistralidade devido sobretudo ao produto automóvel. Apesar desta situação, o resultado da conta técnica não vida evoluiu favoravelmente, apresentando um crescimento de 21,8% em relação ao ano anterior.

O forte desenvolvimento da produção e dos prémios brutos emitidos, a manutenção do resultado técnico global num bom nível e o controlo dos custos operacionais permitiu à ES Seguros atingir o resultado de 937 milhares de euros, representando 2,3% dos prémios brutos emitidos.

(Em milhares de euros)

Variáveis de gestão e indicadores	2001	2002	Variação (percentagem)
Prémios brutos emitidos	29 448	40 004	35,8
Custos com sinistros (a)	14 752	22 664	53,6
Resultado da conta técnica	693	845	21,9

(Em milhares de euros)

Variáveis de gestão e indicadores	2001	2002	Variação (percentagem)
Resultado do exercício	1 211	937	- 22,6
Activo líquido	32 225	38 148	18,4
Imobilizado corpóreo bruto	8 874	9 057	2,1
Capital próprio	10 431	11 359	8,9

(a) Montantes pagos e variação da provisão para sinistros.

Europ Assistance — Companhia Portuguesa de Seguros de Assistência, S. A.:

Sede social: Avenida Álvares Cabral, 41 3.º, 1250-015 Lisboa.

Capital social: 5000 milhares de euros.

Participação do BES: 23,00%.

O exercício de 2002 foi para a Europ Assistance mais um ano de crescimento sustentado, conservando e consolidando a posição de líder do mercado de assistência, atingindo uma quota superior a 29%.

O total de prémios emitidos foi de 17,6 milhões de euros, representando um crescimento de 10% em relação ao ano anterior. Este crescimento encontra-se alicerçado na colocação de produtos tradicionais e no desenvolvimento de outros estruturados em função das tendências do mercado e das necessidades manifestadas pelos nossos clientes em resultado da política de especialização e segmentação seguida nos últimos anos.

Durante o ano foram recebidas perto de 600 000 chamadas e prestou-se assistência a mais de 300 mil sinistrados, o que traduz um crescimento da actividade próximo dos 15%. A taxa de sinistralidade continuou a subir devido à crescente divulgação do conceito de assistência e ao significativo alargamento da base de clientes cobertos.

Apesar da considerável quebra verificada nos resultados financeiros, consequência da grande instabilidade que se sentiu ao longo do exercício nos mercados financeiros, e do já referido aumento da sinistralidade, foi mesmo assim possível melhorar a rentabilidade através da continuação da adopção de medidas tendentes ao rigoroso controlo dos custos com sinistros e dos custos fixos de estrutura. O exercício encerrou com um significativo crescimento no resultado líquido que excedeu o obtido no ano anterior em 26%.

Na vertente internacional, apesar da grave crise económica que assolou a Argentina e das incertezas de cunho político que marcaram o ano no Brasil, foi possível consolidar e aumentar o volume de negócios em ambos os países e encerrar o exercício com resultados positivos.

(Em milhares de euros)

Variáveis de gestão e indicadores	2001	2002	Variação (percentagem)
Activo líquido	17 178	18 829	9,6
Capitais próprios	6 612	6 843	3,5
Resultado do exercício	795	1 004	26,3
Produção	16 049	17 593	9,6

e-Business:

BES.Com, SGPS, S. A.:

Sede social: Rua Alexandre Herculano, 38, 4.º, 1250-011 Lisboa.

Capital social: 50 000 milhares de euros.

Participação do BES: 100%.

A actividade da BES.Com ficou marcada primordialmente pelo apoio às iniciativas participadas por esta *holding* especializado no investimento em empresas de índole tecnológica.

De entre estas cumpre destacar o *pmelink.pt* que consubstancia uma parceria com os Grupos CGD e PT e é o primeiro centro de negócios *online* em Portugal para PME. Para além do apoio à gestão corrente do portal tem sido desenvolvido um esforço conjunto com os outros accionistas de consolidar as linhas de negócio já implementadas e estudar e lançar novos segmentos de produtos e serviços.

Os já elevados índices de reconhecimento do Banco BEST têm vindo a aumentar, resultado da agressiva campanha de marketing e da inovadora proposta de valor que este banco especializado no segmento *affluent* lançou em Portugal, de que cumpre destacar o elevado número de produtos lançados em 2002.

Já no 2.º semestre a BES.Com apoiou a montagem de um financiamento à sua participada americana Clarity Payment Solutions, Inc., sociedade que desenvolveu uma sofisticada plataforma de processamento de pagamentos e conta entre os seus clientes empresas como a Coca-Cola, a Ford Motors e a AOL Time Warner.

Foram igualmente desenvolvidos esforços conjuntos com o nosso accionista de entre os quais se destaca o esforço de incubação do negócio de soluções de pagamentos Clarity para Portugal e, bem assim, a capitalização da *expertise* própria da BES.Com em iniciativas participadas directamente pelo BES.

No início de 2003 foi alterada a designação social para Espírito Santo Tech Ventures, SGPS, S. A.

Valores consolidados

(Em milhares de euros)

Variáveis de gestão e indicadores	2001	2002	Variação (percentagem)
Activo líquido	64 056	61 348	- 4,2
Capital e reservas	45 322	35 100	- 22,6
Carteira de participações	51 343	49 409	- 3,8
Resultado do exercício	- 5 356	- 10 614	-

Sociedades emissoras de títulos:

No universo das empresas consolidadas do Grupo BES, existem sociedades especializadas cuja actividade consiste na captação de recursos nos mercados internacionais. A existência destas estruturas é frequentemente encontrada na organização dos principais grupos financeiros internacionais e estão localizadas em centros financeiros fisicamente neutros para os investidores internacionais.

A Espírito Santo Overseas, Ltd. (ESOL), com sede nas ilhas Caimão, foi constituída em Outubro de 1993, com capital ordinário integralmente subscrito e realizado pelo BES. Até à data, a ESOL procedeu a duas emissões de acções preferenciais sem voto, integralmente colocadas nos EUA e garantidas pelo BES, no montante global de USD 250 milhões. Estas acções preferenciais encontram-se cotadas na Bolsa de Nova Iorque.

O BES Overseas, Ltd. (BESOL), com sede nas ilhas Caimão, foi constituído em Setembro de 1996, com capital ordinário integralmente subscrito e realizado pelo BES. O BESOL procedeu, até à data, a uma emissão de acções preferenciais, garantidas pelo BES, sem direito de voto, no montante global de USD 250 milhões, colocadas no mercado europeu. Estas acções preferenciais encontram-se cotadas na Bolsa de Londres.

O BES Finance, Ltd., com sede nas ilhas Caimão, foi constituído em 1997, com capital ordinário integralmente subscrito pelo BES. Em Fevereiro de 1997, esta sociedade estabeleceu um programa de Euro Medium Term Notes (EMTN), actualizado anualmente através da emissão da respectiva *Offering Circular*, ao abrigo do qual poderá emitir dívida sénior ou subordinada até um valor nominal agregado de EUR 7000 milhões. Estas obrigações podem ser denominadas em qualquer moeda e prazo e são garantidas pelo BES.

No final do exercício, o montante de obrigações em circulação totalizava 5266 milhões de euros, integralmente colocadas junto de investidores internacionais e os fundos daí provenientes encontram-se na sua totalidade aplicados no Grupo para financiamento da sua actividade.

Unidades de *outsourcing* e serviços auxiliares:

A concentração progressiva do Grupo BES no negócio essencialmente financeiro, com externalização das tarefas não directamente relacionadas com esta actividade, tem levado à reformulação organizativa e funcional do Grupo. Por consequência, foram surgindo unidades de *outsourcing* e de serviços auxiliares que, ao libertarem recursos humanos e tecnológicos têm permitido o fornecimento de serviços às unidades que o compõem ao mesmo tempo que algumas delas passaram a actuar nos mercados em que se inserem.

As unidades de negócio ligadas à actividade de *outsourcing* são as seguintes:

Espírito Santo Data, SGPS, S. A. (ESDATA):

(Capital social: 7000 milhares de euros).

A ESDATA é uma gestora de participações sociais, acolhendo as participadas — ES Interaction (concepção e comercialização de sistemas de informação interactivos), ES Innovation (concepção, desenvolvimento e implementação de sistemas de informação, redes e siste-

mas de comunicação) e *oblog software* (concepção e comercialização de sistemas de informação na vertente de organização e informática).

Espírito Santo Gestão de Instalações, Aprovisionamento e Comunicações, S. A. (ESGEST):

(Capital social: 100 milhares de euros).

Realiza a gestão de frotas, a manutenção de imóveis e tem a seu cargo o economato, as comunicações e outras actividades conexas.

Esumédica — Prestação de Cuidados Médicos, S. A.:

(Capital social: 1500 milhares de euros).

Assegura a prestação de cuidados de saúde aos empregados das empresas do Grupo BES resultando da participação conjunta do BES e da Companhia de Seguros Tranquilidade Vida, actuando privilegiadamente no âmbito da medicina do trabalho.

Espírito Santo Cobranças, S. A.:

(Capital social: 798 milhares de euros).

Esta subsidiária de *outsourcing* dedica-se à prestação de serviços tendentes à recuperação de créditos vencidos do Grupo, nomeadamente, do BES, BIC, Credibom e Crediflash. Desenvolve ainda actividades na área funcional ligada à pesquisa, penhora e guarda de valores.

Cêntimo — Sociedade de Serviços, L.ª:

(Capital social: 249 milhares de euros).

Tem como actividade exclusiva a guarda de títulos custodiados por três bancos do Grupo, com sede em Portugal — BES, BIC e BESL.

Gesfinc — Espírito Santo Estudos Financeiros e de Mercado de Capitais, S. A.:

(Capital social: 399 milhares de euros).

Desenvolve a actividade de *Research* em estreita articulação com a corretora do Grupo (ES Dealer) e o Banco Espírito Santo de Investimento, articulação esta que tem sido determinante para a afirmação do Grupo no mercado de capitais.

Fiduprivate — Sociedade de Serviços, Consultadoria e Administração de Empresas, S. A.:

(Capital social: 125 milhares de euros).

Esta subsidiária do Grupo presta serviços de consultoria a empresas, exercendo a actividade na Zona Franca da Madeira.

Espírito Santo Contact Center — Gestão de Call Centers, S. A.:

(Capital social: 3600 milhares de euros).

Empresa que se dedica em exclusivo à gestão de *call centers*, que suportam a actividade da banca telefónica nomeadamente do BES, BIC, Crediflash, BES.Com e Tranquilidade Vida.

Esegur, Empresa de Segurança S. A.:

(Capital social: 2750 milhares de euros).

Esta empresa, participada em 29% pelo BES, dedica-se ao negócio da segurança privada. Teve origem no decorrer do processo de *outsourcing*, passando rapidamente a estender a prestação de serviços a uma vasta carteira de clientes das mais diversas proveniências. No exercício de 2001 foi objecto do estabelecimento de uma parceria com a CGD e os CTT que se traduziu na participação destas duas instituições no capital da Esegur. Em 2002 passou a dedicar-se também ao transporte de valores e apresentou um resultado do exercício de 937 milhares de euros.

ES Interaction — Sistemas de Informação Interactiva, S. A.:

(Capital social: 500 milhares de euros).

Empresa que exerce a sua actividade na área da concepção, desenvolvimento e comercialização de sistemas de informação interactivos para além de prestar serviços de consultoria, formação, gestão de projectos, desenvolvimento, implementação e suporte de sistemas informáticos e de comunicações.

Lisboa, 21 de Fevereiro de 2003. — O Conselho de Administração: António Luís Roquette Ricciardi, presidente — Ricardo Espírito Santo Silva Salgado, vice-presidente — Jean Gaston Pierre Marie Victor Laurent, vice-presidente — Mário Mosqueira do Amaral, vogal — José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva, vogal — António José

Baptista do Souto, vogal — Jorge Alberto Carvalho Martins, vogal — Manuel António Gomes de Almeida Pinho, vogal — Yves Henri Camille Barsalou, vogal — Aníbal da Costa Reis de Oliveira, vogal — José Manuel Ferreira Neto, vogal — Manuel de Magalhães Villas-Boas, vogal — Manuel Fernando Moniz Galvão Espírito Santo Silva, vogal — Jackson Behr Gilbert, vogal — Manuel António Ribeiro Serzedelo de Almeida, vogal — José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi, vogal — Jean-Luc Louis Marie Guinoiseau, vogal — Gilles François Gramat, vogal — Rui Manuel Duarte Sousa da Silveira, vogal — Joaquim Aníbal Brito Freixial de Goes, vogal — Francisco Luís Murteira Nabo, vogal — Pedro José de Sousa Fernandes Homem, vogal — Ilídio da Costa Leite de Pinho, vogal — Herman Agneessens, vogal — Patrick Gérard Daniel Coudéne, vogal — Michel Victor François Vilatte, vogal — Mário Martins Adegas, vogal — Luís António Burnay Pinto de Carvalho Daun e Lorena, vogal — Lázaro de Mello Brandão, vogal — Ricardo Abecassis Espírito Santo Silva, vogal — Bernard Henri Georges De Wit, vogal.

Anexo ao relatório do conselho de administração

Posição accionista dos membros dos órgãos sociais:

Lista a que se refere o n.º 5 do artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais:

Comandante António Luís Roquette Ricciardi:

No início do exercício era detentor de 50 000 acções BES; obrigações BES/Cabaz DSL 2003 no valor de 26 000 euros; obrigações BES — Cabaz 2003 no valor de 50 000 euros; obrigações Espírito Santo Investment PLC/7,5% no montante de 100 000 euros e de obrigações BES — Cabaz 2004 no montante de 50 000 euros.

No aumento de capital, cuja escritura foi realizada em 27 de Março de 2002, foram atribuídas por incorporação de reservas 12 500 acções BES e por preferência accionista subscreveu 17 500 acções BES a 11 euros cada.

Em 31 de Dezembro de 2002 era detentor de 80 000 acções BES, bem como das obrigações que detinha em 31 de Dezembro de 2001.

Dr. Ricardo Espírito Santo Silva Salgado:

No início do exercício detinha 130 318 acções BES; uma acção da Crediflash — Sociedade Financeira para Aquisições a Crédito, S. A. e 20 acções da Fiduprivate — Sociedade de Serviços, S. A.

No aumento de capital, cuja escritura foi realizada em 27 de Março de 2002, foram atribuídas por incorporação de reservas 32 580 acções BES e por preferência accionista subscreveu 43 750 acções BES a 11 euros cada.

No âmbito do processo do SIBA — Sistema de Incentivos Baseado em Acções, em 7 de Maio de 2002, adquiriu 29 471 acções BES a 11,50 euros.

Em 31 de Dezembro de 2002 era detentor de 236 119 acções BES, não tendo havido alteração nas outras posições que detinha em 31 de Dezembro de 2001.

Dr. Mário Mosqueira do Amaral:

No início do exercício era detentor de 14 067 acções BES; de uma acção da Crediflash — Sociedade Financeira para Aquisições a Crédito, S. A.; 20 acções da Fiduprivate — Sociedade de Serviços, S. A., e de obrigações BES Cabaz — 2003 no valor de 100 000 euros.

No aumento de capital, cuja escritura foi realizada em 27 de Março de 2002, foram atribuídas por incorporação de reservas 3516 acções BES e por preferência accionista subscreveu 5334 acções BES a 11 euros cada.

No âmbito do processo do SIBA — Sistema de Incentivos Baseado em Acções, em 7 de Maio de 2002, adquiriu 21 612 acções BES a 11,50 euros.

Em 31 de Dezembro de 2002 era detentor de 44 529 acções BES, não tendo havido alteração nas outras posições que detinha em 31 de Dezembro de 2001.

Dr. José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva:

No início do exercício era titular de 20 444 acções BES; 1 acção da Crediflash — Sociedade Financeira para Aquisições a Crédito, S. A. e de 20 acções da Fiduprivate — Sociedade de Serviços, S. A.

No aumento de capital, cuja escritura foi realizada em 27 de Março de 2002, foram atribuídas por incorporação de reservas 5110 acções BES e por preferência accionista subscreveu 8802 acções BES a 11 euros cada.

Em 5 de Abril de 2002 adquiriu 100 acções da ES Financial Consultants (Gestão de Patrimónios), S. A., a 5 euros cada.

No âmbito do processo do SIBA — Sistema de Incentivos Baseado em Acções, em 7 de Maio de 2002, adquiriu 21 612 acções BES a 11,50 euros.

Em 31 de Dezembro de 2002 era detentor de 55 968 acções BES, tendo-se mantido todas as outras posições acima referidas.

Dr. António José Baptista do Souto:

No início do exercício era detentor de 51 130 acções BES.

Em 18 de Fevereiro de 2002 vendeu 9500 acções BES ao preço de 11,60 euros cada.

No aumento de capital, cuja escritura foi realizada em 27 de Março de 2002, foram atribuídas por incorporação de reservas 12 783 acções BES e por preferência accionista subscreveu 12 782 acções BES a 11 euros cada.

No âmbito do processo do SIBA — Sistema de Incentivos Baseado em Acções, em 7 de Maio de 2002, adquiriu 21 612 acções BES a 11,50 euros.

Em 18 de Novembro de 2002 vendeu 20 000 acções BES ao preço de 11 euros cada.

Em 28 de Novembro de 2002 vendeu 10 000 acções BES ao preço de 11,50 euros cada.

Em 11 de Dezembro de 2002 vendeu 3482 acções BES ao preço de 12 euros cada.

Em 16 de Dezembro de 2002 vendeu 6518 acções BES ao preço de 12 euros cada.

Em 31 de Dezembro de 2002 era detentor de 48 807 acções BES.

Dr. Jorge Alberto Carvalho Martins:

No início do exercício era titular de 12 016 acções BES.

Em 30 de Janeiro de 2002 vendeu 1016 acções BES por 14 676,17 euros.

No aumento de capital, cuja escritura foi realizada em 27 de Março de 2002, foram atribuídas por incorporação de reservas 2750 acções BES e por preferência accionista subscreveu 2750 acções BES a 11 euros cada.

No âmbito do processo do SIBA — Sistema de Incentivos Baseado em Acções, em 7 de Maio de 2002, adquiriu 21 612 acções BES a 11,50 euros.

Em 31 de Dezembro de 2002 era detentor de 38 112 acções BES.

Dr. Manuel António Gomes de Almeida Pinho:

No início do exercício detinha 11 384 acções BES.

No aumento de capital, cuja escritura foi realizada em 27 de Março de 2002, foram atribuídas por incorporação de reservas 2846 acções BES e por preferência accionista subscreveu 2846 acções BES a 11 euros cada.

No âmbito do processo do SIBA — Sistema de Incentivos Baseado em Acções, em 7 de Maio de 2002, adquiriu 21 612 acções BES a 11,50 euros.

Em 31 de Dezembro de 2002 era detentor de 38 688 acções BES.

Dr. Aníbal da Costa Reis de Oliveira:

No início do exercício era titular de 70 529 acções BES e 50 000 obrigações de Caixa BES — Euribor no valor total de 50 000 euros.

No aumento de capital, cuja escritura foi realizada em 27 de Março de 2002, foram atribuídas por incorporação de reservas 17 631 acções BES e por preferência accionista subscreveu 17 631 acções BES a 11 euros cada.

Em Maio de 2002 adquiriu obrigações BES — Finance, Ltd. 6,625%, no valor de 900 000 euros.

Em Outubro de 2002 vendeu 25 000 obrigações de Caixa BES — Euribor, no valor total de 25 000 euros.

Em 31 de Dezembro de 2002 era detentor de 110 000 acções BES, 25 000 euros em obrigações de Caixa BES — Euribor e 900 000 euros de obrigações BES — Finance, Ltd. — 6,625%.

Dr. José Manuel Ferreira Neto:

No início do exercício era detentor de 36 167 acções BES.

Em 28 de Março de 2002 vendeu 22 282 acções BES ao preço de 12,10 euros cada acção.

No aumento de capital, cuja escritura foi realizada em 27 de Março de 2002, foram atribuídas por incorporação de reservas 9041 acções BES e por preferência accionista subscreveu 9041 acções BES a 11 euros cada.

No âmbito do processo do SIBA — Sistema de Incentivos Baseado em Acções, em 7 de Maio de 2002, adquiriu 24 558 acções BES a 11,50 euros.

Em 9 de Dezembro de 2002 vendeu 12 640 acções do BES ao preço de 11,84 euros cada acção. Em 31 de Dezembro de 2002 era detentor de 43 885 acções BES.

Dr. Manuel de Magalhães Villas-Boas:

No início do exercício era titular de 384 acções BES.

No aumento de capital, cuja escritura foi realizada em 27 de Março de 2002, foram atribuídas por incorporação de reservas 96 acções BES e por preferência accionista subscreveu 96 acções BES a 11 euros cada.

Em 31 de Dezembro de 2002 era detentor de 576 acções BES.

Dr. Manuel Fernando Moniz Galvão Espírito Santo Silva:

No início do exercício detinha 730 acções BES.

No aumento de capital, cuja escritura foi realizada em 27 de Março de 2002, foram atribuídas por incorporação de reservas 182 acções BES.

Em 31 de Dezembro de 2002 era detentor de 912 acções BES.

Dr. Jackson Behr Gilbert:

No início do exercício detinha 710 acções BES.

Em 7 de Janeiro de 2002 comprou 90 acções BES por 1313,55 euros.

No aumento de capital, cuja escritura foi realizada em 27 de Março de 2002, foram atribuídas por incorporação de reservas 200 acções BES e por preferência accionista subscreveu 200 acções BES a 11 euros cada.

Em 31 de Dezembro de 2002 era detentor de 1200 acções BES.

Eng. Manuel António Ribeiro Serzedelo de Almeida:

No início do exercício era detentor de 13 296 acções BES.

No aumento de capital, cuja escritura foi realizada em 27 de Março de 2002, foram atribuídas por incorporação de reservas 3324 acções BES e por preferência accionista subscreveu 3324 acções BES a 11 euros cada.

No âmbito do processo do SIBA — Sistema de Incentivos Baseado em Acções, em 7 de Maio de 2002, adquiriu 24 560 acções BES a 11,50 euros.

Em 31 de Dezembro de 2002 era detentor de 44 504 acções BES.

A Companhia de Cervejas Estrela, S. A., da qual é accionista e presidente do conselho de administração, detinha no início do exercício 139 823 acções do BES.

No aumento do capital, cuja escritura foi realizada em 27 de Março de 2002, foram-lhe atribuídas por incorporação de reservas 34 954 acções do BES.

Em 27 de Junho de 2002 vendeu 139 823 acções BES pelo montante global de 1 600 973,35 euros.

Em 31 de Dezembro de 2002 era detentora de 34 954 acções BES.

Nota. — O Eng. Manuel Serzedelo de Almeida encontra-se suspenso das suas funções de administrador do BES por um período não inferior a 60 dias na sequência de um pedido de suspensão temporária por si apresentado ao presidente do conselho fiscal em 24 de Janeiro de 2003.

Dr. José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi:

No início do exercício detinha 11 000 acções BES.

No aumento de capital, cuja escritura foi realizada em 27 de Março de 2002, foram atribuídas por incorporação de reservas 2750 acções BES e por preferência accionista subscreveu 2750 acções BES a 11 euros cada.

No âmbito do processo do SIBA — Sistema de Incentivos Baseado em Acções, em 7 de Maio de 2002, adquiriu 21 612 acções BES a 11,50 euros.

Em 31 de Dezembro de 2002 era detentor de 35 737 acções BES.

Dr. Jean-Luc Louis Marie Guinoiseau:

No início do exercício detinha 11 000 acções BES.

No aumento de capital, cuja escritura foi realizada em 27 de Março de 2002, foram atribuídas por incorporação de reservas 2750 acções BES e por preferência accionista subscreveu 2750 acções BES a 11 euros cada.

No âmbito do processo do SIBA — Sistema de Incentivos Baseado em Acções, em 7 de Maio de 2002, adquiriu 21 612 acções BES a 11,50 euros.

Em 31 de Dezembro de 2002 era detentor de 38 112 acções BES.

Dr. Rui Manuel Duarte Sousa da Silveira:

No início do exercício era possuidor de 11 811 acções BES.

No aumento de capital, cuja escritura foi realizada em 27 de Março de 2002, foram atribuídas por incorporação de reservas 2952 acções BES e por preferência accionista subscreveu 2750 acções BES a 11 euros cada.

No âmbito do processo do SIBA — Sistema de Incentivos Baseado em Acções, em 7 de Maio de 2002, adquiriu 21 612 acções BES a 11,50 euros.

Em 31 de Dezembro de 2002 era detentor de 39 125 acções BES.

Dr. Joaquim Aníbal Brito Freixial de Goes:

No início do exercício detinha 11 731 acções BES.

No aumento de capital, cuja escritura foi realizada em 27 de Março de 2002, foram atribuídas por incorporação de reservas 2932 acções BES e por preferência accionista subscreveu 2932 acções BES a 11 euros cada.

No âmbito do processo do SIBA — Sistema de Incentivos Baseado em Acções, em 7 de Maio de 2002, adquiriu 21 612 acções BES a 11,50 euros.

Em 31 de Dezembro de 2002 era detentor de 39 207 acções BES.

Dr. Francisco Luís Murteira Nabó:

No início do exercício era titular de 800 acções BES; de obrigações BES — Cabaz 2003 no montante de 50 000 euros e de obrigações BES — Cabaz 2004 no valor de 50 000 euros.

No aumento de capital, cuja escritura foi realizada em 27 de Março de 2002, foram atribuídas por incorporação de reservas 200 acções BES e por preferência accionista subscreveu 200 acções BES a 11 euros cada.

Em 31 de Dezembro de 2002 era detentor de 1200 acções BES, não tendo havido alteração nas outras posições que detinha em 31 de Dezembro de 2001.

Dr. Pedro José de Sousa Fernandes Homem:

No início do exercício detinha 11 000 acções BES.

No aumento de capital, cuja escritura foi realizada em 27 de Março de 2002, foram atribuídas por incorporação de reservas 2750 acções BES e por preferência accionista subscreveu 2750 acções BES a 11 euros cada.

Em 5 de Abril de 2002 adquiriu 100 acções da ES Financial Consultants (Gestão de Patrimónios), S. A., a 5,00 euros cada.

No âmbito do processo do SIBA — Sistema de Incentivos Baseado em Acções, em 7 de Maio de 2002, adquiriu 21 612 acções BES a 11,50 euros.

Em 31 de Dezembro de 2002 era detentor de 38 112 acções BES e 100 acções da ES Financial Consultants (Gestão de Patrimónios), S. A.

Dr. Patrick Gérard Daniel Coudène:

No âmbito do processo do SIBA — Sistema de Incentivos Baseado em Acções, em 7 de Maio de 2002, adquiriu 21 612 acções BES a 11,50 euros, quantidade que possui em 31 de Dezembro de 2002.

Dr. Mário Martins Adegas:

Na data em que foi eleito para o conselho de administração, 27 de Março de 2002, era possuidor de 72 847 acções BES.

No aumento de capital, cuja escritura foi realizada em 27 de Março de 2002, foram atribuídas por incorporação de reservas 18 211 acções BES e por preferência accionista subscreveu 18 211 acções BES a 11 euros cada.

No âmbito do processo do SIBA — Sistema de Incentivos Baseado em Acções, em 6 de Maio de 2002, adquiriu 18 664 acções BES a 11,50 euros.

Em 31 de Dezembro de 2002 era detentor de 127 933 acções BES.

Dr. Ricardo Abecassis Espírito Santo Silva:

Na data em que foi eleito para o conselho de administração, 27 de Março de 2002, era possuidor de 13 497 acções BES.

No aumento de capital, cuja escritura foi realizada em 27 de Março de 2002, foram atribuídas por incorporação de reservas 3374 acções BES e por preferência accionista subscreveu 3374 acções BES a 11 euros cada.

No âmbito do processo do SIBA — Sistema de Incentivos Baseado em Acções, em 6 de Maio de 2002, adquiriu 18 665 acções BES a 11,50 euros.

Em 31 de Dezembro de 2002 era detentor de 38 910 acções BES.

Relação dos accionistas titulares de participações qualificadas:

Informação sobre os titulares de participações qualificadas, calculada nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários, para

efeitos do disposto na alínea e) do n.º 1 do artigo 6.º do Regulamento da CMVM n.º 11/2000, com a redacção dada pelo Regulamento da CMVM n.º 24/2000:

A Bespar, SGPS, S. A., detém directamente 125 929 168 acções do Banco Espírito Santo, S. A., representativas de 41,98% do capital social e dos direitos de voto.

Nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 20.º do Código de Valores Mobiliários, são também contados como direitos de voto pertencentes à Bespar, SGPS, S. A., 6,17%, correspondentes a 18 520 615 acções do Banco Espírito Santo, S. A., detidas, directa e indirectamente, pela Companhia de Seguros Tranquilidade-Vida, S. A., sociedade dominada pela Bespar, SGPS, S. A.

Nos termos do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários, são também contados como direitos de voto da Bespar, SGPS, S. A., mais 0,16% correspondentes a 475 807 acções do Banco Espírito Santo, S. A., detidas pelos membros dos seus órgãos de administração e fiscalização.

Nestes termos são atribuíveis à Bespar, SGPS, S. A., directa e indirectamente, 144 925 590 acções correspondentes a cerca de 48,31% dos direitos de voto.

O Credit Agricole, S. A., detém directamente 26 419 710 acções do Banco Espírito Santo, S. A., representativas de 8,81% do capital social e dos direitos de voto.

A Companhia de Seguros Tranquilidade-Vida, S. A., detém directamente 18 418 135 acções do Banco Espírito Santo, S. A., e indirectamente, nos termos do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários, mais 0,034% dos direitos de voto correspondentes a 102 480 acções do Banco Espírito Santo, S. A., detidas pelos membros dos seus órgãos de administração e fiscalização, o que totaliza 6,17% do capital social e dos direitos de voto.

O Banco Bradesco, S. A., detém directamente 9 000 000 acções do Banco Espírito Santo, S. A., representativas de 3,00% do capital social e dos direitos de voto.

A Portugal Telecom, SGPS, S. A., detém directamente um total de 4 200 000 acções do Banco Espírito Santo, S. A., representativas de 1,4% do capital social e dos direitos de voto.

Os fundos de pensões, cujos associados são empresas que integram o Grupo PT, os quais são geridos pela Previsão — Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S. A., detém 7 864 744 acções do Banco Espírito Santo, S. A., representativas de 2,62% do seu capital social e dos direitos de voto.

Nos termos do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 20.º do Código de Valores Mobiliários são, também, contados como pertencentes à Portugal Telecom, SGPS, S. A., mais 0,03% de direitos de voto, correspondentes a 95 007 acções do Banco Espírito Santo, S. A., detidas pelos membros dos órgãos de administração e de fiscalização do Grupo PT.

Nos termos do disposto do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários são contados como pertencentes à Espírito Santo Financial Group, S. A. (Luxemburgo):

Os direitos de voto correspondentes a 962 525 acções do Banco Espírito Santo, S. A., que detém directamente;

Os direitos de voto correspondentes às acções do Banco Espírito Santo, S. A., detidas, directa e indirectamente, pela Bespar, SGPS, S. A. (acima especificadas), uma vez que, a Espírito Santo Financial Group, S. A., detém 100% do capital social da Espírito Santo Financial (Portugal), SGPS, S. A., que por sua vez domina a Bespar, SGPS, S. A.

Os direitos de voto correspondentes às acções do Banco Espírito Santo, S. A., detidas pelos elementos de administração e fiscalização da Espírito Santo Financial Group, S. A. (Luxemburgo), enquanto sociedade dominante e acções detidas por empresas por si dominadas directa e indirectamente e ou elementos das suas administrações e fiscalizações que no seu conjunto somam 1 362 222 acções e que correspondem a 0,45% dos direitos de voto.

Em consequência, nos termos do aludido artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários são atribuíveis, directa e indirectamente, à Espírito Santo Financial Group, S. A. (Luxemburgo), 147 250 337 acções, a que corresponde cerca de 49,00% dos direitos de voto.

Por aplicação das alíneas b) e d) do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários, esta percentagem de direitos de voto é atribuível à Espírito Santo International Holding, S. A. (ESI), a que acrescem 177 336 acções detidas por empresas e por elementos das administrações e fiscalizações de empresas dominadas directa e indirectamente pela referida, num total de 147 427 673 acções, correspondentes a, aproximadamente, 49,14% dos direitos de voto.

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 448.º do Código das Sociedades Comerciais os accionistas titulares de, pelo menos, um décimo, um terço ou metade do capital do BES, S. A., em 31 de Dezembro de 2002, eram os seguintes:

Accionistas	Número de acções	Capital social (percentagem)	Direitos de votos (percentagem)
Bespar — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A. (a)	125 929 168	41,98	41,98

(a) Nos termos e para os efeitos do disposto nas alíneas b) e d) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários são também contados como direitos de voto pertencentes a Bespar, SGPS, S. A., mais 6,33% correspondentes a 18 996 422 acções.

O Conselho de Administração: *António Luís Roquette Ricciardi*, presidente — *Ricardo Espírito Santo Silva Salgado*, vice-presidente — *Jean Gaston Pierre Marie Victor Laurent*, vice-presidente — *Mário Mosqueira do Amaral*, vogal — *José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva*, vogal — *António José Baptista do Souto*, vogal — *Jorge Alberto Carvalho Martins*, vogal — *Manuel António Gomes de Almeida Pinho*, vogal — *Yves Henri Camille Barsalou*, vogal — *Aníbal da Costa Reis de Oliveira*, vogal — *José Manuel Ferreira Neto*, vogal — *Manuel de Magalhães Villas-Boas*, vogal — *Manuel Fernando Moniz Galvão Espírito Santo Silva*, vogal — *Jackson Behr Gilbert*, vogal — *Manuel António Ribeiro Serzedelo de Almeida*, vogal — *José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi*, vogal — *Jean-Luc Louis Marie Guinoiseau*, vogal — *Gilles François Gramat*, vogal — *Rui Manuel Duarte Sousa da Silveira*, vogal — *Joaquim Aníbal Brito Freixial de Goes*, vogal — *Francisco Luís Murteira Nabo*, vogal — *Pedro José de Sousa Fernandes Homem*, vogal — *Ilídio da Costa Leite de Pinho*, vogal — *Herman Agneessens*, vogal — *Patrick Gérard Daniel Coudéne*, vogal — *Michel Victor François Vilatte*, vogal — *Mário Martins Adegas*, vogal — *Luís António Burnay Pinto de Carvalho Daun e Lorena*, vogal — *Lázaro de Mello Brandão*, vogal — *Ricardo Abecassis Espírito Santo Silva*, vogal — *Bernard Henri Georges De Wit*, vogal.

Balanço em 31 de Dezembro de 2002

ACTIVO

(Em milhares de euros)

Notas	2002			2001 (líquido)
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	
1 — Caixa e disponibilidades em bancos centrais	4	765 980	—	765 980
2 — Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	5	614 105	—	614 105
3 — Outros créditos sobre instituições de crédito	6	5 312 132	8 868	5 303 264
4 — Créditos sobre clientes	7	15 522 122	211 146	15 310 976
5 — Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		3 261 046	59 149	3 201 897
a) Obrigações e outros títulos de rendimento fixo — de emis- sores públicos	8	969 558	5 956	963 602
b) Obrigações e outros títulos de rendimento fixo — de outros emissores	8	2 291 488	53 193	2 238 295
(Dos quais: obrigações próprias)		(2 910)	—	(2 910)
6 — Acções e outros títulos de rendimento variável	8	541 747	73 009	468 738
7 — Participações	9	872 168	36 135	836 033
8 — Partes de capital em empresas coligadas	10	808 529	1 901	806 628
9 — Imobilizações incorpóreas	11	436 087	286 074	150 013
10 — Imobilizações corpóreas	12	815 976	520 792	295 184
(Dos quais: imóveis)		(491 704)	(268 643)	(223 061)
11 — Capital subscrito não realizado		—	—	—
12 — Acções próprias ou partes de capital próprias		—	—	—
13 — Outros activos	13	326 491	9 401	317 090
15 — Contas de regularização	14	1 345 918	—	1 345 918
16 — Prejuízo do exercício		—	—	—
Totais		30 622 301	1 206 475	29 415 826
				27 589 834

PASSIVO E SITUAÇÃO LÍQUIDA

	Notas	2002	2001
1 — Débitos para com instituições de crédito		9 445 893	9 598 525
a) À vista	15	379 183	424 907
b) A prazo ou com pré-aviso	15	9 066 710	9 173 618
2 — Débitos para com clientes		12 190 634	11 938 170
a) Depósitos de poupança	16	2 273 973	2 462 115
b) Outros débitos		9 916 661	9 476 055
ba) À vista	16	6 003 246	5 696 375
bb) A prazo	16	3 913 415	3 779 680

	Notas	2002	2001
3 — Débitos representados por títulos		3 207 391	2 575 512
a) Obrigações em circulação	17	1 491 529	784 618
b) Outros	17	1 715 862	1 790 894
4 — Outros passivos	18	78 901	100 158
5 — Contas de regularização	19	441 435	374 516
6 — Provisões para riscos e encargos		269 847	229 855
a) Provisões para pensões e encargos similares		—	—
b) Outras provisões	20	269 847	229 855
8 — Passivos subordinados	21	1 780 441	1 331 185
9 — Capital subscrito	23	1 500 000	1 000 000
10 — Prémios de emissão	23	300 000	192 950
11 — Reservas	23	71 910	107 823
12 — Reservas de reavaliação	23	—	—
13 — Resultados transitados		—	—
14 — Lucro do exercício	23	129 374	141 140
<i>Totais</i>		29 415 826	27 589 834

Rubricas extrapatrimoniais

	Notas	2002	2001
1 — Passivos eventuais	25	9 083 884	8 075 881
Dos quais:			
Aceites e compromissos por endosso de efeitos redescontados		—	—
Cauções e activos dados em garantia		176 783	220 153
2 — Compromissos	25	2 080 864	1 765 496
Dos quais:			
Compromissos resultantes de operações de venda com opção de recompra		—	—

O Conselho de Administração: António Luís Roquette Ricciardi, presidente — Ricardo Espírito Santo Silva Salgado, vice-presidente — Jean Gaston Pierre Marie Victor Laurent, vice-presidente — Mário Mosqueira do Amaral, vogal — José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva, vogal — António José Baptista do Souto, vogal — Jorge Alberto Carvalho Martins, vogal — Manuel António Gomes de Almeida Pinho, vogal — Yves Henri Camille Barsalou, vogal — Anibal da Costa Reis de Oliveira, vogal — José Manuel Ferreira Neto, vogal — Manuel de Magalhães Villas-Boas, vogal — Manuel Fernando Moniz Galvão Espírito Santo Silva, vogal — Jackson Behr Gilbert, vogal — Manuel António Ribeiro Serzedelo de Almeida, vogal — José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi, vogal — Jean-Luc Louis Marie Guinoiseau, vogal — Gilles François Gramat, vogal — Rui Manuel Duarte Sousa da Silveira, vogal — Joaquim Anibal Brito Freixial de Goes, vogal — Francisco Luís Murteira Nabo, vogal — Pedro José de Sousa Fernandes Homem, vogal — Ilídio da Costa Leite de Pinho, vogal — Herman Agneessens, vogal — Patrick Gérard Daniel Coudéne, vogal — Michel Victor François Vilatte, vogal — Mário Martins Adegas, vogal — Luís António Burnay Pinto de Carvalho Daun e Lorena, vogal — Lázaro de Mello Brandão, vogal — Ricardo Abecassis Espírito Santo Silva, vogal — Bernard Henri Georges De Wit, vogal. — O Director do Departamento de Planeamento e Contabilidade, Manuel José Dias de Freitas.

Demonstração dos resultados em 31 de Dezembro de 2002

DÉBITO

(Em milhares de euros)

	Notas	2002	2001
A) Custos			
1 — Juros e custos equiparados	29	1 135 661	1 507 036
2 — Comissões	29	24 646	20 345
3 — Prejuízos em operações financeiras	25 e 29	2 474 658	3 265 993
4 — Gastos gerais administrativos	29	340 639	354 781
a) Custos com pessoal		165 196	180 688
Dos quais:			
(— salários e vencimentos)		(118 090)	(131 657)
(— encargos sociais)		(45 766)	(47 979)
Dos quais:			
(— com pensões)		(19 505)	(20 930)
b) Outros gastos administrativos		175 443	174 093

(Em milhares de euros)

	Notas	2002	2001
5 — Amortizações do exercício	11, 12 e 29	103 409	93 758
6 — Outros custos de exploração	29 e 31	2 337	2 330
7 — Provisões para crédito de cobrança duvidosa e crédito vencido e para outros riscos	20 e 29	280 787	222 158
8 — Provisões para imobilizações financeiras	20 e 29	2 621	23 438
10 — Resultado da actividade corrente		(160 700)	(153 316)
11 — Perdas extraordinárias	29 e 32	39 163	17 859
13 — Impostos sobre lucros	29 e 32	1 725	—
14 — Outros impostos	29	3 825	4 334
15 — Lucro do exercício	29	129 374	141 140
<i>Totais</i>		4 538 845	5 653 172

CRÉDITO

	Notas	2002	2001
B) Proveitos			
1 — Juros e proveitos equiparados	29	1 552 809	1 924 088
Dos quais:			
(— de títulos de rendimento fixo)		(145 548)	(233 233)
2 — Rendimento de títulos	29	67 336	48 685
a) Rendimento de acções, de quotas e de outros títulos de rendimento variável		972	2 086
b) Rendimento de participações		7 977	3 893
c) Rendimento de partes de capital em empresas coligadas		58 387	42 706
3 — Comissões	29	211 096	188 520
4 — Lucros em operações financeiras	25 e 29	2 561 031	3 341 111
5 — Reposições e anulações respeitantes a correcções de valor relativas a créditos e provisões para passivos eventuais e para compromissos	20 e 29	82 156	103 075
6 — Reposições e anulações respeitantes a correcções de valor relativas a valores mobiliários que tenham o carácter de imobilizações financeiras, a participações e a partes de capital em empresas coligadas	20 e 29	2 248	418
7 — Outros proveitos de exploração	29 e 31	48 781	37 258
8 — Resultado da actividade corrente			
9 — Ganhos extraordinários	29 e 32	13 388	10 017
11 — Prejuízo do exercício		—	—
<i>Totais</i>		4 538 845	5 653 172

O Conselho de Administração: *António Luís Roquette Ricciardi*, presidente — *Ricardo Espírito Santo Silva Salgado*, vice-presidente — *Jean Gaston Pierre Marie Victor Laurent*, vice-presidente — *Mário Mosqueira do Amaral*, vogal — *José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva*, vogal — *António José Baptista do Souto*, vogal — *Jorge Alberto Carvalho Martins*, vogal — *Manuel António Gomes de Almeida Pinho*, vogal — *Yves Henri Camille Barsalou*, vogal — *Anibal da Costa Reis de Oliveira*, vogal — *José Manuel Ferreira Neto*, vogal — *Manuel de Magalhães Villas-Boas*, vogal — *Manuel Fernando Moniz Galvão Espírito Santo Silva*, vogal — *Jackson Behr Gilbert*, vogal — *Manuel António Ribeiro Serzedelo de Almeida*, vogal — *José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi*, vogal — *Jean-Luc Louis Marie Guinoiseau*, vogal — *Gilles François Gramat*, vogal — *Rui Manuel Duarte Sousa da Silveira*, vogal — *Joaquim Anibal Brito Freixial de Goes*, vogal — *Francisco Luís Murteira Nabo*, vogal — *Pedro José de Sousa Fernandes Homem*, vogal — *Ilídio da Costa Leite de Pinho*, vogal — *Herman Agneessens*, vogal — *Patrick Gérard Daniel Coudéne*, vogal — *Michel Victor François Vilatte*, vogal — *Mário Martins Adegas*, vogal — *Luís António Burnay Pinto de Carvalho Daun e Lorena*, vogal — *Lázaro de Mello Brandão*, vogal — *Ricardo Abecassis Espírito Santo Silva*, vogal — *Bernard Henri Georges De Wit*, vogal. — O Director do Departamento de Planeamento e Contabilidade, *Manuel José Dias de Freitas*.

Inventário de títulos e de participações financeiras do BES em Dezembro de 2002 (individual)

		(Em euros)			
Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço
A) Títulos — negociação	3 299 675 519	135 716 743	249 668 666	250 406 704	250 406 704
Títulos de rendimento fixo emitidos por residentes	2 991 169 136	29 911 691	30 763 442	31 283 070	31 283 070
De dívida pública portuguesa	2 991 169 136	29 911 631	30 763 442	31 283 070	31 283 070
A médio e a longo prazos	2 991 169 136	29 911 691	30 763 442	31 263 070	31 283 070
De rendimento fixo emitidos por não residentes	765 659	11 063 326	11 444 498	11 606 213	11 606 213
De emissores públicos estrangeiros	—	—	—	—	—
A médio e a longo prazos	—	—	—	—	—
De outros não residentes	765 859	11 083 326	11 444 498	11 606 213	11 606 213
A médio e a longo prazos	765 859	11 063 326	11 444 498	11 606 213	11 606 213
Valores de rendimento variável	18 412 875	91 828 446	204 567 420	204 606 914	204 606 914
Emitidos para residentes	18 399 606	91 815 692	203 232 133	203 271 627	203 271 627
Unidades de participação	17 845 861	89 050 946	200 058 699	200 062 695	200 082 695
Outros valores	553 925	2 764 746	3 173 434	3 168 732	3 186 732
Emitidos por não residentes	13 069	12 754	1 335 287	1 335 287	1 335 287
Unidades de participação	13 067	12 453	1 334 986	1 334 986	1 334 986
Acções	2	301	301	301	301
Títulos próprios	269 327 949	2 893 279	2 893 306	2 910 507	2 910 507
De rendimento fixo	289 327 942	2 893 279	2 893 279	2 910 461	2 910 481
A médio e a longo prazos	269 327 942	2 693 279	2 893 279	2 910 481	2 910 481
De rendimento variável	7	—	26	26	26
Acções	7	—	26	26	26
B) Títulos — investimento	21 941 775 856	3 430 172 530	3 652 386 065	3 452 639 985	3 552 386 065
De rendimento fixo de emissores públicos	21 293 959 282	896 897 986	938 274 981	929 565 409	938 274 981
De dívida pública portuguesa	6 111 004 343	61 110 043	66 820 021	66 428 465	66 820 021
A médio e a longo prazos	6 111 004 343	81 110 043	66 820 021	66 428 485	66 820 021
De emissores públicos estrangeiros	15 182 954 939	835 787 943	871 454 960	863 139 944	871 454 960
A médio e a longo prazos	15 182 954 939	835 787 943	871 454 960	863 139 944	871 454 960

(Em euros)					
Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço
De rendimento fixo de outros emissores	476 755 476	2 282 160 297	2 276 971 299	2 253 347 395	2 276 971 299
Emitidos por residentes	1 83 850 496	382 443 869	382 073 096	385 206 781	382 073 096
A curto prazo	909	45 341 115	45 341 115	45 408 416	45 341 115
A médio e a longo prazos	163 849 589	337 102 554	336 731 981	339 798 365	336 731 981
Emitidos por não residentes	312 904 978	1 899 715 528	1 894 898 204	1 868 140 614	1 894 898 204
Por organismos financeiros internacionais	—	—	—	—	—
Por outros não residentes	312 904 976	1 899 716 628	1 894 898 204	1 868 140 614	1 894 896 204
A médio e a longo prazos	312 904 978	1 899 716 628	1 894 898 204	1 868 140 614	1 894 896 204
Valores de rendimento variável	171 061 099	251 114 247	337 139 765	269 724 180	337 139 785
Emitidos por residentes	182 249 115	248 862 770	296 225 440	245 467 703	298 225 440
Ações	33 423 734	36 623 013	90 114 007	43 840 526	90 114 007
Quotas	3	11 423	11 423	200	11 423
Títulos de participação	92 177 866	921 779	1 060 946	460 981	1 060 946
Unidades de participação	36 647 512	211 306 555	207 039 064	201 165 996	207 039 064
Emitidos por não residentes	8 811 984	2 251 477	38 914 345	24 256 477	38 914 345
Ações	8 807 696	2 247 407	33 414 039	16 779 364	33 414 039
Unidades de participação	4 218	4 020	250 256	227 043	250 256
Outros valores	70	50	5 250 050	5 250 050	5 250 050
C) Títulos a vencimento	—	—	—	—	—
D) Imobilizações financeiras	47 801 189 025	810 062 466	1 772 556 296	1 464 524 789	1 772 556 296
Participações	47 577 649 076	1 35 644 956	872 168 098	565 280 681	672 160 098
Em instituições de crédito no País	892 700	892 700	890 554	692 700	890 554
Em instituições de crédito no estrangeiro	47 523 008 475	57 846 749	212 825 892	180 699 756	212 625 692
Em outras empresas no País	53 732 014	71 486 794	652 964 521	378 201 094	652 984 521
Em outras empresas no estrangeiro	15 887	5 418 713	5 487 131	5 487 131	5 487 131
Partes de capital em empresas coligadas	223 539 926	582 557 917	808 528 604	808 526 788	608 525 604
Em instituições de crédito no País	63 414 028	289 119 820	440 605 836	440 605 836	440 605 836
Em instituições de crédito no estrangeiro	26 261 050	125 910 439	177 617 108	177 617 108	177 617 108
Em outras empresas no País	133 357 762	163 148 489	167 477 076	167 477 262	167 477 078
Em outras empresas no estrangeiro	507 088	4 379 169	22 828 582	22 826 582	22 828 582
Subtotal	47 801 159 004	718 202 873	1 680 696 702	1 373 805 469	1 680 696 702
Outras imobilizações financeiras	21	91 859 594	91 859 594	90 715 320	91 859 594
Total	73 042 640 700	4 375 951 740	5 574 611 026	5 167 571 478	5 575 349 065

Natureza e espécie dos títulos						(Em euros)
Quantidade	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço		
A) Títulos — negociação						
Títulos de rendimento fixo emitido por residentes						
De dívida pública portuguesa						
A médio e a longo prazos						
Obrigações do Tesouro — 10,625% — Junho de 2003 — obrigações ao portador	2 499 973	25 000	26 696	25 965	25 965	
Obrigações do Tesouro — 8,875% — Janeiro de 2004 — obrigações ao portador	21 000 072	210 001	227 630	240 745	240 745	
Obrigações do Tesouro — 11,875% — Fevereiro de 2005 — obrigações ao portador	84	1	8	1	1	
Obrigações do Tesouro — 9,5% — Fevereiro de 2006 — obrigações ao portador	61 913 398	619 134	728 099	783 951	783 951	
Obrigações do Tesouro — 5,46% — Setembro de 2013 — obrigações ao portador	500 400 180	6 004 002	5 421 764	5 495 552	5 495 552	
Obrigações do Tesouro — 3,625% — Agosto de 2004 — obrigações ao portador	2 406 355 400	24 053 554	24 359 234	24 736 856	24 736 856	
Obrigações do Tesouro — 5,375% — Junho de 2008 — obrigações ao portador	19	—	11	—	—	
De outros não residentes						
A médio e a longo prazos	765 859	11 083 326	11 444 499	11 606 213	11 606 213	
Credit Lyonnais — 6-11-2011	25	2 600 000	2 465 106	2 491 450	2 491 450	
Koninklijke — 7,25% — 12-4-2006	5 000	6 000 000	5 749 608	5 737 115	5 737 115	
Ford Motor Cred. — 10-25-2004	3 000	2 860 685	2 598 342	2 767 206	2 767 206	
Washington GRP INTL Share	757 834	722 641	610 442	610 442	610 442	
Valores de rendimento variável						
Emitidos por residentes	18 412 875	81 828 446	204 567 420	204 606 914	204 606 914	
Unidades de participação	18 398 806	91 815 692	203 232 133	203 271 627	203 271 627	
Fundo Espírito Santo Monetário — unidades de participação	17 845 881	89 050 946	200 058 699	200 082 895	200 082 895	
Fundo Espírito Santo Curto Prazo — unidades de participação	16 670 205	84 182 323	100 063 226	100 063 226	100 063 226	
Outros	975 676	4 868 623	89 995 472	100 019 669	100 019 669	
Tranquilidade-Vida — 1997 — 5.ª a 9.ª séries	653 925	2 764 746	3 173 434	3 189 732	3 186 732	
Tranquilidade-Vida — 1998 — 11.ª a 20.ª séries	181 509	905 730	1 110 450	1 142 942	1 142 942	
Tranquilidade-Vida — 2000 — 22.ª série	291 655	1 455 358	1 634 963	1 819 396	1 619 398	
Tranquilidade-Vida — 2001 — 26.ª série	14 737	73 538	79 608	79 506	79 506	
Tranquilidade-Vida — 2001 — 28.ª série	12 038	60 190	63 816	63 621	63 621	
Emitidos por não residentes	53 986	269 930	284 577	283 265	283 265	
Ações	13 068	12 754	1 335 287	1 335 287	1 336 287	
Capital Connaught Nominees	2	301	301	301	301	
Capital Espírito Santo Nominees	1	151	151	151	151	
Unidades de participação	1	151	151	151	151	
First Portuguese Opportunity — unidades de participação	13 067	12 453	1 334 986	1 334 986	1 334 966	
	13 067	12 463	1 334 986	1 334 986	1 334 986	

(Em euros)					
Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço
Titulos próprios	289 327 949	2 893 279	2 893 306	2 910 507	2 910 507
De rendimento fixo	269 327 942	2 893 279	2 893 279	2 910 481	2 910 481
A médio e a longo prazos	269 327 942	2 893 279	2 893 279	2 910 481	2 910 481
Banco Espírito Santo 1993 — caixa subordinada e obrigações ao portador	269 327 942	2 893 279	2 893 279	2 910 481	2 910 481
De rendimento variável	7	—	26	26	26
Ações	7	—	26	26	26
BESCL 1992 — IR de direitos nominativos	7	—	26	26	26
B) Titulos — investimento	21 941 775 856	3 430 172 533	3 552 386 065	3 452 639 985	3 552 386 065
De rendimento fixo de emissores públicos	21 293 959 282	696 897 966	938 274 981	929 566 409	936 274 981
De dívida pública portuguesa	6 111 004 343	61 110 043	66 820 021	66 428 465	66 820 021
A médio e a longo prazos	6 111 004 343	61 110 043	66 820 021	66 426 465	66 620 021
Obrigações do Tesouro 5% — Junho de 2012 — obrigações ao portador	2 000 000 000	20 000 000	21 003 419	21 000 000	21 003 419
Obrigações do Tesouro 10,625% — Junho de 2003 — obrigações ao portador	869 699 200	8 686 992	9 060 012	8 999 724	9 060 012
Obrigações do Tesouro 8,875% — Janeiro de 2004 — obrigações ao portador	789 718 322	7 897 183	9 524 910	8 394 706	6 524 910
Obrigações do Tesouro 11,875% — Fevereiro de 2005 — obrigações ao portador	900 425 394	9 004 254	10 743 330	10 645 729	10 743 330
Obrigações do Tesouro 9,5% — Fevereiro de 2006 — obrigações ao portador	1 010 396 908	10 103 969	12 074 909	11 973 203	12 074 909
Tesouro OTVR — 1996/2003 — obrigações ao portador	539 315 505	5 393 155	5 390 141	5 393 155	5 390 141
Obrigações do Tesouro 4,8125% — Abril de 2003 — obrigações ao portador	95	1	1	1	1
Obrigações do Tesouro 3,625% — Agosto de 2004 — obrigações ao portador	2 000 000	20 000	20 170	20 300	20 170
Obrigações do Tesouro 6,625% — Fevereiro de 2007 — obrigações ao portador	1	—	—	—	—
Obrigações do Tesouro 3% — 1942 — obrigações ao portador	279 327	2 793	1 517	859	1 517
Consolidado 2,3/4% — 1943 — obrigações ao portador	19 952	200	87	40	87
Consolidado 4% — 1940 — Centen. obrigações ao portador	149 639	1 496	1 525	748	1 525
De emissores públicos estrangeiros	15 182 954 938	635 787 943	871 454 960	863 139 944	971 454 860
A médio e a longo prazos	15 182 954 939	835 787 943	871 454 960	863 139 944	871 454 960
Bund. Deutschland 5% — 4-7-2011 — obrigações ao portador	2 500 000 000	25 000 000	26 561 494	26 525 000	26 561 494
Bundesobligation 4% — 16-2-2007 — obrigações ao portador	7 600 000 000	75 000 000	77 022 315	76 912 500	77 022 315
Bund. Deutschland 5% — 4-7-2012 — obrigações ao portador	4 500 000 000	45 000 000	47 626 534	47 677 500	47 626 534
Kingdom of Spain 4,75% — 30-7-14 — obrigações ao portador	65	1	—	1	—
Kingdom of Spain — 30-7-2012 — obrigações ao portador	25 000	25 000 000	26 364 220	26 337 500	26 364 220
Kingdom of Sweden 3,5% — 20-4-2006 — obrigações ao portador	8 000	4 370 240	4 418 170	3 994 406	4 418 170
Canada Government 5,4% — 30-11-2004 — obrigações ao portador	2 500	3 436 143	3 554 767	3 081 841	3 554 767
Deutschland Rep. 5,625%	2	—	—	—	—
France OAT 0 — 10-25-25	10 000 000	10 000 000	10 000 000	3 187 949	10 000 000
FED NAT Mortgage Association VAR (FHG-DIV)	1 368 122	1 305 542	1 301 382	1 313 010	1 301 362
FED NAT Mortgage Association VAR (FHR-DIV)	69 712 935	85 546 806	85 511 316	86 829 334	85 511 316
FED NAT Mortgage Association VAR (FNR-DIV)	101 107 266	96 412 002	96 357 833	96 680 475	96 357 833
Gov. NAT Mortgage Association Fixed	476 820	454 677	452 811	456 450	452 811
Gov. NAT Mortgage Association VAR	10 277 102	9 799 349	9 796 047	9 821 950	9 796 047

Natureza e espécie dos títulos	(Em euros)				
	Quantidade	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço
Invester Savings — 11-1-3	19 911	18 987	18 987	18 987	18 987
Small Business Administration (DIV)	464 956 213	443 364 367	471 389 774	470 734 465	471 389 774
United Mex States — 10 3/8	5 000 000	4 767 808	4 767 808	4 810 718	4 767 808
Rep of Greece	1	3 438 984	3 438 984	3 450 402	3 438 884
Russian Federation	1	2 872 538	2 872 538	2 297 456	2 872 538
De rendimento fixo de outros emissores	476 765 476	2 282 180 297	2 276 971 299	2 253 347 395	2 276 971 299
Emitidos por residentes	163 850 498	382 443 669	382 073 096	385 206 781	382 073 096
A curto prazo	909	46 341 116	45 341 115	45 408 416	46 341 116
Clima Espaço — 6-1-2003 — 25.ª emissão	19	935 246	935 246	935 323	935 246
Somincor — 6-1-2003 — 35.ª emissão	40	1 999 899	1 999 999	2 000 103	1 999 999
JMR Gestão EMP — 15-1-2003 — 15.ª emissão	69	3 450 000	3 450 000	3 450 326	3 450 000
Modelo Continente — 15-1-2002 — 97.ª emissão	120	6 000 000	6 000 000	6 001 208	6 000 000
Somincor — 1-17-2003 — 36.ª emissão	11	555 555	565 555	555 656	555 555
Sfms — 17-2-2003 — 9.ª emissão	184	9 183 429	9 183 429	9 193 853	9 183 429
ADP Aduhos Port. — 27-2-2003 — 37.ª emissão	79	3 950 000	3 950 000	3 952 632	3 950 000
Ricardo Gallo — 5-3-2003 — 28.ª emissão	30	1 500 000	1 500 000	1 503 238	1 500 000
Papelaria Fernandes — 11-3-03 — 24.ª emissão	50	2 493 990	2 493 990	2 500 125	2 493 990
Isar Rakoll — 13-3-2003 — 29.ª emissão	5	249 399	249 399	249 610	249 399
JMR Gestão EMP — 14-3-2003 — 10.ª emissão	193	9 650 000	9 850 000	9 871 187	9 650 000
JB Fernandes — 18-3-2003 — 43.ª emissão	15	750 000	750 000	751 396	750 000
M. J. Pestana — 109.ª emissão — 18-3-2003	8	375 000	375 000	375 636	375 000
Rar refinarias — 28-3-2003 — 97.ª emissão	12	600 000	600 000	600 626	600 000
Mestre Maco — 14-4-2003 — 4.ª emissão	50	2 500 000	2 500 000	2 509 295	2 500 000
EEM — 41.ª emissão — 12-6-2002	11	525 000	525 000	526 578	525 000
Incompol — 12-19-2003 — 5.ª emissão	12	623 497	623 497	631 563	623 497
A médio e a longo prazos	153 849 589	337 102 554	336 731 881	339 798 365	336 731 981
Banco Internacional de Crédito 98 — 3.ª emissão — caixa de obrigações ao portador	2 154 186	107 709 300	107 911 289	107 709 300	107 911 289
Banco Internacional de Crédito 5.46% — 24-3-2008 — obrigações ao portador	1 112 932	11 129 320	11 179 691	11 986 517	11 179 691
Banco Internacional de Crédito 5.32% — 20-6-2007 — obrigações ao portador	890 655	44 532 750	44 399 210	47 621 987	44 389 210
Banco Internacional de Crédito 5.23% — 27-6-2007 — obrigações ao portador	941 710	47 085 600	47 000 911	50 182 313	47 000 811
Besleasng Imobiliário — 22-11-2010 — obrigações de caixa ao portador	79 123	3 956 150	3 955 070	4 027 361	3 955 070
Besleasng Mobiliário — 22-11-2005 — obrigações de caixa ao portador	180 931	9 046 550	9 044 237	9 155 109	9 044 237
Cipan 1989 — obrigações ao portador	50 000	87 200	142 509	85 857	142 508
Sonague SGPS 1990 — Warrants	90 985	454 015	—	31 845	—
Tecnovia — Empreitadas 1891 — obrigações ao portador	436 285	715 507	717 682	715 293	717 682
Tranquilidade-Vida — 19-12-2022 — obrigações ao portador	600 000	30 000 000	30 000 000	30 000 000	30 000 000
Francisco L. Batista 1994 — participações de obrigações ao portador	10 000	23 900	19 757	20 540	19 757
Grupada Unibet 1996 — taxa variável de obrigações ao portador	44 891 811	448 918	448 873	448 828	448 873
Grupada Longav. CIMIL 1996 — taxa variável de obrigações ao portador	50 000	149 500	149 589	149 664	149 589
HL C Eng. Gestão Proj. 1998 — obrigações ao portador	100 000	149 200	149 020	149 543	149 020
Abrantina, SGPS, S. A. — 30-7-2004 — obrigações ao portador	200 000	1 000 000	1 000 000	1 001 200	1 000 000
Banco INT Crédito 98 — perpétuas subordinadas de obrigações ao portador	76 487 806	764 878	764 997	764 878	764 997
Banco INT Crédito 1997 — perpétuas subordinadas de obrigações ao portador	34 066 164	340 652	340 247	338 131	340 247
Creditbom 1999 — subordinadas de obrigações ao portador perpétuas	8 000	400 000	399 685	400 000	399 685
BIC SFE 2000 — 1.ª emissão	1 500 000	75 000 000	75 000 000	75 000 000	75 000 000

(Em euros)					
Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço
Titulos vencidos	1	4 109 214	4 109 214	—	4 109 214
Por outros não residentes	312 904 978	1 899 716 628	1 894 898 204	1 668 140 614	1 394 898 204
A médio e a longo prazos	312 904 979	1 899 716 628	1 894 838 204	1 868 140 614	1 894 898 204
AGL Capital Corp — CP	5 000	4 767 808	4 760 126	4 760 126	4 760 126
Alpha-S LT CL EDF TFINA	500	40 700 000	40 524 124	40 564 062	40 524 124
Alpha — Sires Ltd. — 02-4-2009 — obrigações ao portador	11	1 100 000	1 104 134	1 073 534	1 104 134
American Water Corp — CP	5 000	4 767 808	4 766 583	4 766 583	4 766 583
ATAR INV (JERSEY) — 26-2-2011 — obrigações ao portador	50	5 000 000	4 998 184	4 971 250	4 998 184
ATAR Invest.(JERSEY) — 20-2-2008 — obrigações ao portador	40 000 000	40 000 000	39 988 370	40 040 000	39 988 370
ATAR Investments — 28-7-16	5 250 000	52 500 000	51 614 767	52 754 100	51 614 767
Autozone Inc.	5 000 000	4 767 808	4 765 027	4 765 027	4 765 027
Bspires Limited SER 25	377	37 700 000	37 746 664	37 966 162	37 748 664
Bankers' Trust Austrália	200	1 907 123	1 893 638	1 904 143	1 893 838
BBV 95	10	953 562	953 562	953 562	953 562
BCI US Funding TR 98	4 000	4 000 000	3 922 824	3 800 000	3 922 824
BEAR Steams — 5-24-2004	3 000	2 860 685	2 865 637	2 874 470	2 885 637
BK of Greece Athens	2	6 164 471	6 164 471	6 216 715	6 164 471
Boral Ltd.	5 000 000	4 767 808	4 764 331	4 764 331	4 764 331
Boston Scientific Corp — CP	5 000	4 767 808	4 767 622	4 767 622	4 767 622
BQ PSA Finance 4.875%	300	3 000 000	3 063 292	3 107 463	3 063 292
British Gas 10,75%— 93-03	690	1 781 773	1 781 773	1 731 857	1 781 773
British Telec 5,625% — 2004	10 000	10 000 000	10 176 173	10 270 600	10 176 173
British Telecom — 12-15-03	3 000	2 660 685	3 880 239	2 884 667	2 880 239
British Telecom Plc	1	9 535 616	9 535 616	10 667 016	9 535 616
BTAR Invest ISY — 28-7-16	5 250 000	52 500 000	51 630 343	52 754 100	51 630 343
Capitalia Rome	1	2 483 125	2 483 125	2 483 125	2 483 125
Caterp Fin Serv 1-31-2005	5 000	4 767 808	4 766 605	4 766 602	4 766 605
Central Euro Media 8,125% — 15-8-04 — obrigações ao portador	2 000	1 022 580	707 432	707 432	707 432
Chrysler Fin. CO — 6-18-03	10 500	10 012 396	9 982 250	9 981 891	9 982 250
CIC Perpetual	100	953 565	953 562	939 854	953 562
Citigroup — 7-26-2004	5 000	4 767 808	4 753 183	4 777 038	4 753 183
Citigroup 4,125% — 06-05	5 000	4 767 808	4 388 460	4 948 508	4 888 460
Classic I (Cayman) — 3-4-2009 — obrigações ao portador	632	5 320 000	4 972 648	4 938 556	4 972 648
Colonial Pipeline CO — CP	4 000	3 814 246	3 813 531	3 813 531	3 813 531
Compass Group Plc	2	18 816 153	18 816 153	19 260 215	18 816 153
ConocoPhillips — CP	5 000	4 767 808	4 766 020	4 766 020	4 766 020
ConocoPhillips 3,625%	2 000	1 907 123	1 905 219	1 939 439	1 805 219
Credit Suisse F. B. — 4-5-05	5 000	4 767 808	4 766 187	4 706 132	4 766 187
Crown Cork & Seal	1	5 000 000	5 000 000	3 848 500	5 000 000
CSX Corp.	5 000 000	4 767 808	4 766 640	4 766 640	4 766 640
Daimler Chrysler — 1-15-04	90	9 000 000	9 009 705	9 002 124	9 009 706
Daimler Chrysler — 3-21-03	1 000	1 000 000	1 000 796	1 000 000	1 000 796
Daimler Chrysler — 6-13-03	2 211	2 211 000	2 204 619	2 199 945	2 204 619
Daimler Chrysler — 6-2-04	1 000	953 562	948 218	941 730	948 218
Daimler Chrysler — 8-16-04	1 000	953 562	937 721	944 760	937 721
Daimler Chrysler — 12-5-05	50	5 000 000	4 993 108	4 993 124	4 993 108
Daimler Chrysler 4% — 12-3-04	10 000	10 000 000	9 974 413	10 034 490	9 974 413
DEN Danske Bank — 96-07	150	2 305 919	2 303 958	2 303 958	2 303 958

Natureza e espécie dos títulos						(Em euros)
Quantidade	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço		
Deutsche Telekom — 5 5 — 9-30-05	10 000 000	10 017 048	10 092 330	10 017 048	10 017 048	
Deutsche Telekom — 8-14-03	5 000 000	4 986 387	4 977 500	4 986 387	4 986 387	
Dixons Treasury	11 289 692	11 289 692	11 692 170	11 289 692	11 289 692	
Eastern Group Plc — 9,375% — 31-3-04 — obrigações ao portador	2 305 919	2 305 918	2 416 603	2 305 918	2 305 918	
Eastman Kodak CO — CP	4 767 808	4 763 591	4 763 591	4 763 591	4 763 591	
Eirles, Ltd. — 4-18-2010	50 000 000	50 693 489	50 732 500	50 693 489	60 693 489	
Emidag Inv., Ltd. — 5-4-2019 — obrigações ao portador	76 284 924	71 576 474	73 123 677	71 576 474	71 576 474	
Emidag Inv., Ltd. — 7-4-2015 — obrigações ao portador	31 467 531	31 470 643	31 467 531	31 470 643	31 470 643	
Escom, Ltd. — 19-12-2007 — obrigações ao portador	129 346	129 422	129 422	129 422	129 422	
Films Plc — 31-3-2008	339 647	280 965	219 072	280 965	280 965	
Ford — 6,5% — 1-25-2007	4 767 808	4 702 924	4 752 551	4 702 924	4 702 924	
Ford Credit Europe — 3-12-03	1 537 279	1 533 340	1 521 906	1 533 340	1 533 340	
Ford Credit Europe — 8-06-05	3 074 558	2 957 264	2 937 080	2 957 264	2 957 264	
Ford Motor Credit — 10-25-04	3 814 246	3 824 594	3 705 502	3 824 594	3 824 594	
Ford Motor Credit — 6-23-2003	2 860 685	2 845 337	2 845 160	2 845 337	2 845 337	
Ford Motor Credit — 1-26-04	4 767 808	4 597 422	4 532 878	4 597 422	4 597 422	
Ford Motor Credit — 4-28-05	4 767 808	4 363 071	4 325 962	4 363 071	4 363 071	
Ford Motor Credit — 10-25-04	2 860 685	2 733 538	2 747 138	2 733 538	2 733 538	
Ford Motor Credit — 5,75%	4 767 808	4 745 977	4 801 135	4 745 977	4 745 977	
Ford Motor Credit — 7,25%	4 611 837	4 445 509	4 473 021	4 473 021	4 446 509	
Ford Motor Credit — 3-8-04	419 567	414 734	406 980	414 734	414 734	
Gallaher QP — 4,875% — 1-28-05	5 000 000	5 055 971	5 099 990	5 055 971	5 055 971	
Gap, Ltd. — 8-4-13	64 300 000	61 268 026	64 303 868	64 268 026	64 268 026	
Gen. Electr — 4,25% — 1-15-08	2 860 685	2 843 524	2 961 140	2 843 524	2 843 524	
General Motors ACC — 5,375%	5 000 000	4 986 530	4 981 500	4 986 530	4 986 530	
General Mills Inc — CP	4 767 808	4 761 563	4 761 563	4 761 563	4 761 563	
General Motors ACC — 08-4-03	6 674 931	6 641 238	6 611 519	6 641 238	6 641 238	
General Motors ACC 6% — 10-16-06	5 000 000	4 951 170	5 010 700	4 951 170	4 951 170	
General Motors ACC — 6,125%	5 000 000	5 018 308	4 973 000	5 018 308	5 018 308	
General Motors ACC — 6,125%	4 767 808	4 834 099	4 816 439	4 834 099	4 834 099	
General Motors — 1-20-04	6 150 472	6 131 422	6 074 637	6 131 422	6 131 422	
General Motors — 6,5% — 6-6-05	6 500 000	6 495 729	6 516 260	6 495 729	6 495 729	
General Motors ACC — 5-4-04	4 787 808	4 637 578	4 684 447	4 637 578	4 637 578	
General Motors ACC — 5,25%	4 767 808	4 764 727	4 782 408	4 764 727	4 764 727	
General Motors ACC — 6,375%	3 074 558	3 034 440	2 862 414	3 034 440	3 034 440	
General Motors ACC — 6,38% — 04	2 860 685	2 921 820	2 928 427	2 921 820	2 921 820	
Gov. Trust Cert. — 7,33%	2 781 221	2 781 221	3 025 273	2 781 221	2 781 221	
Hauifaxplc — 4,75% — 3-24-09	5 000 000	5 050 082	5 100 296	5 050 082	5 050 082	
Hector Funding II — 14-3-2011 — obrigações ao portador	40	3 966 538	2 883 200	3 966 538	3 966 538	
Holmes Funding — 10/99	458 247	322 540	322 572	322 572	322 572	
Household	2 000	1 907 123	1 897 587	1 907 123	1 907 123	
Household Fin Co Float	1 000	953 562	948 898	948 898	948 898	
Household Fin FL — 6-24-03	600	572 137	570 009	570 586	570 586	
HSBC Bank Plc — Clan	1	7 151 712	7 151 712	7 151 712	7 151 712	
IMP Tobacco — 5,75% — 6-06-05	1 000	1 000 000	1 038 920	1 034 266	1 034 266	
IMP Tobacco — 6,25% — 6-06-07	5 000	6 500 000	6 903 650	6 806 276	6 806 276	
Imperial Tobacco	1	2 000 000	2 080 200	2 000 000	2 000 000	
Imperial Tobacco	1	3 000 000	3 191 100	3 000 000	3 000 000	
Intesa — 98	1 000	1 000 000	955 000	1 000 000	1 000 000	
Irish Perm — 97/07	200	3 074 558	3 068 752	3 063 913	3 063 913	

Natureza e espécie dos títulos					(Em euros)	
Quantidade	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço		
ITT Industries Inc — CP	5 000	4 767 808	4 764 693	4 764 693	4 764 693	
John Deere Cap — 4-21-03	3 000	2 860 685	2 867 948	2 857 898	2 857 948	
John Deere Capital — CP	5 000	4 767 808	4 766 490	4 766 480	4 766 490	
Kellogg USA Inc — CP	5 000	4 767 808	4 765 412	4 765 412	4 766 412	
Keyspan Corp — CP	5 000	4 767 808	4 759 242	4 759 242	4 759 242	
Koninklijke KPN 4 — 6-30-04	5 000	5 000 000	4 968 582	5 025 500	4 968 582	
Lafarge Corp — 6,5% — 15-7-06	1 470	1 401 735	1 509 883	1 522 733	1 509 983	
Landsbanki Islands — 16-12-2011 — obrigações ao portador	10	953 562	949 873	881 294	949 973	
Lincoln National Corp — CP	5 000	4 767 608	4 765 392	4 765 392	4 765 392	
Lusitano GLB Plc — 12-5-15	127	12 700 000	12 700 000	12 700 000	12 700 000	
Marathon Oil Corp — CP	5 000	4 767 808	4 764 417	4 764 417	4 784 417	
MC Cormick And Co Inc — CP	5 000	4 767 808	4 766 695	4 766 696	4 766 695	
Mercury European — 28-5-2004 — obrigações ao portador	1 000	1 537 279	1 537 278	1 528 670	1 537 278	
Milacron Cap. Holdings	5 000	5 000 000	5 000 000	3 400 000	5 000 000	
NAT BK Hung Budapest	1	5 000 435	5 000 435	5 180 450	5 000 435	
Natexis Banque — 7% — 14-11-2005 — obrigações ao portador	100	953 562	953 562	1 076 857	953 562	
Navio Company Lim. — 15-5-2011 — obrigações ao portador	4 586 697	4 586 697	4 605 487	4 647 379	4 605 487	
Navio Company, Ltd. — 10-5-2011 — obrigações ao portador	691 385	34 569 250	35 684 665	34 569 250	35 684 665	
Navio Company, Ltd. — 26-4-2010 — obrigações ao portador	14 669 191	14 669 191	14 647 531	13 102 668	14 647 531	
Net Sul TV a Cabo — 31-10-2005 — obrigações ao portador	5 000	4 767 805	4 767 808	4 767 808	4 767 808	
Newell CO — 3-24-03	2 000	1 907 123	1 905 592	1 905 769	1 905 592	
Olivetti Finance — 1-3-06	1 000	1 000 000	998 320	991 455	998 320	
Parker Hannifin COR — 10-01-03	3 000	2 860 685	2 959 866	2 867 203	2 859 856	
Paroo — 11-2011	5 000	50 000 000	50 133 066	49 454 000	50 133 065	
Philip Morris Inc — 7% — 15-7-2005 — obrigações ao portador	2 900	2 765 327	2 765 328	2 991 035	2 765 328	
Portland Cap Jersey	1	16 000 000	16 000 000	14 920 000	16 000 000	
Premier Intl Foods — 12,25% — 1-9-09 — obrigações ao portador	1 000	1 537 279	1 625 947	1 706 360	1 625 947	
PT INTL Finance BV — 2% — 6-12-2006 — obrigações ao portador	1 560	7 800 000	7 800 000	7 312 500	7 800 000	
Rexam Plc	1	5 000 000	5 000 000	5 343 250	5 000 000	
Rexam Plc	1	5 000 000	5 000 000	5 343 250	5 000 000	
Rock, Ltd. — 7-6-2013 — obrigações ao portador	185 561 970	185 561 970	179 462 827	176 762 621	179 462 827	
Rock, Ltd. — 22-3-2009 — obrigações ao portador	500	37 000 000	38 234 606	38 389 370	38 234 606	
Safeway Inc — CP	5 000	4 767 808	4 763 868	4 763 868	4 763 868	
SB Finance, Ltd. — 12-3-11	1 299 302	64 965 100	64 648 617	64 842 316	64 648 617	
Sherlock, Ltd. — 15-2-2021 — obrigações ao portador	54	51 492 324	56 554 434	55 714 694	56 554 434	
Sherlock, Ltd. — 23-7-2015 — obrigações ao portador	87 567	975 670	990 713	977 319	990 713	
Signum CLN Pangaea Port.	800 000	40 000 000	40 000 000	40 000 000	40 000 000	
Sires Austrália, Ltd.	1	653 871	653 871	662 236	653 871	
Sires CLN — 30-11-11	1 000	50 000 000	50 037 251	49 848 500	50 037 251	
Sires, Ltd. — 4-11-2003	83	8 300 000	8 302 364	8 313 778	8 302 364	
Skylark, Ltd. — 4-12-10	10 000	3 140 000	3 092 990	3 093 277	3 092 990	
SL Funding — 3-12-2011 — obrigações ao portador	698	34 900	34 987	34 834	34 987	
Sonera Corp — 6-7-2004	25	2 500 000	2 500 000	2 508 750	2 500 000	
Spice, Ltd. — 27-6-2003 — obrigações ao portador	100	5 016 091	5 073 258	768 967	5 073 258	
Stagecoach Group Plc	1	5 000 000	5 000 000	4 729 500	6 000 000	
Suez Finance LP — CP	5 000	4 767 808	4 762 802	4 762 802	4 762 802	
Telecom De Puerto Rico — CP	3 000	2 960 685	2 860 569	2 860 569	2 860 569	
Telecom Italia	1	15 000 000	15 000 000	15 667 125	15 000 000	
Telecom Italia — 6-21-2005	5 000	5 000 000	5 013 377	5 015 000	5 013 377	
Textron Float — 4-29-03	5 000	4 767 808	4 767 808	4 769 667	4 767 808	

(Em euros)		Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço
TPSA Eurofinance BV	1			5 000 000	5 000 000	4 999 000	5 000 000
Transco Holdings Plc	1			7 526 461	7 526 461	7 466 250	7 526 461
TYCO INT Group, S. A.	1			5 000 000	5 000 000	4 502 000	5 000 000
Univers. de Valência — 6,6% — 15-12-2022 — obrigações ao portador	250			1 602 530	1 570 151	1 903 555	1 570 151
Usinor Sacilor	1			4 967 500	4 967 500	6 112 500	4 967 500
Verdant CLN — 14-12-11	1 500			15 000 000	15 110 310	14 960 100	15 110 310
Verdant, Ltd. — 3-27-08	50			50 000 000	50 381 212	60 349 500	50 381 212
Verizon Floater — 12-17-03	5 000			4 767 808	4 719 049	4 755 986	4 719 049
VIAD Corp — CP	5000			4 767 808	4 764 311	4 764 311	4 764 311
Vivendi Environment	1			14 999 850	14 999 850	14 999 851	14 999 850
Volkswagen Fin. — 4,875%	2 000			2 000 000	2 031 091	2 063 022	2 031 091
Walt Disney Co. 3,9 — 9-15-03	3 000			2 860 685	2 884 418	2 902 843	2 884 418
Walt Disney Company — CP	5 000			4 767 808	4 762 802	4 762 802	4 762 802
Washington Mutual CP	5 000			4 767 808	4 765 591	4 765 591	4 765 591
Weyerhaeuser Co. — 9-15-03	5 000			4 767 808	4 766 875	4 794 889	4 766 875
Wyeth — CP	5 000			4 767 808	4 753 597	4 753 597	4 753 597
Xenon Capital Plc SPA	40			40 000 000	40 027 199	40 072 000	40 027 199
Credit Link Struct SEC	495			49 500 000	50 041 612	50 235 570	50 041 612
Signum CLN — 14-5-12	947 970			42 398 500	42 706 121	42 900 014	42 706 121
Signum CLN — 21-5-12	1 000 000			50 000 000	49 719 420	49 971 000	49 719 420
Sires, Ltd. — 04-11-2009	417			41 700 000	41 761 110	41 769 222	41 761 110
Titulos vencidos	5 000			19 251 561	19 251 561	—	19 251 561
Valores de rendimento variável	171 061 099			251 114 249	337 139 785	269 724 180	337 139 785
Emitidos por residentes	162 249 115			248 862 770	298 225 440	245 467 703	298 225 440
Ações	33 423 734			36 623 013	90 114 007	43 840 526	90 114 007
Vidago Melgaço & Pedras Salgadas (antigas) — ações ao portador	2			5	—	—	—
Fábricas Triunfo 1995 — rendimento de capitais de direitos ao portador	1			—	—	—	—
Unicer — União Cervejeira 1892 — inc. res. direitos nominativos	1			—	—	—	—
Colaco — Ações ao portador	11 396			56 866	137 672	2 621	137 672
Comp. N. F. T. T. Novas — ações ao portador	209 876			1 044 380	552 185	58 485	552 185
Gregorio & CIA — ações ao portador	1 460			7 285	44 081	—	44 081
Fiaco — FI. ALG. Coimbra — ações ao portador	3 650			18 214	182 152	—	182 152
Fitor — C. Portuguesa de Têxteis, S. A. — ações ao portador	3 357			6 714	99 797	1 578	99 797
Foncar — Organização Ind. Com. Têxtil — ações ao portador	2 669			13 318	31 530	—	31 530
Têxtil Luis Correia — ações ao portador	139 063			693 924	1 307 349	—	1 307 349
Porto Cavaleiros — ações ao portador	46 621			232 639	271 092	—	271 092
Fisipe — ações ao portador	25 903			129 515	312 085	44 035	312 085
Cires — ações ao portador	51 645			51 845	318 398	80 050	318 398
Polimaia — ações ao portador	446			2 226	2 296	2 676	2 296
Cinca Direitos IR. — ações ao portador	7			—	—	—	—
Crisal Inc. Res. 1997 — direitos ao portador	1			—	—	—	—
Atlantis Inc. Res. 1998 — direitos ao portador	5			—	—	—	—
VAA — Vista Alegre Atlantis SGPS — ações ao portador	82 345			92 345	200 486	72 464	200 496
VAA — Vista Alegre Fusão — ações ao portador	193 184			193 184	387 587	164 206	387 567
Efacec, Capital, SGPS — ações ao portador	4 096			20 480	23 563	—	23 563
Salvador Cactano — ações ao portador	30 780			30 780	257 129	92 340	257 129
Salvador Cactano 1992 — IR de direitos ao portador	1			—	—	—	—

Natureza e espécie dos títulos						(Em euros)
	Quantidade	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço	
Soc. C. Soares Costa — ações ao portador	570	2 850	2 189	1 106	2 199	
Imob. Const. Grão-Para — ações ao portador	190 000	950 000	1 895 432	581 400	1 895 432	
Papelaria Fernandes — ações ao portador	31 334	156 670	287 595	106 222	287 595	
Soc. R Santos G. & Oli. — ações ao portador	2 575	12 849	32 374	—	32 374	
D. Pedro 1996 — IR de direitos nominativos	1	—	—	—	—	
Soponata — ações ao portador	30	150	296	—	298	
Banco Português de Investimento 1986 — IR de direitos nominativos	1	—	—	—	—	
Banco BPI, S. A. — ações nominativas	22 580	22 580	55 409	49 224	55 409	
Banco Português de Investimento 1986 — IR de direitos nominativos	2	—	—	—	—	
Banco Santander Port — ações nominativas	229	1 145	1 142	1 145	1 142	
Banco ESSI 1993 — IR de direitos ao portador	4	—	7	—	7	
Jerónimo Martins — ações ao portador	636 065	3 180 325	19 244 933	4 420 652	19 244 933	
Sonae, SGPS, S. A. — ações ao portador	124 726	124 726	188 429	49 890	188 429	
Fnacinvestem, SGPS — ações ao portador	99 845	498 227	596 016	—	596 016	
Beira Vouga — I. I. Ind. — ações ao portador	1 040	5 190	5 188	—	5 190	
Crédito Predial Port. 1997 — IR de direitos nominativos	6	—	—	—	—	
Pirites Alentejanas — ações ao portador	30	150	234	—	234	
Fáb. Vasco G. I. Transf. — ações ao portador	102	509	289	—	289	
Têxteis Moura & Matos, S. A. — ações ao portador	31 146	155 419	207 091	—	207 091	
Fetal Moda Internac. — ações ao portador	20	100	200	—	200	
OPCA — ações ao portador	452 000	2 260 000	3 179 703	2 712 000	3 179 703	
OPCA — direitos de ações ao portador não fung.	2	—	—	—	—	
Grupo Dimensão — ações ao portador integradas	75 947	378 976	632 329	—	632 329	
STE — Serv. Tel. Electr. — ações ao portador	26 831	133 887	776 241	—	776 241	
STE — Serv. Tel. Electr. 1996 — rendimento de capital de direitos ao portador	1	—	—	—	—	
STE — Servtel. Electr. — rendimento de capital 1999 de direitos ao portador	1	—	—	—	—	
Torraltá — C. I. Férias — ações ao portador	995	4975	37 525	—	37 525	
Comp. P. Fornos Elect. — ações ao portador	4	2	2	—	2	
Comundo — ações ao portador	251	126	85	—	85	
Eurominas — ações ao portador	225	1 125	6 140	—	6 140	
Fáb. Mendes Godinho — ações ao portador	3	15	748	—	748	
IND Metálicas Previd. — ações ao portador	9 468	47 245	7 489	—	7 489	
Geofinanca — Soc. Inv. — ações ao portador registadas	112	559	559	—	559	
Matur — ações ao portador	14 296	71 337	168 651	—	166 651	
Sodera — ações nominativas	1 950	48 633	32 422	50 603	32 422	
Soc. Ind. Farmacêutica Red. Valhom. — ações ao portador	165	823	9 913	—	9 913	
Salvor — ações ao portador	94	470	2 254	—	2 254	
Sodimul — ações ao portador	114	1 705	—	—	—	
Soc. Nac. Fósforos — ações ao portador	10	50	50	—	50	
Soc. Port. Explosivos — ações nominativas	58 000	290 000	42 410	253 692	42 410	
Soc. Port. Explosivos — ações ao portador	74 498	371 745	371 594	325 654	371 594	
Senal 1973 — ações ao portador	350	175	175	—	175	
EDP — Ações nominativas	1 210 112	1 210 112	4 301 865	1 924 076	4 301 865	
ESPART SGPS, S. A. — ações ao portador	217 559	1 087 795	1 748 571	1 172 643	1 748 571	
Funfrap — Fundação Portuguesa, S. A. — ações ao portador	100 000	499 000	496 738	499 900	498 738	
Soc. T. Palheiro Golfê Cautelas — ações ao portador	15 000	74 850	74 820	74 985	74 620	
Ricardo Gallo Vidro Embalagem, S. A. — ações ao portador	63 235	416 175	603 571	803 571	803 571	
Renlave — Inv. Imóbil. — ações ao portador	2 200	10 978	10 974	10 998	10 974	
PME Capital — ações nominativas	150 000	750 000	748 197	750 000	748 197	
PME Investimentos — ações nominativas	150 000	750 000	748 197	531 000	748 197	

(Em euros)					
Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço
Brisa — AE Portugal, S. A. — privatização — ações nominativas	31 820	31 820	136 562	168 010	136 562
Prazol — ações ao portador	2 816	14 052	46 581	—	46 561
Turopa — Operadores Turísticos — ações ao portador	127	634	3 200	—	3 200
Corticeira Amorim — ações ao portador	8 473	8 473	13 679	6 778	13 679
Imaviz — Imobil. Aviz — ações ao portador	280	1 397	1 397	—	1 397
Finangeste — ações nominativas	35 775	178 875	435 451	224 309	435 451
CNB — Camac — ações ao portador	400	1 996	4 990	—	4 990
EMP Têxtil Aguda — cautelas — ações ao portador	3 324	16 587	16 575	—	16 575
INCAL — ações ao portador	24	27	—	—	—
TVI — Tel. Independente — rendimento de capital 1999 — direitos nominativos	299	3	—	—	—
NET — Novas Emp. Tecn. — ações nominativas	3 050	15 220	15 213	12 932	15 213
Portune — ações ao portador	954 893	4 774 466	4 762 985	4 764 916	4 762 985
Cimpor, SGPS, S. A. — ações nominativas	2 000	10 000	29 512	32 000	29 512
CPC — Imobiliária — ações ao portador	17 000	84 830	1 187	—	1 187
Anbelis — AG. Mod. Ec. Lx — ações nominativas	400	19 952	19 952	19 962	19 952
Sodap — ações nominativas	30 000	149 700	149 639	151 620	149 639
Leica Apar. Ópticos — ações nominativas	6 000	30 000	29 929	30 042	29 928
Leica Apar. Ópticos Privilegiadas — ações nominativas	4 000	20 000	19 952	20 028	19 952
F.I.T. — Fomento Ind. Tomate, S. A. — ações ao portador	448	2 241	405	—	405
Spidouro — ações nominativas	5 000	24 850	24 940	24 995	24 940
Soal — Sociedade Gest. da Alta de Lisboa, S. A. — ações nominativas	420 000	1 050 000	10 474 756	10 474 756	10 474 756
Uniténis S. Emp. Ténis — ações nominativas	1	150	3 990	—	3 990
José Mello SGPS, S. A. — ações ao portador	262 045	1 310 225	1 524 925	1 524 925	1 524 925
Primus MGW — P. D. Reg. — ações nominativas	8 000	39 920	39 904	39 904	39 904
ADR Entre Douro Tam. — ações nominativas	6 000	29 940	29 928	29 928	29 928
Saivane Imobiliária — ações ao portador	8 061	40 405	—	40 462	—
Pararede, SGPS, S. A. — ações ao portador	11 872 510	4 749 004	18 602 111	2 374 502	18 602 111
Aenor AE Norte, S. A. — ações nominativas	374 292	3 743	3 743	3 743	3 743
Operanor Oper. Man. AE — ações nominativas	666	666	660	666	666
ADRAL — ações nominativas	2 000	9 980	9 976	9 998	9 976
Subloc — L. Submarinos — ações nominativas	2 500	25 000	25 000	25 000	25 000
Operadora Lusocut — ações nominativas	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000
Lusocut Costa de Prata — ações nominativas	222 000	6 680	6 660	6 660	6 660
WEB-LAB, SGPS, S. A. — ações ao portador	13 595 483	6 797 742	8 810 576	5 010 576	8 810 576
Sonae.Com, SGPS, S. A. — ações ao portador	1 740	1 740	17 644	2 732	17 644
MTS-Portugal SGMR, S. A. — ações nominativas	33 854	33 654	33 197	33 197	33 197
Vialitoral Conc. Rod. — libertadas ações nominativas	4 085	785 938	791 548	791 548	791 548
Vialitoral Conc. Rod. — não libertadas ações nominativas	665	124 688	124 688	124 688	124 688
Soc. Imob. Urbanização — aumento de capital 2002 PA — cautelas	4 840	4 840	4 840	4 840	4 840
Coimbravita Agência Des. Regional, S. A. — ações nominativas	15 000	74 850	74 820	63 000	74 820
Lusocut AE Beiras Litoral e Alta, S. A. — ações nominativas	510 000	5 100	5 100	5 100	5 100
Operadora Lusocut BLA — ações nominativas	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000
Sport Lisboa Benfica — ações nominativas	50	250	262	262	262
Advancare Gestão Ser Saúde, S. A. — ações nominativas	100	499	29	29	29
Lusocut AE Grande Porto, S. A. — ações nominativas	373 000	7 460	7 460	7 460	7 460
PARFIL, SGPS, S. A. — 2002 — ações nominativas	9 654	49 173	2 960 328	2 960 328	2 960 328
Quotas	3	11 423	11 423	200	11 423
Inangol Valor 2250 — quota	1	11 223	11 223	—	11 223

Natureza e espécie dos títulos				(Em euros)		
	Quantidade	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço	
Anadyr Overseas Con. Projectos, L. ^{da} — quota	1	100	100	100	100	100
Whyalla Business Con. Projectos, L. ^{da} — quota	1	100	100	100	100	100
Títulos de participação						
92 177 866		921 779	1 060 946	460 991		1 060 946
Unidades de participação						
36 647 512		211 306 555	207 039 064	201 165 996		207 039 064
FRIE-IPE CAP. Retex/P — unidades de participação						
200 000		998 000	997 596	1 009 200		997 596
PME Capital Fundo Retax — unidades de participação						
200 000		998 000	997 596	982 000		997 596
PME Capital FRIE — unidades de participação						
100 000		499 000	498 798	268 000		498 798
PME Capital Global FRIE — unidades de participação						
1 000 000		4 990 000	4 987 979	4 590 000		4 987 979
PME Investimentos FRIE — unidades de participação						
100 000		499 000	498 799	403 000		498 798
PME Investimentos FRIE Retex — unidades de participação						
200 000		999 000	997 596	631 200		997 596
Fungepi/BES — unidades de participação						
7 618 573		38 016 679	37 372 681	32 872 681		37 372 681
Fungere — Fundo de Gestão — unidades de participação						
26 261 500		131 044 885	130 991 809	131 186 154		130 991 809
F. Turismo Cap. Risco FCR-F. Turismo — unidades de participação						
69		1 720 852	1 738 998	1 393 998		1 738 998
F. I. Imob. Turístico — unidades de participação						
349 500		1 744 005	1 743 299	3 079 445		1 743 299
F. Inv. Imob. Fechado Turístico II — unidades de participação						
30 000		1 500 000	1 500 000	1 611 750		1 500 000
FRIE PEDIP II — unidades de participação certificadas						
717		17 881 901	14 233 154	11 818 003		14 233 154
FRIE IMIT/BES — unidades de participação						
300		7 481 967	7 461 968	7 626 730		7 481 968
Vision Escritórios — Fundo de Investimento Imobiliário — unidades de participação						
586 853		2 934 265	2 996 793	3 491 775		2 998 793
Emitidos por não residentes						
8 811 984		2 251 480	38 914 345	24 256 477		38 814 345
Ações						
8 807 696		2 247 407	33 414 039	18 779 384		33 414 039
Companhia de Diamantes de Angola Reg. Met. — acções ao portador registadas						
385		959	3 748	—		3 749
General Motors Corp. — acções ao portador						
3 067		2 925	120 909	108 121		120 909
SENA Sugar States Dep. REA. — acções ao portador						
463 725		262 147	54 246	—		54 246
Prop. Club. Fin. Génova — acções nominativas						
1		1 070	3 047	—		3 047
General Electric Co — acções ao portador						
5 203		4 961	253 369	121 554		253 369
Merck & Co Inc. — acções ao portador						
3 008		29	183 391	162 948		183 391
Home Depot Inc. — acções ao portador						
2 812		2 681	77 707	63 496		77 707
JP Morgan Chase S CO — acções ao portador						
5 040		4 906	180 974	115 295		180 974
Texas Instruments — acções ao portador						
5 822		5 552	260 741	83 885		260 741
Oracle Corp. — acções ao portador						
12 304		11 733	136 198	126 355		136 188
Electronic Data Sys Corp. — acções ao portador						
5 495		5 240	193 597	92 692		193 597
Pinto Totta Intl Fin. 7,77% — acções ao portador						
250		238 390	250 310	267 500		250 310
Independent News Fin. 6,376% — acções ao portador						
260 000		317 500	321 624	321 624		321 624
Sun Mycro Systems Inc. — acções ao portador						
16 360		15 600	396 498	48 049		396 496
Cendant Corp. — acções ao portador						
8 287		7 902	121 567	83 289		121 567
RSL Communications — classe A — acções ao portador						
25 000		23 839	477 512	24		477 512
Bradlees MC NEW — acções ao portador						
54 000		51 492	260 680	51		260 680
Amgen INC. — acções ao portador						
1 848		1 762	91 528	86 629		91 528
Liberty Satellite & Technology-CLA — acções ao portador						
15 100		14 399	1 275 649	40 023		1 276 649

Natureza e espécie dos títulos					(Em euros)	
Quantidade	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço		
Finet Com. Inc. — acções ao portador	203 513	9 058 835	75 684	9 058 835	9 058 835	
Pfizer Inc. — acções ao portador	3 015	2 875	104 708	68 578	104 708	
Zixit Corp. — acções ao portador	26 000	24 793	1 745 957	111 815	1 745 957	
Weyerhaeuser Co. — acções ao portador	2 332	2 224	98 681	109 051	98 691	
BEA Systems Inc. — acções ao portador	11 155	106	115 044	121 793	116 044	
ACTV Inc. — acções ao portador	25 000	23 839	858 486	15 019	858 486	
Transmedia Asia Pacific Inc. — acções ao portador	133 200	127 014	321 163	127	321 163	
Citrix Systems Inc. — acções ao portador	7 288	6 945	104 124	85 132	104 124	
Bristol Myers Squibb — acções ao portador	1 462	1 394	79 671	32 413	79 671	
Network Appliance — acções ao portador	7 684	7 327	133 444	71 440	133 444	
Safeway Inc. — acções ao portador	4 719	4 500	202 031	104 442	202 031	
Adobe Systems Inc. — acções ao portador	3 902	3 721	123 439	92 611	123 439	
Liberty Media Corp. — acções ao portador	12 324	11 752	187 742	102 827	187 742	
Diebold Inc. — acções ao portador	2 692	2 567	88 396	104 348	88 396	
Verizon Commun. — acções ao portador	4 572	4 360	196 003	169 940	196 003	
Alltel Corp. Delaware — acções ao portador	2 735	2 608	138 884	133 320	138 884	
Pepsi Co. Inc. — acções ao portador	2 707	44	116 975	108 543	116 975	
Escom Mining Inc. série C — acções ao portador	21 421	510 856	510 656	510 656	510 656	
Schlumberger, Ltd. — acções ao portador	4 059	3 871	270 697	161 478	270 697	
Abbott Laboratories — acções ao portador	2 966	2 829	119 496	104 929	118 496	
Kopin Corp. — acções ao portador	11 517	110	128 026	44 148	128 026	
Pitney Bowes Inc. — acções ao portador	2 521	2 404	97 310	78 344	97 310	
Automatic Data Processing Inc. — acções ao portador	3 013	287	144 747	111 418	144 747	
Health MGMT ASS. Inc. — acções ao portador	5 000	48	67 242	85 773	87 242	
Marshall & Ilsley — acções ao portador	2 062	1 966	58 574	54 111	58 574	
Euronext NV — acções ao portador	381 714	391 714	7 038 962	7 912 623	7 038 962	
FTI Holding GMBH — acções ao portador	29 750	29 750	29 750	29 750	29 750	
Lowes Companies — acções ao portador	2 872	1 369	125 665	103 657	126 685	
Barnes & Noble Inc. — acções ao portador	2 547	2	77 719	41 653	77 719	
Guidant Corp. — acções ao portador	2 046	1 851	73 533	59 471	73 533	
Costco Wholesale Co. — acções ao portador	2 581	25	96 372	69 961	96 372	
Canyon Capital, Ltd. Preferred SHS — acções ao portador	6 967 741	66 442	5 721 369	5 721 369	5 721 369	
Target Corp. — acções ao portador	3 262	258	104 362	93 316	104 362	
L-3 Commu. Holdings — acções ao portador	2 625	25	114 469	113 390	114 469	
Concord EFS Inc. — acções ao portador	6 529	2 073	124 917	96 562	124 917	
AK Steel Holding Corp. — acções ao portador	8 361	80	85 999	62 985	65 999	
Univision Comm. Inc. — acções ao portador	2 989	29	78 437	67 208	76 437	
Turkcell	113	524	8 647	7 957	8 847	
Unidades de participação	4 218	4 022	250 256	227 043	250 256	
Ishares DJ US FIN. — unidades de participação	1 544	1 472	91 857	100 852	91 857	
Ishares Nasdaq Biotechnology — unidades de participação	2 674	2 550	158 399	126 191	158 399	
Outros valores	70	50	5 250 050	5 250 050	5 250 050	
Lusitano n.º 1 Ltd. — residual certificates	50	50	50	50	50	
Lusitano Finance n.º 2 Plc class DI — residual certificates	20	—	5 250 000	5 250 000	5 250 000	

		(Em euros)				
Natureza e espécie dos títulos		Quantidade	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço
C) Títulos a vencimento		—	—	—	—	—
D) Imobilizações financeiras		47 801 189 025	810 062 466	1 772 556 296	1 464 524 789	1 772 556 296
Participações		47 577 649 076	135 644 958	872 168 098	565 280 681	872 168 098
Em instituições de crédito no País		892 700	892 700	890 554	692 700	890 554
Regime transitório		892 700	992 700	890 554	892 700	890 554
SPGM Soc. Investimentos — nominativas		892 700	892 700	890 554	892 700	890 554
Em instituições de crédito no estrangeiro		47 523 008 475	57 846 749	212 825 892	180 699 756	212 625 892
Banco Interunido		84 750	422 803	211 366	—	211 366
Banque Espirito Santo et de la Vénétie		1 390 893	20 863 395	22 000 206	22 000 206	22 000 206
Interatlântico, S. A.		19 036 830	26 822 893	7 944 612	7 944 612	7 944 612
Banco Bradescio		47 502 055 878	5 477 598	157 546 639	135 257 614	157 546 639
BMCE, S. A.		440 124	4 259 960	25 123 069	15 497 324	25 123 069
Em outras empresas no País		53 732 014	71 466 794	652 964 521	378 201 094	652 964 521
SIBS — Sociedade Interbancária de Serviços		358 269	1 791 345	985 662	985 662	985 662
UNICRE — Cartão Internacional de Crédito		149 610	748 050	219 817	219 817	219 817
Muliger		22 460	1 120 305	1 125 653	1 120 305	1 125 653
Europ Assistance — C. P. Seg. Assist.		230 000	1 150 000	1 147 235	1 147 235	1 147 235
Multipessoal — Soc. Prest. Gestserv.		20 000	99 800	99 760	99 760	99 760
Esegur Espirito Santo Seg.		159 500	797 500	797 358	797 358	797 358
F. Turismo — Capital de Risco		150 000	750 000	748 197	748 197	748 197
Fiduprivate, S. A.		6 190	30 888	30 876	30 876	30 876
Portugal Telecom, SGPS, S. A.		33 641 722	33 641 722	327 223 435	220 353 279	327 223 435
Esunmedica — Prestação de Cuidados Médicos		74 700	372 753	395 450	395 450	395 450
F. Turismo		10 000	49 900	49 880	104 600	49 880
Espirito santo — Companhia Seguros		1 200 000	6 000 000	6 000 000	6 000 000	6 000 000
FIEP — Fundo Int. Empr. Port.		3 400 000	16 966 000	16 970 812	17 204 000	16 970 812
PT Multimédia, SGPS		12 782 083	6 381 032	296 051 640	127 875 871	296 051 640
ES Saúde, SGPS, S. A.		500 000	500 000	500 000	500 000	500 000
ES Interaction Sist.		100 000	100 000	100 000	100 000	100 000
SDEM — Soc. Des. Empr. Madeira, SGPS, S. A.		937 500	937 500	468 750	468 750	468 750
Esconcessões, SGPS, S. A.		10 000	50 000	50 000	50 000	50 000
Em outras empresas no estrangeiro		15 887	5 416 713	5 487 131	5 487 131	5 487 131
SCI — Georges Mandel		15 760	2 401 088	2 401 072	2 401 072	2 401 072
SWIFT — Soc. Worldwide I Fin. Tel.		133	16 625	85 059	85 059	85 059
FEI — Fundo Europeu Invest		3	3000 000	3 000 000	3 000 000	3 000 000
EBA Clearino SAS		1	1 000	1 000	1 000	1 000
Partes de capital em empresas coligadas		223 539 928	582 557 917	808 528 604	808 528 789	808 528 604
Em instituições de crédito no País		63 414 028	289 119 820	440 605 836	440 605 836	440 605 836
BIC — Banco Internacional de Crédito		30 000 000	150 000 000	208 520 708	208 520 708	208 520 708
Banco Espirito Santo de Investimento		14 000 000	70 000 000	159 834 458	159 834 458	159 834 458

Natureza e espécie dos títulos	(Em euros)				
	Quantidade	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço
BES Leasing Imobiliária	1 993 495	9 967 475	8 378 573	8 376 573	8 376 573
BES Leasing Mobiliária	3 390 016	16 960 080	22 105 549	22 105 549	22 106 549
Euroges	2 400 000	11 976 000	12 142 068	12 142 068	12 142 068
Crediflash	1 349 997	6 749 985	6 594 420	8 594 420	6 594 420
Credibom	1 199 540	5 997 700	5 984 370	5 984 370	5 984 370
BEST — Banco Electrónico de Serviço Total	6 961 580	6 981 580	6 981 560	6 981 580	6 981 580
Banco Espírito Santo dos Açores, S. A. — acções nominativas	2 099 400	10 497 000	10 066 111	10 066 111	10 066 111
Em instituições de crédito no estrangeiro	26 261 050	125 910 439	177 617 108	177 617 108	177 617 108
BESNAC — Banco Espírito Santo Capital Corp.	1 000	710	36 769	35 759	35 759
BESSA — Banco Espírito Santo (Espanha)	3 687 500	77 500 000	83 464 352	83 464 352	83 484 352
Banco Espírito Santo do Oriente	199 500	23 683 842	23 541 563	23 541 563	23 541 563
Esprito Santo Bank	6 377 050	15 199 699	61 023 633	61 023 633	61 023 633
BESA — Banco Espírito Santo Angola	9 996 000	9 526 188	9 531 601	9 531 601	9 531 801
Em outras empresas no País	133 357 762	163 148 489	167 477 078	167 477 262	167 477 078
Esprito Santo Dealer	285 000	1 425 000	3 800 245	3 800 245	3 800 245
ES, Data, SGPS	486 000	2 430 000	2 960 306	2 960 306	2 960 306
GESFINC — Espírito Santo Estudos Fin. Merc. Cap.	28 000	139 720	139 668	139 668	139 668
ESAF — Espírito Santo Activos Financeiros	1 527 500	7 637 500	7 619 136	7 619 138	7 619 138
Esprito Santo Capital — Sociedade de Capital de Risco	3 964 060	19 820 300	19 773 517	19 773 517	19 773 517
Quinta dos Cônegos	377 400	1 867 000	3 063 927	3 064 111	3 063 927
ESGEST — Espírito Santo Gest. Inst. Aprov. Comum	20 000	99 800	99 760	99 760	99 760
Esprito Santo Cibraças	75 000	374 250	374 098	374 098	374 098
Esprito Santo Contact Center	945 000	945 000	945 000	945 000	345 000
BES.COM, SGPS, S. A.	50 000 000	50 000 000	50 000 000	50 000 000	50 000 000
Esprito Santo Financial Consultants	649 900	3 249 000	3 249 000	3 249 000	3 249 000
BES Internacional, SGPS	75 000 000	75 000 000	75 039 904	75 039 904	75 039 904
Cêntimo — Soc. de Serviços	1	137 169	408 765	409 765	408 765
Jampur — Trading Int. Sociedade Unipessoal	1	3 750	3 750	3 750	3 750
Em outras empresas no estrangeiro	507 088	4 379 169	22 828 582	22 828 582	22 828 582
ESOL — Espírito Santo Overseas	1 000	953	954	954	854
Spainvest AS	399 999	3 527 991	21 977 379	21 977 379	21 977 379
BES Finance, Ltd.	25 000	23 825	23 839	23 839	23 839
BES Overseas, Ltd.	1 000	953	954	954	954
ESCLINC — Espírito Santo Com. Lisboa	100	773 906	773 906	773 906	773 906
Esprito Santo Plc	29 994	38 092	38 085	38 085	38 085
ES Representações	49 895	13 449	13 467	13 467	13 467
<i>Subtotal</i>	47 801 189 004	718 202 873	1 660 696 702	1 373 809 469	1 680 696 702
Imobilizações financeiras	21	91 859 594	91 859 594	90 715 320	91 899 594
Prestações suplementares de capital	6	5 160 711	5 160 711	5 160 711	5 160 711
Lusoscut A E C. Prata	1	1 006 640	1 006 640	1 006 640	1 006 640
Lusoscut A E Beiras Litoral e Alta	1	1 045 967	1 045 967	1 045 967	1 045 987
Lusoscut A E Grande Porto	1	436 984	436 984	436 984	436 984

(Em euros)						
Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço	
Vialitoral	1	890 625	890 625	890 625	890 625	
Espírito Santo Plc (Dublin)	1	410 090	410 090	410 090	410 090	
Aenor	1	1 370 406	1 370 406	1 370 406	1 370 406	
Contratos de suprimentos	10	23 047 165	23 047 165	23 047 165	23 047 165	
BES COM, SGPS	1	7 092 426	7 092 426	7 092 426	7 092 426	
ES Cobranças	1	562 706	562 706	562 708	562 706	
Companhia Portuguesa de Cobre	1	848	848		848	
Esegur	1	399 038	399 038	399 039	399 038	
Jampur	1	10 676 252	10 676 252	10 676 252	10 676 262	
Quinta dos Cónegos	1	410 270	410 270	410 270	410 270	
Sociedade Imob. Urb. do Parque	1	1 820 086	1 820 086	1 920 086	1 820 086	
WEB LAB, SGPS, S. A.	1	2 055 610	2 055 610	2 055 610	2 055 610	
Porticentro	1	—	—	—	—	
Sociedade Turística Palheiro Golfe	1	29 928	29 926	29 928	29 928	
Outras	5	63 651 717	63 651 717	62 507 443	63 651 717	
OPCA	1	14 101 266	14 101 266	14 101 266	14 101 266	
Espírito Santo Plc	1	35 500 000	35 500 000	35 500 000	35 500 000	
Escom	1	3 794 644	3 794 644	3 794 644	3 794 644	
Banque ES LA Vénétie	1	5 488 000	5 488 000	5 488 000	5 488 000	
Kleinwort Benson Lon	1	4 767 808	4 767 808	3 623 534	4 767 808	
Total	71 042 640 700	4 375 951 742	5 574 611 026	5 167 571 470	5 575 349 065	

O Conselho de Administração: António Luís Roquette Ricciardi, presidente — Ricardo Espírito Santo Silva Salgado, vice-presidente — Jean Gaston Pierre Marie Victor Laurent, vice-presidente — Mário Mosqueira do Anard, vogal — José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva, vogal — António José Baptista do Souto, vogal — Jorge Alberto Carvalho Martins, vogal — Manuel António Gomes de Almeida Pinho, vogal — Yves Henri Camille Barsalou, vogal — Anibal da Costa Reis de Oliveira, vogal — José Manuel Ferreira Neto, vogal — Manuel de Magalhães Villas-Boas, vogal — Manuel Fernando Moniz Galvão Espírito Santo Silva, vogal — Jackson Behr Gilbert, vogal — Manuel António Ribeiro Serzedelo de Almeida, vogal — José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi, vogal — Jean-Luc Louis Marie Guinoleau, vogal — Gilles François Gramat, vogal — Rui Manuel Duarte Sousa da Silveira, vogal — Joaquim Anibal Brito Freixtal de Goes, vogal — Francisco Luis Murteira Nabo, vogal — Pedro José de Sousa Fernandes Homem, vogal — Ilídio da Costa Leite de Pinho, vogal — Herman Agneessens, vogal — Patrick Gérard Daniel Coudéne, vogal — Michel Victor François Vilatte, vogal — Mário Martins Adeigas, vogal — Luís António Burnay Pinto de Carvalho Daun e Lorena, vogal — Lázaro de Mello Brandão, vogal — Ricardo Abecassis Espírito Santo Silva, vogal — Bernard Henri Georges De Wit, vogal. — O Director do Departamento de Planeamento e Contabilidade, Manuel José Dias de Freitas.

Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2002**ACTIVO**

(Em milhares de euros)

	Notas	2002			2001 (líquido)
		Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	
1 — Caixa e disponibilidades em bancos centrais	4	996 685	—	996 685	724 209
2 — Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	5	844 058	—	844 058	1 241 259
3 — Outros créditos sobre instituições de crédito	6	5 674 990	8 870	5 666 120	3 888 187
4 — Créditos sobre clientes	7	25 795 107	367 446	25 427 661	24 264 079
5 — Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		4 088 821	80 978	4 007 843	4 929 501
a) De emissores públicos	8	1 201 171	6 128	1 195 043	1 955 068
b) De outros emissores	8	2 877 240	74 850	2 802 390	2 972 427
c) Títulos próprios	8	10 410	—	10 410	2 006
6 — Acções e outros títulos de rendimento variável	8	720 805	102 800	618 005	426 380
7 — Partes de capital em empresas associadas	9	51 413	2 384	49 029	41 165
8 — Partes de capital em empresas filiais excluídas da consoli- dação		—	—	—	—
9 — Outras participações financeiras	9	943 126	32 004	911 122	849 826
10 — Imobilizações incorpóreas	11	523 119	339 371	183 748	182 348
11 — Imobilizações corpóreas	12	1 055 597	628 977	426 620	438 104
(De serviço próprio)		(602 232)	(286 350)	(315 882)	(316 939)
12 — Diferenças de reavaliação — equivalência patrimonial		—	—	—	—
13 — Diferenças de consolidação		—	—	—	—
14 — Capital subscrito não realizado		—	—	—	—
15 — Acções próprias		—	—	—	—
16 — Outros activos	13	495 954	21 938	474 016	540 742
17 — Contas de regularização	14	1 628 916	—	1 628 916	996 830
18 — Prejuízo consolidado do exercício		—	—	—	—
19 — Interesses minoritários		—	—	—	—
Totais		42 818 591	1 584 768	41 233 823	38 522 630

PASSIVO E SITUAÇÃO LÍQUIDA

	Notas	2002	2001
1 — Débitos para com instituições de crédito		7 678 707	7 536 692
a) À vista	15	333 232	338 698
b) A prazo ou com pré-aviso	15	7 345 475	7 197 994
2 — Débitos para com clientes		18 667 656	17 394 740
a) Depósitos de poupança	16	2 338 075	2 506 628
b) Débitos à vista	16	7 321 027	6 879 626
c) Débitos a prazo	16	9 008 554	8 008 486
3 — Débitos representados por títulos		9 270 851	8 804 543
a) Obrigações em circulação	17	7 613 710	7 001 237
b) Outros	17	1 657 141	1 803 306
4 — Outros passivos	18	187 883	243 181
5 — Contas de regularização	19	783 759	695 257
6 — Diferenças de reavaliação — equivalência patrimonial		—	—
7 — Diferenças de consolidação		—	—
8 — Provisões para riscos e encargos		398 858	325 866
a) Provisões para pensões e encargos similares	20 e 24	4 660	47
b) Outras provisões	20	394 198	325 819
9 — Fundo para riscos bancários gerais	20	14 594	59 838
10 — Passivos subordinados	21	1 695 799	1 443 293
11 — Capital subscrito	23	1 500 000	1 000 000
12 — Prémios de emissão	23	300 000	192 950
13 — Reservas	23	— 20 981	13 025
14 — Reservas de reavaliação	23	—	—
15 — Resultados transitados	23	—	—
16 — Interesses minoritários	22	534 236	615 536
17 — Lucro consolidado do exercício	23	222 461	197 709
Totais		41 233 823	38 522 630

Rubricas extrapatrimoniais

	Notas	2002	2001
1 — Garantias prestadas e passivos eventuais	25	4 527 474	4 371 382
Dos quais:			
1.1 — Aceites e endossos		—	26
1.2 — Garantias e avales		4 282 956	4 111 083
1.3 — Outros		244 518	260 273
2 — Compromissos	25	3 390 405	2 821 644
Dos quais:			
2.1 — Resultantes de operações de venda com opção de recompra		—	—
<i>Totais</i>		7 917 879	7 193 026

O Conselho de Administração: *António Luís Roquette Ricciardi*, presidente — *Ricardo Espírito Santo Silva Salgado*, vice-presidente — *Jean Gaston Pierre Marie Victor Laurent*, vice-presidente — *Mário Mosqueira do Amaral*, vogal — *José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva*, vogal — *António José Baptista do Souto*, vogal — *Jorge Alberto Carvalho Martins*, vogal — *Manuel António Gomes de Almeida Pinho*, vogal — *Yves Henri Camille Barsalou*, vogal — *Aníbal da Costa Reis de Oliveira*, vogal — *José Manuel Ferreira Neto*, vogal — *Manuel de Magalhães Villas-Boas*, vogal — *Manuel Fernando Moniz Galvão Espírito Santo Silva*, vogal — *Jackson Behr Gilbert*, vogal — *Manuel António Ribeiro Serzedelo de Almeida*, vogal — *José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi*, vogal — *Jean-Luc Louis Marie Guinoiseau*, vogal — *Gilles François Gramat*, vogal — *Rui Manuel Duarte Sousa da Silveira*, vogal — *Joaquim Aníbal Brito Freixial de Goes*, vogal — *Francisco Luís Murteira Nabo*, vogal — *Pedro José de Sousa Fernandes Homem*, vogal — *Ilídio da Costa Leite de Pinho*, vogal — *Herman Agneessens*, vogal — *Patrick Gérard Daniel Coudéne*, vogal — *Michel Victor François Vilatte*, vogal — *Mário Martins Adegas*, vogal — *Luís António Burnay Pinto de Carvalho Daun e Lorena*, vogal — *Lázaro de Mello Brandão*, vogal — *Ricardo Abecassis Espírito Santo Silva*, vogal — *Bernard Henri Georges De Wit*, vogal. — O Director do Departamento de Planeamento e Contabilidade, *Manuel José Dias de Freitas*.

Demonstração consolidada dos resultados em 31 de Dezembro de 2002

DÉBITO

(Em milhares de euros)

	Notas	2002	2001
1 — Juros e custos equiparados	29	1 531 035	1 904 303
2 — Comissões	29	53 162	69 090
3 — Prejuízos em operações financeiras	25 e 29	3 207 344	3 688 274
4 — Gastos gerais administrativos	29	587 960	591 934
4.1 — Custos com pessoal		323 083	320 521
4.2 — Outros custos administrativos		264 877	271 413
5 — Amortizações do exercício	11, 12 e 29	134 716	122 186
6 — Outros custos de exploração	29 e 31	6 381	5 142
7 — Provisões para crédito vencido e para outros riscos	20 e 29	489 640	383 582
8 — Provisões para imobilizações financeiras	20 e 29	4 548	20 636
9 — Perdas extraordinárias	29 e 32	67 560	38 275
10 — Impostos sobre lucros	29 e 33	38 476	38 554
11 — Outros impostos	29	10364	12 382
12 — Resultados em empresas associadas e em filiais excluídas da consolidação	29	2 232	1 379
13 — Interesses minoritários	22 e 29	32 296	53 130
14 — Lucro consolidado do exercício	29	222 461	197 709
<i>Totais</i>		6 388 175	7 126 576

CRÉDITO

	Notas	2002	2001
1 — Juros e proveitos equiparados	29	2 339 249	2 622 939
2 — Rendimento de títulos	29	10 740	9 893
3 — Comissões	29	343 387	342 739
4 — Lucros em operações financeiras	25 e 29	3 335 070	3 804 228
5 — Reposições e anulações de provisões	20 e 29	213 333	199 382
6 — Resultados em empresas associadas e em filiais excluídas da consolidação	29	2 309	6 899
7 — Outros proveitos de exploração	29 e 31	117 116	108 898

	Notas	2002	2001
8 — Ganhos extraordinários	29 e 32	26 971	26 854
9 — Interesses minoritários		—	4 744
10 — Prejuízo consolidado do exercício		—	—
<i>Totais</i>		6 388 175	7 126 576

O Conselho de Administração: *António Luís Roquette Ricciardi*, presidente — *Ricardo Espírito Santo Silva Salgado*, vice-presidente — *Jean Gaston Pierre Marie Victor Laurent*, vice-presidente — *Mário Mosqueira do Amaral*, vogal — *José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva*, vogal — *António José Baptista do Souto*, vogal — *Jorge Alberto Carvalho Martins*, vogal — *Manuel António Gomes de Almeida Pinho*, vogal — *Yves Henri Camille Barsalou*, vogal — *Aníbal da Costa Reis de Oliveira*, vogal — *José Manuel Ferreira Neto*, vogal — *Manuel de Magalhães Villas-Boas*, vogal — *Manuel Fernando Moniz Galvão Espírito Santo Silva*, vogal — *Jackson Behr Gilbert*, vogal — *Manuel António Ribeiro Serzedelo de Almeida*, vogal — *José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi*, vogal — *Jean-Luc Louis Marie Guinoiseau*, vogal — *Gilles François Gramat*, vogal — *Rui Manuel Duarte Sousa da Silveira*, vogal — *Joaquim Aníbal Brito Freixial de Goes*, vogal — *Francisco Luís Murteira Nabo*, vogal — *Pedro José de Sousa Fernandes Homem*, vogal — *Ilídio da Costa Leite de Pinho*, vogal — *Herman Agneessens*, vogal — *Patrick Gérard Daniel Coudéne*, vogal — *Michel Victor François Vilatte*, vogal — *Mário Martins Adegas*, vogal — *Luís António Burnay Pinto de Carvalho Daun e Lorena*, vogal — *Lázaro de Mello Brandão*, vogal — *Ricardo Abecassis Espírito Santo Silva*, vogal — *Bernard Henri Georges De Wit*, vogal. — O Director do Departamento de Planeamento e Contabilidade, *Manuel José Dias de Freitas*.

Demonstração dos resultados por funções individual e consolidada em 31 de Dezembro de 2002 e 2001

Banco Espírito Santo e subsidiárias

(Em milhares de euros)

	BES		Consolidado	
	2002	2001	2002	2001
1 — Resultado financeiro	417 148	417 052	808 214	718 636
2 — Provisões para riscos de crédito	149 597	93 235	222 749	145 251
3 — Resultado financeiro líquido (1-2)	267 551	323 817	585 465	573 385
4 — Comissões	186 450	168 175	290 225	273 649
5 — Outros resultados de exploração líquidos	42 619	30 594	100 371	91 374
6 — Resultado de serviços (4+5)	229 069	198 769	390 596	365 023
7 — Rendimento de títulos	67 336	48 685	10 740	9 893
8 — Resultados consolidados pelo método da equivalência patrimonial	—	—	77	5 520
9 — Resultados de operações financeiras	86 373	75 118	127 726	115 954
10 — Provisões para depreciação de títulos	47 601	23 165	72 212	28 366
11 — Amortização do <i>goodwill</i>	—	—	—	—
12 — Resultado operacional antes dos custos de transformação (3+6+7+8+9-10-11)	602 728	623 224	1 042 392	1 041 409
13 — Custos com pessoal	165 196	180 688	323 083	320 521
14 — Outros gastos administrativos	175 443	174 093	264 877	271 413
15 — Amortizações	103 409	93 758	134 716	122 186
16 — Custos de transformação (13+14+15)	444 048	448 539	722 676	714 120
17 — Resultado operacional (12-16)	158 680	174 685	319 716	327 289
18 — Outras provisões	1 806	25 703	— 14 106	31 219
19 — Resultados na alienação de participações financeiras	—	21	—	65
20 — Outros resultados extraordinários	— 25 775	— 7 863	— 40 589	— 11 356
21 — Resultado antes de interesses minoritários e impostos (17-18+19+20)	131 099	141 140	293 233	284 649
22 — Impostos	1 725	—	38 476	38 554
23 — Interesses minoritários	—	—	32 296	48 386
24 — Resultado líquido (21-22-23)	129 374	141 140	222 461	197 709
25 — Resultado por acção (a)	0,54	0,71	0,92	0,99

(a) Considerando o número de acções inicial (200 milhões) + acções subscritas em dinheiro (50 milhões) ajustados pelo tempo de permanência (10/12).

O Conselho de Administração: *António Luís Roquette Ricciardi*, presidente — *Ricardo Espírito Santo Silva Salgado*, vice-presidente — *Jean Gaston Pierre Marie Victor Laurent*, vice-presidente — *Mário Mosqueira do Amaral*, vogal — *José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva*, vogal — *António José Baptista do Souto*, vogal — *Jorge Alberto Carvalho Martins*, vogal — *Manuel António Gomes de Almeida Pinho*, vogal — *Yves Henri Camille Barsalou*, vogal — *Aníbal da Costa Reis de Oliveira*, vogal — *José Manuel Ferreira Neto*, vogal — *Manuel de Magalhães Villas-Boas*, vogal — *Manuel Fernando Moniz Galvão Espírito Santo Silva*, vogal — *Jackson Behr Gilbert*, vogal — *Manuel António Ribeiro Serzedelo de Almeida*, vogal — *José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi*, vogal — *Jean-Luc Louis Marie Guinoiseau*, vogal — *Gilles François Gramat*, vogal — *Rui Manuel Duarte Sousa da Silveira*, vogal — *Joaquim Aníbal Brito Freixial de Goes*, vogal — *Francisco Luís Murteira Nabo*, vogal — *Pedro José de Sousa Fernandes Homem*, vogal — *Ilídio da Costa Leite de Pinho*, vogal — *Herman Agneessens*, vogal — *Patrick Gérard Daniel Coudéne*, vogal — *Michel Victor François Vilatte*, vogal — *Mário Martins Adegas*, vogal — *Luís António Burnay Pinto de Carvalho Daun e Lorena*, vogal — *Lázaro de Mello Brandão*, vogal — *Ricardo Abecassis Espírito Santo Silva*, vogal — *Bernard Henri Georges De Wit*, vogal. — O Director do Departamento de Planeamento e Contabilidade, *Manuel José Dias de Freitas*.

Demonstração dos fluxos de caixa individuais e consolidados em 31 de Dezembro de 2002 e 2001**Banco Espírito Santo e subsidiárias**

(Em milhares de euros)

	Notas	BES		Consolidado	
		2002	2001	2002	2001
Fluxos de caixa das actividades operacionais:					
Juros e comissões recebidos		1 791 125	2 217 552	2 650 741	3 072 591
Juros e comissões pagos		(1 169 960)	(1 536 762)	(1 593 491)	(2 013 514)
Recuperação de créditos e juros anulados em exercícios anteriores		6 089	4 647	10 523	7 819
Pagamentos a empregados e fornecedores		(320 805)	(390 051)	(568 685)	(622 525)
Pensões pagas e contribuição para o fundo de pensões	24	(282 633)	(219 824)	(303 723)	(240 791)
Resultados operacionais antes de alterações nos fundos operacionais		23 816	75 562	195 365	203 580
(Aumentos)/diminuições dos activos operacionais:					
Créditos sobre instituições de crédito		(761 200)	403 539	(1 775 722)	(281 587)
Depósitos em bancos centrais		(315 346)	168 999	(304 960)	134 947
Créditos sobre clientes		(1 285 832)	(1 407 722)	(1 323 429)	(2 895 402)
Títulos de negociação		10 008	123 415	63 970	34 416
Outros activos operacionais		(119 729)	(185 492)	(86 429)	85 558
Aumentos/(diminuições) dos passivos operacionais:					
Débitos para com instituições de crédito		(152 632)	(68 610)	142 015	(743 560)
Débitos para com clientes		252 464	551 946	1 272 916	1 234 989
Débitos representados por títulos		631 879	224 606	466 308	3 626 532
Outros passivos operacionais		32 583	22 249	(71 217)	124 648
Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais, antes de impostos sobre os lucros		(1 683 989)	(91 508)	(1 430 025)	1 524 121
Impostos pagos sobre os lucros	33	(525)	—	(23 477)	(17 691)
<i>Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais</i>		<i>(1 684 514)</i>	<i>(91 508)</i>	<i>(1 453 502)</i>	<i>1 506 430</i>
Fluxos de caixa das actividades de investimento:					
Compra de participações e de partes do capital em empresas coligadas		(402 530)	(147 369)	(277 665)	(164 268)
Valores recebidos na venda de participações e de partes de capital em empresas coligadas		4 173	53 057	30 925	78 969
Dividendos recebidos		67 336	48 685	10 740	9 893
Compra de títulos de investimento		(735 658 282)	(21 588 354)	(736 927 236)	(23 616 973)
Valores recebidos na venda de títulos de investimento		736 151 644	22 174 018	737 293 970	22 645 598
Compra de imobilizações		(89 585)	(108 607)	(127 690)	(148 558)
Valores recebidos na venda de imobilizações		1 221	834	3 535	5 457
<i>Fluxo de caixa líquidos das actividades de investimento</i>		<i>73 977</i>	<i>432 264</i>	<i>6 579</i>	<i>(1 189 882)</i>
Fluxos de caixa das actividades de financiamento:					
Emissão de obrigações de caixa subordinadas	21	449 256	151 895	252 506	360 438
Reembolso e remuneração paga nos títulos de participação	21	—	(170)	—	(170)
Aumento de capital	23	550 000	—	550 000	—
Dividendos pagos	23	(75 200)	(86 400)	(75 200)	(88 249)
Bónus pagos aos empregados	23	(14 400)	(16 500)	(21 620)	(24 766)
Emissão e remuneração de acções preferenciais	22	—	—	(29 333)	(42 241)
<i>Fluxo de caixa líquidos das actividades de financiamento</i>		<i>909 656</i>	<i>48 825</i>	<i>676 353</i>	<i>205 012</i>
Efeitos da alteração da taxa de câmbio em caixa e seus equivalentes		329 816	(66 516)	340 885	(89 097)
Aumento líquido em caixa e seus equivalentes		(371 065)	323 065	(429 685)	432 463
Caixa e seus equivalentes no início do período	3.3 q)	1 193 734	870 669	1 515 685	1 083 222
Caixa e seus equivalentes no fim do período	3.3 q)	822 669	1 193 734	1 086 000	1 515 685
		(371 065)	323 065	(429 685)	432 463

O Conselho de Administração: António Luís Roquette Ricciardi, presidente — Ricardo Espírito Santo Silva Salgado, vice-presidente — Jean Gaston Pierre Marie Victor Laurent, vice-presidente — Mário Mosqueira do Amaral, vogal — José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva, vogal — António José Baptista do Souto, vogal — Jorge Alberto Carvalho Martins, vogal — Manuel António Gomes de Almeida Pinho, vogal — Yves Henri Camille Barsalou, vogal — Aníbal da Costa Reis de Oliveira, vogal — José Manuel Ferreira Neto, vogal — Manuel de Magalhães Villas-Boas, vogal — Manuel Fernando Moniz Galvão Espírito Santo Silva, vogal — Jackson Behr Gilbert, vogal — Manuel António Ribeiro Serzedelo de Almeida, vogal — José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi, vogal — Jean-Luc Louis Marie Guinoiseau, vogal — Gilles François Gramat, vogal — Rui Manuel Duarte Sousa da Silveira, vogal — Joaquim Aníbal Brito Freixial de Goes, vogal — Francisco Luís Murteira Nabo, vogal — Pedro José de Sousa Fernandes Homem, vogal — Ilídio da Costa Leite de Pinho, vogal — Herman Agneessens, vogal — Patrick Gérard Daniel Coudéne, vogal — Michel Victor François Vilatte, vogal — Mário Martins Adegas, vogal — Luís António Burnay Pinto de Carvalho Daun e Lorena, vogal — Lázaro de Mello Brandão, vogal — Ricardo Abecassis Espírito Santo Silva, vogal — Bernard Henri Georges De Wit, vogal. — O Director do Departamento de Planeamento e Contabilidade, Manuel José Dias de Freitas.

Anexo às contas em 31 de Dezembro de 2002

As normas em vigor relativamente aos elementos para publicação oficial impõem a explicitação de alguma informação e indicações acerca das contas anuais mencionadas no balanço e na demonstração de resultados. A sua menção é feita pela respectiva ordem e remetida, sempre que tal se justifique, para outros pontos do relatório de gestão ou das notas às demonstrações financeiras. Os valores apresentados estão expressos em milhares de euros.

1 — Não foram efectuados ajustamentos aos dados contabilísticos de 2001. As alterações de critérios contabilísticos efectuadas em 2002 encontram-se divulgadas na nota n.º 3.

2 — A arrumação das rubricas do PCSB no balanço foi realizada de acordo com as instruções do Banco de Portugal.

3 — Os critérios de avaliação encontram-se explicitados na nota n.º 3.

4 — Não se verificaram derrogações dos critérios valorimétricos definidos no Plano de Contas em vigor.

5 — A avaliação efectuada no balanço não difere, significativamente, das avaliações que têm por base o último preço de mercado conhecido antes da data de encerramento das contas.

6 — Os montantes das participações financeiras e respectivas participações no capital, o nome e a sede, são referidos nas notas n.ºs 2, 9 e 10 e no corpo do relatório.

Em 31 de Dezembro de 2002 a diferença entre o custo de aquisição das empresas cuja participação é superior a 20% e o correspondente valor dos capitais próprios referentes às últimas contas aprovadas (31 de Dezembro de 2001) é de 19 947 milhares de euros.

7 — O montante das obrigações e outros títulos de rendimento fixo por prazos residuais consta da nota n.º 8.

8 — Os créditos, sobre empresas participadas, incluídos nas rubricas 2 a 5 do activo, encontram-se referidos na nota n.º 34.

9 — Idem, sobre empresas coligadas, igualmente na nota n.º 34.

10 — Inventário da carteira de títulos do BES: o mapa, conforme modelo oficial, apresenta-se ponto 9.

11 — O desenvolvimento das imobilizações corpóreas e incorpóreas é apresentado nas notas n.ºs 11 e 12.

12 — Os activos com carácter subordinado constam da nota n.º 13.

13 — Em 31 de Dezembro de 2002 não existiam activos cedidos com acordo de recompra firme.

14 — Os créditos correspondentes às rubricas 3 e 4 do activo, desdobrados pelos seus prazos residuais, são explicitados nas notas n.ºs 6 e 7.

15 — Reavaliação de imobilizações corpóreas e financeiras:

a) Não ocorreram reavaliações do imobilizado no exercício de 2002; não houve transferências de diferenças de reavaliação para reservas de reavaliação; o saldo inicial, movimento e saldo final do exercício da conta de reservas de reavaliação constam da nota n.º 23;

b) O valor contabilístico do imobilizado ao custo e reavaliado, bem assim como as correspondentes amortizações, constam da nota n.º 12;

c) Foram efectuadas amortizações excepcionais no ano 2002 no BES, no valor de 6,1 milhões de euros, relacionados com o imobilizado incorpóreo.

16 — No final do exercício de 2002 o montante das despesas de estabelecimento, líquidas de amortizações, era de 0,04 milhões de euros; as despesas de investigação e desenvolvimento de *software* constam da nota n.º 11 e são amortizadas em três anos. As despesas com projectos informáticos do BES, cujo valor líquido em 31 de Dezembro de 2002 totalizava 121 milhões de euros, respeitam a encargos com adaptação de novo *software* e ou implementação de novas funcionalidades em aplicativos já existentes.

17 — Não foram introduzidas correcções de valor excepcional no activo não imobilizado.

18 — Os débitos por prazos residuais estão referidos nas notas n.ºs 15, 16 e 17.

19 — O montante das obrigações em circulação e outros títulos, por prazos de vencimento, consta da nota n.º 17.

20 — Os débitos para com empresas participadas, incluídos nas rubricas 1, 2, 3 e 8 do passivo, encontram-se referidos na nota n.º 34.

21 — Os débitos para com empresas coligadas, incluídos nas rubricas 1, 2, 3 e 8 do passivo, estão referidos igualmente na nota n.º 34.

22 — A rubrica de 8 do passivo contém empréstimos e obrigações subordinadas, conforme desenvolvimento na nota n.º 21.

23 — O montante dos compromissos, incluindo os assumidos mediante a prestação de garantias, consta nas notas n.ºs 25 e 34.

24 — Os compromissos assumidos em matéria de pensões e respectivas coberturas encontram-se desenvolvidos na nota n.º 24.

25 — Os saldos de provisões estão desenvolvidos na nota n.º 20. A desagregação dos saldos em 31 de Dezembro de 2002, conforme requerido, é como segue:

Provisões para	BES	Consolidado
Créditos de cobrança duvidosa	20 609	24 483
Aplicações em instituições de crédito no País	—	—
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro	—	—
Empresas participadas	—	—
Empresas coligadas	—	—
Outros créditos	20 609	24 483
Crédito vencido	190 532	342 638
Aplicações em instituições de crédito no País	—	—
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro	—	—
Empresas participadas	—	—
Empresas coligadas	—	—
Outros créditos	190 532	342 638
Depreciação de títulos — negociação	20	20
Depreciação de títulos — investimento	115 492	166 947
Outras aplicações	8 891	21 556
Imobilizações financeiras	38 036	34 388
Riscos gerais de crédito	241 848	348 676

Provisões para	BES	Consolidado
Riscos de flutuação de câmbios	—	—
Pensões de reforma e sobrevivência	—	4 660
Outros riscos e encargos	27 999	45 522
Riscos bancários gerais	—	14 594
Risco-país	26 029	26 388
Aplicações em instituições de crédito	8 868	8 870
Crédito a clientes	5	325
Títulos	16 646	16 811
Outros activos	510	382
<i>Total geral</i>	<i>669 456</i>	<i>1 029 872</i>

26 — Os critérios utilizados para distinguir os títulos de negociação constantes das rubricas 5 e 6 do activo, dos que constituem investimentos e imobilizações financeiras, estão referidos na nota n.º 3.

26-A — No exercício de 2002 não houve reclassificação da carteira a vencimento.

27 — Os saldos das contas: despesas com custo diferido, proveitos a receber, receitas com proveito diferido e custos a pagar, encontram-se referidos nas notas n.ºs 14 e 19.

28:

a) O montante ainda não imputado a resultados das contas individuais do BES respeitantes a:

Títulos emitidos por valor inferior ao seu valor de reembolso, os quais respeitam na sua quase totalidade a uma emissão de cupão zero pela sucursal de Cayman, com maturidade em 2027, é de 607 604 000 euros;

Títulos de investimento adquiridos por valor superior ao seu valor de reembolso é de 52 983 000 euros;

Títulos de investimento adquiridos por valor inferior ao seu valor de reembolso é de 16 795 000 euros.

b) A diferença entre o valor de mercado e aquele por que estão contabilizados os títulos de investimento é de 25 449 000 euros;

c) A diferença entre o valor por que estão contabilizados os títulos de negociação e o que lhes corresponderia caso a avaliação se fizesse com base no custo de aquisição é de 738 000 euros;

d) Os valores imputados a resultados do exercício pela avaliação a preços de mercado da carteira de negociação são: 0,7 milhares de euros de lucros e 759 000 euros de prejuízos.

29 — No exercício de 2002 o Banco procedeu a um aumento de capital conforme descrito na nota n.º 23 e corpo do relatório.

30 — Não existem partes de capital beneficiário, obrigações convertíveis e títulos ou direitos similares para além da situação referida na nota n.º 22.

31 — A natureza e valores dos elementos patrimoniais que integram a rubrica de 13 do activo e a rubrica de 4 do passivo constam nas notas n.ºs 13 e 18.

32 — Os fundos administrados pelo Grupo BES por conta de outrem constam do corpo do presente relatório e contas.

33 — Todas as operações a prazo efectuadas e não vencidas estão desagregadas na nota n.º 25.

34 — O efectivo de trabalhadores ao serviço e sua ventilação por grandes categorias profissionais está referido na nota n.º 30.

35 — Relativamente aos membros dos órgãos de administração e de fiscalização, o montante das remunerações atribuído no exercício e dos créditos concedidos, estão referidos na nota n.º 30.

36 — O Banco não tem serviço de gestão e de representação a terceiros com dimensão significativa.

37 — O montante global dos elementos do activo e dos elementos do passivo expressos em moeda estrangeira constam da nota n.º 26.

38 — Os proveitos registados nas rubricas B1, B2, B3, B4 e B7 da demonstração dos resultados, ventilados por mercados geográficos, estão referidos na nota n.º 29.

39 — Os principais componentes das rubricas:

Outros custos de exploração;

Outros proveitos de exploração;

Perdas extraordinárias;

Ganhos extraordinários encontram-se referidos nas notas n.ºs 31 e 32.

40 — Os encargos imputados e os encargos pagos relativamente a passivos subordinados, constam da nota n.º 21.

41 — A diferença entre a carga fiscal imputada ao exercício e aos dois exercícios anteriores e a carga fiscal já paga ou a pagar com referência a estes exercícios, está referida na nota n.º 33.

42 — Não houve tratamento fiscal diferenciado entre os resultados correntes e os resultados extraordinários com impacto materialmente relevante nas demonstrações financeiras.

43 — As contas do BES são objecto de consolidação pela Bespar — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A., com sede na Rua de São Bernardo, 62, em Lisboa.

44 — O BES não tem empresas filiais instaladas noutros Estados-membros das Comunidades Europeias dispensadas da fiscalização e da publicação da demonstração de resultados.

45 — O valor dos bens adquiridos pelo BES e pelo Grupo através do sistema de locação financeira, líquido de amortizações, em 31 de Dezembro de 2002, era de zero euros e 2552 mil euros, respectivamente, e está reflectido na rubrica de 10 do balanço.

46 — Não foram efectuadas compensações entre saldos devedores e credores em contas de terceiros e de regularização.

47 — Os montantes incluídos nos resultados provenientes de transacções realizadas com subsidiárias correspondem a operações comerciais correntes, cuja discriminação consta da nota n.º 34.

48 — As operações de titularização constam da nota n.º 35.

49 — As informações de natureza quantitativa e qualitativa sobre cobertura das responsabilidades com pensões de reformas e de sobrevivência constam da nota n.º 24.

50 — As informações detalhadas, de natureza qualitativa e quantitativa, sobre participações financeiras encontram-se nas notas n.ºs 3.3 e 9.

51 — O BES não tem qualquer dívida vencida para com a segurança social (n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de Outubro).

52 — A distribuição da actividade do Grupo BES, medida pelo activo líquido após eliminação das operações intergrupo, por áreas de actividade económica e zonas geográficas é a seguinte:

Zonas geográficas								
(Em milhões de euros)								
Sectores de actividade	Portugal	Resto da União Europeia	Resto da Europa	América do Norte	América Latina	Ásia	África	Total
Banca:								
Comercial	34 283	1 670	—	707	—	114	31	36 805
Investimento	866	1 305	—	—	—	—	—	2 193
Crédito ao consumo	592	—	—	—	—	—	—	592
Asset management	18	17	—	—	—	—	—	35
Factoring	469	—	—	—	—	—	—	469
Leasing	951	—	—	—	—	—	—	951
Outros	98	—	—	—	—	—	101	169
Total	37 289	2 992	—	707	—	114	132	41 234

53 — As contas do ano 2002 do BES não incluem resultados de transacções, realizadas com entidades em relação de domínio, que tenham sido apurados com critérios diferentes dos do mercado.

O Conselho de Administração: *António Luís Roquette Ricciardi*, presidente — *Ricardo Espírito Santo Silva Salgado*, vice-presidente — *Jean Gaston Pierre Marie Victor Laurent*, vice-presidente — *Mário Mosqueira do Amaral*, vogal — *José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva*, vogal — *António José Baptista do Souto*, vogal — *Jorge Alberto Carvalho Martins*, vogal — *Manuel António Gomes de Almeida Pinho*, vogal — *Yves Henri Camille Barsalou*, vogal — *Aníbal da Costa Reis de Oliveira*, vogal — *José Manuel Ferreira Neto*, vogal — *Manuel de Magalhães Villas-Boas*, vogal — *Manuel Fernando Moniz Galvão Espírito Santo Silva*, vogal — *Jackson Behr Gilbert*, vogal — *Manuel António Ribeiro Serzedelo de Almeida*, vogal — *José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi*, vogal — *Jean-Luc Louis Marie Guinoiseau*, vogal — *Gilles François Gramat*, vogal — *Rui Manuel Duarte Sousa da Silveira*, vogal — *Joaquim Aníbal Brito Freixial de Goes*, vogal — *Francisco Luís Murteira Nabo*, vogal — *Pedro José de Sousa Fernandes Homem*, vogal — *Ilídio da Costa Leite de Pinho*, vogal — *Herman Agneessens*, vogal — *Patrick Gérard Daniel Coudéne*, vogal — *Michel Victor François Vilatte*, vogal — *Mário Martins Adegas*, vogal — *Luís António Burnay Pinto de Carvalho Daun e Lorena*, vogal — *Lázaro de Mello Brandão*, vogal — *Ricardo Abecassis Espírito Santo Silva*, vogal — *Bernard Henri Georges De Wit*, vogal. — O Director do Departamento de Planeamento e Contabilidade, *Manuel José Dias de Freitas*.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de Dezembro de 2002 e 2001

(Montantes expressos em milhares de euros, excepto quando indicado)

1 — Actividade:

O Banco Espírito Santo, S. A. (Banco ou BES), é um banco comercial com sede em Portugal. Para o efeito possui as indispensáveis autorizações das autoridades portuguesas, bancos centrais e demais agentes reguladores para operar em Portugal e nos países onde actua através de sucursais financeiras internacionais.

As origens do BES remontam ao último quartel do século XIX, tendo iniciado a actividade como banco comercial em 1937, altura em que ocorreu a fusão do Banco Espírito Santo com o Banco Comercial de Lisboa da qual resultou o Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa. Por escritura pública de 6 de Julho de 1999 passou a adoptar a firma Banco Espírito Santo, SA.

O BES é uma sociedade anónima que se encontra cotada na Euronext. Até 31 de Dezembro de 2002, tinham sido admitidas à cotação na Bolsa de Valores de Nova Iorque 10 milhões de acções preferenciais da subsidiária Espírito Santo Overseas, Ltd., e na Bolsa de Valores de Londres 10 milhões de acções preferenciais da subsidiária BES Overseas, Ltd.

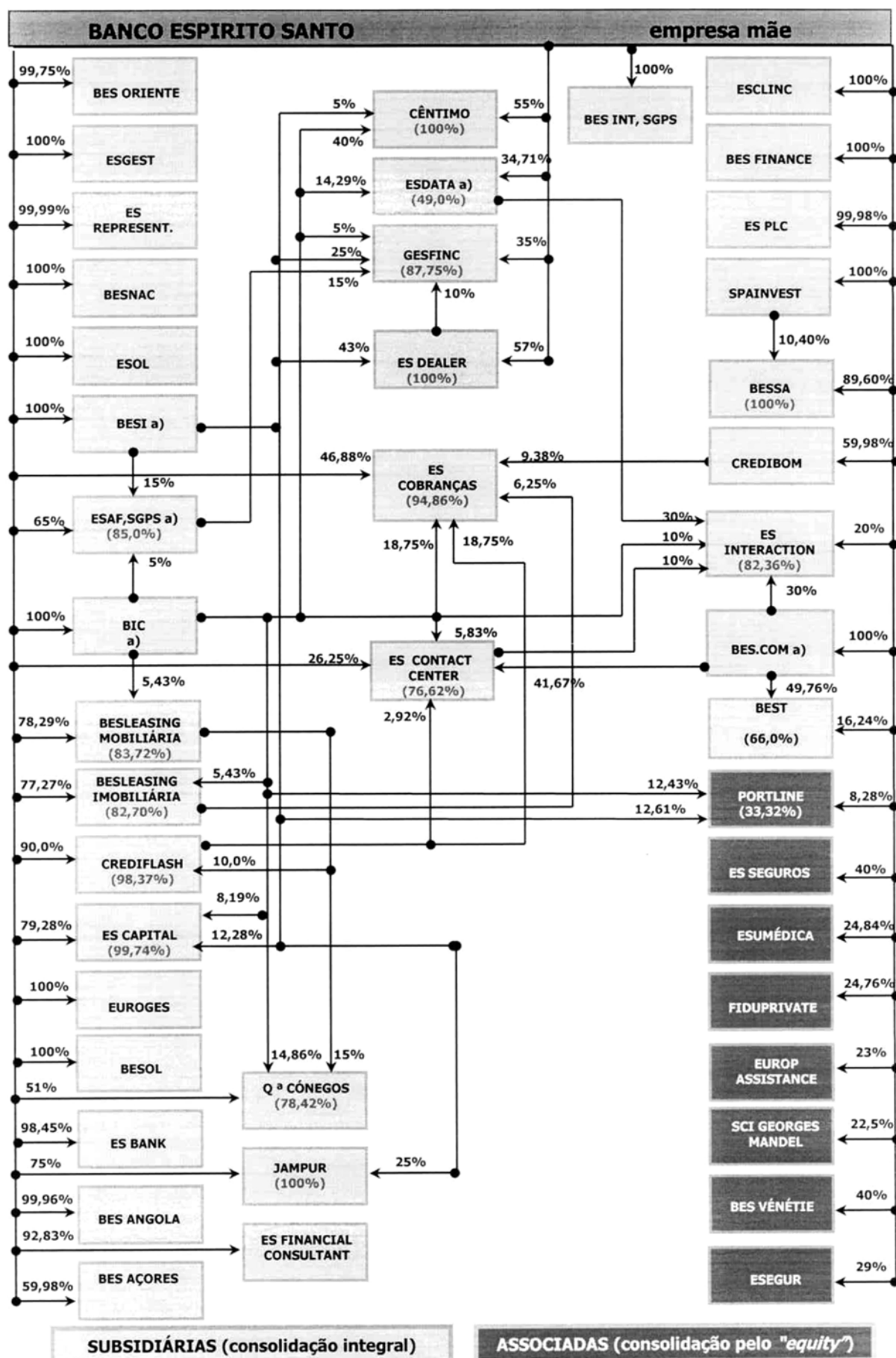
Desde 1992 o BES faz parte do Grupo Espírito Santo, pelo que as suas demonstrações financeiras são consolidadas pela Bespar, SGPS, S. A., com sede em Lisboa e pela Espírito Santo Financial Group, S. A. (ESFG), com sede no Luxemburgo.

O Banco dedica-se à obtenção de recursos de terceiros, sob a forma de depósitos ou outros, os quais aplica, conjuntamente com os seus recursos próprios, na concessão de crédito, em títulos e em outros activos, prestando ainda outros serviços bancários no país e no estrangeiro. Para o efeito dispõe de uma rede nacional de 469 balcões (31 de Dezembro de 2001: 482), de sucursais financeiras internacionais em Londres, Nova Iorque, Nassau, Lausana e Ilhas Caimão, de uma sucursal financeira exterior na Zona Franca da Madeira e de nove escritórios de representação no estrangeiro.

2 — Estrutura do Grupo:

O Banco, como núcleo de um Grupo financeiro (Grupo BES), detém participações em empresas subsidiárias e associadas. São consideradas empresas subsidiárias as que correspondem a investimentos de carácter duradouro cuja participação, directa ou indirecta no capital, seja superior a 50% ou, embora inferior àquele valor de participação, o Banco exerça uma posição de domínio e que possam ser consideradas, conjuntamente com o Banco, uma unidade de decisão. As empresas associadas são investimentos de carácter duradouro cuja participação do Banco no seu capital se situe entre 20% e 50% e em relação às quais não existe uma relação de domínio, mas apenas de complementaridade com as actividades do Banco, ou onde este exerça influência significativa na sua gestão. Nestas circunstâncias, o conjunto de subsidiárias e associadas do Banco exclui as empresas cuja participação, apesar de superior a 20%, não foi adquirida com o objectivo de intervenção na gestão dessas entidades ou relativamente às quais foi decidido proceder à sua alienação a curto prazo.

A estrutura do grupo de empresas nas quais o Banco detém uma participação directa ou indirecta, superior ou igual a 20%, e que foram incluídas no perímetro de consolidação, ilustra-se como segue:



(a) Ver a seguir decomposição de outras sociedades pertencentes ao universo dos subgrupos BIC, BESI, BESSA, ES AF, BES.COM, ES Data.

A decomposição da actividade e resultados do Grupo BES por segmento de negócio para os exercícios de 2002 e de 2001, é como se segue:

2002

	Banco		Aquisições a crédito	Gestão de activos	Factoring	Leasing	Outros	Eliminações/ ajustamentos	Consolidado
	Comercial (a)	Investimento							
Balanço:									
Activo	46 407 041	2 294 002	596 487	77 072	468 865	954 447	240 829	(9 804 920)	41 233 823
Disponibilidades	1 883 304	48 320	13 124	11 210	10 794	717	8 995	(135 721)	1 840 743
Aplicações em instituições de crédito	12 467 240	1 083 917	—	31 360	—	—	18 866	(7 935 263)	5 666 120
Crédito a clientes	23 124 535	418 417	568 327	507	453 946	911 895	—	(49 966)	25 427 661
Aplicações em títulos	4 644 721	505 221	—	11 168	1 801	17 494	3 921	(558 478)	4 625 848
Imobilizações	568 639	9 912	8 392	2 904	368	6 270	10 360	3 523	610 368
Participações financeiras	1 678 197	28 948	331	7 475	—	1 736	108 421	(864 957)	960 151
Outros activos	2 040 405	199 267	6 313	12 448	1956	16 335	90 266	(264 058)	2 102 932
Passivo	43 428 779	2 112 691	551 127	40 823	446 950	908 204	171 657	(8 427 888)	39 232 343
Recursos de instituições de crédito	11 000 118	1 320 745	497 390	2 880	377 402	737 543	53 314	(6 310 685)	7 678 707
Recursos de clientes	18 471 603	274 863	—	19 050	5 459	569	26 382	(130 270)	18 667 656
Títulos	9 418 645	239 410	—	—	28 000	122 000	—	(537 204)	9 270 851
Outros passivos	812 004	217 656	33 124	16 442	34 389	15 929	91 793	(249 695)	971 642
Provisões	374 662	5 081	11 613	2 445	1 700	13 163	168	4 620	413 452
Passivos subordinados	3 307 848	49 880	9 000	—	—	19 000	—	(1 689 929)	1 695 799
Interesses minoritários	43 899	5 056	—	6	—	—	—	485 275	534 236
Situação líquida	2 978 262	181 311	45 360	36 249	21 915	46 243	69 172	(1 377 032)	2 001 480
Capital e reservas	2 791 596	183 374	32 208	30 956	17 076	41 115	70 663	(1 387 969)	1 779 019
Resultado líquido	186 666	(2 063)	13 152	5 293	4 839	5 128	(1 491)	10 937	222 461
Conta de exploração:									
Resultado financeiro	647 312	82 934	51 395	679	6 961	19 259	455	(781)	808 214
— Provisões para riscos de crédito	186 294	5 045	19 244	(69)	1 357	4 107	(30)	8 337	224 285
= Resultado financeiro líquido	461 018	77 889	32 151	748	5 604	15 152	485	(9 118)	583 929
+ Comissões	206 167	27 959	22 908	29 241	4 310	(631)	1 662	(1 391)	290 225
+ Outros resultados de exploração líquidos	23 235	28 534	(4 611)	(59)	39	2 724	58 089	(7 580)	100 371
= Resultado de serviços	229 402	56 493	18 297	29 182	4 349	2 093	59 751	(8 971)	390 596
+ Rendimento de títulos	68 387	2 679	—	5	—	226	85	(60 642)	10 740
+ Resultados consolidados pelo método da equivalência patrimonial	186	(4 053)	—	(242)	—	—	(2 091)	6 277	77
+ Resultados de operações financeiras	110 592	(51 902)	2	(1 012)	—	5	17	70 024	127 726
— Provisões para depreciação de títulos	38 681	15 935	—	—	—	—	—	4 718	59 334
— Amortização do <i>goodwill</i>	—	—	—	—	—	—	—	—	—
= Resultado operacional antes dos custos de transformação	830 904	65 171	50 450	28 681	9 953	17 476	58 247	(7 148)	1 053 734
Custos com pessoal	222 134	27 934	7 023	10 579	1 346	3 603	50 464	—	323 083
Outros gastos administrativos	233 006	27 019	18 320	6 771	1 571	4 917	9 185	(35 912)	264 877
Amortizações	122 299	4 118	3 630	1 152	1 96	912	2 325	84	134 716
— Custos de transformação	577 439	59 071	28 973	18 502	3 113	9 432	61 974	(35 828)	722 676
= Resultado operacional	253 465	6 100	21 477	10 179	6 840	8 044	(3 727)	28 680	331 058
— Outras provisões	19 879	(960)	1 025	690	(115)	100	210	(23 593)	(2 764)
+ Resultados na alienação de participações financeiras	933	—	—	—	—	—	2 708	—	3 641
+ Outros resultados extraordinários	(37 437)	(2 828)	1 372	(732)	173	69	(407)	(4 440)	(44 230)
= Resultado antes de interesses minoritários e impostos	197 082	4 232	21 824	8 757	7 128	8 013	(1 636)	47 833	293 233
— Impostos	15 753	5 564	8 672	3 458	2 289	2 885	(145)	—	38 476
— Interesses minoritários	(5 337)	731	—	6	—	—	—	36 896	32 296
= Resultado líquido	186 666	(2 063)	13 152	5 293	4 839	5 128	(1 491)	10 937	222 461

	2001							Eliminações/ ajustamentos	Consolidado
	Banco		Aquisições a crédito	Gestão de activos	Factoring	Leasing	Outros		
	Comercial (a)	Investimento							
Balanço:									
Activo	43 865 503	2 193 697	540 074	77 986	418 370	1 089 625	129 103	(9 791 728)	38 522 630
Disponibilidades	2 008 116	160 503	12 352	10 147	37 700	6 266	5 925	(275 541)	1 965 468
Aplicações em instituições de crédito	11 046 858	732 925	—	37 027	—	—	10 008	(7 938 631)	3 888 187
Crédito a clientes	21 984 455	344 097	509 760	2 453	377 238	1 058 572	—	(12 496)	24 264 079
Aplicações em títulos	5 047 184	779 711	—	3 248	1 801	2 494	4 565	(483 122)	5 355 881
Imobilizações	576 190	13 598	8 966	3 596	520	6 545	7 460	3 577	620 452
Participações financeiras	1 589 958	37 364	331	9 351	—	1 735	65 347	(813 095)	890 991
Outros activos	1 612 742	125 499	8 665	12 164	1 111	14 013	35 798	(272 420)	1 537 572
Passivo	41 403 748	1 987 877	499 228	36 104	399 732	1 046 394	41 379	(8 295 516)	37 118 946
Recursos de instituições de crédito	11 414 835	1 186 625	444 994	707	342 589	874 101	11 191	(6 738 350)	7 536 692
Recursos de clientes	17 404 039	205 703	—	—	1 508	215	19 115	(235 840)	17 394 740
Títulos	8 800 305	304 675	—	—	22 500	122 000	—	(444 937)	8 804 543
Outros passivos	780 871	230 143	37 218	32 973	31 838	20 301	10 981	(205 887)	938 438
Provisões	323 997	4 859	8 016	2 417	1 297	10 777	92	34 249	385 704
Passivos subordinados	2 637 640	49 880	9 000	—	—	19 000	—	(1 272 227)	1 443 293
Interesses minoritários	42 061	5 992	—	7	—	—	—	567 476	615 536
Situação líquida	2 461 755	205 820	40 846	41 882	18 638	43 231	87 724	(1 496 212)	1 403 684
Capital e reservas	2 258 313	195 707	29 876	34 567	15 240	39 140	87 471	(1 454 339)	1 205 975
Resultado líquido	203 442	10 113	10 970	7 315	3 398	4 091	253	(41 873)	197 709
Conta de exploração:									
Resultado financeiro	640 056	13 749	41 715	76	5 901	17 832	621	(1 314)	718 636
– Provisões para riscos de crédito	128 361	2 782	10 686	—	1 701	3 371	—	(1 650)	145 251
= Resultado financeiro líquido	511 695	10 967	31 029	76	4 200	14 461	621	336	573 385
+ Comissões	185 530	32 115	17 466	29 848	3 888	(368)	1 874	3 296	273 649
+ Outros resultados de exploração líquidos	1 931	20 984	(962)	480	57	2 014	48 889	17 981	91 374
= Resultado de serviços	187 461	53 099	16 504	30 328	3 945	1 646	50 763	21 277	365 023
+ Rendimento de títulos	49 607	3 645	—	—	—	—	141	(43 500)	9 893
+ Resultados consolidados pelo método da equivalência patrimonial	5 490	(3 182)	—	1 566	—	—	(1 378)	3 024	5 520
+ Resultados de operações financeiras	99 870	15 608	—	(1 147)	1	40	(3)	1 585	115 954
– Provisões para depreciação de títulos	25 937	2 429	—	—	—	—	—	—	28 366
= Amortização do goodwill	828 186	77 708	47 533	—	—	—	—	—	—
– Resultado operacional antes dos custos de transformação	238 147	27 813	7 080	30 823	8 146	16 147	50 144	(17 278)	1 041 409
Custos com pessoal	219 646	27 158	19 998	6 467	1 549	3 400	36 065	(20 973)	320 521
Outros gastos administrativos	109 486	5 121	3 661	7 086	1 528	5 008	12 619	(6 494)	271 413
Amortizações	567 279	60 092	30 739	19 982	3 279	9 298	50 918	(27 467)	122 186
– Custos de transformação	260 907	17 616	16 794	10 841	4 867	6 849	(774)	10 189	714 120
= Resultado operacional	28 268	685	—	1 091	(299)	124	1 504	(154)	327 289
– Outras provisões	15	—	—	(80)	—	—	—	—	31 219
+ Resultados na alienação de participações financeiras	(14 366)	(1 638)	948	963	(54)	59	2 732	—	(65)
+ Outros resultados extraordinários	218 288	15 293	17 742	10 633	5 112	6 784	454	—	(11 356)
= Resultado antes de interesses minoritários e impostos	—	4 273	6 772	3 311	1 714	2 693	201	—	284 649
– Impostos	(4 744)	907	—	7	—	—	—	52 216	38 554
– Interesses minoritários	203 442	10 113	10 970	7 315	3 398	4 091	253	(41 873)	48 386
= Resultado líquido									197 709

(a) O segmento da Banca Comercial inclui também as sociedades emissoras de títulos.

A actividade e os principais accionistas das subsidiárias e associadas do BES são como segue:

Banca comercial:

O Banco Internacional de Crédito, S. A. (BIC), com sede em Lisboa, foi constituído em Janeiro de 1980. Presentemente opera através da sede e de uma rede de 121 balcões, de uma sucursal financeira exterior na zona franca da Madeira e uma sucursal financeira internacional nas Ilhas Caimão. A actividade do BIC abrange a generalidade das áreas do sector bancário com especial incidência nos mercados de crédito imobiliário e dos particulares de rendimentos elevados, bem como no mercado das médias e grandes empresas. Durante 1994 foi

lançado o projecto de crédito bonificado em conjugação com o BES e a Companhia de Seguros Tranquilidade, S. A. O capital do BIC é integralmente detido pelo BES. O BIC detém ainda uma participação de 100% no capital do BIC Internacional Bank, com sede nas Ilhas Caimão.

O Banco Espírito Santo, S. A. (BESSA), é um banco comercial sediado em Espanha e que opera actualmente através de uma rede de 32 balcões. O BES detém 100% do capital desta instituição financeira, sendo que 89,60% do capital são detidos directamente e os restantes 10,40% indirectamente através da Spainvest, S. A., subsidiária participada pelo BES em 100% com sede no Luxemburgo. Por sua vez, o BESSA possui participações superiores ou iguais a 50% nas seguintes entidades:

	Ano de constituição/ aquisição	Percentagem de participação efectiva		Sede	Objecto social
		BESSA	BES		
Espírito Santo Servicio, S. A.	1997	99,98	99,98	Espanha	Colocação de seguros.
Benito y Monjardin SVB, S. A.	2000	50,00	100,00	Espanha	Corretora.
Espírito Santo Activos Financieros, S. A.	2000	50,00	92,50	Espanha	Gestão de activos.
Espírito Santo Pensiones, SGFP	2001	100,00	100,00	Espanha	Gestão de fundos de pensões.

O Espírito Santo Bank, S. A. (ES Bank), com sede em Miami, é uma instituição financeira constituída em 1963 e integrava o universo de subsidiárias controladas pela ESFG. Durante o exercício de 2000, e tendo em vista uma maior integração com as demais unidades financeiras, esta instituição passou a integrar o universo do Grupo BES, sendo o Banco seu accionista maioritário com 98,45%. A sua actividade desenvolve-se na área dos clientes *private* com especial relevo para clientes da América Latina (Brasil e Venezuela).

O Banco Espírito Santo do Oriente, S. A. (BES Oriente), com sede em Macau, é uma instituição financeira que iniciou a sua actividade no exercício de 1996, a qual consiste no exercício das funções de crédito e a prática dos demais actos inerentes à actividade bancária. A participação do BES é de 99,75% e o restante capital da instituição é detido por diversos accionistas individuais.

O BEST — Banco Electrónico de Serviço Total, S. A., com sede em Portugal é um banco *on-line* especializado na gestão de activos financeiros que iniciou a actividade em 20 de Junho de 2001. Esta iniciativa resultou da parceria entre o BES e a Portugal Telecom (PT) sendo o capital social da sociedade, em 31 de Dezembro de 2002, de 43 000 milhares de euros (2001: 32 422 milhares de euros), dos quais 66% pertencem ao Grupo BES sendo o restante detido pela PT.

O Banco Espírito Santo de Angola, S. A. R. L. (BESA), é um banco de direito angolano constituído durante 2001. A sua actividade engloba todo o tipo de produtos e serviços bancários. A participação do BES é de 99,96% e o restante capital da instituição é detido por diversos accionistas individuais.

O Banco Espírito Santo dos Açores, S. A. (BAC), resultante da integração das unidades de negócio da Região Autónoma dos Açores do BES e da Caixa Económica da Misericórdia de Ponta Delgada, é um banco comercial com sede em Portugal, que iniciou a sua actividade em 1 de Julho de 2002. Para além do BES que detém actualmente

59,98%, participam ainda no capital desta entidade, entre outros, a Caixa Económica da Misericórdia (30%) e a Bensaúde Participações SGPS, S. A. (10%). Dispõe actualmente de uma rede de 12 balcões localizados na Região autónoma dos Açores.

A BES Internacional, SGPS, S. A. (BES INT, SGPS), detida a 100% pelo BES, tem por objecto social a gestão de participações sociais em outras sociedades. Em 31 de Dezembro de 2002 esta sociedade era detentora de 100% do Bank Espírito Santo International, Ltd. (BESIL), com sede nas Ilhas Caimão, pelo que o mesmo foi consolidado pelo método integral nas suas contas. Esta sociedade, que anteriormente pertencia ao ESFG, tem como actividade a comercialização de todo o tipo de produtos e serviços bancários.

O Banque Espírito Santo et de la Vénétie, S. A. (BES Vénétie), com sede em Paris, foi constituído em 1927 e tem como actividade principal a realização de todas as operações inerentes a um banco comercial, quer no mercado local quer internacional, com empresas francesas de média dimensão, bem como a prestação de serviços de consultoria financeira em aquisições envolvendo empresas e clientes privados portugueses. No decorrer do ano de 2002 o BES aumentou a sua participação de 21% para 40%. Para além do BES, participam ainda no capital desta entidade, entre outros, a ESFG (41,99%) e o Grupo Cardine (18%).

Banca de investimento:

O Banco Espírito Santo de Investimento, S. A. (BESI), com sede em Lisboa, foi criado em 1 de Abril de 1993 e actua principalmente na área da banca de investimentos, sendo, actualmente, o BES o seu único accionista. Para além das participações descritas no organigrama da estrutura do Grupo BES, o BESI detém participações iguais ou superiores a 50% nas seguintes entidades:

	Ano de constituição/ aquisição	Percentagem de participação efectiva		Sede	Objecto social
		BESI	BES		
Espírito Santo Securities, Inc.	1998	100,00	100,00	EUA	Compra e venda de títulos.
ESSI Comunicações SGPS, S. A.	1998	100,00	100,00	Portugal	Gestão de participações sociais.
Espírito Santo Investments, Plc.	1996	100,00	100,00	Irlanda	Cumpra e venda de títulos.
ESSI Investimentos SGPS, S. A.	1998	100,00	100,00	Portugal	Gestão de participações sociais.
ESSI SGPS, S. A.	1997	100,00	100,00	Portugal	Gestão de participações sociais.
Benito y Monjardin SVU, S. A.	2000	50,00	100,00	Espanha	Gestão de investimentos.
ESI Investimentos	1996	100,00	100,00	Brasil	Gestão de participações sociais.
Bes Investimentos — Brasil	2000	80,00	80,00	Brasil	Banco Investimento.

O BES Investimento (Brasil) por sua vez detém uma participação de 100% no capital da BES Securities (Sociedade Corretora).

A Espírito Santo PLC (ES PLC) é uma sociedade financeira (*non-bank finance company*), com sede em Dublin, na Irlanda, constituída em Janeiro de 1999, sendo o BES o seu accionista maioritário.

A Espírito Santo Dealer — Sociedade Financeira de Corretagem, S. A. (ES Dealer), é uma sociedade financeira de corretagem constituída em 1989, tendo o BES adquirido a sua participação em 1991. Para além do Banco que manteve a sua participação em 57%, a ES Dealer tem ainda como accionista o BESI (43%).

A Gesfinc — Espírito Santo Estudos Financeiros e de Mercado de Capitais, S. A., foi constituída em 1992 com o objectivo de proceder a estudos de *underwriting* e estudos sectoriais. Para além do BES (35%), são também accionistas desta empresa, entre outros, o BESI (25%), a ESAF SGPS (15%), a ES Dealer (10%) e o BIC (5%).

Crédito especializado:

A Crediflash — Sociedade Financeira para Aquisições a Crédito, S. A., é uma SFAC constituída em 1991, especializada na gestão

de cartões de crédito. Para além do BES, que detém uma participação de 90%, é também accionista desta entidade a BES Leasing Mobiliária com uma participação de 10%.

A Credibom — Sociedade Financeira para Aquisições a Crédito, S. A., é uma SFAC constituída em 1995, especializada no crédito ao consumo. Para além do BES, que detém uma participação de 59,98%, é também accionista desta entidade o Banque Sofinco com uma participação de 40,00%.

A Euroges — Aquisição de Créditos a Curto Prazo, S. A., é uma instituição financeira constituída no final de 1989 e cujo objecto social é a actividade de *factoring*. O BES adquiriu a sua primeira participação em 1991 e detém actualmente uma participação de 100%.

A BES Leasing Imobiliária — Sociedade de Locação Financeira, S. A., com sede em Lisboa, tem como objecto social a realização de operações de locação financeira imobiliária. Para além do BES, que detém uma participação de 77,27%, é também accionista desta empresa o BIC com uma participação de 5,43%.

A BES Leasing Mobiliária — Sociedade de Locação Financeira, S. A., com sede em Lisboa, tem como objecto social a realização de operações de locação financeira mobiliária. Para além do BES, que detém uma participação de 78,29%, é também accionista desta empresa o BIC com uma participação de 5,43%.

Gestão de activos:

A ESAF — Espírito Santo Activos Financeiros, SGPS, S. A. (ESAF SGPS), constituída no final de 1992, é a holding das sociedades gestoras de fundos de investimento mobiliário, imobiliário e de pensões do Grupo BES, bem como de sociedades de assessoria financeira, de gestão de fortunas e de distribuição de fundos. Para além do Banco, que detém actualmente 65% do capital social da sociedade, são também accionistas o BESI (15%), o Crédit Agricole (10%), a Companhia de Seguros Tranquilidade-Vida, S. A. (5%), e o BIC (5%). As principais sociedades pertencentes ao universo ESAF, SGPS apresentam-se como segue:

	Ano de constituição/ aquisição	Percentagem de participação efectiva		Sede
		ESAF — SGPS	BES	
Sociedades Gestoras de Fundos de Investimento Mobiliário:				
Espírito Santo Fundos de Investimento Mobiliário, S. A. (ESAF FIM)	1987	100,0	85,0	Portugal
Espírito Santo International Management, S. A. (ESAF IM)	1995	99,8	84,8	Luxemburgo
Sociedades Gestoras de Fundos de Investimento Imobiliário:				
Espírito Santo Fundos de Investimento Imobiliário, S. A. (ESAF FII)	1992	100,0	85,0	Portugal
Sociedades Gestoras de Fundos de Pensões:				
Espírito Santo Fundo de Pensões, S. A. (ESAF FP)	1989	100,0	85,0	Portugal
Sociedades de Assessoria e Consultoria Financeira:				
Capital Mais — Assessoria Financeira, S. A. (CMAF)	1998	100,0	85,0	Portugal
Espírito Santo International Asset Management, Ltd. (ESIAM)	1998	49,0	41,7	Ilhas Virgens Inglesas
Espírito Santo Activos Financieros, S. A.	2000	50,0	92,5	Espanha
Sociedade de Gestão de Fortunas:				
Espírito Santo Gestão de Patrimónios, S. A. (ESGP)	1987	100,0	85,0	Portugal
Sociedades Holding:				
ESAF — Holding GMBH	1997	100,0	85,0	Áustria
ESAF — Espírito Santo Participações Internacionais, SGPS, S. A.	1997	100,0	85,0	Madeira
Sociedade Gestora de Fundos de Fundos:				
ESAF — Capital Management, Ltd.	1997	100,0	85,0	Irlanda do Norte
Sociedade Distribuidora de Fundos:				
ESAF — International Distribntors, Ltd.	1997	100,0	85,0	Ilha do Homem
ESAF — International Distributors Associates, Ltd.	2001	100,0	85,0	Ilhas Virgens Inglesas

Em 31 de Dezembro de 2002 os activos sob gestão das empresas pertencentes ao universo ESAF SGPS, ascendia a 9056 milhões de euros (2001: 8506 milhões de euros).

A Espírito Santo Financial Consultants, S. A. (ESF Consultants), constituída em 1999, dedica-se fundamentalmente à gestão de patrimónios, sendo o BES o seu principal accionista com 92,83%.

Outras unidades operacionais de negócio:

A ES Capital — Sociedade de Capital de Risco, S. A. (ES Capital), e uma sociedade de capital de risco, adquirida em 1996 pelo BES, o qual detém uma participação de 79,28%. Para além do BES, esta sociedade tem ainda como accionistas, entre outros, o BIC (8,19%) e o BESI (12,28%).

A BES.COM SGPS, S. A. (BES.COM), constituída em Junho de 2000, é a holding operacional que integra todas as participações do Grupo BES na internet e que se propõe aproveitar as oportunidades emergentes da chamada «Nova Economia». O seu capital social é de 50 milhões de euros e é detido integralmente pelo BES. As principais sociedades pertencentes ao universo da BES.COM são as seguintes:

	Ano de constituição/ aquisição	Percentagem de participação efectiva		Sede	Objecto social
		BES.COM	BES		
BES.COM — Desenvolvimento Empresarial e					
Serviço de Gestão, S. A.	2000	100,00	100,00	Portugal	Prestação de serviços.
Clarity Incentive Systems, Inc.	2000	31,90	31,90	EUA	Processadora de cartões.
SGPICE — Sociedade de Serviços de Gestão	2001	33,30	33,30	Portugal	Gestão de portais na internet.
Quadriga — Telemática e Comunicações, S. A. ...	2000	46,50	46,50	Portugal	Produção de <i>software</i> .

A Jampur — Trading Internacional, Sociedade Unipessoal, L.^{da} (Jampur), é uma empresa detida em 75% pelo BES e em 25% pelo BESI, cuja actividade engloba todo o tipo de prestação de serviços de apoio e desenvolvimento a empresas no âmbito internacional. Em 31 de Dezembro de 2002 esta sociedade detinha 100% da Gespar S/C, L.^{da} (Gespar), com sede no Brasil. Esta sociedade, cujo objecto social consiste na participação em outras sociedades, foi integralmente consolidada na Jampur.

A Quinta dos Cónegos — Sociedade Imobiliária, S. A. (Quinta dos Cónegos), tem por objecto social a compra e venda de imóveis, bem como a prestação de serviços conexos com o desenvolvimento do seu objecto social. A participação do Grupo BES nesta sociedade iniciou-se em Maio de 1997, sendo actualmente os seus principais accionistas o BES (51%), a Besleasing Mobiliária (15%), o BIC (14,9%), a Companhia de Seguros Tranquilidade-Vida, S. A. (19%), e a Finges, S. A. (0,1%).

A ES Interaction — Sistemas de Informação Interactiva, S. A. (ES Interaction), constituída em Dezembro 2000, tem como objecto social a concepção, desenvolvimento e comercialização de sistemas de informação interactivos, bem como a prestação de serviços de consultoria, formação, gestão de projectos, desenvolvimento, implementação e suporte de sistemas informáticos e de comunicações. Para além do BES (20%), são também accionistas desta sociedade a BES.COM (30%), a ESDATA (30%), o BIC (10%) e a ES Contact Center (10%).

A Interatlântico, S. A. (ou IASA), com sede no Brasil passou, em 2001, a ter como accionista único o BES. Durante o ano de 2002 concluiu-se o processo de reestruturação da IASA que passou pela concentração no BES da totalidade da participação no Banco Bradesco S. A. (3,29%), e pela alienação de 81% da participação do BES no capital da IASA. Actualmente o BES detém uma participação de 19% dos direitos de voto e 12,4% do interesse económico nesta sociedade (v. nota n.º 9).

Sociedades emissoras de títulos:

A Espírito Santo Overseas, Ltd. (ESOL), com sede nas Ilhas Caimão, foi constituída em Outubro de 1993 com um capital de 1000 dólares dos Estados Unidos da América (US\$), representado por 1000 acções ordinárias, com o valor unitário de US\$ 1, integralmente subscrito e realizado pelo BES. Até 31 de Dezembro de 2002, de acordo com o objectivo para que foi constituída, a ESOL procedeu à emissão nos Estados Unidos da América de 10 milhões de acções preferenciais, garantidas pelo BES, sem direito a voto, no montante global de US\$ 250 milhões, integralmente subscritas e realizadas por terceiros (v. nota n.º 22). Em consequência, o BES, embora detenha 100% dos

direitos de voto da ESOL, possui apenas uma participação de capital equivalente a 0,0004%.

O Banco Espírito Santo North America Capital Corporation (BESNAC), delido integralmente pelo BES, é uma empresa com sede nos Estados Unidos da América, constituída em 1990 com o objectivo de proceder à emissão de papel comercial naquele país.

O BES Overseas, Ltd. (BESOL), com sede nas Ilhas Caimão, foi constituído em Setembro de 1996 com um capital de US\$ 1000 representado por 1000 acções ordinárias, com o valor unitário de US\$ 1, integralmente subscrito e realizado pelo BES. Em Novembro de 1990, de acordo com o objectivo para que foi constituído, a BESOL procedeu à emissão em Inglaterra de 10 milhões de acções preferenciais, garantidas pelo BES, sem direito a voto, no montante global de US\$ 250 milhões, integralmente subscritas e realizadas por terceiros (v. nota n.º 22). Em consequência, o BES, embora detenha 100% dos direitos de voto do BESOL, possui apenas uma participação de capital equivalente a 0,0004%.

A BES Finance, Ltd., com sede nas Ilhas Caimão, foi constituída em 1997 com um capital de 50 000 dólares americanos representado por 50 000 acções ordinárias de valor unitário de 1 dólar americano. Durante o ano de 2002, procedeu-se a um aumento de capital no valor de 100 000 euros através da emissão de 100 000 acções ordinárias com valor nominal de 1 euro. Em simultâneo foi feito o cancelamento das 50 000 acções ordinárias de valor unitário de 1 dólar americano. Nesta data o capital foi integralmente realizado e subscrito pelo BES. Em Fevereiro de 1997, esta sociedade lançou uma *offering* circular, segundo a qual e de acordo com o programa de Euro Medium Term Notes (EMTN), poderá periodicamente emitir obrigações até um valor nominal agregado de 7000 milhões de euros. Estas obrigações podem ser denominadas em qualquer moeda, sendo incondicionalmente garantidas pelo BES. Até 31 de Dezembro de 2002, o conjunto das emissões ao abrigo do programa EMTN, acima referido totaliza 5266 milhões de euros, cujos detalhes constam nas notas n.ºs 17 e 21.

Sociedades de serviços auxiliares e de *outsourcing*:

A Espírito Santo Data SGPS, S. A. (ESDATA), é uma sociedade gestora de participações sociais cujos investimentos se concentram em empresas especializadas na concepção, desenvolvimento e comercialização de sistemas informáticos. Para além do BES, que detém uma participação de 34,71%, são também accionistas desta empresa, a GESTRES (23,94%), a Companhia de Seguros Tranquilidade-Vida, S. A. (27,05%) e o BIC (14,29%). A ESDATA detém participações nas seguintes sociedades:

	Ano de constituição/ aquisição	Percentagem de participação efectiva		Sede	Método de consolidação
		ESDATA	Grupo BES		
Espírito Santo Inovation, S. A.	—	100,00	100,00	Portugal	Integral.
OBLOG Software, S. A.	—	66,30	32,50	Portugal	Equivalência patrimonial.
IS Interaction, S. A.	—	30,00	85,35	Portugal	Integral.

A Esgest — Espírito Santo Gestão de Instalações, Aprovisionamento e Comunicações, S. A., foi constituída em finais de 1995 com uma participação de 100% do BES e tem como actividade principal a prestação de serviços relacionados com economato, gestão de frotas, gestão e manutenção de imóveis, comunicações e outras actividades conexas.

A Esumédica — Prestação de Cuidados Médicos, S. A., é uma empresa que se dedica à prestação de cuidados médicos, no âmbito da medicina do trabalho. Para além do Banco (24,84%) é também accionista desta empresa, entre outros, a Companhia de Seguros Tranquilidade-Vida, S. A. (75%).

A Cêntimo — Sociedade de Serviços, L.^{da}, é uma empresa de guarda e de gestão de títulos e tem como accionistas o BES (55%), o BIC (40%) e o BESI (5%).

A Espírito Santo Cobranças, S. A. (ES Cobranças), é uma empresa constituída em 1998 e tem como actividade principal a prestação de serviços tendentes à recuperação de créditos vencidos. Para além do BES (46,88%), são também accionistas desta empresa, o BIC (18,75%), a Crediflash (18,75%), a Credibom (9,38%) e a BES Leasing Imobiliária (6,25%).

A Espírito Santo Representações (ES Represent.) está sediada na cidade de São Paulo e foi adquirida em 1996 pelo Banco que detém o capital na sua quase totalidade (99,99%). Tem como actividade principal a representação do BES no Brasil.

A Espírito Santo e Comercial de Lisboa, Inc (ESCLINC), sediada em Newark (New Jersey), foi adquirida em 1997 pelo BES (100%), e

tem como actividade principal a representação do BES junto do mercado onde opera.

A Fiduprivat — Sociedade de Serviços, Consultadoria, Administração de Empresas, S. A. com sede na Zona Franca da Madeira, foi constituída em Julho de 1994 e tem como objecto social a prestação de serviços de consultoria a empresas. Para além do BES, que detém uma participação de 24,76%, é também accionista desta empresa a Companhia de Seguros Tranquilidade-Vida, S. A. (75%).

A Société Civile Immobilière du 45 Avenue Georges Mandel (SCI Georges Mandel), constituída em Fevereiro de 1995, com sede em Paris, tem por objecto a aquisição, construção e gestão de imóveis. Para além do BES, que detém uma participação de 22,5%, é também accionista o BES Vénétie (77,5%).

A Espírito Santo Prestação de Serviços, ACE (ES ACE), é um agrupamento complementar de empresas tendo iniciado a sua actividade em 1998. O seu objecto social consiste na prestação de serviços informáticos, de aprovisionamento, de conservação e manutenção de bens móveis, de equipamento e imóveis pertencentes aos membros agrupados (BES, BIC, BESI, BEST e BAC).

A Espírito Santo Contact Center, Gestão de Call Centers, S. A. (ES Contact center) é uma empresa constituída em Junho de 2000 que se dedica, em exclusivo, à gestão dos *call centers*, que suportam a actividade da banca telefónica dos seus associados. Os principais accionistas são o BES (26,25%), a BES.COM (41,67%), a Companhia de Seguros Tranquilidade-Vida (20,42%), o BIC (5,83%) e a Crediflash (2,92%).

A Esegur — Espírito Santo Segurança, S. A. (Esegur), foi constituída em 1994 e tem como actividade principal a prestação de serviços de segurança privada. Em 31 de Dezembro de 2002, os accionistas da Esegur eram a CGD (40%), o BES (29%), os CTT Correios de Portugal, S. A. (20%) e a GESTRES — Gestão Estratégica Espírito Santo, S. A. (11%).

A Portline, Transportes Marítimos Internacionais, S. A. (Portline) é uma empresa constituída em Outubro de 1984, que se dedica aos transportes marítimos internacionais. Os principais accionistas desta empresa são a Credicapital Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A. (66,67%), o BES (12,62%), o BIC (12,43%) e o BES (8,28%).

Seguros:

A Europ Assistance — Companhia Portuguesa de Seguros de Assistência, S. A., constituída em 1993, actua na área de assistência ao domicílio e tem como accionistas o BES (23%) e a Companhia de Seguros Tranquilidade-Vida (24%).

A Espírito Santo, Companhia de Seguros, S. A. (ES SEGUROS) iniciou a sua actividade no ano de 1996 e tem como objectivo desenvolver a actividade seguradora de cobertura de riscos patrimoniais dos clientes do Grupo BES. Tem como accionistas o BES (40%), a Bespar (35%) e a Companhia de Seguros Tranquilidade, S. A. (24,99%).

Os dados financeiros mais significativos, extraídos das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2002 e 2001 das subsidiárias do BES acima referidas, após reclassificações e ajustamentos para efeitos de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, são como segue:

Empresas subsidiárias	Total do activo		Total do passivo		Situação líquida		Proveitos		Resultado	
	2002	2001	2002	2001	2002	2001	2002	2001	2002	2001
BIC (a)	7 974 302	8 157 564	7 702 053	7 900 276	272 249	257 288	644 488	608 350	49 640	51 993
BESI (a)	869 950	850 503	713 428	688 063	156 522	162 440	751 014	405 873	2 764	2 088
BESSA (a)	2 981 194	2 355 586	2 951 415	2 262 084	29 779	93 502	348 052	374 756	2 105	(1 724)
Spainvest	18 209	18 941	—	—	18 209	18 941	—	—	(51)	—
BES Oriente	118 845	171 645	92 236	141 595	26 609	30 050	10 073	16 639	1 358	162
BES Leasing Imobiliário	566 637	462 459	547 098	445 337	19 539	17 122	29 609	26 646	4 197	3 002
BES Leasing Mobiliário	387 810	627 166	361 106	601 057	26 704	26 109	30 768	44 750	931	1 089
Creditflash	124 639	122 177	108 901	107 910	15 738	14 267	41 977	37 012	4 032	2 841
Credibom	471 848	417 897	442 226	391 318	29 622	26 579	95 283	79 348	9 120	8 129
ESAF, SGPS (a)	60 265	60 067	31 485	28 188	28 780	31 879	47 099	45 351	7 741	11 261
ESDATA	10 576	11 623	1 681	2 862	8 895	8 761	7 358	9 123	204	200
ESGEST	245	274	50	89	195	185	525	632	1	7
Cêntimo	423	388	123	106	300	282	368	357	18	8
BEST	186 908	149 442	157 961	120 394	28 947	29 048	6 821	2 117	(10 679)	(3 374)
Gesfinc	166	227	9	18	157	209	113	6	(52)	(122)
ES Represent.	140	105	134	96	6	9	281	409	1	(1)
ESCLINC	995	1 253	—	2	995	1 251	644	745	65	48
ESOL	251 126	285 884	12 151	1 802	238 975	284 082	25 062	30 711	240	177
BESNAC	1 043	1 237	962	1 144	81	93	72	2 732	2	4
BESOL	239 986	285 729	1 046	1 463	238 940	284 266	9 159	28 585	50	11

Empresas subsidiárias	Total do activo		Total do passivo		Situação líquida		Proveitos		Resultado	
	2002	2001	2002	2001	2002	2001	2002	2001	2002	2001
ESACE	4 544	2 296	4 544	2 296	—	—	30 367	14 312	—	—
ES Cobranças	11 515	9 297	10 714	7 834	801	1 463	5 109	4 615	—	663
BES Finance	5 397 722	5 162 375	5 397 099	5 161 864	623	511	211 593	210 851	168	152
Euroges	468 865	418 370	446 950	399 732	21 915	18 638	30 674	28 491	4 839	3 398
ES Dealer	119 663	33 755	113 319	27 286	6 344	6 469	9 495	14 614	(125)	(1 353)
ES Capital	38 849	37 255	6 539	6 122	32 310	31 133	4 773	4 585	2 926	2 164
ESPLC	214 470	535 721	209 248	519 942	5 222	15 779	67 667	52 647	3 442	15 554
BESCOM (a)	59 842	59 161	25 944	18 777	33 898	40 384	2 831	7 723	(3 538)	(2 509)
ES Bank (a)	497 068	465 992	463 729	425 603	33 339	40 389	25 168	33 503	1 640	4 863
ES Contact Center	5 079	5 998	2 442	2 457	2 637	3 541	8 218	9 447	(905)	52
ES Interaction	1 367	1 089	667	535	700	554	2 597	2 246	176	54
BES Angola	67 232	11 347	58 803	—	8 429	11 347	5 985	—	1 062	—
ES Financial Consultants	2 528	1 722	481	301	2 047	1 421	2 384	2 072	(373)	(386)
BES Açores (b)	205 291	—	179 959	—	25 332	—	7 689	—	1 151	—
BES International, SGPS (a) (b)	157 714	—	82 714	—	75 000	—	—	—	—	—
Jampur (a) (b)	101 499	—	116 800	—	(15 301)	—	—	—	—	—
Quinta dos Cónegos (b)	4 362	—	1672	—	2 690	—	—	—	—	—
Contribuição bruta das subsidiárias	21 622 917	20 724 545	20 245 689	19 266 553	1 377 228	1 457 992	2 463 316	2 099 248	82 150	98 451
Contribuição das associadas	—	—	—	—	1 121	4 334	77	5 520	77	5 520
Contribuição do BES	29 415 826	27 589 834	27 414 542	26 147 921	2 001 284	1 441 913	4 538 845	5 653 172	129 374	141 140
Eliminações líquidas/outros ajustamentos	(9 804 920)	(9 791 749)	(8 962 124)	(8 911 064)	(1 378 153)	(1 500 555)	(614 063)	(631 364)	43 156	984
Total consolidado antes de interesses minoritários	41 233 823	38 522 630	38 698 107	36 503 410	2 001 480	1 403 684	6 388 175	7 126 576	254 757	246 095
Interesses minoritários	—	—	534 236	615 536	—	—	—	—	(c) (32 296)	(c) (48 386)
Total consolidado	41 233 823	38 522 630	39 232 343	37 118 946	2 001 480	1 403 684	6 388 175	7 126 576	222 461	197 709

(a) Dados financeiros consolidados das entidades referidas. Os dados da BES COM não incluem o BEST.

(b) Empresas incluídas no perímetro de consolidação em 2002 (compra/constituição ou alteração do método de consolidação).

(c) Inclui o dividendo pago pelo Grupo BES relativamente a acções preferenciais (v. nota n.º 22).

3 — Bases de apresentação, princípios de consolidação e principais políticas contabilísticas:

3.1 — Bases de apresentação:

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco agora apresentadas reportam-se a 31 de Dezembro de 2002 e 2001 e foram preparadas em conformidade com os princípios contabilísticos estabelecidos no Plano de Contas para o Sector Bancário, e outras disposições emitidas pelo Banco de Portugal, na sequência da competência que lhe foi atribuída pelo Decreto-Lei n.º 91/90, de 17 de Março.

As demonstrações financeiras das sucursais financeiras internacionais e exteriores são agrupadas ao nível do Banco. Todos os saldos e transacções entre a sede e as sucursais foram eliminados no âmbito do processo de agregação das respectivas demonstrações financeiras, sendo as mesmas convertidas para euros, com base nos câmbios à vista em vigor em 31 de Dezembro de 2002 e 2001.

3.2 — Princípios de consolidação:

As demonstrações financeiras consolidadas reflectem os activos, passivos e resultados do BES e das suas subsidiárias, bem como os resultados atribuíveis às participações financeiras em empresas associadas, relativamente aos anos findos em 31 de Dezembro de 2002 e 2001. Estas demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as disposições do Decreto-Lei n.º 36/92 de 28 de Março.

As demonstrações financeiras das subsidiárias e associadas com sede no estrangeiro foram preparadas com base nos respectivos registos contabilísticos estatutários, processados em conformidade com o normativo local vigente. Neste contexto, procedeu-se à uniformização dos critérios contabilísticos de base observada pelas entidades consolidantes, sempre que tal foi julgado necessário, aplicável ou materialmente relevante.

A consolidação das empresas subsidiárias foi efectuada segundo o método integral nas situações em que se verifique uma relação de domínio por parte do Banco (v. nota n.º 2). Os saldos e as transacções de maior significado apurados entre as empresas objecto de consolidação, incluindo os correspondentes custos e proveitos, foram eliminados no processo de consolidação. O valor correspondente à participação de terceiros nas empresas subsidiárias é apresentado na rubrica de interesses minoritários (v. nota n.º 22). Nas contas consolidadas, as participações do Banco em empresas subsidiárias excluídas da consolidação integral no âmbito do Decreto-Lei n.º 36/92, tendo em atenção a diferente natureza da sua actividade face à actividade do Banco, e em empresas associadas encontram-se valorizadas segundo o método de equivalência patrimonial, correspondendo o seu valor a uma percentagem do capital, reservas e resultados, equivalente à participação do BES nessas empresas.

As demonstrações financeiras das empresas subsidiárias e associadas denominadas em moeda estrangeira foram convertidas para euros, com base nos câmbios à vista em vigor em 31 de Dezembro de 2002 e 2001. As diferenças cambiais resultantes da conversão para euros, da situação patrimonial do início do ano à taxa oficial da data do balanço, são registadas contra reservas.

Os investimentos em empresas subsidiárias e associadas consolidadas pelo método integral ou pelo método da equivalência patrimonial, denominados em moeda estrangeira, são convertidos ao câmbio do final do exercício. A diferença entre este último câmbio e o da data de aquisição foi, até 31 de Dezembro de 2001, apresentada no balanço consolidado na rubrica de Contas de regularização Flutuação de valores (v. notas n.ºs 9 e 14). Em 31 de Dezembro de 2002, aquela diferença cambial passou a estar reflectida em reservas.

As diferenças positivas e negativas, calculadas à data da aquisição ou da primeira consolidação, entre o custo de aquisição e o valor patrimonial equivalente das empresas subsidiárias e associadas (diferenças de consolidação e de reavaliação — *goodwill* e *goodwill* negativo) são contabilizadas por contrapartida das rubricas de reservas e resultados transitados.

O valor acumulado líquido das diferenças de consolidação e reavaliação anulado por contrapartida de reservas e resultados transitados ascendeu, em 31 de Dezembro de 2002, a 253 377 milhares de euros (v. nota n.º 23), dos quais 34 261 milhares de euros resultaram de aquisições ou de primeiras consolidações efectuadas no exercício de 2002.

As participações em empresas não incluídas no perímetro de consolidação do Grupo BES, por não serem consideradas subsidiárias nem associadas, registam-se nas contas consolidadas de acordo com o critério definido na nota n.º 3.3 alínea e).

3.3 — Resumo das principais políticas contabilísticas:

a) *Especialização de exercícios.* — O Banco e as suas subsidiárias seguem o princípio contabilístico da especialização de exercícios em

relação à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras, nomeadamente no que se refere aos juros das operações activas e passivas que são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou cobrança. Porém, nos casos em que as operações se encontrem vencidas há mais de 30 dias (90 dias no caso de terem garantias reais) ou, embora não vencidas, existam dúvidas razoáveis relativamente à sua cobrabilidade, o Banco e as suas subsidiárias suspendem a contagem dos juros correspondentes, os quais apenas são reconhecidos em proveitos se e quando recebidos.

b) *Operações em moeda estrangeira.* — As operações em moeda estrangeira são registadas de acordo com os princípios do sistema *multi-currency*, sendo cada operação registada exclusivamente em função das respectivas moedas. Este método prevê que todos os saldos expressos em moeda estrangeira (i.e., moedas fora da zona euro), excepto notas e moedas, sejam convertidos para euros com base no câmbio indicativo do dia para operações à vista, divulgado pelo Banco de Portugal.

Na data da sua contratação, as compras e vendas de moeda estrangeira à vista e a prazo são imediatamente registadas na posição cambial. Sempre que estas operações conduzam a variações dos saldos líquidos das diferentes moedas, há lugar à movimentação das contas de posição cambial, à vista ou a prazo, cujo conteúdo e critério de reavaliação são como segue:

Posição cambial à vista:

A posição cambial à vista em cada moeda é dada pelo saldo líquido dos activos e passivos dessa moeda, excluindo a posição cambial à vista coberta por operações a prazo e adicionando os montantes das operações à vista a aguardar liquidação e das operações a prazo que se vençam nos dois dias úteis subsequentes. A posição cambial à vista é reavaliada diariamente com base nos câmbios indicativos do dia divulgados pelo Banco de Portugal, dando origem à movimentação da conta de posição cambial (moeda nacional), por contrapartida de custos ou proveitos.

Posição cambial a prazo:

A posição cambial a prazo em cada moeda é dada pelo saldo líquido das operações a prazo aguardando liquidação e que não estejam a cobrir a posição cambial à vista, com exclusão das que se vençam dentro dos dois dias úteis subsequentes. Todos os contratos relativos a estas operações (*currency forward*) são reavaliados às taxas de câmbio a prazo do mercado ou, na ausência destas, através do seu cálculo com base nas taxas de juro aplicáveis ao prazo residual de cada operação. As diferenças para os contravalores em euros às taxas contratadas representam o proveito ou o custo da reavaliação da posição a prazo, sendo registadas numa conta de reavaliação da posição cambial por contrapartida de custos ou proveitos.

c) *Instrumentos financeiros derivados.* — O Banco classifica os instrumentos financeiros derivados em função da sua intenção de negociação ou para outros fins que não de negociação (cobertura). Os instrumentos financeiros derivados utilizados para efeitos de cobertura do risco inerente a operações de negociação são classificados como operações de negociação.

Os instrumentos financeiros derivados utilizados para fins de cobertura, identificados como tal no início do contrato, destinam-se à eliminação ou redução substancial da exposição ao risco de mercado ou à modificação dos perfis de exposição ao risco de variação da taxa de juro inerente a determinados elementos activos, passivos, fluxos de caixa ou extrapatrimoniais.

Os instrumentos financeiros derivados são classificados como de cobertura, desde que cumpram, cumulativamente, as condições seguintes:

A posição a ser coberta esteja identificada e exponha o Banco ao risco de prejuízos resultantes de potenciais alterações de taxas de juro, preço e risco de crédito a que determinados activos, passivos, elementos extrapatrimoniais ou fluxos financeiros possam estar sujeitos;

Estejam especificamente qualificados como de cobertura na documentação interna do Banco;

Que as alterações de valor do instrumento financeiro derivado estejam correlacionadas com alterações de sinal oposto no valor da posição coberta, de tal forma que o mesmo se tome eficaz como elemento de cobertura, eliminando ou reduzindo substancialmente o risco de perda na posição coberta, desde o início do contrato e até ao seu vencimento.

Se um instrumento financeiro derivado, classificado como de cobertura, for vendido ou abandonado antes do seu vencimento, o ganho ou a perda realizada é reconhecido por contrapartida de proveitos ou custos. Se o elemento coberto for vendido ou abandonado, ou a cobertura deixar de ser efectiva, o correspondente instrumento derivado é imediatamente reclassificado para a carteira de negociação.

Os resultados obtidos nos contratos de cobertura são relevados de acordo com o mesmo princípio que for seguido para os resultados de sinal oposto dos elementos cobertos.

Os instrumentos financeiros derivados que não cumpram com os requisitos anteriormente mencionados são contabilizados como posições de negociação.

Os ganhos ou perdas nos instrumentos financeiros derivados são reconhecidos conforme abaixo mencionado para cada tipo de instrumento:

Operações de permuta de divisas (*currency swaps*):

As operações de permuta de moeda (*currency swaps*) e as operações da posição cambial à vista cobertas por operações a prazo, destinadas à eliminação ou redução substancial do risco inerente aos activos e passivos (operações de cobertura), não são consideradas na reavaliação das posições à vista e a prazo. Os prémios e os descontos destas operações são amortizados até à data do seu vencimento por contrapartida de custos ou proveitos.

Operações de IRS, CIRS, Equity Swaps, Credit Default Swaps e FRA:

As operações referidas permanecem registadas nas rubricas extrapatrimoniais pelo seu valor nocional até ao seu vencimento, sendo classificadas de acordo com a sua intenção de negociação ou cobertura.

As operações de negociação, incluindo operações inicialmente classificadas como sendo de cobertura transferidas para a carteira de negociação por deixarem de cumprir os requisitos necessários à sua classificação como tal, são valorizadas ao seu valor de mercado, sendo os resultados inerentes a estas operações reconhecidos como custos e proveitos do exercício.

As operações destinadas à gestão do risco inerente aos activos e passivos (operações de cobertura) são valorizadas e reconhecidas em resultados de acordo com o critério aplicável aos elementos cobertos.

Futuros:

As posições de negociação em contratos de futuros transaccionados em mercados organizados são registadas nas rubricas extrapatrimoniais pelo seu valor nocional e são valorizadas com base nas cotações de mercado, sendo que as perdas e os ganhos, realizados e não realizados (proveito ou custo necessário ao encerramento das posições), são relevados em resultados do exercício.

Opções cambiais, taxa de juro, sobre cotações e sobre *swaps* (*currency options, interest rate options, equity options e swaption*) e contratos de garantia de taxa de juro (*interest rate caps and floors*):

Contratos de opções transaccionados em mercados organizados:

Os contratos de opções cambiais, de taxa de juro e sobre cotações permanecem registados nas rubricas extrapatrimoniais pelo seu valor nocional até ao seu vencimento. Estes contratos são valorizados com base nas cotações de mercado sendo as perdas e os ganhos decorrentes da reavaliação diária relevados em resultados do exercício.

Contratos de opções transaccionados em mercado de balcão (OTC):

Os contratos de opções cambiais, de taxa de juro, sobre cotações e sobre *swaps* e os contratos de garantia de taxa de juro permanecem registados nas rubricas extrapatrimoniais pelo seu valor nocional até ao seu vencimento.

Os prémios relativos aos contratos de opções são contabilizados na rubrica de contas de regularização até à data de exercício, venda ou abandono da opção, momento em que são reconhecidos em resultados. Estes contratos são avaliados utilizando um adequado sistema prudente de valorização, sendo registados em resultados o ganho ou perda potencial determinados com base no valor de mercado.

Os contratos de opções de cobertura são valorizados e reconhecidos em resultados de acordo com o critério aplicável aos elementos cobertos.

d) Obrigações, acções e outros títulos de rendimento fixo e variável e acções próprias:

Títulos de negociação:

São considerados títulos de negociação aqueles que são adquiridos com o objectivo de venda dentro de um prazo que não poderá exceder os seis meses (v. nota n.º 8).

As obrigações e outros títulos de rendimento fixo são valorizadas com base na cotação de mercado, acrescida dos juros corridos e não cobrados. As obrigações não cotadas encontram-se valorizadas ao custo de aquisição ou ao valor estimado de realização, dos dois o menor, acrescido de juros corridos, calculados à taxa de juro nominal. As diferenças de valorização e os juros são registados como proveitos ou custos do exercício.

As acções e outros títulos de rendimento variável são registadas ao valor de mercado ou, na sua ausência, ao menor dos valores de aquisição ou presumível de mercado. As mais e menos-valias apuradas nas acções que integram a composição dos índices da Euronext Lisboa, ou que, sendo negociadas em outras bolsas de valores, apresentem liquidez adequada, são directamente registadas nas contas de resultados. As mais e menos-valias apuradas em outros títulos são diferidas em balanço, sendo que as menos-valias potenciais são integralmente provisionadas por contrapartida de resultados.

Títulos de investimento:

Os títulos de investimento são aqueles que são adquiridos com o objectivo de venda mas cuja retenção, em regra, ultrapassa seis meses (v. nota n.º 8), ou que, apesar de ser intenção do Banco mantê-los na sua carteira até à data de reembolso, não observam as condições para serem classificados como títulos a vencimento.

As obrigações e outros títulos de rendimento fixo são apresentados ao custo de aquisição. A diferença entre o custo de aquisição e o valor nominal dos títulos, que constitui o prémio ou desconto verificado aquando da compra, é amortizada de modo escalonado pelo período que decorre até à data de vencimento dos títulos, por contrapartida de resultados. Os juros corridos são relevados como proveitos e apresentados na rubrica de contas de regularização do activo.

A diferença, quando positiva, entre o valor de aquisição e o correspondente valor de mercado ou, na sua ausência, o presumível valor de realização, é totalmente provisionada por contrapartida de resultados. O valor dos títulos com capitalização automática de juros incorpora a respectiva especialização.

As acções e outros títulos de rendimento variável são registadas ao custo de aquisição, sendo a diferença quando positiva, entre este custo e o valor de mercado, ou na sua ausência, o valor estimado de realização, totalmente provisionada por contrapartida de resultados.

A transferência de acções da carteira de investimento para participações financeiras é efectuada ao respectivo valor de balanço.

Títulos vencidos:

As perdas potenciais relacionadas com as obrigações vencidas, são provisionadas de acordo com os critérios utilizados para o crédito vencido sem garantia nos termos do aviso n.º 3/95, de 30 de Junho, do Banco de Portugal (v. notas n.ºs 8 e 20).

Acções próprias:

As acções próprias são registadas na respectiva rubrica de balanço (activo), como títulos de negociação e são contabilizadas ao respectivo valor de mercado. As mais e menos-valias apuradas são directamente registadas nas contas de resultados.

e) *Partes de capital em empresas coligadas e participações.* — As partes de capital em empresas coligadas e as participações, não consolidadas, denominadas em moeda estrangeira são convertidas ao câmbio de Final do exercício, sendo as variações cambiais reconhecidas, de acordo com o PCSB, na rubrica de contas de regularização — flutuação de valores.

Partes de capital em empresas coligadas:

Nas demonstrações financeiras individuais do BES, na rubrica de Partes do capital em empresas coligadas, são registadas as participações nas empresas em que o Banco exerce uma posição de domínio e cujo interesse pela sua manutenção está ligado à sua actividade e, simultaneamente, se revistam de carácter duradouro — empresas subsidiárias (v. notas n.ºs 2 e 10). Estas partes de capital em entidades que são objecto de consolidação pelo método de integração global, conforme definido nas notas n.ºs 2 e 3.2, ou pelo método da equivalência patrimonial no caso de desenvolverem uma actividade dissemelhante da actividade do Banco, encontram-se registadas nas contas individuais pelo respectivo custo de aquisição.

Participações:

Na rubrica de participações são registadas:

i) As participações de capital inferiores a 50% e superiores ou iguais a 20%, em empresas em que o Banco não exerce domínio, mas que se

revestem de carácter duradouro e são detidas em resultado da existência de ligações de complementaridade com a actividade do Banco e onde este exerce influência significativa na gestão. Estas participações, que são tratadas como empresas associadas (v. notas n.ºs 2 e 9), encontram-se registadas nas contas individuais do BES pelo respectivo custo de aquisição e são apresentadas nas contas consolidadas pelo método de equivalência patrimonial;

ii) Outras participações (v. nota n.º 9), que correspondem:

Participações de carácter estratégico e duradouro apesar da percentagem do capital detido ser inferior a 20%;

Participações em empresas cuja percentagem do capital detido é superior a 20% mas em que o Grupo não exerce uma influência significativa.

Estas participações, não são objecto de consolidação e encontram-se registadas pelo seu custo de aquisição, deduzidas de provisões constituídas no âmbito dos avisos n.º 3/95 e n.º 4/2002 do Banco de Portugal.

O aviso n.º 4/2002 entrou em vigor em 30 de Junho de 2002 e estabelece as seguintes regras de provisionamento das participações financeiras:

São constituídas provisões para as menos valias latentes em participações financeiras quando estas ultrapassam 15% do respectivo custo de aquisição. O valor a provisionar corresponde a 40% da menos-valia latente que exceder os referidos 15% do valor investido;

Para as participações em carteira em 31 de Dezembro de 2001 foi estabelecido um regime transitório que permite o diferimento da constituição das provisões para menos valias latentes, apuradas à data da entrada em vigor do aviso, da seguinte forma:

Empresas financeiras e seguradoras: 10% ao ano durante 10 anos;
Empresas não financeiras: 25% ao ano nos três primeiros anos, 15% no quarto ano e 10% no quinto ano.

O aumento das menos-valias latentes após 30 de Junho de 2002, verificado ao longo do período transitório, relativamente às participações em carteira à data de 31 de Dezembro de 2001, será absorvido durante este período.

Da diminuição das menos valias latentes após 30 de Junho de 2002, verificado ao longo do período transitório, relativamente às participações em carteira à data de 31 de Dezembro de 2001, não podem resultar reduções dos níveis de provisões a constituir no âmbito do regime transitório, excepto nos casos em que o valor provisionado ultrapasse o que seria necessário caso este regime não fosse aplicado.

As provisões constituídas em 2002 para as participações em carteira em 31 de Dezembro de 2001, foram à luz deste aviso do Banco de Portugal, registadas por contrapartida de reservas.

O impacto da aplicação do aviso n.º 4/2002 encontra-se divulgado na nota n.º 9.

f) *Provisões para riscos de crédito e risco-país.* — Relativamente ao Banco e às subsidiárias do sector financeiro sedeadas em Portugal, as provisões para riscos de crédito e risco-país foram apuradas nos termos do aviso n.º 3/95, de 30 de Junho, e da instrução n.º 94/96, do Banco de Portugal, e incluem:

i) Uma provisão específica para crédito e juros vencidos apresentada no activo como dedução às rubricas de outros créditos sobre instituições de crédito e créditos sobre clientes, calculada mediante a aplicação de taxas que variam entre 1% e 100% sobre os saldos de crédito e juros vencidos, em função da classe de risco e da existência ou não de garantias (v. notas n.ºs 6, 7 e 20);

ii) Uma provisão específica para créditos de cobrança duvidosa, apresentada no activo a deduzir à rubrica de créditos sobre clientes, correspondendo esta a uma percentagem não inferior a 50% da percentagem média de cobertura por provisões para crédito vencido, aplicada às prestações vincendas do crédito concedido a um mesmo cliente em que se verifique que as prestações em mora de capital e juros excedem 25% do capital em dívida acrescido dos juros vencidos;

iii) Uma provisão genérica para riscos gerais de crédito, apresentada no passivo na rubrica de provisões para riscos e encargos — outras provisões, correspondente a um mínimo de 1% do total do crédito não vencido concedido pelo Banco, incluindo o representado por aceites, garantias e outros instrumentos de natureza análoga, excepto para o crédito ao consumo, em que a taxa de provisão ascende a um mínimo de 1,5% do total do referido crédito (v. nota n.º 20);

iv) Uma provisão específica para risco-país apresentada a deduzir às rubricas de outros créditos sobre instituições de crédito, créditos sobre clientes, aplicações em títulos e outros activos (v. notas n.ºs 6,

7, 8, 13 e 20). No caso das subsidiárias sediadas no estrangeiro, as provisões para risco-país foram calculadas com base na legislação existente em cada um dos países onde se encontram sediadas estas subsidiárias.

O valor global das provisões do Banco e do Grupo para riscos de crédito e risco-país que, em 31 de Dezembro de 2002, ascende a 479 018 milhares de euros (31 de Dezembro 2001: 389 372 milhares de euros) e 742 185 milhares de euros (31 de Dezembro de 2001: 610 226 milhares de euros), respectivamente, é considerado suficiente pelo conselho de administração para fazer face aos riscos de crédito e de país identificados a essa data, em função da aplicação de critérios de avaliação e análise de base comercial.

g) *Imobilizações corpóreas.* — O imobilizado corpóreo do Banco adquirido a partir de 1998, o imobilizado em curso, e todo o imobilizado afecto às sucursais e subsidiárias, está valorizado ao custo de aquisição.

Em 1998, o BES e o BIC procederam à reavaliação do seu imobilizado corpóreo em utilização à data da reavaliação e cujo período de vida útil era superior a 5 anos, de acordo com o Decreto-Lei n.º 31/98, de 12 de Fevereiro.

A amortização é calculada segundo o método das quotas constantes numa base duodecimal, aplicando ao custo histórico ou reavaliado as taxas anuais permitidas para efeitos fiscais, de acordo com os períodos abaixo apresentados, que se considera não diferirem substancialmente da vida útil estimada dos bens:

	Número de anos
Imóveis de serviço próprio	50
Beneficiações em edifícios arrendados	10
Equipamento	5
Mobiliário e material	4 a 10
Máquinas e ferramentas	4 a 10
Equipamento informático	4 a 5
Instalações interiores	5 a 12
Material de transporte	4
Equipamento de segurança	4 a 10
Outro equipamento	5

Uma percentagem equivalente a 40% do aumento das amortizações resultantes das reavaliações registadas pelo Banco não é considerada como custo fiscal.

h) *Imobilizações incorpóreas.* — Os custos incorridos com projectos informáticos e aumentos de capital são amortizados numa base duodecimal durante um período de três anos, segundo o método das quotas constantes (v. nota n.º 11).

i) *Provisões para outros activos.* — Em conformidade com o disposto no n.º 11 do aviso n.º 3/95 do Banco de Portugal, o Banco e o Grupo têm constituídas em 31 de Dezembro de 2002 provisões, no montante de 2326 milhares de euros (31 de Dezembro de 2001: 1220 milhares de euros) e 9374 milhares de euros (31 de Dezembro de 2001: 6908 milhares de euros), respectivamente, para fazer face a menos-valias potenciais apuradas pela diferença entre o valor contabilístico dos imóveis e outros activos decorrentes da recuperação de crédito, incluídos na rubrica de outros activos, e o preço esperado de venda destes bens, deduzido dos encargos previsíveis com a sua alienação (v. nota n.º 13). Os imóveis não são objecto de amortização.

j) *Pensões de reforma.* — Face às responsabilidades assumidas pelo Banco e pelas suas subsidiárias no âmbito do Acordo Colectivo de Trabalho do Sector Bancário, foram constituídos Fundos de Pensões ACTV, que se destinam a cobrir as responsabilidades com pensões de reforma por velhice, invalidez e sobrevivência relativamente à totalidade do seu pessoal.

Em 1998, o Banco e as suas subsidiárias decidiram, adicionalmente, constituir um fundo de pensões aberto autónomo, designado Fundo de Pensões Aberto GES, com a finalidade de financiar a atribuição de benefícios complementares aos colaboradores.

Os Fundos de Pensões ACTV e o Fundo de Pensões Aberto GES são geridos pela ESAF Espírito Santo Fundos de Pensões, S. A., subsidiária do Banco Espírito Santo, S. A., conforme referido na nota n.º 2.

Conforme estabelecido no aviso n.º 12/2001 do Banco de Portugal em vigor desde 31 de Dezembro de 2001, o cálculo actuarial das responsabilidades é efectuado com base no Método da Unidade de Crédito Projectada, utilizando pressupostos actuariais e financeiros em conformidade com os parâmetros exigidos pelo Banco de Portugal.

Estes pressupostos actuariais e financeiros encontram-se descritos na nota n.º 24 deste relatório.

Anualmente, em conformidade com o disposto no referido aviso, são reconhecidos em resultados os encargos correntes do plano que correspondem ao total líquido dos montantes de custo do serviço corrente, custo dos juros e rendimento esperado dos activos do fundo.

Os ganhos e perdas actuariais apurados anualmente, resultantes das diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados, são reconhecidos como um activo ou um passivo e o seu valor acumulado é imputado a resultados com base no método do corredor.

Este método estabelece que os ganhos e perdas actuariais acumulados no início do ano que excedam 10% do maior de entre o total das responsabilidades e do valor do fundo também reportados ao início do ano, sejam reconhecidos como despesas com custo diferido e imputados a resultados durante um período de 10 anos. Os ganhos e perdas actuariais acumulados no início do ano que se situem dentro do referido limite, são reconhecidos na conta de flutuação de valores e não são amortizados.

De acordo com o aviso n.º 12/2001, os encargos com reformas antecipadas incorridos a partir de 2002, são registados como um activo e imputados a resultados durante um período de 10 anos. De referir que em 2001, o Banco de Portugal através da sua carta circular n.º 12/01/DSBDR, veio permitir, após a observância dos condicionalismos nela expressos, que os acréscimos de responsabilidades por reformas antecipadas pudessem ser objecto de relevação por contrapartida de resultados transitados. Nesse âmbito, o Banco solicitou e obteve a autorização do Banco de Portugal para que estes encargos, no montante de 66,8 milhões de euros, fossem em 2001 abatidos por contrapartida da rubrica de prémios de emissão.

A amortização inicial do défice de cobertura em 31 de Dezembro de 1994, para com o pessoal no activo com data previsível de reforma posterior a 31 de Dezembro de 1997, tem vindo a ser imputada a resultados numa base sistemática durante a vida de serviços esperada dos trabalhadores. Anualmente são efectuadas as necessárias amortizações extraordinárias em função da redução operada na população abrangida.

O Banco e as suas subsidiárias efectuam pagamentos ao fundo por forma a assegurar a solvência do mesmo e por forma a cumprir com os níveis mínimos de financiamento exigidos pelo Banco de Portugal, os quais com a entrada em vigor do aviso n.º 12/2001 passaram a ser os seguintes:

O financiamento integral no final de cada exercício das responsabilidades actuariais por pensões em pagamento;

O financiamento a um nível mínimo de 95% do valor actuarial das responsabilidades por serviços passados do pessoal no activo.

k) Impostos sobre lucros. — O Banco e as subsidiárias com sede em Portugal estão sujeitos ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC). Porém, as sucursais financeiras exteriores (BES e BIC) sedeadas na Zona Franca da Madeira beneficiam de isenção de IRC até 31 de Dezembro de 2011, ao abrigo do artigo 41.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 84/93, de 18 de Março.

As subsidiárias com sede no estrangeiro são tributadas em conformidade com as disposições fiscais localmente vigentes.

Nas situações em que existam diferenças temporárias significativas entre os resultados contabilísticos e os resultados fiscais são registados os respectivos impostos diferidos.

l) Locação financeira:

Como locatário:

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no activo, na rubrica de imobilizações corpóreas por contrapartida da rubrica de contas de regularização do passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. O imobilizado corpóreo é amortizado conforme descrito na nota n.º 3.3 alínea g).

As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em custos e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzido à rubrica de contas de regularização do passivo. Os encargos

financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período de locação, a fim de produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

Como locador:

Os activos detidos sob locação financeira são registados no balanço como créditos concedidos pelo valor equivalente ao investimento líquido realizado nos bens locados.

Os juros incluídos nas rendas debitadas aos clientes são registados em proveitos, enquanto que as amortizações de capital também incluídas nas rendas, são deduzidas ao valor global do crédito inicialmente concedido. O reconhecimento do resultado financeiro reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

m) Valores mobiliários de terceiros recebidos em depósito. — Os valores mobiliários de terceiros recebidos em depósito encontram-se registados nas contas extrapatrimoniais ao valor de cotação, ou na ausência deste, ao correspondente valor nominal (v. nota n.º 25).

n) Fundo de Garantia de Depósitos. — Conforme previsto no Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro, foi criado em 1994 o Fundo de Garantia de Depósitos e definidas as contribuições iniciais a efectuar pelo conjunto das instituições financeiras participantes, do qual o BES e algumas empresas do Grupo fazem parte integrante.

No âmbito deste decreto-lei, foi fixado em 0,1% o coeficiente da contribuição a aplicar sobre o valor médio dos saldos mensais do ano anterior dos depósitos elegíveis nos termos definidos no aviso n.º 9/95, de 15 de Setembro, do Banco de Portugal.

As contribuições anuais efectivamente pagas são reconhecidas como custos do exercício a que dizem respeito. A parte das contribuições anuais mo pagas, que se encontram caucionadas por títulos de depósito (v. nota n.º 6), serão reconhecidas como custos pelo Banco no momento em que, eventualmente, venha a ser exigido o seu pagamento pelo Fundo de Garantia de Depósitos.

o) Securitização de activos financeiros. — O Grupo realiza operações de securitização de activos com entidades financeiras específicas, criadas por terceiros para esse efeito, cujo financiamento e assegurado pela emissão de dívida, por parte dessas entidades, nos mercados financeiros internacionais. A política contabilística do Grupo relativamente a estas operações consiste em registar a venda dos activos, desreconhecendo-os do seu balanço, sempre que o comprador (entidade financeira) adquira, sem recurso, todos os direitos e obrigações inerentes a esses activos (v. nota n.º 35). A eventual mais ou menos valia gerada nestas operações, calculada como a diferença entre o valor da cedência e o valor contabilístico dos activos cedidos, é reconhecida como um ganho ou perda do exercício.

Os títulos adquiridos pelo Grupo na sequência destas operações são contabilizados como títulos de investimento, de acordo com a política contabilística descrita na nota n.º 3.3, alínea d).

De acordo com a instrução n.º 27/2000 do Banco de Portugal, são constituídas provisões para os títulos adquiridos, em montante equivalente às provisões para riscos gerais e riscos específicos a que estariam sujeitos os activos cedidos, caso estes se mantivessem no activo, lendo como limite o respectivo valor dos activos em balanço relacionados com as referidas operações.

p) Distribuição de resultados aos empregados. — A distribuição de resultados aos empregados é objecto de relevação contabilística de forma semelhante ao pagamento de dividendos aos accionistas, na medida em que se trata, em substância, de uma transferência do direito aos dividendos por parte dos accionistas a favor dos empregados.

q) Fluxos de caixa. — Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e seus equivalentes corresponde ao somatório dos saldos de caixa (v. nota n.º 4) e de disponibilidades à vista sobre instituições de crédito (v. nota n.º 5).

4 — Caixa e disponibilidades em bancos centrais:

	BES		Consolidado	
	2002	2001	2002	2001
Caixa	208 564	242 033	241 942	274 426
Depósitos à ordem em bancos centrais	557 416	242 070	754 743	449 783
	765 980	484 103	996 685	724 209

A rubrica de depósitos à ordem em bancos centrais inclui depósitos de carácter obrigatório no Banco de Portugal, que têm por objectivo satisfazer os requisitos legais quanto à constituição de disponibilidades mínimas de caixa. De acordo com o Regulamento (CE) n.º 2818/98 do Banco Central Europeu, de 1 de Dezembro de 1998, as disponibilidades mínimas obrigatórias em depósitos à ordem no Banco de Portugal, são remuneradas e correspondem a 2% dos depósitos e títulos

de dívida com prazo inferior a dois anos, excluindo destes os depósitos e os títulos de dívida de instituições sujeitas ao regime de reservas mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais. No final do exercício de 2002 a taxa de remuneração média destes depósitos ascende a 3,28% (2001: 4,34%).

5 — Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito:

	BES		Consolidado	
	2002	2001	2002	2001
Disponibilidades sobre instituições de crédito no País:				
Depósitos à ordem	2 207	5 137	37 983	59 228
Cheques a cobrar	467 585	812 239	522 284	852 108
Outras disponibilidades	75 926	77 185	96 982	102 594
	<u>545 718</u>	<u>894 561</u>	<u>657 249</u>	<u>1 013 930</u>
Disponibilidades sobre instituições de crédito no estrangeiro:				
Depósitos à ordem	61 206	46 612	179 422	216 706
Cheques a cobrar	7 181	10 528	7 387	10 623
	<u>68 387</u>	<u>57 140</u>	<u>186 809</u>	<u>227 329</u>
	<u>614 105</u>	<u>951 701</u>	<u>844 058</u>	<u>1 241 259</u>

Os cheques a cobrar sobre instituições de crédito no País e no estrangeiro foram enviados para cobrança nos primeiros dias úteis subsequentes às datas em referência.

6 — Outros créditos sobre instituições de crédito:

	BES		Consolidado	
	2002	2001	2002	2001
Aplicações em instituições de crédito no País:				
Títulos de depósito	164 090	241 723	175 552	259 204
Mercado monetário interbancário	911 988	685 531	294 397	183 448
Depósitos com pré-aviso e a prazo	579 259	568 984	224 496	174 518
Empréstimos	326 291	476 060	26 553	92 727
Depósitos e outras aplicações no Banco de Portugal		436 820		436 820
Aplicações de muito curto prazo	58 545	43 141	22 124	1 135
Outras aplicações	38 663	344 847	48 001	383 723
	<u>2 078 836</u>	<u>2 797 106</u>	<u>791 123</u>	<u>1 531 575</u>
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro:				
Depósitos com pré-aviso e a prazo	1 587 550	1 381 112	1 526 317	1 178 407
Empréstimos	107 456	133 729	101 084	129 488
Aplicações de muito curto prazo	1 421 391	142 222	1 629 416	201 226
Outras aplicações	116 899	96 285	1 627 050	858 094
	<u>3 233 296</u>	<u>1 753 348</u>	<u>4 883 867</u>	<u>2 367 215</u>
Crédito e juros vencidos	—	2 735	—	2 735
	<u>5 312 132</u>	<u>4 553 189</u>	<u>5 674 990</u>	<u>3 901 525</u>
Menos:				
Provisão para créditos vencidos sobre instituições de crédito	—	(2 735)	—	(2 735)
Provisão para risco país	(8 868)	(10 585)	(8 870)	(10 603)
Total das provisões (v. nota n.º 20)	<u>(8 868)</u>	<u>(13 320)</u>	<u>(8 870)</u>	<u>(13 338)</u>
	<u>5 303 264</u>	<u>4 539 869</u>	<u>5 666 120</u>	<u>3 888 187</u>

Com a entrada em vigor do regime legal de constituição das disponibilidades mínimas de caixa, conforme referido na nota n.º 4, o BES e o Grupo, tal como outras instituições bancárias, foram obrigados a subscriver títulos de depósito das séries A e B, emitidos pelo Banco de Portugal, que compõem os saldos da rubrica de aplicações em instituições de crédito no país — títulos de depósito.

Em 31 de Dezembro de 2002, o Grupo BES apenas detinha títulos de depósito da série B, no montante global de 175 552 milhares de euros, que vencem juros à taxa média anual de 3,35% (2001: 4,55%), tendo ocorrido os seguintes movimentos durante o exercício de 2002: (i) reembolso de títulos da série B no montante de 80 944 milhares de euros; (ii) pagamento da contribuição anual para o Fundo de Garantia de Depósitos (FGD)

através da entrega de títulos, no montante de 2803 milhares de euros. O BES dos Açores, consolidado pela primeira vez no exercício de 2002, apresenta nesta rubrica de um saldo de 95 milhares de euros. Conforme referido na nota n.º 3.3 alínea n) do valor global dos títulos de depósito, 39 962 milhares de euros (2001: 25 385 milhares de euros) estão a caucionar o compromisso irrevogável do pagamento da restante parte da contribuição anual de 1997 a 2002 (2001: de 1997 a 2001) para o FGD.

Para além dos títulos de depósito, as principais aplicações em instituições de crédito no país, em 31 de Dezembro de 2002, vencem juros à taxa média anual de 2,86% (2001: 4,52%). Os depósitos em instituições de crédito no estrangeiro vencem juros às taxas dos mercados internacionais onde o Banco e o Grupo operam.

Os depósitos e outras aplicações no Banco de Portugal, em 2001, reflectem essencialmente o depósito de garantia relacionado com a disponibilização de moedas euro por parte do BES aos seus clientes.

É o seguinte o escalonamento destes créditos por prazos de vencimento:

	BES		Consolidado	
	2002	2001	2002	2001
Até três meses	4 394 102	3 166 515	4 991 419	2 645 873
De três meses a um ano	731 792	1 011 731	581 409	755 784
De um a cinco anos	96 879	285 907	4 017	490 784
Mais de cinco anos	89 359	86 301	98 145	6 349
Duração indeterminada (crédito e juros vencidos)	—	2 735	—	2 735
	<u>5 312 132</u>	<u>4 553 189</u>	<u>5 674 990</u>	<u>3 901 525</u>

7 — Créditos sobre clientes:

	BES		Consolidado	
	2002	2001	2002	2001
Crédito interno:				
Créditos em conta corrente	7 079 035	6 405 424	8 055 245	7 243 524
Crédito à habitação	3 864 563	3 367 134	8 241 440	8 235 028
Descontos comerciais	933 851	816 155	1 053 293	932 468
Descobertos em depósitos à ordem	393 262	255 723	530 915	375 574
Outros créditos titulados por efeitos	287 306	230 882	420 004	325 173
Créditos em operações de locação financeira	7 619	9 422	911 073	1 058 258
Créditos em operações de <i>factoring</i>	90 820	52 306	531 769	409 842
Outros créditos	886 489	1 107 206	2 274 122	2 174 806
	<u>13 542 945</u>	<u>12 244 252</u>	<u>22 017 861</u>	<u>20 754 673</u>
Crédito ao exterior	1 698 470	1 811 464	3 228 477	3 364 332
	<u>15 241 415</u>	<u>14 055 716</u>	<u>25 246 338</u>	<u>24 119 005</u>
Crédito e juros vencidos:				
Até 90 dias	31 246	43 473	67 008	81 979
Mais de 90 dias	249 461	199 269	481 761	368 127
	<u>280 707</u>	<u>242 742</u>	<u>548 769</u>	<u>450 106</u>
	<u>15 522 122</u>	<u>14 298 458</u>	<u>25 795 107</u>	<u>24 569 111</u>
Menos:				
Provisão para crédito e juros vencidos	(190 532)	(163 038)	(342 638)	(286 768)
Provisão para crédito de cobrança duvidosa	(20 609)	(13 331)	(24 483)	(15 369)
Provisão para risco país	(5)	(1 246)	(325)	(2 895)
Total de provisões (v. nota n.º 20)	<u>(211 146)</u>	<u>(177 615)</u>	<u>(367 446)</u>	<u>(305 032)</u>
	<u>15 310 976</u>	<u>14 120 843</u>	<u>25 427 661</u>	<u>24 264 079</u>

Em 2002, o Grupo efectuou duas operações de securitização de activos, uma de crédito ao consumo (150 milhões de euros) e de crédito de operações de locação financeira (300 milhões de euros) e uma segunda de crédito à habitação no montante de 1000 milhões de euros (v. nota n.º 35).

Para além das provisões para crédito e juros vencidos, para crédito de cobrança duvidosa e para risco país, o Banco e o Grupo têm outras provisões apresentadas no passivo (v. nota n.º 20) no valor de 241 848 milhares de euros (2001: 194 473 milhares de euros) e 348 676 milhares de euros (2001: 288 019 milhares de euros), respectivamente, que também se destinam a cobrir riscos de crédito.

A repartição do crédito sobre clientes por sectores de actividade encontra-se apresentada na nota n.º 27.

O escalonamento do crédito sobre clientes por prazos de vencimento, em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, é como segue:

	BES		Consolidado	
	2002	2001	2002	2001
Até três meses	4 550 451	3 304 205	5 874 903	4 483 402
De três meses a um ano	1 798 744	3 721 117	3 198 183	5 180 377
De um a cinco anos	3 603 981	2 856 656	5 391 840	4 640 104
Mais de cinco anos	5 288 239	4 173 738	10 781 412	9 815 122
Duração indeterminada (crédito e juros vencidos)	280 707	242 742	548 769	450 106
	<u>15 522 122</u>	<u>14 298 458</u>	<u>25 795 107</u>	<u>24 569 111</u>

8 — Aplicações em títulos:

	BES					
	Títulos de negociação		Títulos de investimento		Total	
	2002	2001	2002	2001	2002	2001
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo:						
De emissores públicos nacionais:						
Títulos da dívida pública a curto prazo	—	—	—	—	—	—
Títulos da dívida pública a médio e a longo prazos	31 283	34 349	66 820	404 429	98 103	438 778
Obrigações de outros emissores públicos	—	—	—	—	—	—
De emissores públicos estrangeiros	—	181 328	871 455	1 086 282	871 455	1267 610
	31 283	215 677	938 275	1 490 711	969 558	1 706 388
Menos: provisões acumuladas (v. nota n.º 20)	—	—	(5 956)	(15 148)	(5 956)	(15 148)
	31 283	215 677	932 319	1 475 563	963 602	1 691 240
De outros emissores:						
Obrigações e outros títulos	11 606	19 694	2 276 972	2 357 209	2 288 578	2 376 903
Menos: provisões acumuladas (v. nota n.º 20)	—	—	(53 193)	(51 964)	(53 193)	(51 964)
	11 606	19 694	2 223 779	2 305 245	2 235 385	2 324 939
Títulos próprios	2 910	5	—	—	2 910	5
	45 799	235 376	3 156 098	3 780 808	3 201 897	4 016 184
Ações e outros títulos de rendimento variável:						
Ações	40	181	123 529	118 186	123 569	118 367
Unidades de participação:						
Fundos de investimento mobiliários	201 394	16 651	207 289	183 759	408 683	200 410
Outros títulos	3 173	1991	6 322	2 869	9 495	4 860
Mais: flutuações em aplicações de títulos	—	—	—	—	—	—
	204 607	18 823	337 140	304 814	541 747	323 637
Menos: provisões acumuladas (v. nota n.º 20)	(20)	(1)	(72 989)	(42 050)	(73 009)	(42 051)
	204 587	18 822	264 151	262 764	468 738	281 586
Total das aplicações em títulos	250 406	254 199	3 552 387	4 152 734	3 802 793	4 406 933
Menos [v. notas n.os 3.3 alínea d) e 20]:						
Provisões acumuladas para menos-valias	(20)	(1)	(115 492)	(105 582)	(115 512)	(105 583)
Provisões acumuladas para risco-país	—	—	(16 646)	(3 580)	(16 646)	(3 580)
	(20)	(1)	(132 138)	(109 162)	(132 158)	(109 163)
	250 386	254 198	3 420 249	4 043 572	3 670 635	4 297 770

	Consolidado					
	Títulos de negociação		Títulos de investimento		Total	
	2002	2001	2002	2001	2002	2001
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo:						
De emissores públicos nacionais:						
Títulos da dívida pública a curto prazo	—	—	6	—	6	—
Títulos da dívida pública a médio e a longo prazos	31 283	36 972	74 689	445 873	105 972	482 845
Obrigações de outros emissores públicos	—	—	4 988	—	4 988	—
De emissores públicos estrangeiros	54 340	238 240	1 035 865	1 249 651	1 090 205	1 487 891
	85 623	275 212	1 115 548	1 695 524	1 201 171	1 970 736
Menos: provisões acumuladas (v. nota n.º 20)	—	—	(6 128)	(15 668)	(6 128)	(15 668)
	85 623	275 212	1 109 420	1 679 856	1 195 043	1 955 068
De outros emissores:						
Obrigações e outros títulos	73 512	126 381	2 803 728	2 907 003	2 877 240	3 033 384
Menos: provisões acumuladas (v. nota n.º 20)	—	—	(74 850)	(60 957)	(74 850)	(60 957)
	73 512	126 381	2 728 878	2 846 046	2 802 390	2 972 427
Títulos próprios	10 410	2 006	—	—	10 410	2 006
	169 545	403 599	3 838 298	4 525 902	4 007 843	4 929 501

	Consolidado					
	Títulos de negociação		Títulos de investimento		Total	
	2002	2001	2002	2001	2002	2001
Ações e outros títulos de rendimento variável:						
Ações	20 798	79 280	169 534	143 480	190 332	222 760
Unidades de participação:						
Fundos de investimento mobiliários	208 081	27 109	267 002	222 723	475 083	249 832
Outros títulos	3 173	1 991	52 217	9 337	55 390	11 328
Mais: flutuações em aplicações de títulos	—	—	—	—	—	—
	232 052	108 380	488 753	375 540	720 805	483 920
Menos: provisões acumuladas (v. nota n.º 20)	(20)	(113)	(102 780)	(57 427)	(102 800)	(57 540)
	232 032	108 267	385 973	318 113	618 005	426 380
Total das aplicações em títulos	401 597	511 979	4 408 029	4 978 067	4 809 626	5 490 046
Menos [v. notas n.ºs 3.3 alínea d) e 20]:						
Provisões acumuladas para menos-valias	(20)	(113)	(166 947)	(130 448)	(166 967)	(130 561)
Provisões acumuladas para risco-país	—	—	(16 811)	(3 604)	(16 811)	(3 604)
	(20)	(113)	(183 758)	(134 052)	(183 778)	(134 165)
	401 577	511 866	4 224 271	4 844 015	4 625 848	5 355 881

A rubrica de títulos próprios refere-se a obrigações emitidas por entidades do Grupo.

O escalonamento das aplicações em títulos por prazos de vencimento, é como segue:

	BES		Consolidado	
	2002	2001	2002	2001
Até três meses	—	175 638	175 638	264 145
De três meses a um ano	3 547	173 711	177 258	345 489
De um a cinco anos	36 537	1 172 067	1 208 604	1 637 751
Mais de cinco anos	210 322	1 465 864	1 676 186	1 846 344
Duração indeterminada	—	565 107	565 107	715 896
	250 406	3 552 387	3 802 793	4 809 626

As taxas de remuneração dos títulos de rendimento fixo à data do balanço oscilam nos seguintes intervalos:

(Em percentagem)

	BES	
	2002	2001
Títulos da dívida pública portuguesa	2,750 — 11,875	2,750 — 11,875
Obrigações de outros emissores	3,125 — 8,000	1,00 — 10,750

As obrigações de emissores públicos estrangeiros venciam juros às taxas dos mercados internacionais onde o Banco e o Grupo operam.

Em 31 de Dezembro de 2002, o valor de balanço dos títulos de investimento de rendimento fixo do BES, compara com os seguintes valores nominais ou de reembolso na data da maturidade e de mercado:

	BES	
	2002	2001
Valor de balanço	3 156 098	3 780 808
Valor nominal	3 179 058	4 604 794
Valor de mercado	3 182 916	3 789 915

À mesma data, o valor de balanço dos títulos de investimento de rendimento fixo do Grupo, no montante de 3 838 298 milhares de euros (2001: 4 525 902 milhares de euros), compara com um valor de mercado de 3 870 179 milhares de euros (2001: 4 533 000 milhares de euros).

Conforme referido na nota n.º 3.3 alínea o), os títulos adquiridos pelo Grupo na sequência de operações de securitização são contabilizados como títulos de investimento e as provisões constituídas de acordo com a instrução n.º 27/2000, do Banco de Portugal, são incluídas nas respectivas rubricas de provisões para títulos (v. nota n.º 35).

A repartição das aplicações em títulos por sectores de actividade encontra-se apresentada na nota n.º 27.

9 — Participações:

	BES				Consolidado			
	2002		2001		2002		2001	
	Participação directa no capital (porcentagem)	Custo da participação	Participação directa no capital (porcentagem)	Custo da participação	Participação directa e indirecta no capital (porcentagem)	Valor patrimonial ou custo da participação	Participação directa e indirecta no capital (porcentagem)	Valor patrimonial ou custo da participação
Empresas associadas:								
Interatlântico (b)	—	—	100,00	75 855	—	—	100,00	—
ES Seguros	40,00	6 000	40,00	5 986	40,00	4 544	40,00	4 172
BES Vénétie (h)	40,00	22 000	21,00	11 714	40,00	25 049	21,00	11 329
SCI Georges Mandel	22,50	2 401	22,50	2 401	22,50	2 363	22,50	2 309
Europ Assistance	23,00	1 147	23,00	1 147	23,00	1 573	23,00	1 446
Esumédica	24,84	395	24,84	395	24,84	142	24,84	330
Fiduprivate	24,76	31	24,76	31	24,76	99	24,76	69
Esegur	29,00	797	—	—	29,00	1 235	—	—
Cominvest	—	—	—	—	25,00	1 662	25,00	1 615
ES Pensiones	—	—	—	—	—	—	50,00	478
ESAF FP	—	—	—	—	100,00	2 896	100,00	1 762
ESIAM	—	—	—	—	49,00	29	49,00	29
Quadriga (f)	—	—	—	—	46,53	323	29,49	326
Tradecom (c) (f)	—	—	—	—	—	—	17,00	2 015
SGPICE (f)	—	—	—	—	33,33	1 637	33,33	3 008
Clarity (f)	—	—	—	—	31,92	253	27,64	—
Oblog	—	—	—	—	32,50	—	—	—
Portline	—	—	—	—	33,32	9 608	—	—
ES Bankest (c)	—	—	—	—	—	—	50,00	12 277
		32 771		97 529		51 413		41 165
Menos: provisão para menos-valias (d)		—		(52 086)		(2 384)		—
		32 771		45 443		49 029		41 165
Outras participações financeiras:								
FIEP — Fundo para Int. E. Port., SGPS	17,00	16971	17,00	16 971	19,50	19 465	19,50	19 465
Fundo Europeu de Investimento	0,15	3 000	0,15	3 000	0,15	3 000	0,15	3 000
Multiger	4,99	1 126	4,99	1 126	9,99	2 251	9,99	2 251
SPGM — Soc. de Investimentos, S. A.	7,14	891	8,14	1 015	8,14	966	9,14	1 140
SIBS	7,27	986	7,88	1 068	8,78	3 183	8,58	1 231
Fundo de Turismo — Capital de Risco	15,00	748	15,00	748	15,00	748	15,00	748
PME Capital	—	—	2,73	748	—	—	2,73	748
PME Investimento	—	—	2,73	748	—	—	2,73	748
Finangeste	—	—	0,65	435	0,02	22	0,67	457
Unicre	8,80	220	8,80	220	9,09	594	9,09	594
Banco Inter-Unido	49,85	211	49,85	211	49,85	211	49,85	211
Fundo de Turismo — SGFI	13,33	50	13,33	50	13,33	50	13,33	50
Kredyt Bank (c)	—	—	19,86	139 974	—	—	19,86	139 974
BMCE Bank	2,77	25 123	2,77	26 375	2,77	25 123	2,77	26 375
Interatlântico (b)	19,00	7 945	—	—	19,00	—	—	—
Bradesco	3,29	157 547	1,11	79 413	3,29	162 781	1,43	109 737
Bradespar	—	—	—	—	7,89	38 249	—	—
Portugal Telecom	2,80	327 223	1,45	179 782	2,80	327 224	1,45	179 782
PT Multimédia	8,13	296 052	8,13	296 052	8,13	296 052	8,13	296 052
PT Multimédia.com	—	—	—	—	—	—	—	—
Pararede	—	—	12,05	23 624	—	—	12,05	23 624
Esegur	—	—	29,00	797	—	—	29,00	797
Multipessoal	22,52	100	22,52	100	22,52	100	22,52	100
Quinta dos Cónegos	—	—	—	—	—	—	78,34	4 862
ES Interaction (e)	20,00	100	20,00	100	—	—	—	—
ES Saúde	2,00	500	—	—	7,00	1 750	—	—
United Investments Portugal	—	—	—	—	0,27	369	0,27	369
SGF — Soc. Gest. FP	—	—	—	—	5,21	52	5,21	52
NovaBase, SGPS (f)	—	—	—	—	8,99	24 668	4,00	10 081
Milcom (f)	—	—	—	—	2,06	3 554	2,06	3 520
HLC — Centrais de coogeração (g)	—	—	—	—	24,50	898	24,43	898
Aleluia (g)	—	—	—	—	9,12	1 419	10,12	1 411
Siparex Development (g)	—	—	—	—	55,00	151	0,61	150
ESFI, S. A. (g)	—	—	—	—	—	—	23,94	1 499
BBR International, S. A.	—	—	—	—	25,00	9 784	5,99	2 345

	BES				Consolidado			
	2002		2001		2002		2001	
	Participação directa no capital (percentagem)	Custo da participação	Participação directa no capital (percentagem)	Custo da participação	Participação directa e indirecta no capital (percentagem)	Valor patrimonial ou custo da participação	Participação directa e indirecta no capital (percentagem)	Valor patrimonial ou custo da participação
SPVG — Serv. Pro. Vídeo Gestão, S. A.	—	—	—	—	25,00	2 761	24,94	2 760
Sotranco, S. A.	—	—	—	—	55,00	3 018	—	—
Outras	—	604	—	2 348	—	14 683	—	30 167
		839 397		774 905		943 126		871 798
Menos: provisão para menos-valias		(36 135)		(19 106)		(32 004)		(21 972)
		803 262		755 799		911 122		849 826
Total das participações		872 168		872 434		994 539		912 963
Menos: provisão para menos-valias (v. nota n.º 20)		(36 135)		(71 192)		(34 388)		(21 972)
		836 033		801 242		960 151		890 991

(a) Para as participações adquiridas em moeda estrangeira, e conforme normativo do Banco de Portugal, a flutuação cambial apurada entre o câmbio à data de aquisição e de final de exercício encontra-se reflectida no balanço na rubrica de contas de regularização — flutuação de valores (participações não incluídas na consolidação).

(b) Em 2002 esta participação foi reclassificada para outras participações financeiras.

(c) Participação alienada durante 2002.

(d) Em 2001, esta provisão destina-se a fazer face a perdas inerentes ao investimento na Interatlântico. Em termos consolidados esta provisão encontra-se reflectida na rubrica de Fundo para Riscos Bancários Gerais.

(e) Esta empresa é consolidada pelo método integral.

(f) Participações no âmbito da actividade da BES.COM.

(g) Participações no âmbito da actividade da ES Capital.

(h) Durante o exercício de 2002 o BES aumentou a sua participação em 19%.

Conforme referido na nota n.º 2, o Banco procedeu à alienação de 81% do investimento na Interatlântico. Esta operação teve o seguinte reflexo nas contas do BES e do Grupo (em milhares de euros):

Valor bruto de balanço à data da venda:

	BES	Consolidado
Investimento	115 457	(a) 25 877
Provisão	(52 086)	(52 086)
	63 371	(26 209)

(a) Corresponde à flutuação cambial registada em balanço à data de venda.

Alienação de 81%:

	BES	Consolidado
Valor de venda	193	193
Parte do investimento vendido	93 517	25 877
Utilização de provisões	42 189	25 684
Resultado da venda	(51 135)	—

As perdas apuradas nas contas individuais, no montante de 51 135 milhares de euros, relacionam-se com diferenças cambiais e tiveram reflexos na rubrica de prejuízos em operações financeiras. Nas contas consolidadas, embora o resultado da venda seja nulo, esta transacção permitiu a libertação de aproximadamente 20,4 milhões de euros da provisão existente para este investimento, registada como proveito do exercício, a qual estava escriturada em fundo para riscos bancários gerais.

Os valores existentes em balanço, à data de 31 de Dezembro de 2002, no BES e no Grupo eram os seguintes:

	BES	Consolidado
Investimento	21 945	—
Provisão para participações	(8 896)	—
Fundo riscos bancários gerais	—	(5 996)
	13 049	(5 996)

Foram ainda realizadas as seguintes transacções com impacto na carteira de participações do BES e do Grupo:

BES Vénétie: o BES aumentou a participação de 21% para 40%, tendo para o efeito mobilizado 10 286 milhares de euros. Esta aquisição originou o apuramento de uma diferença de consolidação negativa de 1611 milhares de euros;

Kredyt Bank: a venda da posição accionista nesta entidade vinha sendo equacionada desde o início do exercício de 2002, pelo que se procedeu à sua transferência para a carteira de investimento. A alienação concretizou-se no final do 1.º trimestre, tendo sido apurado um resultado de aproximadamente 18 milhões de euros, o qual se encontra reflectido na rubrica de lucros em operações financeiras;

ES Bankest: o Espírito Santo Bank, S. A., procedeu à alienação desta sua subsidiária tendo apurado uma mais-valia de 1,4 milhões de dólares, a qual encontra-se reflectida na rubrica de resultados em empresas associadas.

As provisões existentes em 31 de Dezembro de 2002 para participações financeiras e partes de capital em empresas coligadas, as quais foram determinadas em conformidade com os avisos n.º 3/95, de 30 de Junho e n.º 4/2002, de 25 de Junho do Banco de Portugal, respeitam às seguintes entidades:

	2002	
	BES	Consolidado
BMCE	671	671
Novabase	836	836
Banco Bradesco	4 470	4 470
Portugal Telecom	7 296	7 296
PT Multimédia	15 311	15 311
Outros	9 452	5 804
	(a) 38 036	(a) 34 388

(a) Destas provisões 32 720 milhares de euros e 31 910 milhares de euros para o Banco e para o Grupo, respectivamente, foram constituídas no exercício de 2002 no âmbito do aviso n.º 4/2002. As restantes provisões foram constituídas no âmbito do aviso n.º 3/95.

A aplicação da disciplina constante no aviso n.º 4/2002, a nível consolidado, resultou na identificação de menos-valias latentes, calculadas com base na média das cotações diárias dos últimos seis meses completos conforme o disposto no aviso n.º 4/2002 do Banco de Portugal, nas seguintes participações:

Entidade	Valor contabílistico	Valor de mercado	Menos-valias	15% do valor contabílistico	Provisões		
					Total	Mínimo	Restante (dedução de fundos próprios)
	(1)	(2)	(3) = (1-2)	(4) = (1 x 15%)	(5) = (3 - 4)	(6) = (40% x 5)	(7) = (5 - 6)
BMCE	25 123	14 642	10 481	3 768	6 713	2 685	4 028
Novabase	24 668	13 108	11 560	3 700	8 360	3 344	5 016
Regime transitório	16 681	5 819	10 862	2 502	8 360	3 344	5 016
Regime normal	7 987	7 289	698	1 198	—	—	—
Banco Bradesco — preferenciais	71 588	51 842	19 746	10 738	9 008	3 604	5 404
Regime transitório	50 330	39 567	10 763	7 549	3 214	1 286	1 928
Regime normal	21 258	12 275	8 983	3 189	5 794	2318	3 476
Banco Bradesco — ordinárias	91 193	59 217	31 976	13 679	18 297	7319	10 978
Portugal Telecom	327 224	205 480	121 931	49 084	72 963	29 185	43 778
Regime transitório	326 452	204 521	121 931	48 968	72 963	29 185	43 778
Regime normal	772	959	—	116	—	—	—
PT Multimédia	296 052	98 533	197 519	44 408	153 111	61 244	91 867
Outros	51 292	46 955	47 474	7 161	20 924	10 971	9 953
	887 140	489 777	440 687	132 538	289 376	118 352	171 024

Conforme referido na nota n.º 3.3 alínea e) a aplicação do regime transitório, conforme decorre do n.º 5 do referido aviso, permite que o reconhecimento das menos-valias latentes, quer para efeitos de provisionamento quer para efeitos de dedução aos capitais próprios, numa perspectiva consolidada, tenha o seguinte escalonamento:

	Provisões		Dedução aos fundos próprios (anual)	Total
	Custo do exercício	Reservas		
Exercício de 2002	2 677	29 233	45 364	77 274
Exercício de 2003	—	28 812	41 888	70 700
Exercício de 2004	28 812	—	41 888	70 700
Exercício de 2005	17 287	—	25 132	42 419
Exercício de 2006	11 531	—	16 752	28 283
	60 307	58 045	171 024	289 376

O provisionamento efectuado, no âmbito do aviso n.º 4/2002, durante o exercício de 2002 no Grupo totaliza 31 910 milhares de euros, dos quais 29 233 milhares de euros foram reconhecidos contra reservas e os restantes 2677 milhares de euros foram levados a custos do exercício. No Banco, o efeito é de 32 720 milhares de euros, dos quais 30 403 milhares de euros foram reconhecidos contra reservas e os restantes 2317 milhares de euros foram levados a custos do exercício.

10 — Partes do capital em empresas coligadas:

Esta rubrica de corresponde a participações de capital em que o Banco detém, directa ou indirectamente, uma posição de domínio (v. nota n.º 2) e, como tal, são objecto de consolidação pelo método integral:

	BES							
	2002				2001			
	Número de acções	Participação directa no capital (porcentagem)	Valor nominal	Custo da participação	Número de acções	Participação directa no capital (porcentagem)	Valor nominal	Custo da participação
BIC	30 000 000	100,00	5,00	208 521	30 000 000	100,00	5,00	208 521
BESI	14 000 000	100,00	5,00	159 864	14 000 000	100,00	5,00	159 834
BESSA	9 687 500	89,60	8,00	83 484	9 687 500	89,60	8,00	83 484
BAC (c)	2 099 400	39,98	5,00	10 066	—	—	—	—
BEST	6 981 580	16,24	1,00	6 982	—	—	—	—
Spainvest	399 999	100,00	8,82	21 977	399 999	100,00	8,82	21 977
BES Leasing Mob.	3 390 016	78,29	5,00	22 106	3 368 448	77,99	5,00	21 965
BES Oriente	199 500	99,75	118,72	23 591	199 500	99,75	141,27	28 015
ES Capital	3 964 060	79,88	5,00	19 774	3 964 060	79,88	5,00	19 774
BES Leasing Imob.	1 993 495	77,27	5,00	8 377	1 977 256	76,64	5,00	8 271
ESAF, SGPS	1 527 500	65,00	5,00	7 619	1 527 500	65,00	5,00	7 619
Euroges	2 400 000	100,00	5,00	12 142	2 400 000	100,00	5,00	12 142

	BES							
	2002				2001			
	Número de acções	Participação directa no capital (porcentagem)	Valor nominal	Custo da participação	Número de acções	Participação directa no capital (porcentagem)	Valor nominal	Custo da participação
ES Data	486 000	34,71	5,00	2 960	486 000	34,71	5,00	2 960
ES Dealer	285 000	37,00	5,00	3 800	285 000	37,00	5,00	3 800
Credibom	1 199 540	39,98	5,00	5 984	1 199 540	39,98	5,00	5 984
Quinta dos Cónegos	377 400	31,00	5,00	3 064	277 400	31,00	5,00	3 064
Crediflash	1 349 997	90,00	5,00	6 594	849 997	84,94	5,00	4 094
ESCLINC	100	100,00	7 739,06	774	100	100,00	9 209,07	921
Cêntimo (a)	1	55,00	137 169,42	409	1	55,00	137 169,42	409
ES Cobranças	75 000	46,88	4,99	374	75 000	46,88	4,99	374
GESFINC	28 000	35,00	4,99	140	28 000	35,00	4,99	140
ESGEST	20 000	100,00	5,00	100	20 000	100,00	5,00	100
ES Represent	49 995	99,99	0,27	14	49 995	99,99	0,49	25
Besnac	1 000	100,00	0,78	36	1 000	100,00	0,78	36
BES Finance	25 000	100,00	1,00	24	25 000	100,00	1,13	28
ES Plc	29 994	99,98	1,27	38	29 994	99,98	1,27	38
ESOL (b)	1 000	100,00	1,00	1	1 000	100,00	1,13	1
BESOL (b)	1 000	100,00	1,00	1	1 000	100,00	1,13	1
ES Bank	6 377 050	98,45	2,38	61 023	6 377 050	98,45	2,84	72 616
ESF Consultants	649 800	98,83	5,00	3 249	450 100	90,02	5,00	2 251
BES.COM	50 000 000	100,00	1,00	50 000	50 000 000	100,00	1,00	50 000
ES Contact Center	945 000	26,25	1,00	945	945 000	26,25	1,00	945
BES Angola	9 996 000	99,96	0,95	9 532	9 996 000	99,96	1,13	11 342
Jampur	1	75,00	3 750,00	4	1	100,00	3 750,00	4
BES International, SGPS	75 000	100,00	1,00	75 040	50 000	100,00	1,00	40
<i>Total</i>				808 589				730 775
Menos: provisão para menos-valias				(1 901)				—
				806 628				730 775

(a) Sociedade por quotas.

(b) V. notas n.º 2 e 22.

(c) Empresa constituída/adquirida em 2002.

Conforme referido na nota n.º 2, durante o ano de 2002 foi constituído o BES Açores. Desta operação resultou o reconhecimento pelo BES de uma diferença de primeira consolidação negativa no montante de 4436 milhares de euros (v. nota n.º 23). Durante o exercício de 2002 o BES adquiriu ainda uma participação de 16,24% no BEST resultante do aumento de capital deste Banco.

11 — Imobilizações incorpóreas:

	BES		Consolidado	
	2002	2001	2002	2001
Custos plurianuais	13 965	11 354	23 107	19 145
Sistema de tratamento automático de dados	346 575	253 072	395 885	290 935
Outras	287	11 344	25 759	41 849
	360 827	275 770	444 751	351 929
Imobilizações em curso	75 260	91 316	78 368	94 401
	436 087	367 086	523 119	446 330
Amortização acumulada	(286 074)	(221 070)	(339 371)	(263 982)
	150 013	146 016	183 748	182 348

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, o movimento nesta rubrica de foi o seguinte:

	BES					
	Saldo inicial	Adições	Abates	Transferências	Variação cambial e outros movimentos	Saldo final
Valor bruto	275 770	5 453	—	79 604	—	360 827
Imobilizado em curso	91 316	63 782	—	(79 838)	—	75 260
Amortização acumulada	(221 070)	(65 010)	—	—	6	(286 074)
<i>Total</i>	146 016	4 225	—	(234)	6	150 013

	Consolidado					Saldo final
	Saldo inicial	Adições	Abates	Transfe-rências	Variação cambial e outros movimentos	
Valor bruto	351 929	19 088	(1 744)	81 249	(5771)	444 751
Imobilizado em curso	94 401	68 182	(278)	(82 996)	(941)	78 368
Amortização acumulada	(263 982)	(81 391)	1 397	—	4 605	(339 371)
<i>Total</i>	182 348	5 879	(625)	(1 747)	(2 107)	183 748

12 — Imobilizações corpóreas:

	BES		Consolidado	
	2002	2001	2002	2001
Imóveis:				
De serviço próprio	349 515	346 429	442 192	432 553
Beneficiações em edifícios arrendados	130 694	119 286	144 718	132 296
Outros	14	14	2 107	2 023
	480 223	465 729	589 017	566 872
Equipamento:				
Equipamento informático	154 343	134 105	203 940	180 132
Mobiliário e material	51 520	51 616	91 306	86 244
Máquinas e ferramentas	13 172	13 807	17 068	17 386
Instalações interiores	64 607	63 380	81 462	78 162
Material de transporte	6 732	8 305	14 178	16 461
Equipamento de segurança	16 406	16 120	23 611	20 359
Outros	376	358	2 256	1 141
	307 156	287 691	433 821	399 885
Outras imobilizações:				
Património artístico	6 947	6 893	8 254	8 153
	794 326	760 313	1 031 092	974 910
Imobilizado em curso:				
Imóveis	8 781	10 088	10 514	10 119
Beneficiações em edifícios arrendados	2 699	10 968	2 701	10 968
Equipamento informático	9 948	23 201	10 994	25 085
Outros	222	584	296	639
	21 650	44 841	24 505	46 811
	815 976	805 154	1 055 597	1 021 721
Amortização acumulada	(520 792)	(490 803)	(628 977)	(583 617)
	295 184	314 351	426 620	438 104

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, o movimento nesta rubrica de foi o seguinte:

	BES						Saldo final
	Saldos iniciais líquidos	Adições	Abates	Amortizações do exercício	Transfe-rências	Variação cambial e outros	
Imóveis	209 649	3 339	(393)	(13 237)	12216	6	211 580
Equipamento	52 968	7 183	(552)	(25 162)	20 735	(90)	55 082
Outras imobilizações	6 893	68	(5)	—	—	(84)	6 872
Imobilizações em curso	44 841	9 760	—	—	(32 951)	—	21 650
	314 351	20 350	(950)	(38 399)	—	(168)	295 184
	Consolidado						Saldo final
	Saldos iniciais líquidos	Adições	Abates	Amortizações do exercício	Transfe-rências	Variação cambial e outros	
Imóveis	295 612	8 801	(1 117)	(15 973)	12 982	2 362	302 667
Equipamento	87 528	17 879	(1 428)	(37 351)	23 152	1 414	91 194
Outras imobilizações	8 153	301	(140)	(1)	—	(59)	8 254
Imobilizações em curso	46 811	13 439	(89)	—	(35 489)	(167)	24 505
	438 104	40 420	(2 774)	(53 325)	645	3 550	426 620

O efeito acumulado em 31 de Dezembro de 2002 e 2001 das reavaliações do imobilizado corpóreo, sumariza-se como segue:

	BES					
	2002			2001		
	Imóveis	Equipa- mento	Total	Imóveis	Equipa- mento	Total
Custo de aquisição	222 252	296 272	518 524	217 574	289 595	507 1 69
Reavaliação	269 451	28 001	297 452	269 451	28 534	297 985
Custo reavaliado	491 703	324 273	815 976	487 025	318 129	805 154
Depreciação ao custo	101 025	224 739	325 764	90 589	206 940	297 529
Depreciação da reavaliação	167 617	27 411	195 028	165 492	27 782	193 274
Depreciação total	268 642	252 150	520 792	256 081	234 722	490 803
Valor líquido a custo de aquisição	121 227	71 533	192 760	126 985	82 655	209 640
Reavaliação incluída no imobilizado corpóreo líquido	101 834	590	102 424	103 959	752	104 711
Valor líquido reavaliado	223 061	72 123	295 184	230 944	83 407	314 351
	Consolidado					
	2002			2001		
	Imóveis	Equipa- mento	Total	Imóveis	Equipa- mento	Total
Custo de aquisição	323 539	420 874	744 413	309 493	400 466	709 959
Reavaliação	278 693	32 491	311 184	278 706	33 056	311 762
Custo reavaliado	602 232	453 365	1 055 597	588 199	433 522	1 021 721
Depreciação ao custo	117 082	310 689	427 771	104 216	280 159	384 375
Depreciação da reavaliação	169 337	31 869	201 206	167 044	32 198	199 242
Depreciação total	286 419	342 558	628 977	271 260	312 357	583 617
Valor líquido a custo de aquisição	206 457	110 185	316 642	205 277	120 307	325 584
Reavaliação incluída no imobilizado corpóreo líquido	109 356	622	109 978	111 662	858	112 520
Valor líquido reavaliado	315 813	110 807	426 620	316 939	121 165	438 104

13 — Outros activos:

	BES		Consolidado	
	2002	2001	2002	2001
Suprimentos	23 047	22 985	17 653	38 470
Ouro, outros metais preciosos, numismática, medalhística e outras disponibilidades	14 058	40 548	14 390	41 268
Aplicações em imóveis [(v. nota n.º 3.3, alínea i)]	17 539	16 527	64 099	53 924
Devedores diversos	118 166	63 181	160 749	124 186
Activos subordinados	10 256	5 673	10 256	5 673
Aplicações em títulos para recuperação de crédito	—	—	149	12 903
Bonificações de juros relativas a crédito imobiliário	—	—	61 945	65 500
Futuros e opções	11 046	27 632	14 879	34 434
Depósitos de caução	50 291	74 644	70 729	74 644
Diversos	82 088	123 701	81 105	107 362
	326 491	374 891	495 954	558 364
Provisões para outras aplicações	(8 891)	(2 525)	(21 556)	(17 389)
Provisões para risco país	(510)	(384)	(382)	(233)
Total de provisões (v. nota n.º 20)	(9 401)	(2 909)	(21 938)	(17 622)
	317 090	371 982	474 016	540 742

Incluído na rubrica de diversos encontra-se o montante de 5828 milhares de euros relativo ao *cash reserve* adquirido em operações de securitização, conforme descrito na nota n.º 35. As provisões associadas a esse *cash reserve* ascendem a 1665 milhares de euros e encontram-se incluídas na rubrica de provisões para outras aplicações.

A rubrica de devedores diversos inclui o montante de 56 100 milhares de euros (2001: 31 000 milhares de euros) relativo à mobilização de 5 327 000 acções do BES (2001: 1 735 000 acções) no âmbito do sistema de incentivos baseado na atribuição de acções (v. nota n.º 23).

O detalhe da rubrica de suprimentos do BES encontra-se no inventário de títulos e participações financeiras. Para o Grupo, esta rubrica, decompõe-se como segue:

Entidade	2002	2001
Activalor	5 805	4 664
Longitinium, S. A.	1238	1 238
SPVG	512	512
ESAF — Holding GMBH	1 939	—
WEB LAB, SGPS, S. A.	2 056	—
Sociedade Imobiliária Urbanização do Parque	1 820	1 820
Jampur	—	12 697
OPCA	—	14 101
Outras	4 283	3 438
	<u>17 653</u>	<u>38 470</u>

14 — Contas de regularização do activo:

	BES		Consolidado	
	2002	2001	2002	2001
Proveitos a receber	268 479	297 581	313 602	341 691
Operações activas a regularizar	9 819	12 795	22 855	28 374
Despesas com custo diferido	10 958	10 504	23 987	22 237
Custos diferidos com obrigações	607 604	1 326	609 338	1611
Custos diferidos com pensões	209 417	1 512	223 861	4 787
Flutuação de valores em participações	107 936	18 273	103 996	23 419
Flutuação de valores (pensões)	104 746	75 949	113 518	82 526
Economato	911	1 210	1 365	1 704
Operações de bolsa a regularizar	—	291 486	163 208	338 541
Outras	26 048	120 546	53 186	151 940
	<u>1 345 918</u>	<u>831 182</u>	<u>1 628 916</u>	<u>996 830</u>

Em 31 de Dezembro de 2002, a rubrica de custos diferidos com obrigações reflecte os juros de obrigações cupão zero emitidas que, conforme as regras do PCSB, devem ser reconhecidos no passivo pelo valor de reembolso por contrapartida desta rubrica de do activo [v. nota n.º 3.3, alínea d)].

Conforme política contabilística descrita na nota n.º 3.3, alínea j), os custos diferidos com pensões reflectem os ganhos e perdas actuariais diferidos acima do valor do corredor, e que serão imputados a resultados, durante um período de 10 anos. Os ganhos e perdas actuariais até ao limite do corredor, encontram-se registados na rubrica de flutuação de valores (pensões).

A rubrica de flutuação de valores em participações representa a variação cambial acumulada, entre a data de aquisição e a data do balanço, das participações financeiras não consolidadas denominadas em moeda estrangeira, conforme política contabilística referida na nota n.º 3.3, alínea e). O valor desta rubrica de em 31 de Dezembro de 2002 é explicado, fundamentalmente, pela variação cambial decorrente da participação financeira no Banco Bradesco.

As rubricas de operações de bolsa a regularizar do activo e do passivo (v. nota n.º 19), em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, evidenciam o saldo líquido das ordens de venda e compra em bolsa do Banco e do Grupo que aguardam a respectiva liquidação financeira.

15 — Débitos para com instituições de crédito:

O saldo dos débitos para com instituições de crédito, à vista, a prazo e com pré-aviso é composto quanto à sua natureza, como segue:

	BES		Consolidado	
	2002	2001	2002	2001
À vista:				
No País	134 939	228 497	21 738	64 546
No estrangeiro	244 244	196 410	311 494	274 152
	<u>379 183</u>	<u>424 907</u>	<u>333 232</u>	<u>338 698</u>
A prazo ou com pré-aviso:				
No País:				
Depósitos a prazo e outros recursos	119 455	189 776	1 064 817	1 592 221
Mercado monetário interbancário	50 000	170 000	104 410	222 290
Depósitos e redesconto junto do Banco de Portugal	3 443	—	3 443	—
	<u>172 898</u>	<u>359 776</u>	<u>1 172 670</u>	<u>1 814 511</u>
No estrangeiro:				
Depósitos a prazo e outros recursos	8 893 812	8 813 842	5 318 219	4 766 974
Cadências de crédito com acordo de recompra	—	—	854 586	616 509
	<u>8 893 812</u>	<u>8 813 842</u>	<u>6 172 805</u>	<u>5 383 483</u>
	<u>9 066 710</u>	<u>9 173 618</u>	<u>7 345 475</u>	<u>7 197 994</u>
	<u>9 445 893</u>	<u>9 598 525</u>	<u>7 678 707</u>	<u>7 536 692</u>

Os depósitos a prazo e outros recursos de instituições de crédito no estrangeiro, em 31 de Dezembro de 2002, incluem 7 708 728 milhares de euros (2001: 7 654 565 milhares de euros), que dizem respeito a passivos das sucursais financeiras internacionais e exterior do BES perante instituições de crédito estrangeiras.

Quanto à sua duração residual os débitos para com instituições de crédito decompõem-se como segue:

Prazos	BES		Consolidado	
	2002	2001	2002	2001
Exigível à vista	379 183	424 907	333 232	338 698
Exigível a prazo:				
Até três meses	3 222 735	3 857 653	4 522 951	4 405 464
De três meses a um ano	1 169 199	1 372 539	1 592 116	2 176 808
De um a cinco anos	4 147 343	3 585 288	710 320	477 808
Mais de cinco anos	527 433	358 138	520 088	137 914
	9 066 710	9 173 618	7 345 475	7 197 994
	9 445 893	9 598 525	7 678 707	7 536 692

16 — Débitos para com clientes:

O saldo desta rubrica de é composto quanto à sua natureza, como segue:

	BES		Consolidado	
	2002	2001	2002	2001
À vista:				
Depósitos à ordem	6 003 246	5 696 375	7 321 027	6 879 626
A prazo:				
Depósitos com pré-aviso	4 176	3 656	4 176	3 656
Depósitos a prazo	3 783 499	3 639 952	8 144 128	7 666 083
Cheques e ordens a pagar	49 303	25 350	61 645	36 284
Operações de venda com acordo de recompra	—	—	681 268	115 411
Recursos consignados	18 247	23 935	18 247	25 456
Outros	58 190	86 787	99 090	161 596
	3 913 415	3 779 680	9 008 554	8 008 486
Depósitos de poupança:				
Emigrantes	—	—	4 020	4 864
Reformados	395 102	435 058	418 547	453 266
Outros	1 878 871	2 027 057	1 915 508	2 048 498
	2 273 973	2 462 115	2 338 075	2 506 628
	12 190 634	11 938 170	18 667 656	17 394 740

Quanto à sua duração residual os débitos para com clientes decompõem-se como segue:

Prazos	BES						Consolidado	
	2002			2001			2002	2001
	Depósitos de poupança	Outros depósitos	Total	Depósitos de poupança	Outros depósitos	Total	Total	Total
Exigível à vista	—	6 003 246	6 003 246	—	5 696 375	5 696 375	7 321 027	6 879 626
Exigível a prazo:								
Até três meses	1 944 183	2 951 306	4 895 489	2 139 775	2 577 694	4 717 469	8 984 526	7 592 514
De três meses a um ano	315 439	947 025	1 262 464	321 940	986 210	1 308 150	2 254 349	2 480 958
De um a cinco anos	14 351	7 891	22 242	400	212 697	213 097	85 108	420 300
Mais de cinco anos	—	7 193	7 193	—	3 047	3 047	22 646	21 310
Indeterminado	—	—	—	—	32	32	—	32
	2 273 973	3 913 415	6 187 388	2 462 115	3 779 680	6 241 795	11 346 629	10 515 114
	2 273 973	9 916 661	12 190 634	2 462 115	9 476 055	11 938 170	18 667 656	17 394 740

17 — Débitos representados por títulos:

Os débitos representados por títulos nas contas individuais e consolidados decompõem-se como segue:

	BES		Consolidado	
	2002	2001	2002	2001
Débitos representados por títulos:				
Obrigações de caixa	1 491 529	784 618	3 383 428	2 641 651
Euro Medium Term Notes	—	—	4 181 271	4 265 550
Certificados de depósitos	1 706 326	1 729 838	1 656 179	1 741 106
Outros	9 536	61 056	49 973	156 236
	<u>3 207 391</u>	<u>2 575 512</u>	<u>9 270 851</u>	<u>8 804 543</u>

A sua duração residual é como segue:

	BES		Consolidado	
	2002	2001	2002	2001
Até três meses	1 475 117	1 387 238	1 428 146	1 405 868
De três meses a um ano	321 905	589 046	921 771	1 363 703
De um a cinco anos	417 007	424 481	4 168 434	4 138 532
Mais de cinco anos	993 362	174 747	2 752 500	1 896 440
	<u>3 207 391</u>	<u>2 575 512</u>	<u>9 270 851</u>	<u>8 804 543</u>

As características essenciais destes recursos, para o Banco (BES), são como segue:

Designação	Data de emissão	Moeda	Montante (milhares de euros)	Elimi- nações	Montante líquido de eliminações (milhares de euros)	Remuneração global/taxa de juro (percentagem)	Maturidade	Cotação em bolsa
Obrig. de caixa Poupança Mais — 2.ª emissão	Março de 1999	EUR	5 986	(1 502)	4 484	3,165	2004	—
Obrig. de caixa Euro Stoxx — 2004	Dezembro de 1999	EUR	10 000	—	10 000	(a)	2004	—
Obrig. de caixa F. P. O. F.	Novembro de 1999	EUR	5 000	—	5 000	(a)	2005	—
Obrig. de caixa BES Aforro 5 anos — 1.ª e 2.ª emissões	Outubro e Novembro de 1999	EUR	15 000	—	15 000	3,95	2004	—
Obrig. de caixa BES Aforro — Janeiro de 2000 — 1.ª e 2.ª emissão	Janeiro de 2000	EUR	7 500	(932)	6 568	3,75	2003	—
Obrig. de caixa Rendimento Mais — 1.ª série	Junho de 2000	EUR	10 857	(95)	10 762	5,80	2008	—
Obrig. de caixa Rendimento Mais — 2.ª série	Junho de 2000	EUR	4 950	(3)	4 947	5,95	2008	—
Obrig. de caixa Cabaz Empresas DSL	Maio de 2000	EUR	8 600	(650)	7 950	(a)	2003	—
Obrig. de caixa Electricidade	Maio de 2000	EUR	1 800	(202)	1 598	(a)	2003	—
Obrig. de caixa Dax 2003	Abril de 2000	EUR	8 750	(411)	8 339	(a)	2003	—
Obrig. de caixa Cabaz WAP — Setembro de 2000	Setembro de 2000	EUR	5 789	(350)	5 439	(a)	2003	—
Obrig. de caixa Rendimento Mais — 3.ª série	Julho de 2000	EUR	6 865	—	6 865	6,47	2008	—
Obrig. de caixa Rendimento Mais — 4.ª série	Agosto de 2000	EUR	7 118	—	7 118	5,79	2008	—
Obrig. de caixa Rendimento Mais — 5.ª série	Setembro de 2000	EUR	5 142	—	5 142	5,70	2008	—
Obrig. de caixa Euro Stoxx 50 — Maio de 2000	Maio de 2000	EUR	2 700	(204)	2 496	(a)	2003	—
Obrig. de caixa Euro Stoxx 50 — Junho de 2000 — 1.ª e 2.ª série	Junho de 2000	EUR	7 000	(869)	6 131	(a)	2003-2005	—
Obrig. de caixa Euro Stoxx 50 — Julho de 2000	Julho de 2000	EUR	3 750	(1 820)	1 930	(a)	2003	—
Obrig. de caixa Euro Stoxx 50 — Agosto de 2000 — 1.ª e 2.ª série	Agosto de 2000	EUR	9 742	(460)	9 282	(a)	2003	—
Obrig. de caixa Euro Stoxx 50 — Agosto de 2000	Agosto de 2000	EUR	10 896	—	10 896	(a) + 1	2005	—
Obrig. de caixa Euro 50 Stoxx — Dezembro de 2000	Dezembro de 2000	EUR	1 102	—	1 102	(a)	2003	—
Obrig. de caixa indexadas a um cabaz de índices mundiais — Dezembro de 2000	Dezembro de 2000	EUR	5 715	—	5 715	(a) + 1	2005	—
Obrig. de caixa Cabaz 2003	Fevereiro de 2001	EUR	15 000	—	15 000	(a)	2003	—
Obrig. de caixa Cabaz Global Telecom	Março de 2001	EUR	10 648	(473)	10 175	(a)	2003	—
Obrig. de caixa Cabaz Global Indústria Base	Março de 2001	EUR	2 816	(156)	2 660	(a)	2003	—
Obrig. de caixa Cabaz Global Utilities	Março de 2001	EUR	2 649	(87)	2 562	(a)	2003	—
Obrig. de caixa Eurostoxx 50 — Maio de 2001	Maio de 2001	EUR	4 879	—	4 879	(a)	2004	—
Obrig. de caixa BES Mix Eurostoxx 50	Julho de 2001	EUR	16 261	(210)	16 051	(a)	2004	—
Obrig. de caixa BES Corredor Euribor — 2003	Agosto de 2001	EUR	6 040	(194)	5 846	Euribor 6m + 5pb	2003	—
Obrig. de caixa BES Super Fundos	Julho de 2001	EUR	14 195	(535)	13 660	(a)	2004	—
Obrig. de caixa BES Mercury Selected Fund	Julho de 2001	EUR	6 000	—	6 000	(a) + 1	2006	—
Obrig. de caixa BES Euro Renda	Agosto de 2001	EUR	15 000	—	15 000	5,50	2009	—
Obrig. de caixa BES Euro 2004	Agosto de 2001	EUR	13 424	(709)	12 715	6,42	2004	—
Obrig. de caixa BES Euro Fundos	Setembro de 2001	EUR	8 264	(175)	8 089	(a)	2004	—
Obrig. de caixa Cabaz 2004	Dezembro de 2001	EUR	7 305	(47)	7 305	(a)	2004	—
Obrig. de caixa BES Euro — 5 + 45%	Janeiro de 2002	EUR	2 476	(1 005)	995	(a)	2005	—
Obrig. de caixa BES Euro Best 50	Fevereiro de 2002	EUR	2 000	(150)	5 775	(a) + 3,5	2005	—
Obrig. de caixa BES Euro Stoxx 2005	Março de 2002	EUR	5 925	—	22 306	5,32	2010	—
Obrig. de caixa BES Euro Renda	Abril de 2002	EUR	22 306	—	14 650	(a) + 0,85	2007	—
Obrig. de caixa BES DJ Global Titans	Maio de 2002	EUR	14 650	—	73 050	(a)	2005	—
Obrig. de caixa BES Mix 2002	Fevereiro a Maio de 2002	EUR	73 706	(656)	3 639	(a) + 2,04	2005	—
Obrig. de caixa BES Mix Mundial 2002	Julho de 2002	EUR	3 664	(25)	11 098	(a) + 3,9	2007	—
Obrig. de caixa BES Rendimento Private 2007	Julho de 2002	EUR	11 098	—	13 753	(a)	2005	—
Obrig. de caixa BES Mix 2002	Setembro a Novembro de 2002	EUR	13 806	(53)	—	—	—	—

Designação	Data de emissão	Moeda	Montante (milhares de euros)	Elimi- nações	Montante líquido de eliminações (milhares de euros)	Remuneração global/taxa de juro (percentagem)	Maturidade	Cotação em bolsa
Obrig. de caixa BES Mix Executive 2002	Novembro de 2002	EUR	2 026	—	2 026	(a)	2005	—
Obrig. de caixa BES-SFE Euro Stoxx 50 — 1.ª, 2.ª, 3.ª, 4.ª e 5.ª emissões	Junho de 2000	EUR	700	(404)	296	1,36	2005	—
Obrig. de caixa BES-SFE — (aforro emigrante)	Janeiro, Fevereiro e Junho de 2000	EUR	15 250	(1 204)	14 046	3,75 — 4,66	2003	—
Obrig. de caixa BES-SFE Euro Stoxx 50 — não residentes	Maio, Julho, Setembro e Dezembro de 2000	EUR	12 091	—	12 091	1,71 — 2,07	2003	—
Obrig. de caixa BES — SFE Cabaz WAP — não residentes	Setembro de 2000	EUR	2 886	(111)	2 775	3,86	2003	—
Obrig. de caixa BES — SFE Cabaz Global Utilities	Março de 2001	EUR	201	(11)	190	2,51	2003	—
Obrig. de caixa BES — SFE Cabaz Global Industria Base	Março de 2001	EUR	366	—	366	2,24	2003	—
Obrig. de caixa BES — SFE Cabaz Global Telecom	Março de 2001	EUR	1 137	—	1 137	2,59	2003	—
Obrig. de caixa BES — SFE Mix Eurostoxx 50	Julho e Agosto de 2001	EUR	7 527	—	7 527	2,43 — 2,54	2004	—
Obrig. de caixa BES — SFE Euro 2004	Agosto de 2001	EUR	9 255	(58)	9 197	2,87	2004	—
Obrig. de caixa BES — SFE Euro Fundos	Setembro de 2001	EUR	4 683	—	4 683	3,10	2004	—
Obrig. de caixa BES — SFE Euro Fundos	Janeiro, Fevereiro, Abril e Maio de 2002	EUR	3 179	—	3 179	2,58 — 2,77	2005	—
Obrig. de caixa BES Cayman — taxa Fixa	Novembro de 2001	USD	190 712	—	190 712	3,51 — 5,22	2004-2011	—
Obrig. de caixa BES Cayman — taxa Fixa	Dezembro de 2001	EUR	25 000	—	25 000	4,66	2006	—
Obrig. de caixa BES Cayman — cupão zero	Julho e Setembro de 2002	EUR	800 000	—	800 000	5,01	2027	—
Obrig. de caixa BES Cayman Mix	Setembro de 2002	EUR	142	—	142	(a)	2005	—
<i>Index linked notes</i> BES Cayman	Dezembro de 2000	USD	1 491 529	(13 761)	1 477 768	—	—	—
Certificados de depósito	—	EUR	1 706 326	(54 920)	1 651 406	—	—	—
			3 207 391	(78 217)	3 129 174			

As características essenciais destes recursos, para o Grupo, são como segue:

Entidade emitente/Designação	Data de emissão	Moeda	Montante (milhares de euros)	Elimi- nações	Montante líquido de eliminações (milhares de euros)	Remuneração global/ taxa de juro (percentagem)	Periodicidade de pagamento de juros	Maturidade	Cotação em bolsa
BES:									
Obrigações em circulação	—	—	1 491 529	(13 761)	1 477 768	—	—	—	—
Outros títulos	—	—	1 715 862	(64 456)	1 651 406	—	—	—	—
			3 207 391	(78 217)	3 129 174				
BIC:									
Obrigações em circulação:									
Obrigações de caixa BIC 98 — 3.ª emissão ...	Julho, Agosto e Setembro de 1998	EUR	56 983	—	56 983	6M Euribor + 15bp	Semestral	2003	—
Obrigações de caixa BIC 99 — 3.ª emissão ...	Setembro e Novembro de 1999	EUR	200 000	(107 911)	92 089	6M Euribor + 65bp	Semestral	2008	—

Entidade emitente/Designação	Data de emissão	Moeda	Montante (milhares de euros)	Elimi- nações	Montante líquido de eliminações (milhares de euros)	Remuneração global/ taxa de juro (percentagem)	Periodicidade de pagamento de juros	Maturidade	Cotação em bolsa
Obrig. de caixa BIC/SFE 2000 — 1.ª emissão ...	Setembro de 2000	EUR	75 000	(75 000)	—	6M Euribor + 32bp	Semestral	2005	—
Obrigações de caixa BIC/Cayman 2001 — 1.ª à 23.ª emissão	Fevereiro a Junho de 2001	EUR	1 200 000	(11 180)	1 188 820	5,4 — 6,075	Anual	2008-2013	—
Obrigações de caixa BIC/Cayman 2001 — 24.ª à 27.ª emissão	Julho de 2001	EUR	300 000	—	300 000	6,01 — 6,16	Anual	2014-2015	—
Obrigações de caixa BIC/Cayman 2001 — 28.ª à 30.ª emissão	Outubro a Novembro de 2001	EUR	150 000	—	150 000	4,29 — 5,42	Anual	2004-2011	—
Obrigações de caixa BIC/Cayman 2002 — 1.ª emissão	Março de 2002	EUR	70 000	—	70 000	5,915	Anual	2012	—
Obrigações de caixa BIC/Cayman 2002 — 2.ª emissão	Março de 2002	EUR	5 000	—	5 000	4,650	Trimestral	2012	—
Obrigações de caixa BIC/Cayman 2002 — 3.ª à 5.ª emissão	Março a Junho de 2002	EUR	130 000	(91 400)	38 600	5,23 — 5,42	Anual	2007	—
			2 186 983	(285 491)	1 901 492				
Outros títulos:									
Certificados de depósito	—	EUR	4 216	—	4 216	—	—	—	—
			2 191 199	(285 491)	1 905 708				
BES Leasing Mobiliária:									
Obrigações em circulação:									
Obrigações de Caixa BLM 2000	Novembro de 2000	EUR	50 000	(48 903)	1 097	6M Euribor	Semestral	2005	—
BES Imobiliária:									
Obrigações em circulação:									
Obrigações de Caixa BLI 1999	Dezembro de 1999	EUR	12 000	(12 000)	—	3,580	Semestral	2009	—
Obrigações de Caixa BLI 2000	Novembro de 2000	EUR	60 000	(60 000)	—	3,659	Semestral	2010	—
			72 000	(72 000)	—				
BES Finance:									
Euro Medium Term Notes:									
Euro Medium Term Notes Programm	Fevereiro de 1999	EUR	400 000	—	400 000	3M Euribor + 15bp	Trimestral	2004	Luxemburgo
Euro Medium Term Notes Programm	Janeiro de 2000	USD	286 068	—	286 068	3M USD Libor + 15bp	Trimestral	2005	Luxemburgo
Euro Medium Term Notes Programm	Setembro de 2000	EUR	500 000	—	500 000	3M Euribor + 15bp	Trimestral	2003	Luxemburgo
Euro Medium Term Notes Programm	Novembro de 2000	EUR	225 000	—	225 000	3M Euribor + 18,75bp	Trimestral	2005	Luxemburgo
Euro Medium Term Notes Programm	Novembro de 2000	USD	286 068	—	286 068	3M USD Libor + 20bp	Trimestral	2005	Luxemburgo
Euro Medium Term Notes Programm	Janeiro de 2001	EUR	400 000	—	400 000	3M Euribor + 17,5bp	Trimestral	2006	Luxemburgo
Euro Medium Term Notes Programm	Junho de 2001	EUR	600 000	—	600 000	3M Euribor + 10bp	Trimestral	2004	Luxemburgo
Euro Medium Term Notes Programm	Setembro de 2001	EUR	600 000	—	600 000	3M Euribor + 20bp	Trimestral	2006	Luxemburgo
Euro Medium Term Notes Programm	Janeiro de 2002	EUR	100 000	—	100 000	3M Euribor + 17bp	Trimestral	2004	Luxemburgo
Euro Medium Term Notes Programm	Junho de 2002	EUR	600 000	—	600 000	3M Euribor + 20bp	Trimestral	2007	Luxemburgo
Euro Medium Term Notes Programm	Julho de 2002	HKD	21 400	—	21 400	HKD Hibor 3M + 25,5bp	Trimestral	2006	Luxemburgo
			4 018 536	—	4 018 536				

Entidade emitente/Designação	Data de emissão	Moeda	Montante (milhares de euros)	Eliminações	Montante líquido de eliminações (milhares de euros)	Remuneração global/taxa de juro (percentagem)	Periodicidade de pagamento de juros	Maturidade	Cotação em bolsa
BESI:									
Obrigações em circulação:									
Obrigações de Caixa Super Rendimento Best	Novembro de 2001	EUR	3 071	—	3 017	6,25	Anual	2003-2004	Lisboa
Euro Medium Term Notes:									
Euro Medium Term Notes Programm	Setembro a Dezembro de 2001	EUR	117 678	(2 500)	115 178	7,85	Semestral/anual	2004-2011	—
Euro Medium Term Notes Programm	Março a Dezembro de 2001	EUR	97 650	(50 093)	47 557	(a)	Trimestral/anual	2003-2017	—
			<u>218 399</u>	<u>(52 593)</u>	<u>165 806</u>				
ES PCL:									
Outros títulos:									
Equity linked notes	Maio de 2002	EUR	21 011	—	21 011	(a)	Na maturidade	2003	—
Euroges:									
Outros títulos:									
Papel comercial	Outubro de 2002	EUR	28 000	—	28 000	3,4200	Emitido a desconto	2003	—
Besnac:									
Outros títulos:									
Papel comercial	Novembro de 2002	USD	962	—	962	1,3260	Na maturidade	2003	Nova Iorque
BES Açores:									
Outros títulos:									
Certificados de depósito	—	EUR	557	—	557	—	—	—	—
<i>Total</i>			<u>9 808 055</u>	<u>(537 204)</u>	<u>9 270 851</u>				
Obrigações em circulação									
Euro Medium Term Notes					3 383 428				
Certificados de depósito					4 181 271				
Outros títulos					1 656 179				
					49 973				
<i>Total consolidado</i>					<u>9 270 851</u>				

(a) Remuneração variável determinada em função da valorização do cabaz associado, conforme definido na ficha técnica.

18 — Outros passivos:

	BES		Consolidado	
	2002	2001	2002	2001
IRC a pagar	1 196	—	13 811	15 848
Outros impostos a entregar ao Estado	11 280	10 729	21 415	20 326
Credores diversos não residentes	7 571	5 610	30 884	46 864
Outros fornecedores residentes	21 437	20 187	32 393	29 027
Outros credores	36 019	62 098	85 468	125 808
Outros	1 398	1 534	3 912	5 308
	<u>78 901</u>	<u>100 158</u>	<u>187 883</u>	<u>243 181</u>

19 — Contas de regularização do passivo:

	BES		Consolidado	
	2002	2001	2002	2001
Custos a pagar	307 916	317 569	395 844	405 138
Receitas com proveito diferido	25 429	27 352	52 273	44 650
Diversas operações a regularizar	37 932	14 062	61 502	43 775
Valores cobrados a regularizar	7 364	8 900	24 810	31 241
Operações de bolsa a regularizar	39 506	—	185 902	59 689
Outras	23 288	6 633	63 428	110 764
	<u>441 435</u>	<u>374 516</u>	<u>783 759</u>	<u>695 257</u>

As rubricas de operações de bolsa a regularizar do activo e do passivo (v. nota n.º 14), em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, evidenciam o saldo líquido das ordens de venda e compra em bolsa do Banco e do Grupo que aguardam a respectiva liquidação financeira.

20 — Movimento de provisões:

O movimento verificado nas rubricas de provisões, durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, foi o seguinte:

	Provisões apresentadas no activo						Provisões apresentadas no passivo				Total
	Provisões			Provisões			Provisões			Provisões	
	Provisões para créditos sobre instituições de crédito	Provisões para crédito e juros vencidos	Provisões para créditos de cobrança/duvidosa/ crédito de clientes	Provisões para títulos	Provisões para participação em valores financeiros	Provisões para outras aplicações	Total	Provisões para pensões e encargos similares	Provisões para riscos bancários gerais	Provisões para outros riscos e encargos	

BES:

Saldo em 31 de Dezembro de 2000	33 013	167 801	10 136	120 783	48 172	3 572	383 477	—	—	—	177 261	560 738
Diferença de câmbio e outros	2 893	627	—	948	—	73	4 541	—	—	—	547	5 088
Transferências	—	975	—	—	—	—	975	—	—	35 382	(975)	35 382
Reforços	10 300	75 256	3 195	114 921	23 166	639	227 477	—	—	—	18 119	245 596

	Provisões apresentadas no activo					Provisões apresentadas no passivo						
	Provisões para créditos sobre instituições de crédito	Provisões para créditos e juros vencidos	Provisões para cobrança duvidosa/ crédito de clientes	Provisões para títulos	Provisões para participações financeiras	Provisões para outras aplicações	Total	Provisões para pensões e encargos similares	Provisões para riscos bancários gerais	Provisões para outros riscos e encargos	Provisões para riscos gerais de crédito	Total
Utilizações	(24 981)	(77 519)	—	(35 733)	—	(1 024)	(139 257)	—	—	—	—	(139 257)
Reposições	(7 905)	(2 856)	—	(91 756)	(146)	(351)	(103 014)	—	—	—	(479)	(103 493)
Saldo em 31 de Dezembro de 2001	13 320	164 284	13 331	109 163	71 192	2 909	374 199	—	—	35 382	194 473	229 855
Aviso n.º 4/2002	—	—	—	—	30 403	—	30 403	—	—	—	—	30 403
Diferença de câmbio e outros	(2 036)	(1 036)	17	(3 484)	(1 931)	720	(7 750)	—	—	(1 759)	(1 760)	(9 510)
Transferências	(1 023)	(1 034)	—	20 984	(20 699)	4 483	2 711	—	—	(2 711)	(2 711)	—
Reforços	1 059	93 741	12 321	101 304	2317	2 707	213 449	—	—	8 316	61 643	283 408
Utilizações	(2 257)	(61 385)	(33)	(42 106)	(a) (42 210)	(56)	(148 047)	—	—	(5 698)	(750)	(154 495)
Reposições	(195)	(4 033)	(5 027)	(53 703)	(1 036)	(1 362)	(65 356)	—	—	(10 000)	(9 048)	(84 404)
Saldo em 31 de Dezembro de 2002	8 868	190 537	20 609	132 158	38 036	9 401	399 609	—	—	27 999	241 848	269 847
Consolidado:												
Saldo em 31 de Dezembro de 2000	33 080	288 807	16 911	137 960	5 497	18 498	500 753	3 734	54 079	—	254 728	312 541
Diferença de câmbio e outros	2 888	1 131	26	954	(499)	11	4 511	—	(48)	—	3 493	3 445
Transferências	(5)	3 095	(3 533)	4 258	(2 933)	(677)	205	—	(121)	37 202	(1 354)	35 932
Reforços	11 045	142 278	8 280	166 106	20 364	2 459	350 532	1 593	14 707	1 022	36 364	53 686
Utilizações	(24 977)	(115 504)	—	(37 373)	—	(1 051)	(178 905)	(5 280)	—	—	(5 280)	(184 185)
Reposições	(8 693)	(30 144)	(6 315)	(137 740)	(457)	(1 618)	(184 967)	—	(8 779)	(424)	(5 212)	(199 382)
Saldo em 31 de Dezembro de 2001	13 338	289 663	15 369	134 165	21 972	17 622	492 129	47	59 838	37 800	288 019	385 704
Aviso n.º 4/2002	—	—	—	—	29 233	—	29 233	—	—	—	—	29 233
Diferença de câmbio e outros	(2 060)	12 482	49	(4 841)	1 283	433	7 346	7 565	821	12 414	(135)	20 665
Transferências	(1 023)	(3 421)	(240)	33 181	(20 692)	1 134	8 939	—	(451)	2 492	(10 980)	(8 939)
Reforços	1 237	183 348	19 155	173 874	2 742	5 323	385 679	735	6 523	10 538	90 713	108 509
Utilizações	(2 257)	(96 551)	(126)	(50 939)	(20)	(350)	(150 243)	(3 679)	(a) (25 684)	(5 698)	(756)	(35 817)
Reposições	(365)	(42 558)	(9 724)	(101 662)	(130)	(2 224)	(156 663)	(8)	(b) (26 453)	(12 024)	(18 185)	(56 670)
Saldo em 31 de Dezembro de 2002	8 870	342 963	24 483	183 778	34 388	21 938	616 420	4 660	14 594	45 522	348 676	413 452
												1 029 872

(a) Inclui 42 189 milhares de euros, nas contas individuais, e 25 684 milhares de euros, nas contas consolidadas, de utilização referente à alienação da participação na IASA (v. nota n.º 9).

(b) Inclui 20 406 milhares de euros de reposição referente à alienação da participação na IASA (v. nota n.º 9).

21 — Passivos subordinados:

As principais características dos passivos subordinados do Banco e do Grupo são como segue:

Designação	Entidade emitente	Data de emissão	Moeda	Montante (milhares de euros)	Eliminações (milhares de euros)	Consolidado (milhares de euros)
Obrigações de caixa subordinadas	BES	Outubro de 1993	EUR	34 997	—	34 997
Obrigações de caixa subordinadas	BES	Maio de 1996	EUR	59 856	—	59 856
Obrigações de caixa subordinadas	BES	Junho de 1997	EUR	99 760	—	99 760
Obrigações perpétuas subordinadas	BES	Junho de 1997	EUR	99 760	—	99 760
Empréstimos subordinados	BES (Camão)	Novembro de 2000	USD	47 678	(47 678)	—
Empréstimos subordinados	BES (Camão)	Novembro de 2000	EUR	300 000	(300 000)	—
Empréstimos subordinados	BES (Camão)	Novembro de 2001	USD	238 390	(238 390)	—
Empréstimos subordinados	BES (Camão)	Maio de 2002	EUR	400 000	(400 000)	—
Empréstimos subordinados	BES (Camão)	Maio de 2002	EUR	500 000	(500 000)	—
				1 780 441	(1 486 068)	294 373
Obrigações de caixa subordinadas BIC — 1993	BIC	Março de 1993	EUR	9 553	—	9 553
Obrigações perpétuas subordinadas BIC — 1997	BIC	Novembro de 1997	EUR	49 880	(340)	49 540
Obrigações perpétuas subordinadas BIC — 1998	BIC	Novembro de 1998	EUR	24 940	(765)	24 175
Empréstimos subordinados	BIC (Cayman)	Janeiro de 2000	EUR	40 000	(40 000)	—
Empréstimos subordinados	BIC (Cayman)	Dezembro de 2000	EUR	60 000	(60 000)	—
				184 373	(101 105)	83 268
Obrigações subordinadas	BES Finance	Novembro de 1999	USD	47 678	—	47 678
Obrigações subordinadas	BES Finance	Março de 2000	EUR	300 000	—	300 000
Obrigações subordinadas	BES Finance	Maio de 2001	EUR	400 000	—	400 000
Obrigações perpétuas subordinadas	BES Finance	Maio de 2002	EUR	500 000	—	500 000
				1 247 678	—	1 247 678
Obrigações de caixa subordinadas	Besl. Imobiliária	Maio de 2001	EUR	7 000	(7 000)	—
Obrigações de caixa subordinadas	Besl. Mobiliária	Dezembro de 1999	EUR	12 000	—	12 000
Obrigações perpétuas subordinadas	Credibom	Novembro de 1999	EUR	9 000	(400)	8 600
Obrigações de caixa subordinadas	BESI	Dezembro de 1990	EUR	29 928	—	29 928
Obrigações de caixa subordinadas	BESI	Dezembro de 1998	EUR	19 952	—	19 952
				49 880	—	49 880
<i>Total</i>				3 290 372	(1 594 573)	1 695 799

Designação	Taxas de juro			Call option		Cotadas
	Indexante	Spread (percen- tagem)	Taxa actual (percen- tagem)	Cupão	Matu- ridade	
				Aos cupões	Prémio associado (percentagem)	
Obrigações de caixa subordinadas	Lisbor 6m	+ 0,125	3,250	1.º ao último (a)	2011	Lisboa
Obrigações de caixa subordinadas	Lisbor 6m	+ 0,15	3,250	1.º ao último	2006	Lisboa
Obrigações de caixa subordinadas	Lisbor 6m	+ 0,15	3,125	1.º ao último	2007	Lisboa
Obrigações perpétuas subordinadas	Lisbor 3m	+ 0,68	3,666	1.º ao 28.º	—	Lisboa
	Lisbor 3m	+ 2,18	—	Após 28.º	—	—

Designação	Taxas de juro				Call option			Cotadas
	Indexante	Spread (percentagem)	Taxa actual (percentagem)	Cupão	Matu-ridade	Aos cupões	Prémio associado (percentagem)	
Empréstimos subordinados	—	—	7,800	—	2009	—	—	—
Empréstimos subordinados	—	—	6,663	—	2010	—	—	—
Empréstimos subordinados	Libor 3m	+ 2,00	3,920	—	—	—	—	—
Empréstimos subordinados	—	—	6,255	—	2011	—	—	—
Empréstimos subordinados	—	—	6,635	—	—	10.º	—	—
Obrigações de caixa subordinadas BIC — 1993	TBA	x 1,055	3,438	2.º ao último (b)	2003	10.º/12.º/14.º/16.º/18.º	0,125/0,1/0,075/0,05/0,025	Lisboa
Obrigações perpétuas subordinadas BIC — 1997	Lisbor 3m	+ 0,73	3,897	1.º ao 28.º	—	28.º e seguintes	—	Lisboa
—	Lisbor 3m	+ 2,23	—	Após 28.º	—	—	—	—
—	Lisbor 3m	+ 1,95	5,045	1.º ao 28.º	—	28.º e seguintes	—	—
—	Lisbor 3m	+ 2,95	—	Após 28.º	—	—	—	—
—	Euribor 3m	+ 1,80	4,855	1.º ao último	—	19.º e seguintes	—	—
—	Euribor 3m	+ 1,80	4,855	1.º ao último	—	15.º e seguintes	—	—
—	—	—	7,800	1.º ao 20.º	2009	—	—	Luxemburgo
—	—	—	6,625	1.º ao 10.º	2010	—	—	Luxemburgo
—	—	—	6,250	1.º ao 10.º	2011	—	—	Luxemburgo
—	—	—	6,625	1.º ao 10.º	—	—	—	Luxemburgo
Obrigações perpétuas subordinadas	Euribor 6m	+ 1,25	4,427	1.º ao último	2011	10.º e seguintes	—	—
Obrigações de caixa subordinadas	Euribor 6m	+ 1,12	4,000	1.º ao último	2009	10.º e seguintes	—	—
Obrigações de caixa subordinadas	Euribor 3m	+ 1,50	5,125	1.º ao 20.º	—	20.º e seguintes	—	—
Obrigações perpétuas subordinadas	Euribor 3m	+ 2,50	—	21.º ao último	—	—	—	—
Obrigações de caixa subordinadas	Lisbor 6m	+ 0,5	3,410	1.º ao último	2006	—	—	Lisboa
Obrigações de caixa subordinadas	Euribor 6m	+ 0,6	3,490	2.º ao último (d)	2008	14.º	—	Lisboa

(a) A taxa de juro destas obrigações não poderá nunca ser inferior à taxa base anual (TBA) em vigor no mesmo período.

(b) Os juros do primeiro cupão foram calculados com base na taxa de 15%.

(c) Os juros do primeiro cupão foram calculados com base na Lisbor a 6 meses acrescida de uma margem de 0,50%, com um mínimo de 10% (floor).

(d) Os juros do primeiro cupão foram calculados com base na Lisbor a 6 meses acrescida de uma margem de 0,60%.

O montante dos encargos imputados e pagos pelo BES durante os exercícios de 2002 e 2001, relativamente aos passivos subordinados, foi como segue:

	BES			
	2002		2001	
	Encargos imputados	Encargos pagos	Encargos imputados	Encargos pagos
Obrigações de caixa	7 059	7 126	12 005	12 825
Obrigações perpétuas	4 104	4 107	5 130	5 139
Títulos de participação	—	—	3	10
	11 163	11 233	17 138	17 974

22 — Interesses minoritários:

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, a rubrica de no balanço consolidado de Interesses minoritários decompõe-se como segue:

	2002	2001
BESOL	238 938	284 263
ESOL	238 973	284 079
BEST	9 842	9 877
BESI (a)	5 058	5 960
BESSA (a)	571	(3 663)
BES Leasing Mob.	4 066	4 782
ESAF, SGPS	9 085	9 821
ESDATA	—	4 467
Credibom	11 859	10 640
BES Leasing Imob.	3 381	3 070
ES Capital	82	80
ES Cobranças	—	35
BES Oriente	50	75
Crediflash	429	436
ES Financial Consultants	147	142
GESFINC	11	17
ES Contact Center	613	826
ES Bank	506	612
BAC (b)	10 138	—
Quinta dos Cónegos (c)	434	—
Outras	53	17
	534 236	615 536

(a) Interesses minoritários resultantes da subconsolidação no BESI e no BESSA

(b) Empresas constituídas/adquiridas durante 2002.

(c) Empresa incluída na consolidação em 2002.

Os interesses minoritários da ESOL correspondem ao contravalor em euros de 100 milhões de dólares americanos e 150 milhões de dólares americanos, representados por 10 milhões de acções preferenciais sem direito a voto, com o valor nominal de 25 dólares americanos, emitidas por esta entidade nos Estados Unidos da América em Novembro de 1993 e Agosto de 1999, respectivamente.

Estas acções preferenciais, que foram admitidas à cotação na Bolsa de Valores de Nova Iorque, têm um dividendo preferencial correspondente à aplicação de uma taxa anual de 8,5% sobre o valor nominal, pago trimestralmente, nas seguintes datas para cada uma das emissões:

100 milhões de dólares americanos — em 31 de Março, 30 de Junho, 30 de Setembro e 31 de Dezembro de cada ano;

150 milhões de dólares americanos — em 1 de Março, 1 de Junho, 1 de Setembro e 1 de Dezembro de cada ano, com início em 1 de Dezembro de 1999.

A BESOL emitiu 10 milhões de acções preferenciais sem direito a voto, que foram admitidas à cotação na Bolsa de Valores de Londres em Novembro de 1996. Estas acções têm um valor nominal de 25 dólares americanos e o contravalor em euros de 250 milhões de dólares americanos, corresponde aos interesses minoritários apurados.

À semelhança das acções da ESOL, estas acções têm um dividendo preferencial pago trimestralmente em 15 de Fevereiro, 15 de Maio, 15 de Agosto e 15 de Novembro de cada ano. O dividendo para cada período corresponde à aplicação sobre o valor nominal da taxa Libor a três meses para o dólar norte-americano, acrescida de 1.95 pontos percentuais ao ano.

As acções preferenciais são reembolsáveis no todo ou em parte, pelo seu valor nominal, por opção da ESOL a partir de 1 de Dezembro de 2003 (1.ª emissão) e 1 de Setembro de 2004 (2.ª emissão) e da BESOL a partir de 15 de Maio de 2002, inclusive, mediante a aprovação prévia do Banco de Portugal.

O pagamento dos dividendos em cada exercício e o reembolso das acções, de qualquer das entidades acima referidas, são garantidos incondicionalmente pelo BES na medida em que existam, no final do exercício anterior, resultados e reservas distribuíveis em dinheiro aos accionistas do Banco.

Durante o exercício de 2002 o valor suportado pelo Banco e pelo Grupo relativamente ao rendimento dos detentores das acções preferenciais acima referidas ascendeu a 21 952 milhares de euros (2001: 19 203 milhares de euros) e a 29 333 milhares de euros (2001: 42 241 milhares de euros), respectivamente. O custo suportado pelo Grupo relativo a estas acções preferenciais foi incluído na demonstração de resultados consolidados na rubrica de interesses minoritários.

Estas acções são subordinadas em relação a qualquer passivo do BES e *pari passu* relativamente a quaisquer acções preferenciais que venham a ser emitidas pelo Banco.

23 — Movimento nas contas de situação líquida:

	BES				
	Total da situação líquida	Capital	Prémios de emissão	Reserva legal	Outras reservas e resultados transitados
Saldos em 31 de Dezembro de 2000	1 514 285	1 000 000	293 562	57 361	163 362
Constituição de reserva legal	—	—	—	13 439	(13 439)
Dividendos	(86 400)	—	—	—	(86 400)
Bónus aos empregados	(16 500)	—	—	—	(16 500)
Fundo de pensões	(10 000)	—	—	—	(10 000)
Encargos extraordinários com fundo de pensões	(66 844)	—	(66 844)	—	—
Variação líquida negativa com fundo de pensões	(33 768)	—	(33 768)	—	—
Resultado do exercício	141 140	—	—	—	141 140
Saldos em 31 de Dezembro de 2001	1 441 913	1 000 000	192 950	70 800	178 163
Constituição de reserva legal	—	—	—	14 115	(14 115)
Dividendos	—	—	—	—	—
Bónus aos empregados	—	—	—	—	—
Aumento do capital:					
Por incorporação de reservas e prémio de emissão	—	250 000	(192 950)	(57 050)	—
Por subscrição a 11 euros cada	550 000	250 000	300 000	—	—
Aviso n.º 4/2002	(30 403)	—	—	—	(30 403)
Resultado do exercício	129 374	—	—	—	129 374
Saldos em 31 de Dezembro de 2002	2 001 284	1 500 000	300 000	27 865	173 419

	Consolidado					
	Total da situação líquida	Capital	Prémios de emissão	Goodwill	Reserva legal	Outras reservas e resultados transitados
Saldos em 31 de Dezembro de 2000	1 439 428	1 000 000	293 562	(269 977)	57 361	358 482
Constituição de reserva legal	—	—	—	—	13 439	(13 439)
Dividendos	(86 400)	—	—	—	—	(86 400)
Bónus aos empregados	(16 500)	—	—	—	—	(16 500)
Fundo de pensões	(10 000)	—	—	—	—	(10 000)
Encargos extraordinários com fundo de pensões	(66 844)	—	(66 844)	—	—	—
Variação líquida negativa com fundo de pensões	(33 768)	—	(33 768)	—	—	—
Outras reservas de consolidação	2 449	—	—	—	—	2 449
Diferenças de consolidação	(22 390)	—	—	(11 210)	—	(111 80)
Resultado do exercício	197 709	—	—	—	—	197 709
Saldos em 31 de Dezembro de 2001	1 403 684	1 000 000	192 950	(281 187)	70 800	421 121
Constituição de reserva legal	—	—	—	—	14 115	(14 115)
Dividendos	(75 200)	—	—	—	—	(75 200)
Bónus aos empregados	(21 620)	—	—	—	—	(21 620)
Aumento do capital:						
Por incorporação de reservas e prémio de emissão	—	250 000	(192 950)	—	(57 050)	—
Por subscrição a 11 euros cada	550 000	250 000	300 000	—	—	—
Aviso n.º 4/2002	(29 233)	—	—	—	—	(29 233)
Venda da IASA	—	—	—	62 071	—	(62 071)
Fundo de pensões BESSA	(3 029)	—	—	—	—	(3 029)
Fusão do BESV	1 672	—	—	—	—	1 672
Diferenças de câmbio	(6 042)	—	—	—	—	(6 042)
Outras reservas de consolidação	(6 952)	—	—	—	—	(6 952)
Diferenças de consolidação	(34 261)	—	—	(34 261)	—	—
Resultado do exercício	222 461	—	—	—	—	222 461
Saldos em 31 de Dezembro de 2002	2 001 480	1 500 000	300 000	(253 377)	27 865	426 992

Capital subscrito e prémios de emissão:

Durante o exercício de 2002, o Banco aumentou o capital social de 1000 milhões de euros para 1500 milhões de euros, mediante a emissão de 100 milhões de novas acções ordinárias, nominativas e escriturais, com o valor nominal de 5 euros cada, nas seguintes modalidades:

50 milhões de novas acções atribuídas gratuitamente aos accionistas por incorporação de prémios de emissão e reservas disponíveis para o efeito, na proporção de uma nova acção por cada quatro acções detidas;

50 milhões de novas acções reservadas à subscrição pelos accionistas, na proporção de uma nova acção por cada quatro detidas. O preço de subscrição de cada acção foi de 11 euros.

Em 31 de Dezembro de 2002, o capital social do Banco encontrava-se representado por 300 milhões de acções, com um valor nominal de cinco euros cada, as quais se encontram subscritas e realizadas por diferentes accionistas, dos quais se destacam as seguintes entidades:

	(Em percentagem)	
	Capital	
	2002	2001
Bespar — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A.	41,98	41,98
Credit Agricole, S. A.	8,81	8,81
Companhia de Seguros Tranquilidade Vida, S. A.	6,14	6,14
Banco Bradesco, S. A.	3,00	—
Outros	40,07	43,07
	100,00	100,00

O movimento registado durante o exercício de 2002, na rubrica de prémios de emissão (107 050 milhares de euros), foi consequência da operação de aumento de capital do Banco. Por um lado, foram incorporados em capital 192 950 milhares de euros existentes no balanço à data da operação e por outro, gerados novos prémios de emissão no montante de 300 000 milhares de euros.

Sistema de incentivos baseado na atribuição de acções (SIBA):

Por deliberação da assembleia geral do Banco de 20 de Junho de 2000 foi decidido implementar um Sistema de Incentivos Baseado na atribuição de Acções. Na execução deste programa, o qual se iniciou durante o exercício de 2000, encontram-se à data de 31 de Dezembro de 2002 mobilizadas 5327 mil acções do BES, representativas de 1,78% do total (2001: 1735 mil acções, representativas de 0,87% do total) no valor total de 56,1 milhões de euros (2001: 31,0 milhões de euros), montante este que integrava o saldo da rubrica de outros activos — devedores diversos (v. nota n.º 13).

Reserva legal:

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. A legislação portuguesa aplicável ao sector bancário (artigo 97.º do Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro) exige que a reserva legal seja anualmente creditada com, pelo menos, 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital. Durante o exercício de 2002, o Banco utilizou 57 050 milhares de euros das reservas legais no aumento de capital.

Outras reservas e resultados transitados:

As outras reservas e resultados transitados incluem, para além de resultados de exercícios anteriores (não distribuídos), a anulação das diferenças de consolidação e de reavaliação acumuladas, no montante de 253 377 milhares de euros (2001: 281 187 milhares de euros) (v. nota n.º 3.2).

A variação das diferenças de consolidação, foi como segue:

Diferenças de consolidação e reavaliação	2001	Movimento	2002
BESSA	8 899	—	8 899
BES Leasing Mobiliária	5 442	(229)	5 213
BES Leasing Imobiliária	(887)	(4)	(891)
BIC	54 768	—	54 768
Euroges	(129)	—	(129)
Crediflash	198	(81)	117
Cêntimo	298	—	298
BESI	43 715	(180)	43 535
BES Vénétie	1 277	(1 611)	(334)
ES Dealer	1 852	—	1 852

Diferenças de consolidação e reavaliação	2001	Movimento	2002
ES Capital	(45)	—	(45)
ESAF, SGPS	(36)	(438)	(474)
Interatlântico	55 481	(55 481)	—
ES Data	134	—	134
ES Bank	37 035	—	37 035
ES Financial Consultants	284	30	314
Quadriga (a)	2 055	173	2 228
SGPICE (a)	(1 000)	37	(963)
Clarity (a)	5 713	3 243	8 956
HISCapital	7 156	—	7 156
ES Inversiones	58 952	(87)	58 865
Gesfinc	25	—	25
Oblog (b)	—	8 793	8 793
BES Açores (b)	—	(4 436)	(4 436)
Esegur (b)	—	(183)	(183)
Portline (b)	—	4 693	4 693
Jampur (b)	—	15 306	15 306
Quinta dos Cónegos (b)	—	2 605	2 605
BES Internacional SGPS (b) ...	—	40	40
	<u>281 187</u>	<u>(27 810)</u>	<u>253 377</u>
Dos quais:			
Aquisições		34 261	
Alienações		(62 071)	
		<u>(27 810)</u>	

(a) Empresas do subgrupo BES.COM.

(b) Empresas incluídas no perímetro de consolidação em 2003.

A aplicação dos resultados do Banco referentes ao exercício de 2001 foi como segue:

Reservas legais	14 115
Outras reservas	37 425
Distribuição de resultados:	
Distribuição de dividendos aos accionistas	75 200
Bónus pagos aos empregados	14 400
	<u>141 140</u>

24 — Pensões de reforma:

Em conformidade com o Acordo Colectivo de Trabalho celebrado com os sindicatos e vigente para o sector bancário, o Banco assumiu o compromisso de conceder aos seus empregados, ou às suas famílias, prestações pecuniárias a título de reforma por velhice, invalidez e pensões de sobrevivência. Estas prestações consistem numa percentagem, crescente em função do número de anos de serviço do empregado, aplicada à tabela salarial negociada anualmente para o pessoal no activo.

Em 30 de Dezembro de 1987, o Banco, de acordo com o Decreto-Lei n.º 396/86, de 25 de Novembro, criou um fundo de pensões para cobrir as prestações pecuniárias acima referidas, relativamente aos empregados nessa data no activo.

Durante o exercício de 1998, o Banco e as subsidiárias do Grupo, decidiram constituir um fundo aberto autónomo, designado de Fundo de Pensões Aberto GES destinado a financiar a atribuição de benefícios complementares aos colaboradores.

Os referidos fundos têm como sociedade gestora a ESAF — Espírito Santo Fundo de Pensões, S. A.

O reconhecimento, tratamento e relevação contabilística das responsabilidades para com pensões de reforma e sobrevivência estavam, até ao exercício de 2000, regulamentadas pelo aviso n.º 6/95, de 21 de Setembro, do Banco de Portugal. No exercício de 2001, o Banco de Portugal fez emitir o aviso n.º 12/2001, de 9 de Novembro, o qual veio fixar novas regras sobre a matéria. A aplicação do anterior normativo aos exercícios de 2002 e 2001, traduziu-se nas seguintes responsabilidades, encargos, contribuições do Banco para os fundos de pensões e níveis de cobertura:

i) Número de participantes:

	BES		Consolidado
	2002	2001	2002
Activos	4 574	4 998	6 026
Reformados	3 860	4 237	3 909
Sobreviventes	768	720	777
<i>Total</i>	<u>9 202</u>	<u>9 955</u>	<u>10 712</u>

ii) Evolução das responsabilidades:

As responsabilidades do Banco e do Grupo evoluíram como segue:

	BES		Consolidado
	2002	2001	2002
Responsabilidades no final do período anterior	930 815	848 829	1 011 601
Custo do serviço corrente	10 070	10 805	15 141
Custo dos juros	55 849	59 418	60 950
Reformas antecipadas	74 123	68 524	79 099
Pensões pagas	(64 931)	(5 7 160)	(65 961)
Ganhos) e perdas actuariais	43 083	399	45 378
Destaque/integração do BES Açores	(1 552)	—	5 928
Responsabilidades no final do período	<u>1 047 457</u>	<u>930 815</u>	<u>1 152 136</u>
Pensões em pagamento	847 625	708 208	871 446
Pessoal no activo	199 832	222 607	280 690
Défi ce inicial a amortizar	(62 992)	(83 561)	(72 967)
Responsabilidades objecto de cobertura	<u>984 465</u>	<u>847 254</u>	<u>1 079 169</u>
Valor dos fundos de pensões	984 465	847 769	1 083 492
Valores a entregar aos fundos	—	—	1 230
Coberturas totais	<u>984 465</u>	<u>847 769</u>	<u>1 084 722</u>
Excesso/(défi ce) de cobertura	—	515	5 553
Responsabilidades por serviços futuros	208 166	205 883	309 927

iii) Evolução do valor dos fundos de pensões:

Os fundos de pensões tiveram a seguinte evolução:

	BES		Consolidado
	2002	2001	2002
Saldo inicial	847 769	713 428	921 298
(Destaque)/integração do BES Açores	(1 281)	—	7 474
(+) Contribuições do Banco e do Grupo	282 633	219 824	303 723
(-) Pensões pagas	64 931	57 160	65 961
(+) Rendimento líquido do Fundo	(79 725)	(28 323)	(83 042)
(=) Saldo fim período	984 465	847 769	1 083 492
(+) Valores em balanço a entregar ao fundo	—	—	1 230
(=) Coberturas totais	984 465	847 769	1 084 722

O rendimento líquido do Fundo, para o BES e para o Grupo, contém desvios actuariais negativos de 127 098 milhares de euros e 134 867 milhares de euros, respectivamente.

iv) Reconhecimento das responsabilidades do exercício:

	BES		Consolidado
	2002	2001	2002
Custo serviços correntes	10 070	10 805	15 141
(+) Custo de juros	55 849	59 418	60 950
(-) Rendimento esperado do Fundo	47 373	46 687	51 825
(=) Custos correntes com o plano	18 546	23 536	24 266
(+) Amortização défice estrutural	7 636	8 591	8 739
(+) Antecipação défice estrutural	12 147	9 480	12 487
(+) Enc. extraord. ref. antecipadas	74 123	68 524	79 099
(+) Desvios actuariais	170 181	75 925	180 245
(=) Responsabilidades do exercício	282 633	186 056	304 836

v) Contrapartida do reconhecimento das responsabilidades:

O aumento das responsabilidades no exercício teve por contrapartida a seguinte relevação contabilística:

	BES		Consolidado
	2002	2001	2002
Custos com pessoal	18 546	19 823	24 266
(+) Perdas extraordinárias	19 783	11 950	21 226
(+) Afectação de resultados	—	10 000	—
(+) Flutuação de valores	28 819	75 949	31 614
(+) Utilização de reservas/prémios de emissão	—	66 844	—
(+) Custos/(receitas) diferidos	215 485	1 490	227 730
(=) Responsabilidades do exercício	282 633	186 056	304 836
Amortização de custos diferidos de anos anteriores	7 580	—	8 267

No exercício de 2001, após obtida a respectiva autorização do Banco de Portugal, o BES procedeu a uma utilização adicional de prémios de emissão tendo em vista a cobertura de desvios actuariais apurados em exercícios anteriores, no valor de 33 768 milhares de euros.

O montante reconhecido como custos pelo Banco e pelo Grupo ascende a 45 909 milhares de euros (2001: 31 773 milhares de euros) e 53 759 milhares de euros, respectivamente, que corresponde ao somatório dos custos correntes do plano nos montantes de 18 546 milhares de euros e 24 266 milhares de euros, da amortização e antecipação do défice estrutural nos montantes de 19 783 milhares de euros e 21 226 milhares de euros e da amortização de reformas antecipadas em 2002 de 7580 milhares de euros e 8267 milhares de euros, respectivamente.

vi) Custos diferidos e flutuação:

Os movimentos ocorridos na rubrica de custos diferidos e flutuação relacionados com pensões foram como segue:

	BES		Consolidado
	2002	2001	2002
Saldo líquido inicial de custos diferidos	1 512	—	4 787
(+) Encargos extraordinários ref. antecipadas	74 123	1 680	79 099
(+) Desvios actuariais no ano	141 362	—	148 631

	BES		Consolidado
	2002	2001	2002
(+) Outros	—	—	(389)
(-) Amortização do ano	7 580	168	8 267
(-) Reclassificação para corredor	—	—	—
(=) Saldo final de custos diferidos	209 417	1 512	223 861
Flutuação de valores	104 746	75 949	113 518

O saldo final de custos diferidos será amortizado por um prazo de 10 anos, conforme política contabilística descrita na nota n.º 3.3, alínea j).

vii) Contribuição do Banco e do Grupo para os fundos:

As contribuições correntes e extraordinárias para os fundos de pensões foram as seguintes:

	BES		Consolidado
	2002	2001	2002
Contribuições correntes	26 182	32 127	31 892
Contribuições extraordinárias:			
Reformas antecipadas	74 123	68 524	79 099
Antecipação défice estrutural	12 147	9 480	12 487
Desvios actuariais do exercício	170 181	75 925	180 245
Desvios actuariais anos anteriores	—	33 768	—
	256 451	187 697	271 831
	282 633	219 824	303 723
Valores do ano a entregar ao fundo	—	—	1 113
	282 633	219 824	304 836

vii) Níveis mínimos de cobertura:

	BES		Consolidado
	2002	2001	2002
Nível mínimo de cobertura	977 134	840 301	1 068 294
Coberturas totais	984 465	847 769	1 084 722
Excesso/(défice) de cobertura	7 331	7 468	16 428

Os quadros anteriormente apresentados não incluem os valores do BESSA, dado o normativo em vigor em Espanha não ser igual ao de Portugal.

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, as responsabilidades com pensões de reforma por serviços passados foram calculadas de acordo com os seguintes pressupostos, tendo por base a tabela de mortalidade TV 73/77 e o valor actual dos salários projectados e actuais para o pessoal no activo e reformado, respectivamente:

(Em percentagem)

	Fundo ACTV		Fundo aberto	
	Previsto	Verificado	Previsto	Verificado
Taxas de evolução salarial	3	3,2	3	3,2
Taxas de rendimento do fundo	6	— 9,9	6	— 4,7
Taxa de crescimento das pensões	2	3,2	2	3,2
Método de valorização actuarial		<i>Projected unit credit method</i>		

Não são considerados decrementos de invalidez.

É intenção do Banco continuar a obter estudos actuariais periódicos, de forma a actualizar as responsabilidades assumidas nesta área e, eventualmente, validar os pressupostos utilizados.

As responsabilidades conjuntas do Banco e das empresas subsidiárias (Grupo BES), incluindo o BESSA, relativas a pensões de reforma que em 31 de Dezembro de 2002 ascendem a 1 157 894 milhares de euros (2001: 1 017 238 milhares de euros) estão cobertas por Fundos de pensões e provisões existentes no valor global de 1 089 044 milhares de euros (2001: 925 669 milhares de euros).

Os activos do fundo de pensões utilizados pelo Grupo BES, referem-se unicamente a imóveis, cujo valor patrimonial ascendia em 31 de Dezembro de 2002 a 41 209 milhares de euros (2001: 50 824 milhares de euros). Durante o exercício de 2002 o BES alienou ao fundo de Pensões 22 369 mil acções da empresa VTR, SGPS, S. A., por 32 000 milhares de euros. Esta transacção permitiu apurar um lucro de 9631 milhares de euros no BES e deverá gerar uma mais-valia potencial de idêntico montante no Fundo de Pensões.

25 — Rubricas extrapatrimoniais:

	BES		Consolidado	
	2002	2001	2002	2001
Passivos e avals prestados:				
Garantias e avals prestados	8 859 336	7 839 326	4 282 956	4 111 083
Créditos documentários abertos	204 657	207 558	224 381	223 095
Outros	19 891	28 997	20 137	37 204
	<u>9 083 884</u>	<u>8 075 881</u>	<u>4 527 474</u>	<u>4 371 382</u>
Compromissos:				
Créditos irrevogáveis	229 509	486 426	664 267	704 413
Créditos revogáveis	1 851 355	1 279 070	2 726 138	2 117 231
	<u>2 080 864</u>	<u>1 765 496</u>	<u>3 390 405</u>	<u>2 821 644</u>

A rubrica de garantias e avals prestados, em 31 de Dezembro de 2002, inclui 130 000 milhares de euros de títulos da carteira própria do Banco destinados a colateralizar uma linha de crédito irrevogável junto do Banco de Portugal, no âmbito do Sistema de Pagamentos de Grandes Transacções (SPGT), a qual não está a ser utilizada a essa data.

No decurso da sua actividade o Banco e o Grupo BES utilizam instrumentos financeiros sobre divisas e taxas de juro de modo (i) a satisfazer as necessidades dos seus clientes, (ii) a gerir o risco de câmbio e de taxa de juro associados aos seus activos e passivos e rubricas extrapatrimoniais e (iii) a tomar posições que lhe permitam beneficiar da evolução do mercado face às expectativas formuladas.

Estes instrumentos têm associado (i) um risco de mercado inerente à variação das taxas de câmbio e ou de juro e (ii) um risco de crédito dado pelo custo de substituição do contrato às taxas correntes de mercado.

Os lucros e prejuízos apurados na carteira de negociação de instrumentos derivados são registados, respectivamente, nas rubricas de lucros em operações financeiras e de prejuízos em operações financeiras da demonstração de resultados. No exercício de 2002, os lucros e prejuízos apurados pelo Banco e pelo Grupo BES no conjunto das operações financeiras, em instrumentos derivados e em outros instrumentos financeiros, foram os seguintes:

	BES		Consolidado	
	2002	2001	2002	2001
Lucros em operações financeiras	2 561 031	3 341 111	3 335 070	3 804 228
Instrumentos derivados	1 918 421	2 656 614	2 584 862	3 006 293
Outros	642 610	684 497	750 208	797 935
Prejuízos em operações financeiras	2 474 658	3 265 993	3 207 344	3 688 274
Instrumentos derivados	1 827 534	2 594 306	2 439 128	2 867 108
Outros	647 124	671 687	768 216	821 166

A rubrica de outros inclui os ganhos apurados na venda da posição accionista no Kredyt Bank (18 milhões de euros) e pela troca de acções da BVLP por acções da Euronext (7,8 milhões de euros).

Em 31 de Dezembro de 2002 os instrumentos utilizados e respectivos valores nominais e de mercado, no cumprimento destes objectivos são como segue (valores em milhões de euros):

	BES		Consolidado	
	Valor nominal	Valor de mercado	Valor nominal	Valor de mercado
Contratos sobre taxa de câmbio:				
Mercado de balcão	10 597	(31)	10 630	(30)
Mercado organizado	—	—	31	—
Contratos sobre taxa de juro:				
Mercado de balcão	24 467	(127)	23 880	65
Mercado organizado	9 286	—	9 794	—
Contratos sobre acções/índices:				
Mercado de balcão	1 571	2	1 582	3
Mercado organizado	—	—	25	—
Contratos sobre crédito:				
Mercado de balcão	1 058	(3)	933	(11)
Mercado organizado	—	—	—	—
<i>Total</i>	<u>46 978</u>	<u>(159)</u>	<u>46 876</u>	<u>27</u>

A decomposição do valor nocional, em 31 de Dezembro de 2002, dos contratos por maturidade é como segue:

	BES					Consolidado				
	Até três meses	De três meses a um ano	De um ano a cinco anos	Mais de cinco anos	Total	Até três meses	De três meses a um ano	De um ano a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
Contratos sobre taxa de câmbio:										
Mercado de balcão	6 532	3 794	270	—	10 597	6 503	3 948	179	—	10 630
Mercado organizado	—	—	—	—	—	17	7	7	—	31
Contratos sobre taxa de juro:										
Mercado de balcão	1 504	4 508	7 176	11 280	24 467	1 671	4 844	7 714	9 651	23 880
Mercado organizado	5 552	3 733	—	—	9 286	5 770	3 915	109	—	9 794
Contratos sobre ações/índices:										
Mercado de balcão	224	229	1 098	20	1 571	235	249	1 084	15	1 582
Mercado organizado	—	—	—	—	—	25	—	—	—	25
Contratos sobre crédito:										
Mercado de balcão	35	170	842	11	1 058	20	160	745	8	933
Mercado organizado	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
	13 847	12 435	9 386	11 310	46 978	14 240	13 124	9 838	9 674	46 876

A decomposição detalhada por instrumento em 31 de Dezembro de 2002 e 2001 é como segue:

	BES				
	2002				2001
	Valor de contrato (a)	Valor de mercado (b)	Valor de balanço (c)	Risco de crédito (d)	Valor de contrato (a)
Contratos transaccionados em mercado de balcão (OTC):					
Forward	—	—	—	—	—
Negociação:					
Compra	—	—	—	—	—
Venda	—	—	—	—	—
Cobertura:					
Compra	20 229	—	—	—	51 293
Venda	20 358	(132)	(9)	345	51 509
Currency swaps:					
Negociação:					
Compra	—	—	—	—	—
Venda	—	—	—	—	—
Cobertura:					
Compra	10 266 224	—	—	—	9 938 215
Venda	10 299 330	(29 532)	250	308 034	9 916 602
Interest rate swaps:					
Negociação	16 183 650	21 292	21 292	513 456	22 548 999
Cobertura	6 202 152	(143 779)	34 028	64 293	3 587 373
Credit default swaps:					
Negociação	969 811	(2 739)	(2 739)	26 336	1 272 158
Cobertura	87 875	—	—	3 757	6 808
Equity/index swaps:					
Negociação	745 787	1 769	1 769	5 492	533 689
Cobertura	465 244	(1 261)	(642)	5 253	413 626
Currency interest rate swaps:					
Negociação:					
Compra	—	—	—	—	—
Venda	—	—	—	—	—
Cobertura:					
Compra	183 999	—	—	—	212 206
Venda	177 138	(2 874)	393	7 118	212 408

	BES				
	2002				2001
	Valor de contrato (a)	Valor de mercado (b)	Valor de balanço (c)	Risco de crédito (d)	Valor de contrato (a)
<i>Forward rate agreements:</i>					
Negociação	189 497	(4 477)	(4 477)	28	8 433
Cobertura	213 356	(127)	—	—	56 734
<i>Opções cambiais:</i>					
Negociação:					
Compra	86 381	1 641	1 933	1 663	260 437
Venda	39 810	(199)	(448)	167	260 483
<i>Opções de taxa de juro — swaption:</i>					
Negociação:					
Compra	195 356	(1 702)	7 097	—	60 000
Venda	238 867	2 051	(8 225)	2 051	60 000
Cobertura:					
Venda	—	—	—	—	—
<i>Equity options:</i>					
Negociação:					
Compra	134 287	6 192	14 314	8 880	53 375
Venda	105 906	(3 795)	(6 230)	683	26 558
Cobertura:					
Venda	—	—	—	—	—
<i>Index options:</i>					
Negociação:					
Compra	68 312	(7214)	—	—	100 793
Venda	51 520	6 154	—	6 154	72 651
Cobertura:					
Venda	—	—	—	—	—
<i>Interest rate caps & floors:</i>					
Negociação:					
Compra	664 400	(2 928)	1 080	3 274	1 076 386
Venda	579 794	2 804	(2 796)	5 255	1 663 685
Contratos transaccionados em mercados organizados:					
<i>Opções cambiais:</i>					
Negociação:					
Compra	—	—	—	—	—
Venda	—	—	—	—	—
<i>Future options:</i>					
Negociação:					
Compra	7 245 231	—	—	—	17 218 431
Venda	1 945 027	—	—	—	24 424 304
<i>Equity options:</i>					
Negociação:					
Cumpra	—	—	—	—	—
Venda	—	—	—	—	—
Futuros:					
Negociação	95 499	—	—	—	760 000

(a) Valor teórico ou nominal do contrato.

(b) O valor de mercado relativo aos produtos transaccionados em mercados organizados corresponde ao valor de cotação. Para os restantes produtos corresponde ao proveito ou custo incorrido no eventual encerramento das posições em aberto, tendo em consideração as actuais condições de mercado e modelos de avaliação correntemente utilizados.

(c) O valor de balanço corresponde aos proveitos ou custos corridos e ainda não vencidos, inerentes às posições em aberto.

(d) O risco de crédito corresponde à diferença positiva entre os montantes a receber e a pagar decorrentes das operações em aberto.

	Consolidado				
	2002				2001
	Valor de contrato (a)	Valor de mercado (b)	Valor de balanço (c)	Risco de crédito (d)	Valor de contrato (a)
Contratos transaccionados em mercado de balcão (OTC):					
Operações cambiais:					
Forward	—	—	—	—	—
Negociação:					
Compra	4 759	24	24	183	34 923
Venda	4 759				34 731
Cobertura:					
Compra	64 078	(1 020)	(9)	652	72 001
Venda	65 100				72 194
Currency swaps:					
Negociação:					
Compra	89 227	3 260	3 260	5 282	35 748
Venda	85 212				36 287
Cobertura:					
Compra	10 166 726	(25 834)	279	308 419	10 128 581
Venda	10 195 868				10 107 784
Interest rate swaps:					
Negociação	16 294 980	33 203	33 203	519 784	23 515 546
Cobertura	4 262 189	37 833	84 952	59 313	1 889 556
Credit default swaps:					
Negociação	888 833	(13 172)	(13 172)	15 851	1 213 695
Cobertura	43 938	1 965	—	2 861	3 404
Equity/index swaps:					
Negociação	819 788	2 047	2 047	8 722	348 857
Cobertura	444 080	(1 400)	(688)	4 959	401 717
Currency interest rate swaps:					
Negociação:					
Compra	100 103	(1 563)	(1 563)	2 834	96 569
Venda	105 820				90 571
Cobertura:					
Compra	78 999	(6 577)	605	630	107 206
Venda	83 117				100 527
Forward rate agreements:					
Negociação	189 497	(4 477)	(4 477)	28	23 433
Cobertura	213 356	(127)	—	—	56 734
Opções cambiais:					
Negociação:					
Compra	86 381	1 641	1 933	1 663	260 437
Venda	39 811	(199)	(448)	167	260 483
Opções de taxa de juro — swaption:					
Negociação:					
Compra	195 356	(1 702)	7 097	—	60 000
Venda	238 867	2 051	(8 225)	2 051	60 000
Cobertura:					
Venda	—	—	—	—	10 000

	Consolidado				
	2002				2001
	Valor de contrato (a)	Valor de mercado (b)	Valor de balanço (c)	Risco de crédito (d)	Valor de contrato (a)
<i>Equity options:</i>					
Negociação:					
Compra	134 776	6 371	14 314	9 059	54 305
Venda	106 155	(3 892)	(6 230)	683	26 803
Cobertura:					
Venda	—	—	—	—	—
<i>Index options:</i>					
Negociação:					
Compra	40 551	(3 238)	3 975	—	108 082
Venda	36 687	2 887	(3 239)	2 916	95 163
Cobertura:					
Venda	—	—	—	—	3 473
<i>Interest rate caps & floors:</i>					
Negociação:					
Compra	1 186 733	(3 289)	719	2 884	2 323 751
Venda	1 299 357	1 744	(3 856)	5 233	3 198 639
Contratos transaccionados em mercados organizados:					
Opções cambiais:					
Negociação:					
Compra	—	—	—	—	5 673
Venda	4 758	—	—	—	—
<i>Future options:</i>					
Negociação:					
Compra	7 252 086	—	—	—	18 246 858
Venda	1 990 025	—	—	—	26 425 198
<i>Equity options:</i>					
Negociação:					
Cumpra	7 381	—	—	—	4 779
Venda	7 729	—	—	—	13 816
Futuros:					
Negociação	588 510	—	—	—	1 021 753

(a) Valor teórico ou nominal do contrato.

(b) O valor de mercado relativo aos produtos transaccionados em mercados organizados corresponde ao valor de cotação. Para os restantes produtos corresponde ao proveito ou custo incorrido no eventual encerramento das posições em aberto, tendo em consideração as actuais condições de mercado e modelos de avaliação correntemente utilizados.

(c) O valor de balanço corresponde aos proveitos ou custos corridos e ainda não vencidos, inerentes às posições em aberto.

(d) O risco de crédito corresponde à diferença positiva entre os montantes a receber e a pagar decorrentes das operações em aberto.

Para além dos passivos eventuais e dos instrumentos financeiros sobre divisas e taxa de juro, existiam em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, os seguintes saldos relativos a contas extrapatrimoniais:

	BES		Consolidado	
	2002	2001	2002	2001
Depósito e guarda de valores	27 023 358	23 712 120	35 138 143	27 722 007
Valores recebidos para cobrança	188 197	181 386	223 491	205 986

Os títulos de clientes à guarda e responsabilidade do Banco, incluídos na rubrica de depósito e guarda de valores, encontram-se essencialmente depositados na empresa do Grupo especializada na custódia de títulos.

26 — Montante global dos activos e passivos expressos em moeda estrangeira:

O contravalor em euros em 31 de Dezembro de 2002 das rubricas do activo, passivo e extrapatrimoniais, do Banco e do Grupo, expressas em moeda estrangeira, bem como o seu peso relativo face ao activo líquido e ao passivo total, é como segue:

	BES					Total	Perce- tagem
	2002						
	Dólares norte- -americanos	Libras esterlinas	Ienes japoneses	Outras moedas estrangeiras			
Activo	5 571 880	557 077	110 559	2 048 035	8 287 551	28,2	
Passivo	4 954 184	620 734	130 725	1 473 805	7 179 448	26,2	
Activo/(passivo) líquido	617 696	(63 657)	(20 166)	574 230	1 108 103		
Operações cambiais a prazo	(470 485)	69 018	22 202	64 573	(314 692)		
Posição cambial global	147 211	5 361	2 036	638 803	793 411		
A posição cambial global é representada por:							
Posição cambial de investimento (a)	71 355	—	—	214 169	285 524		
Posição cambial operacional (b)	75 856	5 361	2 036	424 634	507 887		

	Consolidado					Perce- tagem
	2002					
	Dólares norte- -americanos	Libras esterlinas	Ienes japoneses	Outras moedas estrangeiras	Total	
Activo	7 167 657	578 225	120 042	2 596 293	10 462 217	27,2
Passivo	6 422 195	638 870	144 710	2 121 631	9 327 406	25,1
Activo/(passivo) líquido	745 462	(60 645)	(24 668)	474 662	1 134 811	
Operações cambiais a prazo	185 038	69 018	22 202	116 919	393 177	
Posição cambial global	930 500	8 373	(2 466)	591 581	1 527 988	
A posição cambial global é representada por:						
Posição cambial de investimento (a)	—	—	—	190 614	190 614	
Posição cambial operacional (b)	930 500	8 373	(2 466)	400 967	1 337 374	

(a) A posição cambial de investimento corresponde essencialmente aos investimentos, de médio e longo prazo, denominados em moeda estrangeira, realizados pelo Banco em associadas e subsidiárias com sede no estrangeiro, e pelo Grupo BES em associadas.

(b) A posição cambial operacional em cada moeda estrangeira representa a exposição líquida em aberto, dado que as sucursais e as subsidiárias do Banco, com sede no estrangeiro, efectuam a gestão cambial cobrindo a sua posição face à sua moeda funcional e não face à moeda base em que as demonstrações financeiras do Banco e do Grupo se encontram expressas (euros).

27 — Crédito sobre clientes, títulos e garantias prestadas por sectores de actividade:

Em 31 de Dezembro de 2002, a repartição do crédito sobre clientes, títulos, garantias prestadas e provisões específicas, por sectores de actividade, do Grupo BES, é como segue:

Sectores de actividade	Consolidado						
	2002						
	Créditos sobre clientes			Títulos	Garantias prestadas	Total	Provisões específicas para créditos e títulos
	Vivo	Vencido	Total				
Agricultura, silvicultura e pesca	257 621	5 651	263 272	5 002	33 328	301 602	8 908
Indústrias extractivas	92 061	3 221	95 282	16 136	6 987	118 405	3 204
Indústrias alimentares, das bebidas e tabaco	502 741	10 256	512 997	45 856	110 437	669 290	16 473
Têxteis e vestuário	350 177	17 695	367 872	4 903	43 425	416 200	25 211
Curtumes e calçado	113 748	3 468	117 216	46	8 223	125 485	7 141
Madeira e cortiça	152 257	7 266	159 523	—	12 879	172 402	12 936
Papel e indústrias gráficas	260 330	2 263	262 593	2 819	33 855	299 267	5 977
Refinação de petróleo	10 966	79	11 045	8 119	30 340	49 504	86
Produtos químicos e de borracha	257 130	5 244	262 374	19 901	32 856	315 131	10 635
Produtos minerais não metálicos	231 109	5 262	236 371	9 850	24 582	270 803	11 017
Indústrias metalúrgicas de base e p. metálicos	241 770	6 922	248 692	91	34 511	283 294	9 695
Fabricação de máquinas, equipamentos e aparelhos eléctricos	245 455	17 354	262 809	42 404	62 566	367 779	31 410
Fabricação de material de transporte	73 442	1 918	75 360	99 362	48 342	223 064	2 924
Outras indústrias transformadoras	379 495	4 405	383 900	33 177	15 271	432 348	6 169
Electricidade, gás e água	394 742	4 220	398 962	115 920	254 222	769 104	3 698
Construção e obras públicas	2 230 657	40 462	2 271 119	16 032	811 662	3 098 813	57 277
Comércio por grosso e a retalho	2 430 733	81 549	2 512 282	39 996	419 463	2 971 741	137 306

Sector es de actividade	Consolidado						Provisões específicas para créditos e títulos
	2002						
	Créditos sobre clientes			Títulos	Garantias prestadas	Total	
Vivo	Vencido	Total					
Turismo	302 410	4 605	307 015	32 348	64 655	404 018	8 804
Transportes e comunicações	844 118	9 444	853 562	275 816	319 073	1 448 451	17 144
Actividades financeiras	1 319 705	4 248	1 323 953	2 090 625	731 897	4 146 475	54 018
Actividades imobiliárias	1 888 090	28 804	1 916 894	5 423	330 521	2 252 838	30 200
Serviços prestados às empresas	1 185 793	11 005	1 196 798	96 651	285 161	1 578 610	60 873
Administração e serviços públicos	216 289	4	216 293	1 052 525	52 825	1 321 643	2 747
Actividades recreativas e culturais	739 425	7 030	746 455	673 719	88 791	1 508 965	66 575
Crédito à habitação	8 513 039	131 474	8 644 513	—	24 065	8 668 578	132 804
Crédito a particulares	1 775 266	100 960	1 876 226	—	114 541	1 990 767	142 815
Outros	237 769	33 960	271 729	122 905	288 478	683 112	33 854
<i>Total</i>	25 246 338	548 769	25 795 107	4 809 626	4 282 956	34 887 689	899 900

28 — Activos e elementos extrapatrimoniais classificados como risco soberano:

Em 31 de Dezembro de 2002, a exposição global do Grupo em activos e garantias prestadas, excluindo participações financeiras, a países da América Latina, Ásia, África e outros classificados com risco soberano ascende a 672 715 milhares de euros (2001: 880 361 milhares de euros) e distribui-se como segue:

	Consolidado						2001 — Total (a)
	2002						
	Aplicações em títulos	Aplicações em instituições de crédito	Créditos sobre clientes	Outros activos	Elementos extrapatrimoniais	Total (a)	
Ásia Pacífico	9 544	4 799	11 181	1	2 500	28 025	62 211
Coreia do Sul	9 536	—	—	—	30	9 566	20 427
Turquia	8	3 337	—	—	562	3 907	478
República Popular da China	—	105	462	—	—	567	520
Hong Kong	—	—	—	—	223	223	46
Macau	—	1 357	10 719	1	241	12 318	5 870
Outros	—	—	—	—	1 444	1 444	34 870
América Latina	108 066	117 144	191 226	8 772	17 259	442 467	594 287
Brasil	98 823	115 237	60 013	8 772	11 596	294 441	440 721
Panamá	—	1 907	24 956	—	—	26 863	33 117
Bahamas	—	—	31 796	—	381	32 177	18 867
Argentina	4 475	—	1 331	—	3 166	8 972	10 536
Guatemala	—	—	7 213	—	—	7 213	11 347
Equador	—	—	6 147	—	—	6 147	—
Chile	—	—	1 960	—	—	1 960	2 889
México	4 768	—	11 841	—	—	16 609	12 694
Venezuela	—	—	18 960	—	1 616	20 576	28 584
Uruguai	—	—	19 146	—	451	19 597	22 702
Colômbia	—	—	129	—	—	129	1 157
Outros	—	—	7 734	—	49	7 783	11 673
Leste Europeu	2 297	9 596	2 472	—	157	14 522	22 511
Polónia	—	2 458	—	—	157	2 615	11 316
Hungria	—	53	20	—	—	73	4 272
Eslovénia	—	1 500	1 998	—	—	3 498	2 505
Rússia	2 297	—	—	—	—	2 297	2 383
República Checa	—	3 809	—	—	—	3 809	28
Outros	—	1 776	454	—	—	2 230	2 007
África	28 681	74 725	94 852	3	15 828	214 089	218 687
Angola	28 681	73 646	8 603	3	12 229	123 161	101 808
Marrocos	—	4	46 186	—	2 003	48 193	59 201
África do Sul	—	118	28 322	—	854	29 294	40 040
Cabo Verde	—	945	9 174	—	662	10 781	15 285
Outros	—	12	2 567	—	81	2 660	2 353
Total de responsabilidades	148 588	206 264	299 731	8 776	35 744	699 103	897 696
Menos:							
Provisão para risco-país	(16 811)	(8 870)	(325)	—	(382)	(26 388)	(17 335)
Total	131 777	197 394	299 406	8 776	35 362	672 715	880 361

(a) A exposição total apresentada não inclui os títulos em carteira emitidos por entidades residentes nos países acima indicados, incluindo entidades públicas, por estes se encontrarem cotados em mercados organizados.

A provisão para risco-país é constituída no âmbito da política contabilística descrita na nota n.º 3.3 alínea f).

Em 31 de Dezembro de 2002, o montante global da exposição referente a Angola e ao Brasil inclui, respectivamente, 18 387 milhares de euros (2001: 19 973 milhares de euros) e 7601 milhares de euros (2001: 11 346 milhares de euros) relativos a financiamentos comerciais de prazo inferior a um ano concedido a entidades residentes nos referidos países.

O valor global das provisões constituídas pelo BES, de acordo com regras estabelecidas pelo Banco de Portugal, é considerado suficiente para fazer face a eventuais perdas na realização destes activos e garantias prestadas.

29 — Distribuição dos resultados por mercados geográficos:

Em 31 de Dezembro de 2002, os principais proveitos correntes, distribuídos por áreas geográficas, podem ser resumidos como segue:

	BES				Total
	Portugal	Resto da União Europeia	Resto da Europa	América do Norte	
Proveitos:					
Juros e proveitos equiparados	925 520	304 211	34 796	288 282	1 552 809
Rendimentos de títulos	67 336	—	—	—	67 336
Comissões	205 443	1 377	1 670	2 606	211 096
Lucros em operações financeiras	2 525 119	748	153	35 011	2 561 031
Outros proveitos de exploração	47 209	1 446	5	121	48 781
Reposições e anulações de provisões	77 128	4 805	121	2 350	84 404
Outros resultados	10 224	3 149	15	—	13 388
	<u>3 857 979</u>	<u>315 736</u>	<u>36 760</u>	<u>328 370</u>	<u>4 538 845</u>
Custos:					
Juros e custos equiparados	549 987	287 768	28 213	269 693	1 135 661
Comissões	23 142	499	499	506	24 646
Prejuízos em operações financeiras	2 435 099	3 52	—	39 207	2 474 658
Gastos gerais administrativos	326 113	6 056	3 400	5 070	340 639
Amortizações do exercício	102 814	214	202	179	103 409
Outros custos de exploração	2 243	28	5	61	2 337
Provisões	252 694	7 712	3 819	19 183	283 408
Outros resultados	34 382	6 044	64	2 498	42 988
Impostos sobre lucros	449	1 130	146	—	1 725
Lucro do exercício	<u>131 056</u>	<u>5 933</u>	<u>412</u>	<u>(8 027)</u>	<u>129 374</u>
	<u>3 857 979</u>	<u>315 736</u>	<u>36 760</u>	<u>328 370</u>	<u>4 538 845</u>

	Consolidado							Total
	Portugal	Resto da União Europeia	Resto da Europa	América do Norte	América Latina	Ásia	África	
Proveitos:								
Juros e proveitos equiparados	1 473 108	428 685	34 806	315 923	75 453	7 658	3 616	2 339 249
Rendimentos de títulos	9 011	1 305	—	—	30	394	—	10 740
Comissões	285 216	46 293	5 033	6 089	393	189	174	343 387
Lucros em operações financeiras	2 689 468	254 370	153	39 129	350 628	376	946	3 335 070
Outros proveitos de exploração	104 052	5 800	5	1 999	4 956	2	302	117 116
Reposições e anulações de provisões	162 900	46 745	121	2 356	—	1 191	20	213 333
Outros resultados	24 487	4 023	15	186	—	7	562	29 280
	<u>4 748 242</u>	<u>787 221</u>	<u>40 133</u>	<u>365 682</u>	<u>431 460</u>	<u>9 817</u>	<u>5 620</u>	<u>6 388 175</u>
Custos:								
Juros e custos equiparados	672 685	357 683	28 213	461 477	6 683	3 047	1 247	1 531 035
Comissões	40 473	10 815	965	783	—	105	21	53 162
Prejuízos em operações financeiras	2 584 476	170 133	71	41 502	411 294	(132)	—	3 207 344
Gastos gerais administrativos	502 804	59 707	3 422	18 459	280	1 101	2 187	587 960
Amortizações do exercício	125 986	4 502	202	3 158	—	48	820	134 716
Outros custos de exploração	4 810	1 152	5	178	188	5	43	6 381
Provisões	390 951	70 735	3 819	19 475	—	8 626	582	494 188
Outros resultados	67 184	11 130	304	33 731	—	80	23	112 452
Impostos sobre lucros	34 474	2 560	146	1 170	—	126	—	38 476
Lucro do exercício	<u>324 399</u>	<u>98 804</u>	<u>2 986</u>	<u>(214 251)</u>	<u>13 015</u>	<u>(3 189)</u>	<u>697</u>	<u>222 461</u>
	<u>4 748 242</u>	<u>787 221</u>	<u>40 133</u>	<u>365 682</u>	<u>431 460</u>	<u>9 817</u>	<u>5 620</u>	<u>6 388 175</u>

30 — Pessoal:

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, o número de colaboradores do Grupo BES, decompõe-se como segue:

	2002	2001
Colaboradores do BES	4 267	5 206
Colaboradores das subsidiárias financeiras do Grupo	3 303	2 865
Total de colaboradores em empresas financeiras do Grupo	7 570	8 071
Colaboradores de outras empresas que prestam serviços essencialmente para clientes fora do Grupo	953	1 241
	<u>8 523</u>	<u>9 312</u>

Por categoria profissional, o número de colaboradores do Banco e do Grupo BES, analisa-se como segue:

	BES		Consolidado	
	2002	2001	2002	2001
Funções directivas	227	246	639	641
Funções de chefia	628	835	1 062	1 217
Funções específicas	1 151	1 172	2 464	3 164
Funções administrativas	2 112	2 747	3 733	3 955
Funções auxiliares	8	19	484	148
Em sucursais no exterior	141	187	141	187
	<u>4 267</u>	<u>5 206</u>	<u>8 523</u>	<u>9 312</u>

O montante das remunerações atribuídas durante os exercícios de 2002 e 2001 aos membros dos órgãos de administração e fiscalização relevados como custos com pessoal foi o seguinte:

	BES		Consolidado	
	2002	2001	2002	2001
Administração	2 338	2 170	7 737	5 899
Fiscalização	7	10	237	111
	<u>2 345</u>	<u>2 180</u>	<u>7 974</u>	<u>6 010</u>

Adicionalmente, no exercício de 2002, a título de remuneração variável, foram atribuídas aos membros do órgão de administração do BES 541 000 euros (2001: 620 000 euros).

O montante do crédito concedido a membros dos órgãos de administração do Grupo ascendia a cerca de 1 275 000 euros (2001: 1 112 000 euros).

31 — Outros proveitos e custos de exploração:

	BES		Consolidado	
	2002	2001	2002	2001
Outros proveitos de exploração:				
Reembolso de despesas diversas	20	3	2 917	3 356
Recuperação e liquidação de juros e despesas de crédito vencido	4 074	2 661	8 159	4 913
Recuperação de créditos incobráveis	2 015	1 986	2 364	2 906
Prestação de serviços diversos	40 673	29 158	91 206	86 114
Outros	1 999	3 450	12 470	11 609
	<u>48 781</u>	<u>37 258</u>	<u>117 116</u>	<u>108 898</u>
Outros custos de exploração:				
Quotizações e donativos	1 225	1 379	2 077	2 151
Outros	1 112	951	4 304	2 991
	<u>2 337</u>	<u>2 330</u>	<u>6 381</u>	<u>5 142</u>

32 — Ganhos e perdas extraordinárias:

	BES			
	Ganhos extraordinários		Perdas extraordinárias	
	2002	2001	2002	2001
Mais-valias em imobilizações	2 031	314	—	—
Menos-valias em imobilizações	—	—	15 14	59
Perdas relativas a exercícios, anteriores	—	—	5 690	2 090
Ganhos relativos a exercícios anteriores	7 219	487	—	—

	BES			
	Ganhos extraordinários		Perdas extraordinárias	
	2002	2001	2002	2001
Anulação de juros activos	—	—	1 902	1 786
Custos com pensões (v. nota n.º 24)	—	—	27 363	11 950
Indemnizações por incumprimento contratual	106	73	97	8
Outros	4 032	9 143	2 597	1 966
	13 388	10 017	39 163	17 859

	Consolidado			
	Ganhos extraordinários		Perdas extraordinárias	
	2002	2001	2002	2001
Mais-valias em imobilizações	5 755	3 512	—	—
Menos-valias em imobilizações	—	—	1 978	2 388
Perdas relativas a exercícios anteriores	—	—	15 634	6 706
Ganhos relativos a exercícios anteriores	12 996	4 355	—	—
Anulação de juros activos	—	—	6 723	1 786
Custos com pensões (v. nota n.º 24)	—	—	29 493	13 144
Indemnizações por incumprimento contratual	268	164	248	33
Outros	7 952	18 823	13 484	14 218
	26 971	26 854	67 560	38 275

33 — Impostos:

O Banco e as subsidiárias com sede em Portugal, estão sujeitos a tributação em sede de imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC) e correspondente derrama.

O cálculo do IRC do exercício de 2002 e 2001 foi apurado pelo Grupo BES com base numa taxa nominal de imposto e derrama de 33% e 35%, respectivamente (Lei n.º 30-G/2000, de 29 de Dezembro, e Lei n.º 3-B/2000, de 4 de Abril).

As declarações de autoliquidação, do Banco e das subsidiárias com sede em Portugal, relativas aos exercícios de 1999 e seguintes ficam sujeitas a inspecção e eventual ajustamento pelas autoridades fiscais durante um período de quatro anos. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações adicionais de impostos devido essencialmente a diferentes interpretações da legislação fiscal. No entanto, é convicção da administração do Banco e das subsidiárias com sede em Portugal que não ocorrerão liquidações adicionais de valor significativo no contexto das demonstrações financeiras.

Os encargos com o imposto sobre lucros e a carga fiscal já paga pelo Banco e pelo Grupo com referência aos exercícios de 2002, 2001 e 2000, são como segue:

	BES			Consolidado		
	2002	2001	2000	2002	2001	2000
Provisão para impostos sobre lucros	1 725	—	26 792	38 476	38 554	63 987
Impostos sobre os rendimentos pagos	525	—	12 755	23 477	17 691	38 442

No apuramento da dotação para impostos sobre lucros apurados em cada exercício, são considerados todos os acréscimos quer positivos quer negativos, que concorrem para a formação da matéria colectável. De entre os factores com impacto material no apuramento do imposto, destacam-se: os benefícios fiscais resultantes de rendimentos auferidos das participações financeiras, de acções adquiridas no âmbito de privatização de empresas públicas e dos títulos da dívida pública portuguesa; os rendimentos gerados nas sucursais financeiras exteriores; e as variações patrimoniais negativas relacionadas com contribuições extraordinárias para os fundos de pensões. Relativamente

a este último aspecto, o Banco considerou como variações patrimoniais negativas, no apuramento da sua matéria colectável em sede de IRC dos exercícios de 2001 e 2000, os valores de 67 milhões de euros e 139 milhões de euros, respectivamente.

34 — Relações com empresas subsidiárias e associadas:

Em 31 de Dezembro de 2002 e de 2001, o montante dos débitos e créditos do Banco relativos a empresas subsidiárias e associadas é como segue:

	BES				
	2002				
	Aplicações	Recursos	Garantias	Proveitos	Custos

Empresas subsidiárias:

BES Leasing Mobiliária	123 632	—	—	7 058	—
BES Leasing Imobiliária	244 840	48	—	12 073	—
BIC	862 803	94 533	—	91 032	66 050
ES Cobranças	563	8 652	—	—	3 354
ES Dealer	—	31	—	—	—
ES ACE	—	880	—	—	22 042
ESAF SGPS	22 649	14 384	—	19 430	252
BESSA	135 282	209 335	—	6 169	5 193
ESGEST	—	27	—	—	564
Gesfinc	—	33	—	—	—

	BES				
	2002				
	Aplicações	Recursos	Garantias	Proveitos	Custos
ESDATA	—	314	—	303	2 216
Besnac	—	962	—	—	72
Euroges	200 098	—	—	6 767	64
Crediflash	66 919	—	—	8 987	—
Cêntimo	45	83	—	—	236
Credibom	400	626	—	5 337	—
BESOL	—	239 986	—	—	9 159
BESI	216 201	32 717	—	37 969	21 717
BES Oriente	458	677	—	707	468
BES Finance	67 031	5 326 351	5 244 815	1 411	208 225
ES Capital	—	1 980	—	377	149
ESOL	369	1 216	—	369	619
ESPLC	36 107	1 518	—	14 497	744
ES Bank	—	483	—	1 071	—
BES.COM	17 363	—	—	518	—
ES Contact Center	1045	—	—	46	4 349
BEST	13	149 081	—	13	5 526
Interaction	—	554	—	9	260
BES Angola	—	43 048	—	—	365
ES Fin. Consultants	—	220	—	—	6
BES Açores (a)	17 737	9 826	—	—	—
BESIL (a)	10 000	29 803	—	—	—
BES Int. SGPS (a)	—	6 916	—	—	—
Jampur (b)	10 667	—	—	—	—
Quinta dos Cônegos (b)	410	—	—	—	—
	<u>2 034 632</u>	<u>6 174 284</u>	<u>5 244 815</u>	<u>214 143</u>	<u>351 630</u>
Empresas associadas:					
Esumédica	2 863	64	—	127	—
Europ Assistance	33	1 375	15	—	62
Fiduprivate	—	2	—	—	—
BES Vénétie	491 455	395 112	27	10 585	8 966
ES Seguros	—	1 150	—	—	73
Esegur	399	700	106	2	4
	<u>494 750</u>	<u>398 403</u>	<u>148</u>	<u>10 714</u>	<u>9 105</u>

	BES				
	2001				
	Aplicações	Recursos	Garantias	Proveitos	Custos
BES Leasing Mobiliária	219 157	3 110	—	8 931	28
BES Leasing Imobiliária	188 483	—	—	7 591	—
BIC	897 696	188 657	—	79 867	55 546
ES Cobranças	563	2 144	—	—	3 433
ES Dealer	—	8	—	12	3
ES ACE	—	937	—	—	9 613
ESAF SGPS	21 958	221	—	10 757	—
BESSA	146 341	238 950	—	10 195	57 858
ESGEST	—	71	—	—	526
Gesfine	—	73	—	—	—
ESDATA	—	1 144	—	—	2 966
Besnac	—	1 143	—	—	2 714
Euroges	187 262	22 215	—	7 751	4
Crediflash	39 315	14	—	7 786	—
Cêntimo	42	37	—	—	229
Credibom	85 046	—	—	3 690	—
BESOL	—	285 729	—	—	19 199
BESI	177 872	11 044	—	16 442	10 607
BES Oriente	945	390	—	4 353	145
BES Finance	72 238	5 059 181	4 421 654	215	199 135
ES Capital	—	3 835	—	—	110
ESOL	394	1 113	—	398	732
ESPLC	53 821	90 434	—	13 402	159
ES Bank	1 281	3 724	—	—	—
BES.COM	16 449	153	—	274	266
ES Contact Center	225	—	—	12	5 412
BEST	—	137 014	—	—	2 080
Interaction	—	615	—	—	51

	BES				
	2001				
	Aplicações	Recursos	Garantias	Proveitos	Custos
BES Angola	—	11 347	—	—	—
ES Fin. Consultants	—	399	—	—	4
BES Açores (a)	—	—	—	—	—
BESIL (a)	—	—	—	—	—
BES Int. SGPS (a)	—	—	—	—	—
Jampur (b)	—	—	—	—	—
Quinta dos Cónegos (b)	—	—	—	—	—
	<u>2 109 088</u>	<u>6 063 702</u>	<u>4 421 654</u>	<u>171 676</u>	<u>370 820</u>
Empresas associadas:					
Esumédica	2 245	1 316	—	79	—
Europ Assistance	—	1 420	11	—	3
Fiduprivate	—	1	—	—	—
BES Vénétie	121 256	194 539	17	6 556	1 900
ES Seguros	—	8 573	—	—	2
Esegur	—	—	—	—	—
	<u>123 501</u>	<u>205 849</u>	<u>28</u>	<u>6 635</u>	<u>1 905</u>

(a) Empresas constituídas/adquiridas em 2002.

(b) Empresas incluídas na consolidação em 2002.

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, o montante global dos activos e passivos do Grupo BES que se referem a operações realizadas com entidades subsidiárias, associadas e relacionadas do Grupo ESFG (*holding* do Banco), resume-se como segue:

	Grupo BES	
	2002	2001
Activos	927 344	830 524
Passivos	1 573 778	1 160 154
Extrapatrimoniais	11 115	25 080

35 — Securitização de activos:

a) Securitização de crédito a clientes:

Lusitano n.º 1, Ltd.:

Em Agosto de 1999, o BES realizou a sua primeira operação de securitização de activos, tendo vendido à sociedade Lusitano n.º 1, Ltd., uma carteira de crédito ao consumo, que se encontrava registada no seu balanço pelo montante de 250 000 milhares de euros. No momento da venda não foi registado qualquer ganho ou perda na conta de exploração do Banco. A Lusitano n.º 1, Ltd., financiou esta aquisição

através da emissão de duas classes de obrigações, colocadas nos mercados financeiros internacionais. Nos termos da emissão, os detentores das referidas obrigações não possuem direito de recurso sobre o emitente ou sobre o BES.

O BES não poderá ser responsabilizado por qualquer montante de perda associada à carteira de crédito ao consumo vendida, que seja superior ao depósito colateral (*cash reserve*) efectuado junto da Lusitano n.º 1, Ltd. Este depósito colateral assumirá um valor máximo de 5% do valor nominal da carteira de crédito vendida.

A Lusitano n.º 1, Ltd. tem como única actividade deter a carteira de crédito ao consumo adquirida ao BES, sendo que o pagamento do montante de capital e juros das obrigações emitidas por esta entidade, dependerá exclusivamente dessa carteira e do depósito colateral (*cash reserve*) efectuado pelo Banco. O direito ao valor residual dos activos da Lusitano n.º 1, Ltd., após a liquidação dos seus custos operacionais e das responsabilidades para com os detentores das obrigações, foi adquirido pelo Banco através da compra de *residual certificates* emitidos pela entidade. Estes *residual certificates* conferem ao seu detentor o direito ao recebimento trimestral de todo o resultado residual (*excess spread*), apurado pelo Lusitano n.º 1, Ltd., o qual sendo passível de estimativa é periodificado e reconhecido na conta de exploração.

Esta operação de securitização tem ainda as seguintes características:

a) Títulos emitidos pela Lusitano n.º 1, Ltd.:

	Senior notes	Junior notes	Residual certificates
Notação:			
Fitch Ratings	AAA	A	—
Moodys	Aaa	A2	—
Standard & Poors	AAA	A	—
Valor nominal (milhares de euros)	233 700	16 300	0,05
Taxa de juro do cupão/rendimento	Euribor 3m + 0,36% pa	Euribor 3m + 0,75% pa	<i>Excess spread</i>
Reembolso	Até Setembro de 2007	Até Setembro de 2007	Até Setembro de 2007
Títulos detidos pelo Grupo BES:			
Valor contabilístico (milhares de euros)	—	—	0,05

b) Compromissos assumidos e ou interesses retidos pelo Grupo:

Depósito colateral (*cash reserve*) no valor actual de 5828 milhares de euros, o qual integra o saldo da rubrica de Outros activos (v. nota n.º 13). Linhas de liquidez e garantias: não aplicável.

c) Provisões constituídas:

Encontram-se constituídas provisões para outros activos no montante de 1665 milhares de euros (v. nota n.º 13), de acordo com o estabelecido na instrução n.º 27/2000 do Banco de Portugal.

d) Entidades intervenientes:

Adquirentes dos créditos: Lusitano n.º 1, Ltd. e Deutsche Bank (Portugal);

Administrador dos créditos (*servicer*): BES.

Lusitano Finance n.º 2, Plc:

Em Abril de 2002 o Grupo BES realizou a terceira operação de securitização de activos, tendo vendido à sociedade Lusitano Finance n.º 2 Plc, uma carteira de crédito a clientes no montante global de 450 000 milhares de euros, que incluiu 150 000 milhares de euros de crédito ao consumo registado no balanço do BES e 300 000 milhares de euros de contratos de locação financeira registados no balanço da BES Leasing Mobiliária.

No momento da venda não foram registados quaisquer ganhos ou perdas nas contas de exploração do BES e da BES Leasing Mobiliária. A Lusitano Finance n.º 2 Plc, financiou esta aquisição através da emissão de três classes de obrigações, colocadas nos mercados financeiros internacionais. Nos termos da emissão, os detentores das referidas obrigações não possuem direito de recurso sobre o emitente, sobre o BES ou sobre a BES Leasing Mobiliária. O BES e a BES Leasing Mobiliária não poderão ser responsabilizados por qualquer montante

de perda associada à carteira de crédito vendida, que seja superior ao valor nominal da obrigação Classe D, emitida pelo Lusitano Finance n.º 2 Plc, para constituição de um depósito colateral (*cash reserve*) e, adquirida pelo BES e pela BES Leasing Mobiliária. O valor nominal desta obrigação que corresponde ao *cash reserve* da transacção, assumirá um valor máximo de 4,5% do valor nominal da carteira de crédito vendida.

A Lusitano Finance n.º 2 Plc tem como única actividade deter a carteira de crédito adquirida ao BES e à BES Leasing Mobiliária, sendo que o pagamento do montante de capital e juros das obrigações Classe A, B e C emitidas por esta entidade dependerá exclusivamente dessa carteira e do depósito colateral (*cash reserve*) constituído com base na emissão da obrigação Classe D. Esta obrigação Classe D confere ao seu detentor, o direito ao recebimento trimestral de todo o resultado residual (*excess spread*) apurado pelo Lusitano Finance n.º 2, Plc, após a liquidação das responsabilidades para com os detentores das obrigações Classe A, B e C e dos seus custos operacionais, o qual, sendo passível de estimativa, é periodificado e reconhecido na conta de exploração do Grupo BES.

Esta operação de securitização tem ainda as seguintes características:

a) Títulos emitidos pela Lusitano Finance n.º 2 Plc:

	Classe A	Classe B	Classe C	Classe D
Notação:				
Fitch Ratings	AAA	AA	A-	—
Moodys	Aaa	Aa2	A2	—
Standard & Poors	AAA	AA	A-	—
Valor nominal (milhares de euros)	409 720	11 250	29 030	20 250
Taxa de juro do cupão/rendimento	Euribor 3m + 0,27% pa	Euribor 3m + 0,45% pa	Euribor 3m + 0,83% pa	<i>Excess spread</i>
Reembolso	Até Abril de 2010	Até Abril de 2010	Até Abril de 2010	Até Abril de 2010
Títulos detidos pelo Grupo BES:				
Valor contabilístico (milhares de euros)	—	—	—	20 250

b) Compromissos assumidos e ou interesses retidos pelo Grupo:

Obrigação Classe D no valor máximo de 20 250 milhares de euros, a qual integra o saldo da rubrica de títulos de investimento de rendimento variável emitidos por não residentes (v. nota n.º 8).

Linhas de liquidez e garantias: não aplicável.

c) Provisões constituídas:

Encontram-se constituídas provisões no montante de 4620 milhares de euros, de acordo com o estabelecido na instrução n.º 27/2000, do Banco de Portugal (v. nota n.º 8)

d) Entidades intervenientes:

Adquirentes dos créditos: Lusitano Finance n.º 2 Plc e BNP Paribas (Portugal);

Administrador dos créditos (*servicers*): BES e BES Leasing Mobiliária.

Lusitano Mortgages n.º 1, Plc:

Em Dezembro de 2002 o Grupo BES realizou a quarta operação de securitização de activos, tendo vendido ao Lusitano Mortgages n.º 1 Fundo, gerido pela Sociedade Gestora de Fundos de Titularização de Créditos, Navigator, SGFTC, S. A., uma carteira de crédito à habitação regime bonificado, no montante global de 1000 milhares de euros e que se encontravam registados no balanço do BIC.

No momento da venda não foram registados quaisquer ganhos ou perdas nas contas de exploração do BIC. O Lusitano Mortgages n.º 1 Fundo financiou esta aquisição através da emissão de unidades de titularização de créditos, integralmente adquiridas pela Lusitano

Mortgages n.º 1, Plc, a qual se financiou através da emissão de cinco classes de obrigações, que foram colocadas nos mercados financeiros internacionais. Nos termos da emissão, os detentores das referidas obrigações não possuem direito de recurso sobre o emitente ou sobre o BIC. O BIC não poderá ser responsabilizado por qualquer montante de perda associada à carteira de crédito vendida, que seja superior ao valor nominal da obrigação Classe F, emitida pelo Lusitano Mortgages n.º 1, Plc para constituição de um depósito colateral (*cash reserve*) e adquirida pelo BIC. O valor nominal desta obrigação que corresponde ao *cash reserve* da transacção, assumirá um valor máximo de 1% do valor nominal da carteira de crédito vendida.

O Lusitano Mortgages n.º 1 Fundo tem como única actividade deter a carteira de crédito adquirida ao BIC, sendo que o pagamento do rendimento e o reembolso das unidades de titularização emitidas por este fundo, dependerá exclusivamente dessa carteira. A Lusitano Mortgages n.º 1, Plc tem como única actividade deter as unidades de titularização de créditos adquiridas ao Lusitano Mortgages n.º 1 Fundo, sendo que o pagamento do montante de capital e juros das obrigações Classe A, B, C, D e E emitidas por esta entidade dependerá exclusivamente das unidades de titularização e do depósito colateral (*cash reserve*) constituído com base na emissão da obrigação Classe F adquirida pelo BIC. Esta obrigação Classe F, confere ao seu detentor, o direito ao recebimento trimestral de todo o resultado residual (*excess spread*) apurado pelo Lusitano Mortgages n.º 1, Plc, após a liquidação das responsabilidades para com os detentores das obrigações Classe A, B, C, D e E, e dos seus custos operacionais, o qual, sendo passível de estimativa, é periodificado e reconhecido na conta de exploração do BIC.

Esta operação de securitização tem ainda as seguintes características:

a) Títulos emitidos pela Lusitano Mortgages n.º 1 Plc:

	Classe A	Classe B	Classe C	Classe D	Classe E	Classe F
Notação:						
Fitch Ratings	AAA	AA	A	BBB	BB	—
Moodys	Aaa	Aa3	A2	Baa2	Ba1	—
Standard & Poors	AAA	AA	A	BBB	BB	—

	Classe A	Classe B	Classe C	Classe D	Classe E	Classe F
Valor nominal (milhares de euros)	915 000	32 500	25 000	22 500	5 000	10 000
Taxa de juro do cupão Rendimento ...	Euribor 3m + 0,28% pa	Euribor 3m + 0,48% pa	Euribor 3m + 0,65% pa	Euribor 3m + 1,35% pa	Euribor 3m + 3,90% pa	<i>Excess spread</i>
Reembolso	Até Dezembro de 2035	Até Dezembro de 2035	Até Dezembro de 2035	Até Dezembro de 2035	Até Dezembro de 2035	Até Dezembro de 2035
Títulos detidos pelo Grupo BES:						
Valor contabilístico (milhares de euros)	—	—	—	—	—	13 318

b) Compromissos assumidos e ou interesses retidos pelo Grupo:

Obrigação Classe F a qual integra o saldo da rubrica de títulos de investimento de rendimento variável emitidos por não residentes (v. nota n.º 8).

Linhas de liquidez e garantias: não aplicável.

c) Provisões constituídas:

Encontram-se constituídas provisões para títulos de investimento no montante de 9963 milhares de euros, de acordo com o estabelecido na instrução n.º 27/2000 do Banco de Portugal (v. nota n.º 8).

d) Entidades intervenientes:

Adquirente dos créditos e emitente das unidades de titularização de créditos;

Lusitano Mortgages n.º 1 Fundo;

Sociedade Gestora do Fundo de Titularização de Créditos: Navigator, SGFTC, S. A.;

Subscritor das unidades de titularização de créditos e emitente das obrigações (*Notes*): Lusitano Mortgages n.º 1 Plc;

Custodiante das unidades de titularização de créditos: BES;

Administrador dos créditos (*servicer*): BIC;

Facilidade de liquidez (*liquidity facility provider*): Deutsche Bank (Portugal), SFE Madeira.

b) Securitização de títulos:

Lusitano Global CDO n.º 1. Plc;

Durante o 2.º semestre de 2001, o Grupo BES realizou a segunda operação de securitização de activos, tendo vendido à Lusitano Glo-

bal CDO n.º 1 Plc uma carteira de obrigações domésticas e Eurobonds cujo valor de balanço ascendia a 1144,3 milhões de euros; estes títulos encontravam-se registados na carteira de investimento do Grupo BES. A Lusitano Global n.º 1 Plc financiou esta aquisição através da emissão de três principais classes de obrigações, que foram colocadas nos mercados financeiros internacionais, garantidas pelo conjunto de títulos vendidos. Nos termos da emissão, os detentores das referidas obrigações não possuem direito de recurso sobre o emitente ou sobre o Grupo BES.

O Grupo BES não poderá ser responsabilizado por qualquer montante de perda associada a carteira de obrigações vendida, que seja superior ao valor nominal da obrigação Classe D e ao depósito colateral (*cash reserve*) constituído e que integra o valor de emissão desta obrigação emitida pelo Lusitano Global CDO n.º 1, Plc e adquirida pelo Grupo BES. O valor de emissão desta obrigação, assumirá um valor máximo de 9,6% do valor nominal da carteira de obrigações vendida.

O Lusitano Global CDO n.º 1 Plc tem como única actividade deter a carteira de obrigações adquirida ao Grupo BES, sendo que o pagamento do montante de capital e juros das obrigações Classe A, B e C emitidas por esta entidade, dependerá exclusivamente das carteiras de obrigações adquirida e, da obrigação Classe D, que inclui o depósito colateral (*cash reserve*), adquirida pelo Grupo BES. Esta obrigação Classe D, confere ao seu detentor, o direito ao recebimento trimestral de todo o resultado residual (*excess spread*) apurado pelo Lusitano Global CDO n.º 1, Plc, após a liquidação das responsabilidades para com os detentores das obrigações Classe A, B e C e dos seus custos operacionais, o qual, sendo passível de estimativa, é periodificado e reconhecido na conta de exploração do Grupo BES.

Esta operação de securitização tem ainda as seguintes características:

a) Títulos emitidos pela Lusitano Global CDO n.º 1 Plc:

	Classe A1	Classe A2	Classe B	Classe C	Classe D
Notação:					
Fitch Ratings	AAA	AAA	AA	A	—
Moodys	Aaa	Aaa	Aa1	A1	—
Standard & Poors	AAA	AAA	AA	A+	—
Valor nominal (milhares de euros)	350 000	623 800	42 300	25 200	103 000
Taxa de juro do cupão/rendimento	Euribor 3m + 0,25% pa	Euribor 3 m + 0,45% pa	Euribor 3m + 0,65% pa	Euribor 3m + 1,10% pa	<i>Excess spread</i> até 10%
Reembolso	Até Dezembro de 2015	Até Dezembro de 2015	Até Dezembro de 2015	Até Dezembro de 2015	Até Dezembro de 2015
Títulos detidos directa e indirectamente pelo Grupo BES:					
Valor contabilístico (milhares de euros)	7 255	500	—	15 300	99 956

b) Compromissos assumidos e ou interesses retidos pelo Grupo:

Obrigação Classe D: no valor máximo de 110 000 milhares de euros, a qual integra o saldo da rubrica de títulos de investimento de rendimento variável emitidos por não residentes (v. nota n.º 8).

O Grupo detém ainda 7255 obrigações Classe A1, 500 obrigações Classe A2 e 15 300 obrigações Classe C, as quais também integram a rubrica de títulos de investimento de rendimento variável emitidos por não residentes (v. nota n.º 8).

Linhas de liquidez e garantias: não aplicável.

c) Entidades intervenientes:

Adquirente das obrigações: Lusitano CDO n.º 1 Plc e Deutsche Bank Portugal;

36 — Acontecimentos subsequentes:

Novas regras de provisionamento aplicável em 2003:

O Banco de Portugal publicou em 30 de Janeiro de 2003, o aviso n.º 8/2003 o qual vem estabelecer novas regras para o provisionamento do crédito concedido. De acordo com disciplina deste aviso, procedeu-se à revisão do regime de provisionamento do crédito vencido, quer em termos do tipo de garantia associada, quer da progressividade dos níveis mínimos de provisionamento. Reformulou-se também o conceito de créditos de cobrança duvidosa, em função do prazo inicial das operações, da probabilidade atribuída a futuros incumprimentos e numa óptica de carteira.

No que respeita às provisões para riscos gerais de crédito, foi introduzida uma nova classe de risco, consubstanciada no crédito garantido por hipoteca sobre imóvel destinado à habitação do mutuário. A taxa

de provisão aplicável a esta classe passou a ser de 0,5% (contra os anteriores 1%). As provisões libertadas em consequência desta alteração serão obrigatoriamente afectas à constituição ou reforço de provisões para risco específico de crédito.

O Banco encontra-se actualmente a quantificar o efeito da aplicação deste aviso, sendo convicção da administração que o mesmo não terá um impacto significativo no contexto das suas demonstrações financeiras de 2003.

O Conselho de Administração: *António Luís Roquette Ricciardi*, presidente — *Ricardo Espírito Santo Silva Salgado*, vice-presidente — *Jean Gaston Pierre Marie Victor Laurent*, vice-presidente — *Mário Mosqueira do Amaral*, vogal — *José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva*, vogal — *António José Baptista do Souto*, vogal — *Jorge Alberto Carvalho Martins*, vogal — *Manuel António Gomes de Almeida Pinho*, vogal — *Yves Henri Camille Barsalou*, vogal — *Anibal da Costa Reis de Oliveira*, vogal — *José Manuel Ferreira Neto*, vogal — *Manuel de Magalhães Villas-Boas*, vogal — *Manuel Fernando Moniz Galvão Espírito Santo Silva*, vogal — *Jackson Behr Gilbert*, vogal — *Manuel António Ribeiro Serzedelo de Almeida*, vogal — *José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi*, vogal — *Jean-Luc Louis Marie Guinoiseau*, vogal — *Gilles François Gramat*, vogal — *Rui Manuel Duarte Sousa da Silveira*, vogal — *Joaquim Anibal Brito Freixial de Goes*, vogal — *Francisco Luís Murteira Nabo*, vogal — *Pedro José de Sousa Fernandes Homem*, vogal — *Ilídio da Costa Leite de Pinho*, vogal — *Herman Agneessens*, vogal — *Patrick Gérard Daniel Coudéne*, vogal — *Michel Victor François Vilatte*, vogal — *Mário Martins Adegas*, vogal — *Luís António Burnay Pinto de Carvalho Daun e Lorena*, vogal — *Lázaro de Mello Brandão*, vogal — *Ricardo Abecassis Espírito Santo Silva*, vogal — *Bernard Henri Georges De Wit*, vogal. — O Director do Departamento de Planeamento e Contabilidade, *Manuel José Dias de Freitas*.

Certificação legal e relatório de auditoria

1 — *Introdução*. — Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a certificação legal das contas e relatório de auditoria sobre a informação financeira contida no relatório de gestão e nas demonstrações financeiras anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, do Banco Espírito Santo, S. A., as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2002 (que evidencia um total de 29 415 826 milhares de euros e um total de capital próprio de 2 001 284 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 129 374 milhares de euros), as demonstrações dos resultados por naturezas e por funções e a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e no correspondente anexo.

2 — *Responsabilidades*. — É da responsabilidade do conselho de administração:

- a) A preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Banco, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa;
- b) Que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;
- c) A adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
- d) A manutenção de um sistema de controlo interno apropriado;
- e) A informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.

3 — A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

4 — *Âmbito*. — O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu:

A verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação

das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na sua preparação;

A apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

A verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;

A apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras;

A apreciação se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

5 — O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas.

6 — Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

7 — *Opinião*. — Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Banco Espírito Santo, S. A., em 31 de Dezembro de 2002, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector bancário e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

8 — *Ênfase*. — Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para o seguinte:

A nossa nomeação como revisores/auditores externos do Banco Espírito Santo, S. A. ocorreu em Setembro de 2002, para efectuar a revisão legal das demonstrações financeiras relativas ao exercício a findar em 31 de Dezembro de 2002. Assim, as demonstrações financeiras referentes a 31 de Dezembro de 2001, as quais são apresentadas para fins comparativos em cumprimento com o Plano de Contas para o Sistema Bancário, foram objecto de revisão legal efectuada por uma outra sociedade de revisores oficiais de contas, a qual emitiu a sua certificação legal de contas sem reservas, datada de 11 de Março de 2002.

Essa certificação legal das contas incluiu:

Uma ênfase relativa ao tratamento contabilístico dos encargos extraordinários com reformas antecipadas e da insuficiência de cobertura de encargos com pensões de reforma referente a anos anteriores, os quais foram, em 2001, após a devida autorização do Banco de Portugal, debitados em prémios de emissão;

Uma ênfase relativa ao facto de o investimento estratégico do Banco Espírito Santo, S. A., na PT Multimédia, SGPS, S. A., se encontrar registado em 31 de Dezembro de 2001 pelo respectivo custo de aquisição, de acordo com as regras do Banco de Portugal então em vigor, o qual era superior ao correspondente valor de cotação naquela data em cerca de 198 milhões de euros. Com a entrada em vigor, em 30 de Junho de 2002, do aviso n.º 4/2002 do Banco de Portugal, o qual veio estabelecer as bases de provisionamento aplicáveis às menos-valias latentes das participações estratégicas detidas pelas instituições financeiras, o Banco Espírito Santo, S. A., provisionou o montante de cerca de 15,3 milhões de euros correspondente a uma parte das menos-valias latentes do investimento na PT Multimédia, SGPS, S. A., apuradas em 31 de Dezembro de 2002, de acordo com o regime transitório previsto naquele aviso. O efeito da aplicação desta nova regra contabilística encontra-se divulgado na nota n.º 9 do anexo ao balanço e à demonstração dos resultados.

Lisboa, 25 de Fevereiro de 2003. — João Augusto & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S. A., representada por *Inês Maria Bastos Viegas Clare Neves Girão de Almeida*, revisora oficial de contas.

Certificação legal e relatório de auditoria das contas consolidadas

1 — *Introdução*. — Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a certificação legal das contas e relatório de auditoria sobre a informação financeira contida no relatório de gestão e nas demonstrações financeiras consolidadas anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, do Banco Espírito Santo, S. A., as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2002 (que evidencia um total de 41 233 823 milhares de euros e um total de capital próprio de 2 001 480 milhares de euros, incluindo um resultado líquido

de 222 461 milhares de euros), as demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas e por funções e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e no correspondente anexo.

2 — *Responsabilidades.* — É da responsabilidade do conselho de administração:

a) A preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das sociedades incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados;

b) Que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;

c) A adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;

d) A manutenção de um sistema de controlo interno apropriado;

e) A informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das sociedades incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou resultados.

3 — A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

4 — *Âmbito.* — O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu:

A verificação de as demonstrações financeiras das sociedades incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos por conselho de administração, utilizadas na sua preparação;

A verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial;

A apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

A verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;

A apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras;

A apreciação se a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

5 — O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas.

6 — Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

7 — *Opinião.* — Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do Banco Espírito Santo, S. A., em 31 de Dezembro de 2002, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector bancário e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

8 — *Ênfase.* — Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para o seguinte:

A nossa nomeação como revisores/auditores externos do Banco Espírito Santo, S. A., ocorreu em Setembro de 2002, para efectuar a revisão legal das demonstrações financeiras relativas ao exercício a findar em 31 de Dezembro de 2002. Assim, as demonstrações financeiras consolidadas referentes a 31 de Dezembro de 2001, as quais são apresentadas para fins comparativos em cumprimento com o

Plano de Contas para o Sistema Bancário, foram objecto de revisão legal efectuada por uma outra sociedade de revisores oficiais de contas, a qual emitiu a sua certificação legal de contas sem reservas, datada de 11 de Março de 2002.

Essa certificação legal das contas incluiu:

Uma ênfase relativa ao tratamento contabilístico dos encargos extraordinários com reformas antecipadas e da insuficiência de cobertura de encargos com pensões de reforma referente a anos anteriores, os quais foram, em 2001, após a devida autorização do Banco de Portugal, debitados em prémios de emissão;

Uma ênfase relativa ao facto de o investimento estratégico do Banco Espírito Santo, S. A., na PT Multimédia, SGPS, S. A., se encontrar registado em 31 de Dezembro de 2001 pelo respectivo custo de aquisição, de acordo com as regras do Banco de Portugal então em vigor, o qual era superior ao correspondente valor de cotação naquela data em cerca de 198 milhões de euros. Com a entrada em vigor, em 30 de Junho de 2002, do aviso n.º 4/2002 do Banco de Portugal, o qual veio estabelecer as bases de provisionamento aplicáveis às menos-valias latentes das participações estratégicas detidas pelas instituições financeiras, o Banco Espírito Santo, S. A., provisionou o montante de cerca de 15,3 milhões de euros correspondente a uma parte das menos-valias latentes do investimento na PT Multimédia, SGPS, S. A., apuradas em 31 de Dezembro de 2002, de acordo com o regime transitório previsto naquele aviso. O efeito da aplicação desta nova regra contabilística encontra-se divulgado na nota n.º 9 do anexo ao balanço e à demonstração dos resultados consolidados.

Lisboa, 25 de Fevereiro de 2003. — João Augusto & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S. A., representada por *Inês Maria Bastos Viegas Clare Neves Girão de Almeida*, revisora oficial de contas.

Relatório e parecer do conselho fiscal relativos ao exercício de 2002

Nos termos da legislação em vigor, apresentamos o nosso relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida e damos o nosso parecer sobre o relatório de gestão e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas apresentadas pelo conselho de administração do Banco Espírito Santo, S. A., relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2002.

No exercício de 2002 o conselho fiscal acompanhou regularmente, nos termos legais e estatutários, a gestão e evolução dos negócios do Banco Espírito Santo, S. A. Tomou também conhecimento dos actos de gestão da administração do Banco, e ainda verificou os registos contabilísticos e os correspondentes documentos de suporte, em base de amostragem.

Como trabalho de fim de exercício procedemos à verificação da correcção tanto das contas individuais do Banco como das suas contas consolidadas, compreendendo as primeiras, o balanço em 31 de Dezembro de 2002, as demonstrações dos resultados por natureza e por funções e a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo nessa data e os respectivos anexos, e as segundas, o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2002, as demonstrações dos resultados consolidados por natureza e por funções para o exercício então findo, e os já referidos anexos e ainda a demonstração de fluxos de caixa consolidados.

Verificámos igualmente que os critérios valorimétricos adoptados na preparação das contas individuais estão de acordo com o Plano de Contas para o Sistema Bancário a que o Banco se encontra sujeito e que os critérios adoptados na consolidação seguem os princípios contabilísticos portugueses.

Do conselho de administração e seus representantes obtivemos as informações e os esclarecimentos solicitados, o que nesta oportunidade agradecemos.

Ainda, apreciamos o relatório sobre a fiscalização efectuada, referindo tanto as contas individuais como as consolidadas, elaborado pela sociedade de revisores oficiais de contas, e tomámos conhecimento da sua certificação legal e relatório de auditoria das contas individuais e da sua certificação legal e relatório de auditoria das contas consolidadas, ambas sem reservas, e com cujos teores concordámos.

Analisámos o relatório de gestão do conselho de administração, o qual esclarece da actividade do Banco no exercício, tanto numa óptica individual como consolidada, e satisfaz os requisitos legais e estatutários.

Tivemos ainda acesso ao relatório de auditoria, sem reservas, dos auditores do Banco, a KPMG Auditores, S. A., sobre as suas demonstrações financeiras de 2002.

Em conformidade com o exposto, somos de parecer que a assembleia geral do Banco Espírito Santo, S. A., aprove:

O relatório de gestão e as contas sociais do Banco, tanto individuais como consolidadas, em 31 de Dezembro de 2002;

A proposta de aplicação de resultados contida no mencionado relatório de gestão;

A gestão exercida pelo conselho de administração em 2002, bem como um voto de louvor, pela eficiência com que geriu o Banco.

Lisboa, 10 de Março de 2003. — O Conselho Fiscal: *Jacques dos Santos*, presidente — *José Queiroz Lopes Raimundo*, vogal efectivo — João Augusto & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S. A., representada por *Inês Maria Bastos Viegas Clare Neves Girão de Almeida*, revisora oficial de contas.

Relatório dos auditores

Examinámos os balanços individual e consolidado do Banco Espírito Santo, S. A., à data de 31 de Dezembro de 2002, bem como as demonstrações individuais e consolidadas dos resultados e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e as respectivas notas explicativas e anexo. O nosso exame foi realizado de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria.

Responsabilidade do conselho de administração e dos auditores:

A elaboração das referidas demonstrações financeiras é da responsabilidade do conselho de administração. A nossa responsabilidade é a de expressarmos uma opinião sobre essas demonstrações financeiras, baseada na nossa auditoria.

Bases de opinião:

As Normas Internacionais de Auditoria requerem que a auditoria seja planeada e executada de forma a obtermos razoável segurança sobre se as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, contêm ou não distorções materialmente relevantes. Uma auditoria inclui a verificação, por amostragem, da evidência de suporte dos valores e informações constantes das referidas demonstrações financeiras, e a avaliação das estimativas e juízos significativos utilizados pelo conselho de administração na preparação e apresentação das mesmas. Uma auditoria inclui também a apreciação, sobre se os princípios contabilísticos adoptados são adequados, tendo em conta as circunstâncias, bem como da forma de apresentação das demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base razoável para a emissão da nossa opinião sobre as demonstrações financeiras referidas.

Opinião:

Em nossa opinião, as citadas demonstrações financeiras representam de modo apropriado, em todos os aspectos materialmente relevantes, a situação financeira individual e consolidada do Banco Espírito Santo, S. A., em 31 de Dezembro de 2002, bem como os resultados individuais e consolidados das suas operações e os fluxos de caixa individuais e consolidados referentes ao exercício findo nessa data, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector bancário, conforme nota n.º 3.

Ênfase:

Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para o seguinte:

A nossa nomeação como auditores do Banco Espírito Santo, S. A., ocorreu em Julho de 2002, para efectuar a auditoria às demonstrações financeiras relativas ao exercício a findar em 31 de Dezembro de 2002. Assim, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes a 31 de Dezembro de 2001, as quais são apresentadas para fins comparativos em cumprimento do Plano de Contas para o Sistema Bancário, foram objecto de auditoria efectuada por uma outra sociedade de auditores, a qual emitiu a sua opinião sem reservas, datada de 11 de Março de 2002.

Essa opinião incluiu:

Uma ênfase relativa ao tratamento contabilístico dos encargos extraordinários com reformas antecipadas e da insuficiência de cobertura de encargos com pensões de reforma referente a anos anteriores, os quais foram, em 2001, após a devida autorização do Banco de Portugal, debitados em prémios de emissão;

Uma ênfase relativa ao facto de o investimento estratégico do Banco Espírito Santo, S. A., na PT Multimédia, SGPS, S. A., se encontrar registado em 31 de Dezembro de 2001 pelo respectivo custo de aquisição, de acordo com as regras do Banco de Portugal então em vigor, o qual era superior ao correspondente valor de cotação naquela data em cerca de 198 milhões de euros. Com a entrada em vigor, em 30 de Junho de 2002, do aviso n.º 4/2002 do Banco de Portugal, o qual veio estabelecer as bases de provisionamento aplicáveis às menos-valias latentes das participações estratégicas detidas pelas instituições financeiras, o Banco Espírito Santo, S. A., provisionou o montante de cerca de 15,3 milhões de euros correspondente a uma parte das menos-valias latentes do investimento na PT Multimédia, SGPS, S. A., apuradas em 31 de Dezembro de 2002, de acordo com o regime transitório previsto naquele aviso. O efeito da aplicação desta nova regra contabilística encontra-se divulgado na nota n.º 9 do anexo ao balanço e à demonstração dos resultados.

Lisboa, 25 de Fevereiro de 2003. — O Auditor, *KPMG*.

Mecenato e apoio social

Reconhecendo o papel preponderante das instituições de solidariedade social na sociedade portuguesa, o Grupo Banco Espírito Santo converteu em donativos verbas inicialmente previstas para a concessão de ofertas aos seus clientes, os quais foram entregues a instituições como a Acreditar — Associação de Pais e Amigos das Crianças com Cancro, Associação Portuguesa de Portadores de Trissomia 21, Vencer e Viver — Núcleo Regional do Sul da Liga Portuguesa contra o Cancro, Banco Alimentar Contra a Fome em Setúbal, Associação de Crianças Sem Fronteiras e Novo Futuro — Associação de Lares Familiares para Crianças e Jovens.

A associação Novo Futuro continuou a contar com o Grupo BES como seu donatário e benfeitor para desenvolver o seu projecto de bem-estar de crianças mais desfavorecidas. O apoio à Federação Portuguesa dos Bancos Alimentares Contra a Fome, entidade que representa a nível nacional e internacional os Bancos Alimentares, permitiu assegurar a fase de arranque da delegação de Setúbal.

Em 2002 a Acreditar inaugurou o seu lar de acolhimento para as crianças com cancro e suas famílias, sempre que os tratamentos não impliquem internamento hospitalar. O Grupo Banco Espírito Santo apoiou o projecto da Acreditar desde o seu início, permitindo organizar e levar a efeito outras formas de apoiar as crianças com problemas oncológicos.

No sector cultural e artístico o Grupo mantém o seu estatuto de mecenaz na Fundação Ricardo Espírito Santo Silva, apoiando o Museu e a Escola de Artes Decorativas Portuguesas, permitindo a descoberta de jovens talentos nacionais na arte de trabalhar diversos materiais para a criação e restauro das mais variadas peças, desde o mobiliário à ourivesaria. Destaca-se também o apoio concedido à Orquestra Sinfónica Juvenil, ao Prémio Jovens Músicos, bem como ao Círculo de Cultura Musical do Porto.

Não descurando o progresso do conhecimento científico o Grupo BES tornou-se parceiro, em 2002, da Associação Portuguesa contra a Leucemia, a qual tem como objectivo estatutário contribuir com acções de diversa natureza para ajudar a combater a leucemia e outras doenças neoplásicas. O Grupo apoiou financeiramente um concerto no Pavilhão Atlântico, cujas receitas reverteram para a criação de um Registo Nacional de Dadores Benévolos de Medula Óssea. Ainda no sector científico, o Banco Espírito Santo premeia anualmente o melhor trabalho de pesquisa e avanços reumatológicos para clínicos gerais, através do «Prémio Banco Espírito Santo Reumatologia».

O apoio à formação e ensino materializou-se na celebração de protocolos com diversas universidades, bem como a concessão de bolsas de estudo em parceria com a Fundação Ilídio Pinho (instituição que tem como missão a contribuição da ciência para o desenvolvimento humano). O investimento do Grupo Banco Espírito Santo permitiu ainda a criação de uma Cátedra do Conselho Português em Estudos Europeus, no âmbito do INSEAD, que visa uma melhor compreensão da competitividade europeia e o posicionamento da comunidade empresarial portuguesa no contexto do alargamento da União Europeia.

Relatório de corporate governance

1 — Introdução

O conselho de administração, pela segunda vez após a aprovação do Regulamento 7/2001, da comissão do Mercado dos Valores Mobi-

liários (CMVM), apresenta o relatório anual sobre o governo da sociedade.

Na linha do sugerido pela CMVM, e de acordo com a política do Banco, a apresentação do presente Relatório consubstancia um exercício de reflexão crítica e de tomada de posição, pela sociedade, sobre as melhores práticas do governo das sociedades, matéria que actualmente se encontra em permanente e profunda evolução.

Nessa medida, aproveita-se a presente introdução para destacar os principais aspectos da evolução do governo da sociedade no decurso do ano de 2002.

Em primeiro lugar, assinala-se a aprovação, no mês de Março, de um Código de Conduta aplicável a todos os colaboradores do Banco Espírito Santo (BES). O Código de Conduta tem vindo a ser progressivamente transposto e adaptado às várias instituições de crédito e sociedades financeiras do Grupo Banco Espírito Santo (Grupo BES), e visa fundamentalmente estabelecer um conjunto de deveres deontológicos, prevenir situações de conflitos de interesses e regular as operações pessoais efectuadas sobre valores mobiliários.

Em segundo lugar, destaca-se a definitiva implementação da comissão de auditoria do BES e a actuação por esta desenvolvida ao longo do ano. A comissão de auditoria é composta por administradores independentes, não executivos e dotados de um profundo conhecimento e experiência na área financeira e das instituições de crédito, e tem assumido papel preponderante nas suas funções de assistência ao conselho de administração.

Finalmente, salienta-se a criação, no final do ano de 2002, de um novo sistema de controlo e divulgação de informação, que visa garantir a eficiência de todo o processo de recolha, avaliação e divulgação de informação ao mercado, medida que se pretende de longo alcance e potenciadora de uma substancial melhoria dos procedimentos existentes.

Tal sistema assenta na criação de uma equipa de reporte periódico de informação financeira (*financial reporting team*), com a responsabilidade de garantir a eficiência de todo o processo de recolha, elaboração e divulgação de informação financeira periódica ao mercado; e na criação simultânea de uma equipa de recolha e reporte de informação avulsa, responsável por garantir a eficiência de todo o processo através do qual o BES divulga informação relevante ao mercado.

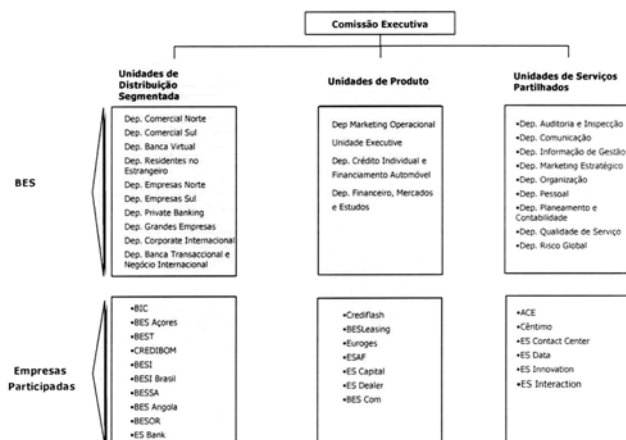
2 — Divulgação de informação

2.1 — Organigramas e mapas funcionais

De acordo com o Modelo Organizativo Multi-especialista, a macroestrutura do BES agrega um conjunto de unidades diferenciadas pelo tipo de actividade que desenvolvem.

Ao nível dos órgãos estruturais, estas unidades agrupam órgãos de primeira linha que dependem directamente da comissão executiva. Assim, encontram-se sistematizadas em:

Unidades de distribuição segmentada;
Unidades de produtos;
Unidades de serviços partilhados.



i) Unidades de distribuição segmentada:

As unidades de distribuição segmentada consistem num grupo de estruturas cuja actividade é de natureza comercial. Globalmente, possuem como característica comum o facto de terem clientes afectos. Acrescem a este grupo estruturas que, apesar de não possuírem a caracte-

terística referida, desenvolvem a sua actividade em torno da exploração/potenciação de canais de distribuição, em forte articulação com as unidades de distribuição segmentada.

Constituem este grupo as seguintes estruturas:

Departamento Comercial do Norte:

Desenvolve a acção comercial de retalho na região norte.

Departamento Comercial do Sul:

Desenvolve a acção comercial de retalho na região sul.

Departamento Banca Virtual:

Coordena o estabelecimento de parcerias com empresas/instituições com vista a proporcionar em exclusivo aos respectivos colaboradores uma oferta global de produtos e serviços bancários.

Departamento de Residentes no Estrangeiro:

É responsável por uma abordagem comercial segmentada à emigração.

Departamento de Empresas do Norte:

Controla e acompanha todos os centros de empresas localizados no norte e na área do Grande Porto.

Departamento de Empresas do Sul:

Controla e acompanha todos os centros de empresas localizados no centro, sul e ilhas e na área da Grande Lisboa.

Departamento *Private Banking*:

Acompanha permanentemente os clientes de alto rendimento, avaliando sistematicamente os respectivos perfis de investimento, de modo a oferecer produtos adequados às suas solicitações.

Departamento de Grandes Empresas:

Acompanha clientes empresa com facturação superior a determinados montantes.

Departamento *Corporate* Internacional:

É responsável por efectuar o acompanhamento comercial das empresas multinacionais presentes em Portugal.

Departamento de Banca Transaccional e Negócio Internacional:

É responsável por produtos e serviços de banca transaccional. Gere o relacionamento comercial com as instituições financeiras não-residentes e residentes. Acompanha e controla a gestão das unidades do Banco no exterior e implementa a política global de relações externas.

Departamento de Municípios e Institucionais:

É responsável pelo acompanhamento comercial dos segmentos autárquico e institucional.

Departamento de Acompanhamento de Empresas e Recuperação de Crédito:

Desenvolve e potencia as medidas adequadas para os créditos das empresas que lhe sejam afectos, bem como para os créditos transferidos para crédito vencido.

ii) Unidades de produto:

As unidades de produto consistem num grupo de estruturas cuja actividade se centra na criação de produtos destinados à comercialização nas redes comerciais. Tais estruturas são as seguintes:

Departamento de *Marketing* Operacional:

Operacionaliza, coordena e gere a oferta de produtos e serviços de retalho. Promove a articulação funcional entre as unidades de produto e os canais de distribuição. É ainda responsável por operacionalizar e organizar o lançamento de produtos e serviços numa acção comercial segmentada, e por apoiar a rede comercial do BES.

Unidade Executiva:

Desenvolve propostas de valor para o segmento executiva, nomeadamente ao nível da capacidade de acompanhamento do cliente e da oferta de produtos e serviços.

Departamento de Crédito Individual e Financiamento Automóvel:

Desenvolve, implementa e gere a oferta de crédito individual e financiamento automóvel nos vários canais do Banco e no segmento de retalho.

Departamento Financeiro Mercados e Estudos:

Executa o plano de financiamento e gere a tesouraria do Grupo BES nos mercados financeiros. É ainda responsável pela gestão e coordenação da actividade de negociação de instrumentos financeiros. Promove e desenvolve estudos de âmbito macroeconómico e sobre os mercados financeiros.

iii) Unidades de serviços partilhados:

As unidades de serviços partilhados consistem num grupo de estruturas que garantem a logística de suporte à actividade. Neste grupo inserem-se todas as estruturas, internas ou ao nível do Grupo, que desenvolvem a sua actividade técnica/operativa em apoio directo às restantes unidades. Este grupo é constituído pelas seguintes unidades:

Departamento de Auditoria e Inspeção:

É responsável pela aplicação, coordenação e aperfeiçoamento das medidas de controlo interno, por forma a melhorar o funcionamento da organização, com o objectivo de diminuir as condições gerais de risco.

Departamento de Comunicação:

Gere a comunicação institucional do Grupo BES em todas as suas vertentes.

Departamento de Informação de Gestão:

É responsável pela implementação do sistema de informação de gestão do Grupo BES por forma a orientar as decisões dos gestores. Tem, ainda, como atribuição traduzir a visão e estratégia do Grupo BES em termos operacionais, em termos de objectivos e medidas a adoptar.

Departamento de Marketing Estratégico:

É responsável pela identificação das necessidades financeiras dos vários segmentos de mercado, definindo propostas de valor e estabelecendo um posicionamento competitivo. É ainda responsável pela execução da política de comunicação de produtos do Banco e por gerir e explorar analiticamente a base de dados de clientes.

Departamento de Organização:

É responsável pela criação e manutenção da organização administrativa e operativa do Grupo BES, e pela optimização dos processos e afectação dos recursos.

Departamento de Pessoal:

É responsável pela definição e acompanhamento das políticas e procedimentos associados à gestão de recursos humanos do Grupo BES.

Departamento Planeamento e Contabilidade:

Assegura o registo e controlo das operações contabilísticas, coordena e promove as políticas de provisionamento e amortizações. Coordena o processo orçamental e controlo de gestão do Banco e do Grupo.

Departamento da Qualidade de Serviço:

Representa a voz do cliente no Grupo, tendo por objectivo contribuir para a definição da orientação estratégica com vista à satisfação do cliente.

Departamento de Risco Global:

Assegura a identificação, quantificação e controlo dos diferentes tipos de risco assumidos, em termos que permitam reforçar o conhecimento e a gestão da exposição global do Grupo através da implementação progressiva das políticas de risco traçadas pela comissão executiva, homogeneizando princípios, conceitos e metodologias a todas essas entidades.

Departamento Jurídico:

Assegura a prestação de serviços de consultoria ou assessoria jurídica e fiscal, bem como serviços de contencioso judicial.

No âmbito do Agrupamento Complementar de Empresas:**Direcção de Compras e Património:**

É responsável pelas compras, aprovisionamento, gestão do património e das instalações, e acompanhamento de obras dentro do Grupo BES.

Direcção de Direct e Self Banking:

Coordena a venda cruzada de produtos financeiros através da exploração de meios alternativos de atendimento tal como a internet e banca telefónica. Gere, coordena e supervisiona toda a rede de ATMs Multibanco e Multibes, POSs e outros equipamentos de atendimento self-service.

Direcção Executiva de Operações:

É responsável pela execução operativa de processos, nomeadamente de crédito, recursos, garantias, transferências e valores.

Direcção de Crédito à Habitação:

Controla e acompanha os processos de crédito à habitação.

2.2 — Descrição da evolução da cotação das acções

A evolução das cotações das acções do BES, no decorrer de 2002, foi a seguinte:

	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Mínima	14,39	11,40	11,45	11,70	11,20	11,29	10,98	10,70	10,20	10,29	10,61	11,49
Média	14,51	11,88	12,01	11,81	11,48	11,54	11,34	10,89	10,74	10,44	10,96	12,00
Máxima	14,60	14,50	12,10	12,10	11,80	11,80	11,65	11,38	11,25	10,85	11,54	12,50
Última	14,50	11,50	12,10	11,84	11,60	11,55	11,27	11,29	10,40	10,75	11,50	12,50

Os resultados consolidados de 2001 foram divulgados ao mercado em 6 de Fevereiro de 2002.

No decorrer do mês de Fevereiro de 2002 procedeu-se à subscrição do aumento do capital social, totalmente realizado, de 1 000 000 000,00 euros para 1 500 000 000,00 euros, através da emissão de 100 milhões de novas acções, de acordo com as seguintes modalidades: 50 milhões de novas acções atribuídas gratuitamente aos accionistas por incorporação de reservas, na proporção de uma nova acção por cada 4 detidas; 50 milhões de novas acções subscritas pelos accionistas, tendo cada um o direito de subscrever 1 nova acção por cada 4 detidas, ao preço unitário de subscrição de 11 euros. A respectiva escritura pública foi realizada no dia 27 de Março de 2002.

Poderá ser encontrada informação mais detalhada no relatório de contas.

O valor do dividendo líquido por acção pago pelo BES aos seus accionistas, em 12 de Abril de 2002, e relativo aos resultados de 2001 foi de 0,3008 euros, a residentes e 0,2632 euros, a não residentes.

2.3 — Política de distribuição de dividendos

Como política de distribuição de dividendos, o Banco procura distribuir aos seus accionistas dividendos que representem, pelo menos, 50% do resultado líquido individual. No entanto, tal intenção está dependente da evolução das condições financeiras e dos resultados do BES e de outros factores que o conselho de administração considere relevantes.

Neste contexto e conforme consta da proposta de aplicação dos resultados do exercício de 2002, o conselho de administração do BES

vai apresentar à assembleia geral a proposta de pagamento de um dividendo bruto por acção no valor de 0,287 euros.

2.4 — Planos de atribuição de acções e planos de atribuição de opções de aquisição de acções

O BES tem em vigor dois sistemas de remuneração variável dos seus colaboradores, aplicáveis independentemente do respectivo cargo ou categoria profissional: o Sistema de Objectivos e Incentivos (SOI) e o Sistema de Incentivos Baseado em Acções (SIBA). No entanto, tais sistemas não constituem qualquer plano de atribuição de opções de aquisição de acções.

O SOI consubstancia-se numa comparticipação dos trabalhadores nos resultados do BES, tendo em conta o desempenho individual, avaliado em termos qualitativos (através de uma notação profissional dada pela chefia) e quantitativos (objectivos comerciais, *cost to income* ou níveis de serviço, tendo em conta o departamento em que o colaborador exerce as suas funções).

O SIBA é um dos principais instrumentos de execução da política de pessoal do BES, encontrando a sua justificação na vontade de fidelizar os colaboradores e de estimular o seu empenho na constante melhoria da actividade e dos resultados.

Este programa de incentivos caracteriza-se pela venda aos colaboradores de um ou mais lotes de acções representativas do capital social do BES, com liquidação do preço em diferido. Poderão ser beneficiários do SIBA os membros da comissão executiva e os trabalhadores do BES no activo, bem como os trabalhadores e administradores executivos do Grupo Banco Espírito Santo (sendo este compreendido pelo universo de empresas formado pelo BES, por todas as instituições de crédito e sociedades financeiras incluídas no seu perímetro de supervisão bancária em base consolidada e pelo agrupamento complementar de empresas de natureza bancária de que o BES é membro agrupado). O conselho de administração, mediante proposta da comissão executiva, procede à selecção dos potenciais beneficiários e determina a quantidade de acções colocadas à disposição de cada um. Na elaboração da sua proposta, a comissão executiva tem em consideração a avaliação do desempenho dos potenciais beneficiários, em função da responsabilidade do cargo e dos objectivos fixados. Quando estiver em causa qualquer membro da comissão executiva, a decisão será tomada pela comissão de fixação de remunerações.

No âmbito do SIBA, o preço de alienação unitário das acções é o que resultar da divisão, pelo seu número total, do valor correspondente à cotação de fecho das acções na sessão de bolsa da Euronext Lisboa imediatamente anterior à data da alienação, acrescido do valor equivalente aos dividendos que lhes tiverem sido atribuídos até à data do integral pagamento daquele preço, bem como do valor equivalente aos encargos financeiros resultantes de eventual financiamento concedido por força de aumento de capital por entradas em dinheiro.

Em Fevereiro de 2002, para os beneficiários do sistema SIBA e no âmbito do aumento de capital do BES, deliberado em 31 de Dezembro de 2001, procedeu-se a uma atribuição, a colaboradores, de acções e direitos de subscrição, nos termos previstos no referido aumento de capital.

Também no decurso de 2002, foi implementada uma nova alienação de acções, tendo sido atribuídas 4 527 165 acções a 6771 colaboradores.

Desde o início da implementação do SIBA, foram alienadas no total 7 367 437 acções a um universo de cerca de 7300 colaboradores.

2.5 — Utilização de novas tecnologias na divulgação de informação

A utilização de meios electrónicos para a divulgação, disponibilização e envio de informação financeira do BES tem ganho uma importância crescente na relação da instituição com a comunidade financeira em geral e com os accionistas e investidores em particular.

O BES disponibiliza na sua página na internet (www.bes.pt), entre outros documentos, os relatórios e contas anuais e semestrais, comunicados e *press releases*, informação financeira trimestral, apresentações, bem como convocatórias para as assembleias gerais e as correspondentes minutas dos boletins de voto. Para além da página da internet, a utilização do correio electrónico é cada vez mais frequente para resposta ou esclarecimento de questões colocadas ao BES.

A informação disponibilizada no *site* do BES para accionistas, investidores e analistas inclui as apresentações regularmente efectuadas junto de analistas, um calendário de eventos do BES de interesse para os investidores, informação relacionada com a emissão de dívida, a informação financeira disponibilizada trimestralmente, e ainda informação relacionada com o governo da sociedade.

O BES disponibiliza ainda, através da internet, a possibilidade de contacto ou solicitação de esclarecimentos no âmbito da sua relação com accionistas, investidores e analistas.

2.6 — Gabinete de apoio ao investidor

O relacionamento com accionistas, investidores e analistas, nomeadamente no que respeita ao esclarecimento de questões ou divulgação de informação periódica ou pontual, é assegurado pelo departamento de comunicação do BES, através de Paulo Padrão ou Elsa Jardim.

Este departamento elabora regularmente apresentações, comunicados ou *press releases* sobre os resultados trimestrais, semestrais ou anuais, bem como sobre quaisquer factos que ocorram passíveis de interesse da comunidade financeira em geral.

A relação do BES com as autoridades de supervisão e a divulgação de informação através da CMVM sob a forma de comunicados e ou factos relevantes é assegurada pelo representante para as relações com o mercado e com a CMVM, Júlio André.

Qualquer investidor interessado pode contactar o BES por via postal, telefónica ou electrónica, para os seguintes endereços:

Departamento de Comunicação, Avenida da Liberdade, 195, 11.º, 1250-142 Lisboa.

Tel./Fax: (351) 213501713/(351) 213597309

<http://www.bes.pt/ir>

E-mail: investor.relations@bes.pt

3 — Representação de accionistas e exercício do direito de voto

As assembleias gerais são convocadas nos termos e com a antecedência estabelecidos na lei.

O presidente da comissão executiva envia, antes de cada assembleia geral anual, uma carta aos accionistas onde, para além de fazer um balanço da actividade relativa ao exercício do ano anterior, salienta a importância da participação de todos os accionistas na mesma.

Por outro lado, o BES efectua regularmente acções de divulgação de informação, de modo a dar uma ampla publicitação das datas e ordens de trabalhos das suas assembleias gerais, estimulando, por essa via, uma maior participação dos seus accionistas nessas reuniões.

Poderão participar na assembleia geral os titulares de acções escrituradas em seu nome até 15 dias antes do dia da reunião. O accionista deverá, ainda, entregar no BES, até ao 5.º dia antes da reunião, uma comunicação endereçada ao presidente da mesa pelo intermediário financeiro onde as mesmas estejam escrituradas, atestando (i) que as acções estão escrituradas em seu nome até 15 dias antes do dia da reunião e (ii) que desde então se encontra escriturado o bloqueio até ao encerramento da reunião.

Até ao 5.º dia antes da reunião, os accionistas que pretendam, nos termos da lei, fazer-se representar na assembleia geral deverão apresentar na sede do BES os instrumentos de representação. Em idêntico prazo, também as pessoas colectivas, que sejam accionistas e que pretendam participar na assembleia geral, deverão indicar quem as representará. No entanto, o presidente da mesa da assembleia geral poderá admitir a participação na assembleia geral dos representantes não indicados neste prazo, desde que verifique que tal não prejudica os trabalhos da assembleia geral. O BES disponibiliza a informação adequada ao accionista que se pretende fazer representar, nomeadamente facultando a consulta das propostas para serem presentes à assembleia geral, por forma a que possa dar instruções e sentido de voto ao seu representante.

A cada 100 acções corresponde um voto, embora os accionistas com número menor de acções possam agrupar-se nos termos legais.

É admitido, nos termos da lei, o voto por correspondência. As declarações de voto, a serem endereçadas ao presidente da mesa, deverão ser entregues em envelope lacrado, na sede do BES, até às 18 horas do 5.º dia útil anterior ao dia designado para a assembleia geral. A assinatura do accionista deverá estar reconhecida notarialmente ou certificada pelo secretário do BES. Para os accionistas que pretendam, encontra-se disponível para consulta uma minuta de boletim de voto de voto por correspondência junto do secretário do BES (departamento jurídico — sede da sociedade) e no *site* da sociedade (www.bes.pt).

Não se encontra, ainda, em funcionamento o sistema que proporcionará o exercício do direito de voto por meios electrónicos.

4 — Regras societárias

4.1 — Código de conduta

Foi aprovado, em Março de 2002, e posteriormente registado na CMVM, um código de conduta aplicável a todos os colaboradores do

Banco Espírito Santo, código esse que tem sido progressivamente adaptado às várias instituições de crédito e sociedades financeiras do Grupo Banco Espírito Santo. Destacamos as principais previsões do código de conduta:

Impõe-se um conjunto de deveres éticos a todos os colaboradores (princípio da igualdade de tratamento de todos os clientes do BES, deveres de profissionalismo, seriedade, competência, diligência, lealdade, neutralidade e integridade, princípio da prevalência dos interesses dos clientes do BES sobre o interesse dos trabalhadores e membros do órgão de administração do BES, dever de sigilo e de colaboração com todas as autoridades de supervisão, deveres de conduta interna e deveres especial de tutela do mercado e da sua transparência);

Contém regulamentação detalhada sobre a matéria do conflito de interesses;

Regulamenta a realização de operações pessoais sobre valores mobiliários efectuada pelos colaboradores do Grupo, de modo a prevenir o abuso de informação ou a chamada informação privilegiada (*insider trading*): note-se que esta regulamentação é aplicável a qualquer colaborador do BES, e não apenas àqueles que trabalham em áreas normalmente qualificadas como sensíveis;

Regula a situação dos colaboradores que efectuam análise económica;

Estabelece princípios gerais relacionados com a prevenção do branqueamento de capitais;

Regulamenta o tratamento a dar a reclamações dos clientes na área da intermediação financeira;

Prescreve expressamente que qualquer incumprimento do código de conduta será considerado uma infracção disciplinar, quando cometido por um trabalhador do BES; como uma violação do contrato, quando cometida por prestador de serviço a título permanente; ou como a preterição de deveres contratuais, no caso de o infractor ser membro do órgão de administração ou fiscalização.

O código de conduta foi distribuído a todos os colaboradores aquando da sua aprovação encontrando-se igualmente disponível para consulta em rede informática interna do Banco.

4.2 — Procedimentos internos para o controlo do risco na actividade do BES

O BES dispõe de uma estrutura interna especialmente dedicada ao controlo de risco da sua actividade. A informação referente às atribuições funcionais, organização e níveis de risco, encontra-se amplamente desenvolvida no relatório de gestão.

De referir, ainda, a existência das seguintes unidades orgânicas, dedicadas à auditoria interna e à gestão de riscos:

i) Comité de Risco Global:

Este comité tem as seguintes atribuições:

Propor à comissão executiva a aprovação de metodologias, políticas, procedimentos e instrumentos para todos os tipos de risco no Grupo BES;

Assegurar a coordenação da actividade do departamento de risco global com as unidades de negócio e departamentos centrais;

Assegurar que as unidades de negócio cumpram com as metodologias, políticas e procedimentos aprovados;

Dar parecer à comissão executiva sobre a aprovação de novos produtos que, pelas suas características, apresentem uma complexidade significativa em termos de risco;

Actuar como comité de acompanhamento para todos os projectos conduzidos no Grupo, em matéria de risco;

Validar resultados e aprovar recomendações;

Decidir quais as iniciativas prioritárias e a afectação de recursos internos e externos para a consecução das mesmas;

Decidir qual o plano de comunicação adequado aos diferentes níveis da organização;

Assegurar uma visão integrada dos diferentes tipos de risco.

Este comité reúne, em regra, todos os meses, dele fazendo parte os seguintes administradores executivos:

Dr. Ricardo Espírito Santo Silva Salgado.
Dr. Mário Mosqueira do Amaral.
Dr. António José Baptista do Souto.
Dr. Jorge Alberto Carvalho Martins.
Dr. Manuel António Gomes de Almeida Pinho.
Dr. José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi.

ii) Departamento de Auditoria e Inspecção:

Contribui para a melhoria do funcionamento do Grupo, através da avaliação dos sistemas de controlo interno e do fornecimento de adequada informação de suporte à decisão, com vista à diminuição das condições gerais de risco.

No âmbito das suas atribuições compete-lhe, designadamente:

Avaliar as condições de funcionamento das unidades de estrutura e a eficiência dos processos de trabalho, com o objectivo de garantir práticas consistentes e de testar as condições gerais de adesão às decisões do conselho de administração;

Garantir adequados meios/processos de teste e validação dos procedimentos operativos e, através de conferências regulares, acautelar os valores monetários e documentais pertença do Grupo BES ou a ele confiados;

Assegurar/promover as relações com autoridades judiciais, policiais e de supervisão, no âmbito das acções/actividades relacionadas com controlo, a segurança, o sigilo bancário e o branqueamento de capitais;

Participar na definição/elaboração do quadro regulamentar interno quer na óptica da publicação de normativo específico, quer através da uma participação consultiva nos domínios dos princípios de controlo e segurança aplicáveis a procedimentos bancários;

Actuar de forma cautelar e proactiva, garantir uma cobertura racional do funcionamento da estrutura e dos riscos e emitir relatórios das acções direccionadas para a resolução dos constrangimentos funcionais e operativos detectados.

4.3 — Existência de limites ao exercício dos direitos de voto, de direitos especiais e de acordos parassociais

Não existe qualquer acordo parassocial nem cláusula estatutária com incidência no exercício de direitos sociais ou transmissibilidade das acções do BES ou de qualquer das sociedades por si participadas cujas acções estejam admitidas à cotação, de que o BES tenha conhecimento.

5 — Órgão de administração

5.1 — Caracterização do conselho de administração

Nos termos do artigo 16.º n.º 1 do contrato social, o conselho de administração é composto por um número ímpar de membros, de 11 a 31, estando, actualmente, fixado em 31 membros.

A CMVM exige que cada sociedade indique os membros do órgão de administração independentes, explicitando o conceito de administrador independente adoptado.

Sobre este último ponto, importa fazer um esclarecimento: todos os administradores do BES são obrigados por lei a actuar no exercício das suas funções exclusivamente norteados pelo interesse do BES, tendo em conta os interesses dos accionistas e dos trabalhadores. A independência a que se refere a CMVM tem, pois um outro sentido, e deve ser baseada numa mera situação de facto, assente em especiais relações dos administradores com outras entidades ou com a própria sociedade. Nessa linha, o BES decidiu adoptar o seguinte conceito: deve ser considerado administrador independente todo aquele que não tenha laços económicos, familiares ou laborais com os accionistas dominantes da sociedade.

O BES tem 16 administradores independentes, sendo o conselho de administração, na presente data, composto pelos seguintes membros (encontra-se em anexo ao presente relatório a lista de cargos sociais exercidos pelos membros do conselho de administração):

Presidente (não executivo):

Comandante António Luís Roquette Ricciardi (não exerce o cargo no BES como actividade principal; é membro não independente).

Vice-presidente (presidente da comissão executiva):

Dr. Ricardo Espírito Santo Silva Salgado (exerce o cargo no BES como actividade principal; é membro não independente).

Vice-presidente (não executivo):

Dr. Jean Gaston Pierre Marie Victor Laurent (não exerce o cargo no BES como actividade principal; é membro independente).

Vogais membros da comissão executiva:

Dr. Mário Mosqueira do Amaral (exerce o cargo no BES como actividade principal; é membro não independente).

Dr. José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva (exerce o cargo no BES como actividade principal; é membro não independente).

Dr. António José Baptista do Souto (exerce o cargo no BES como actividade principal; é membro independente).

Dr. Jorge Alberto Carvalho Martins (exerce o cargo no BES como actividade principal; é membro independente).

Dr. Manuel António Gomes de Almeida Pinho (exerce o cargo no BES como actividade principal; é membro independente).

Dr. José Manuel Ferreira Neto (exerce como actividade principal o cargo de presidente do conselho de administração do Banco Internacional de Crédito, S. A., participado a 100% pelo BES; é membro independente).

Dr. Patrick Gérard Daniel Coudène (exerce o cargo no BES como actividade principal; é membro não independente).

Dr. José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi (exerce o cargo no BES como actividade principal; é membro não independente).

Dr. Jean-Luc Louis Marie Guinoiseau (exerce o cargo no BES como actividade principal; é membro independente).

Dr. Rui Manuel Duarte Sousa da Silveira (exerce o cargo no BES como actividade principal; é membro independente).

Dr. Joaquim Aníbal Brito Freixial de Goes (exerce o cargo no BES como actividade principal; é membro independente).

Dr. Pedro José de Sousa Fernandes Homem (exerce o cargo no BES como actividade principal; é membro independente).

Vogais não executivos:

Dr. Yves Henri Camille Barsalou (não exerce o cargo no BES como actividade principal; é membro independente).

Dr. Gilles François Gramat (não exerce o cargo no BES como actividade principal; não é membro independente).

Dr. Aníbal da Costa Reis de Oliveira (não exerce o cargo no BES como actividade principal; não é membro independente).

Dr. Manuel de Magalhães Villas-Boas (não exerce o cargo no BES como actividade principal; não é membro independente).

Dr. Manuel Fernando Moniz Galvão Espírito Santo Silva (não exerce o cargo no BES como actividade principal; não é membro independente).

Dr. Jackson Behr Gilbert (não exerce o cargo no BES como actividade principal; não é membro independente).

Eng. Manuel António Ribeiro Serzedelo de Almeida (exerce como actividade principal o cargo de presidente da comissão executiva do Banco Espírito Santo de Investimento, S. A., participado a 100% pelo BES. Não é membro independente).

Nota. — O Eng. Manuel Serzedelo de Almeida encontra-se suspenso das suas funções de administrador do BES, por um período não inferior a 60 dias, na sequência de um pedido de suspensão temporária por si apresentado ao presidente do conselho fiscal em 24 de Janeiro de 2003.

Dr. Francisco Luís Murteira Nabo (não exerce o cargo no BES como actividade principal; é membro independente).

Eng. Ilídio da Costa Leite de Pinho (não exerce o cargo no BES como actividade principal; é membro independente).

Dr. Herman Agneessens (não exerce o cargo no BES como actividade principal; é membro independente).

Dr. Michel Victor François Villatte (não exerce o cargo no BES como actividade principal; não é membro independente).

Dr. Mário Martins Adegas (é membro independente, exercendo em exclusividade as suas funções na comissão de auditoria).

Dr. Luís António Burnay Pinto de Carvalho Daun e Lorena (é membro independente, exercendo em exclusividade as suas funções na comissão de auditoria).

Dr. Lázaro de Mello Brandão (não exerce o cargo no BES como actividade principal; é membro independente).

Dr. Ricardo Abecassis Espírito Santo Silva (não exerce o cargo no BES como actividade principal; não é membro independente).

Dr. Bernard Henri Georges de Wit (não exerce o cargo no BES como actividade principal; não é membro independente).

5.2 — Caracterização da comissão executiva e de outras comissões com competência em matéria de gestão

Nos termos do artigo 21.º, n.º 2, do contrato social, a sociedade terá uma comissão executiva constituída por 11, 13 ou 15 administradores, a quem o conselho de administração delegará a gestão corrente.

A comissão executiva é, na presente data, composta por 13 membros, aos quais estão atribuídas as seguintes áreas:

Dr. Ricardo Espírito Santo Silva Salgado — Presidência do Conselho Diário Financeiro e de Crédito e do Comité ALCO (Comité de Activos e Passivos); Planeamento e Contabilidade, Gestão de Activos, Compras e Património (ACE), Comunicação, Secretariado Geral da Administração, Informação de Gestão e assegura a interligação das actividades do BES com as sociedades Bes.com, SGPS, S. A. e Esegur — Empresa de Segurança, S. A.

Dr. Mário Mosqueira do Amaral — Banca Transaccional e Negócio Internacional, Corporate Internacional, Sucursais no Exterior (Nova Iorque, Londres, Madrid, Lausana e Ilhas Caimão).

Dr. José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva — Private Banking (Coordenação Grupo BES), Residentes no Estrangeiro, Consultores Financeiros e Banco Espírito Santo, S. A. (Espanha).

Dr. José Manuel Ferreira Neto — Direcção de Crédito Habitação (ACE); assegura a interligação das actividades do BES e do Banco Internacional de Crédito, S. A.

Dr. António José Baptista do Souto — Grandes Empresas, Empresas Norte, Empresas Sul, Municípios e Institucionais. Assegura, ainda, a interligação das actividades do BES e da Espírito Santo Data, SGPS, S. A., BES Leasing Mobiliária — Sociedade de Locação Financeira, S. A., BES Leasing Imobiliária — Sociedade de Locação Financeira, S. A. e Euroges — Aquisição de Créditos a Curto Prazo, S. A.

Dr. Jorge Alberto Carvalho Martins — Departamento Comercial Norte, Crédito Individual e Financiamento Automóvel, Unidade Executive e assegura a interligação das actividades do BES e da Credibom — Sociedade Financeira para Aquisições a Crédito, S. A.

Dr. Manuel António Gomes de Almeida Pinho — Departamento Financeiro, de Mercados e Estudos.

Dr. Patrick Gerard Daniel Coudène — Departamento Comercial Sul, Marketing Operacional e Unidade Executive.

Dr. José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi — Risco Global, Acompanhamento de Empresas e Recuperação de Crédito e Auditoria e Inspeção.

Dr. Jean-Luc Louis Marie Guinoiseau — Organização, Direcção Executiva de Operações (ACE) e assegura a interligação das actividades do BES e da Crediflash — Sociedade Financeira para Aquisições a Crédito, S. A.

Dr. Rui Manuel Duarte Sousa da Silveira — Área Jurídica do Grupo Banco Espírito Santo.

Dr. Joaquim Aníbal Brito Freixial de Goes — Marketing Estratégico, Direcção de Direct e Self Banking (ACE), Pessoal, Banca Virtual.

Dr. Pedro José de Sousa Fernandes Homem — Private Banking (BES).

Existem, ainda as seguintes comissões com competência especializada em matéria de gestão:

Comités de acompanhamento das unidades de negócio:

i) Comité *Wholesale* (banca de empresas, investimento e internacional):

Este comité tem como atribuições propor à comissão executiva as grandes linhas de desenvolvimento estratégico para a área de *wholesale banking*; assegurar a articulação entre a actividade de *corporate banking* do BES e a actividade do Banco Espírito Santo de Investimento, S. A.; promover a coordenação de actividades com o Banco Internacional de Crédito, S. A., Banco Espírito Santo, S. A. (Espanha), e o Banco Espírito Santo de Investimento do Brasil; acompanhar a evolução do segmento e o cumprimento dos objectivos estabelecidos; decidir sobre a afectação de meios; controlar as margens e a rentabilidade; apresentar propostas de alteração de preçário ao comité ALCO.

Este comité reúne, em regra, todas as semanas e tem os seguintes participantes:

Dr. Mário Mosqueira do Amaral.

Dr. José Manuel Ferreira Neto.

Eng. Manuel António Ribeiro Serzedelo de Almeida (encontra-se suspenso das suas funções de administrador do BES, por um período não inferior a 60 dias, na sequência de um pedido de suspensão temporária por si apresentado ao presidente do conselho fiscal em 24 de Janeiro de 2003).

Dr. António José Baptista do Souto.

Dr. Jorge Alberto Carvalho Martins.

Dr. Manuel António Gomes de Almeida Pinho.

Dr. José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi.

Dr. Rafael Valverde (Banco Espírito Santo de Investimento, S. A.).

ii) Comité Retail (banca de particulares e pequenas empresas):

Este comité tem as seguintes atribuições: propor à comissão executiva as grandes linhas de desenvolvimento estratégico para a área do retalho; assegurar a articulação entre a actividade de retalho do BES e do Banco Internacional de Crédito, S. A.; acompanhar a actividade e o cumprimento dos objectivos estabelecidos; definir as acções comerciais que reforcem a competitividade do Grupo; controlar as margens e a rentabilidade; apresentar propostas de alteração de preço ao Comité ALCO.

Este comité reúne, em regra, quinzenalmente e tem os seguintes participantes:

Dr. José Manuel Ferreira Neto.
Dr. Jorge Alberto Carvalho Martins.
Dr. Patrick Gérard Daniel Coudène.
Dr. Jean Luc Louis Marie Guinoiseau.
Dr. Joaquim Aníbal Brito Freixial de Goes.

iii) Comité Private:

Este comité tem as seguintes atribuições: propor à comissão executiva as grandes linhas de desenvolvimento estratégico dos objectivos globais e do plano previsional de exploração; assegurar a articulação entre a actividade do *private banking* do BES e do Banco Internacional de Crédito, S. A.; aprovar a política de produtos e serviços, por forma a garantir uma melhor resposta às necessidades dos clientes e às oportunidades de mercado; analisar mensalmente a execução do plano de exploração e de *performance* e dos níveis de qualidade/serviço prestados ao cliente, avaliando o grau de colaboração e eficiência dos fornecedores internos e externos; controlar as margens e a rentabilidade; apresentar alterações ao preço no Comité ALCO e avaliar as propostas de delegação de poderes para operações passivas e activas; observar periodicamente a concorrência por forma a participar activamente na recomendação de estratégias alternativas; recomendar o sistema de objectivos e incentivos; ratificar as nomeações do quadro directivo.

Este comité reúne, em regra, mensalmente e tem os seguintes participantes:

Dr. José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva.
Dr. José Manuel Ferreira Neto.
Eng. Manuel António Ribeiro Serzedelo de Almeida (encontra-se suspenso das suas funções de administrador do BES, por um período não inferior a 60 dias, na sequência de um pedido de suspensão temporária por si apresentado ao presidente do conselho fiscal em 24 de Janeiro de 2003).
Dr. Jorge Alberto Carvalho Martins.
Dr. Manuel António Gomes de Almeida Pinho.
Dr. Pedro José de Sousa Fernandes Homem.
Dr. Patrick Gerard Daniel Coudène.

Comités de acompanhamento especializado:

i) Comité Financeiro e de Crédito:

Conselho diário em Lisboa com a presença das áreas de empresas, departamento de município e institucionais, departamento financeiro, de mercados e estudos, departamento banca transaccional e negócio internacional e departamento de risco global. As operações que excederem os poderes de crédito dos administradores serão apresentadas neste comité. Conta ainda com a presença da direcção de *project finance* (BESI) para a avaliação de propostas em que o BESI participe em conjunto com departamentos do BES.

Conselho diário no Porto com a presença do departamento comercial norte, departamento de empresas norte, departamento de risco global e departamento de municípios e institucionais.

ii) Comité ALCO:

Este comité tem as seguintes atribuições: analisar os dados macroeconómicos das principais regiões económicas do mundo; analisar o relatório ALCO; acompanhar e analisar comparativamente as condições dos produtos disponibilizados pela concorrência; aprovar as linhas de orientação para a gestão do *mismatch* do balanço, nomeadamente através do recurso a instrumentos derivados; aprovar a política de preços a praticar nos produtos, introduzindo as alterações consideradas necessárias; aprovar a comercialização de produtos e as respectivas condições.

Este comité que reúne, pelo menos, com periodicidade mensal, é presidido pelo Dr. Ricardo Espírito Santo Salgado, presidente da comissão executiva, e conta com a participação de todos os membros da

comissão executiva e representantes dos departamentos financeiro, de mercados e estudos, planeamento e contabilidade, risco global, *marketing* e de todos os departamentos comerciais de empresas e particulares.

iii) Comité de Informática, Organização, Operações e Qualidade:

Este comité tem as seguintes atribuições: definir as prioridades dos desenvolvimentos informáticos; acompanhar os projectos informáticos em curso; assegurar a coordenação da evolução dos sistemas de informação com a eficiência operativa e com a estrutura organizativa; promover a utilização da internet para a melhoria dos processos e dos procedimentos internos de todas as unidades do Grupo Banco Espírito Santo.

Este comité reúne, em regra, quinzenalmente e tem os seguintes participantes:

Dr. Ricardo Espírito Santo Silva Salgado.
Dr. José Manuel Ferreira Neto.
Dr. António José Baptista do Souto.
Dr. Jorge Alberto Carvalho Martins.
Dr. Jean-Luc Louis Marie Guinoiseau.
Dr. Joaquim Aníbal Brito Freixial de Goes.
Dr. Patrick Gerard Daniel Coudène.
Dr. Pedro José Fernandes Homem.

Conta ainda com a presença regular de representantes das seguintes unidades: departamento de *marketing* operacional, direcção *direct* e *self banking*, departamento de organização, departamento executivo de operações, departamento de qualidade de serviço e representantes da Espírito Santo Data, SGPS, S. A.

iv) Comité de Risco Global:

Cfr. o ponto 4.2. i) do presente relatório.

5.3 — Modo como o órgão de administração exerce o controlo da sociedade

O conselho de administração reúne, de acordo com os estatutos do Banco, pelo menos uma vez em cada trimestre, e sempre que for convocado pelo presidente ou por dois administradores. A comissão executiva do conselho de administração reúne, em regra, pelo menos uma vez por semana, sem prejuízo do acompanhamento diário que, quando necessário, implica reuniões extraordinárias.

Alguns dos administradores não executivos são membros executivos dos conselhos de administração de entidades em relação de participação com o BES, pelo que, por força dessa circunstância, têm conhecimento de parte da actividade do BES.

O secretariado do conselho de administração assegura que os membros do conselho de administração e da comissão executiva recebam atempadamente — em regra com, pelo menos, 72 horas de antecedência — a documentação adequada à apreciação dos pontos em agenda para cada uma das reuniões dos respectivos órgãos.

5.4 — Comissões de controlo internas

i) Departamento de Auditoria e Inspecção:

Cfr. o ponto 4.2. ii) do presente relatório.

ii) Comissão de Auditoria do Conselho de Administração (*Audit Committee*):

a) Atribuições e competências da Comissão de Auditoria:

A comissão de auditoria foi criada no âmbito do conselho de administração do BES, por deliberação do mesmo conselho em reunião de 26 de Outubro de 2001.

A comissão tem por função essencial assistir o conselho de administração no cumprimento das suas responsabilidades de supervisão (i) do processo de preparação regular de relatórios financeiros e de prestação de contas, tanto a nível estatutário como consolidado, (ii) dos processos de auditoria interna e externa, incluindo a responsabilidade directa, sujeita a ratificação pelo conselho de administração, onde aplicável, pela nomeação, remuneração, avaliação do desempenho e continuidade dos auditores externos, (iii) das qualificações profissionais e independência dos auditores externos e, também, (iv) do sistema adoptado pelo Banco para confirmação do efectivo cumprimento das leis e regulamentos que lhe são aplicáveis, bem como às sociedades por este participadas e incluídas no perímetro de super-

visão em base consolidada a que o Banco está sujeito (todas adiante conjuntamente designadas por «Grupo BES» ou «associadas»), e ainda (v) da adesão de todos os administradores, directores e restantes colaboradores, aos Códigos de Conduta aprovados para o BES e para as suas associadas. Compete, ainda, à comissão de auditoria aprovar previamente quaisquer serviços significativos que os auditores externos do BES se proponham prestar ao Banco ou a qualquer uma das suas associadas, desde que os mesmos não revistam a natureza de serviços de auditoria.

A comissão é actualmente composta por dois membros não executivos do conselho de administração (o Dr. Mário Martins Adegas e o Luís António Burnay Pinto de Carvalho Daun e Lorena) e reúne, pelo menos, quatro vezes por ano, tendo plena autoridade e autonomia para realizar reuniões adicionais de acordo com o que seja requerido pelas circunstâncias. São elaboradas actas de todas as reuniões da Comissão, as quais, depois de assinadas pelos respectivos membros, são enviadas ao conselho de administração.

As funções da comissão de auditoria são, essencialmente, de supervisão, tendo plena autoridade para conduzir ou autorizar investigações na sua área de responsabilidade. Nomeadamente, a comissão tem poderes para:

Obter de qualquer colaborador das sociedades do Grupo BES toda a informação que considere necessária para o desempenho das suas funções, estando todos os colaboradores autorizados e obrigados a prestar essas informações sem quaisquer limitações;

Reunir com administradores, directores, auditores externos e ou membros dos conselhos fiscais das sociedades do Grupo BES, na medida em que o considere necessário para o exercício das suas funções;

Obter pareceres independentes e contratar serviços de aconselhamento especializado ou de consultoria externa, conforme for considerado necessário para o desempenho das suas funções.

As competências da Comissão de Auditoria exercem-se, principalmente, nas seguintes áreas:

Controlo interno:

Apreciar a eficácia do sistema de controlo interno do BES sobre o processo de preparação das contas e relatórios financeiros, anuais e intercalares, incluindo o respectivo controlo e segurança de natureza tecnológica;

Obter uma clara compreensão do âmbito e conclusões das revisões do controlo interno a cargo das auditorias interna e externa sobre o processo de preparação das contas e relatórios financeiros;

Rever os resultados da apreciação, a cargo da gestão executiva, da estrutura e dos procedimentos de controlo interno para relato financeiro, bem como os relatórios sobre controlo interno requeridos pelas normas e regulamentos aplicáveis.

Auditoria interna e inspecção:

Analisar os termos de referência, os planos de actuação, as actividades, os recursos humanos e a estrutura organizacional da função de auditoria interna e inspecção;

Reunir regularmente com os responsáveis do controlo do risco global e da auditoria interna e inspecção e analisar a eficácia destas funções.

Auditoria externa:

Dar a aprovação final para a nomeação ou demissão dos auditores externos e decidir sobre a sua continuidade com base na apreciação do respectivo desempenho e independência profissionais, sujeito a ratificação pelo conselho de administração;

Analisar a proposta de planeamento anual do trabalho dos auditores externos;

Aprovar os honorários e restantes condições da relação profissional de auditoria com os auditores externos e dar parecer prévio sobre a prestação de outros serviços propostos pelos auditores externos;

Rever e confirmar a independência profissional dos auditores externos;

Rever o desempenho dos auditores externos e apreciar as qualificações, desempenho e independência profissionais do principal responsável pela realização do trabalho;

Apreciar quaisquer relatórios ou comunicações dirigidos pelos auditores externos à comissão, bem como as respectivas respostas dos gestores executivos e ou da auditoria interna e inspecção;

Reunir regularmente com os auditores externos;

Rever a confirmação dos auditores externos sobre os relatórios de controlo interno e discutir as respectivas possíveis consequências;

Discutir com o conselho de administração a oportunidade e o processo de rotação regular dos principais responsáveis dos auditores externos pela execução e revisão do seu trabalho, conforme requerido pelas normas ou regulamentos aplicáveis, e ponderar a eventual necessidade de rotação da própria firma de auditores externos.

Coordenação com a comissão executiva, auditoria interna e inspecção e auditores externos:

Rever com o departamento de planeamento e contabilidade (DPC) os aspectos mais significativos das contas intercalares e anuais, incluindo novos normativos contabilísticos e respectivo impacto nas demonstrações financeiras do Banco;

Analisar com a comissão executiva e os auditores externos as conclusões do trabalho destes sobre as contas intercalares e anuais;

Rever com a comissão executiva, o DPC e os auditores externos as demonstrações financeiras, bem como os restantes capítulos dos relatórios financeiros intercalares e anuais antes da sua apresentação e disseminação regulamentar e pública;

Analisar com os auditores externos eventuais dificuldades que aqueles possam ter encontrado na realização da sua auditoria;

Discutir e resolver eventuais divergências de opinião entre a comissão executiva e os auditores externos no que respeita ao relato financeiro;

Analisar a minuta de relatório dos auditores externos antes da apresentação da respectiva versão definitiva ao conselho de administração e aos accionistas;

Discutir eventuais propostas de alteração de princípios, políticas, procedimentos e ou práticas de controlo interno contabilístico apresentadas pelos auditores externos, pela auditoria interna e inspecção ou pela comissão executiva, antes da sua adopção definitiva;

Inquirir sobre a eventual existência de exposição a riscos significativos e os passos dados no sentido do seu acompanhamento, controlo e minimização,

Cumprimento de leis, normas e regulamentos:

Analisar a eficácia do sistema do BES para garantir o cumprimento dos normativos legais e regulamentares, bem como os resultados de eventuais investigações da comissão executiva e a respectiva conclusão;

Analisar as conclusões de exames realizados por inspetores de entidades governamentais ou reguladoras, bem como observações de incumprimento feitas por auditores do BES;

Acompanhar a divulgação do Código de Conduta bem como a adesão às suas regras e princípios;

Analisar questões que se suscitam relativamente ao cumprimento das leis, normas e regulamentos aplicáveis ao BES.

Reclamações:

Estabelecer procedimentos para a recolha, arquivo e tratamento, em base confidencial e anónima, de críticas relativas a assuntos e problemas contabilísticos, de controlo interno ou de auditoria.

Prestação de informações:

Informar regularmente o conselho de administração acerca das actividades da comissão, problemas enfrentados e soluções propostas ou recomendadas;

Confirmar o estabelecimento e a manutenção de uma eficiente e permanente comunicação entre o departamento de auditoria interna, departamento de planeamento e contabilidade, departamento de risco global, os auditores externos e o conselho de administração do BES;

Preparar a informação para ser incluída no relatório financeiro anual do BES descrevendo a composição da comissão, as suas responsabilidades e a forma como as mesmas foram cumpridas;

Analisar outros relatórios que possam ser emitidos pelo Banco ou por qualquer uma das suas associadas e que se relacione com as responsabilidades da comissão.

b) Actividade da comissão de auditoria durante o ano de 2002:

Durante o primeiro período de actividade da comissão de auditoria iniciado em 1 de Abril de 2002, e após uma fase dedicada à definição das suas próprias normas e métodos de trabalho, tendo em vista o melhor desempenho das funções de supervisão que lhe foram atribuídas, interveio a referida comissão, de forma significativa, em diversas áreas da

corporate governance do BES e do Grupo BES. A actividade da comissão de auditoria no exercício de 2002 pode resumir-se como segue:

Realização regular de reuniões formais da comissão, participação em todas as reuniões do conselho de administração que tiveram lugar desde Maio de 2002 e, também, participação em algumas das reuniões semanais da comissão executiva;

Análise do último relatório dos anteriores auditores externos (PwC) ainda sobre a sua auditoria relativa ao exercício de 2001;

Intervenção no processo de selecção, emissão de parecer e participação na decisão de contratação dos novos revisores oficiais de contas e auditores externos (KPMG) do Grupo BES e posterior acompanhamento e avaliação da sua actuação;

Análise do relatório anual do BES para o Banco de Portugal sobre controlo interno e respectivos mecanismos de acompanhamento sistémico e eficácia conseguida;

Análise das decisões proferidas sobre alguns relatórios do departamento de auditoria e inspecção (DAI), referenciados como mais relevantes;

Apreciação dos planos anuais de auditoria interna e externa no BES para o exercício de 2002, os quais mereceram opinião favorável, designadamente, quanto aos meios disponibilizados para que se atinjam adequados níveis de eficácia;

Análise específica e participação activa na elaboração de propostas/sugestões relacionadas com a implementação em curso da lei norte-americana denominada «Sarbanes — Oxley Act of 2002» a fim de que fiquem acautelados os efeitos efectivos e ou potenciais no Grupo BES das novas regras aplicáveis às empresas estrangeiras cotadas nas bolsas de valores nos Estados Unidos da América;

Realização de diversas reuniões de trabalho com responsáveis do BIC — Banco Internacional de Crédito, da ESAF — Espírito Santo Activos Financeiros e do Espírito Santo Bank, bem como da filial do Porto e da sucursal de Nova Iorque do BES, visando questões de transparência, adequado cumprimento das boas práticas contabilísticas e de controlo interno e correcta adesão aos princípios de ética e boa conduta profissional;

Apreciação das contas consolidadas intercalares em 30 de Junho de 2002 e das contas consolidadas anuais em 31 de Dezembro de 2002, com a comissão executiva, os auditores externos e os revisores oficiais de contas, bem como dos respectivos pareceres sobre aquelas contas;

Análise das conclusões das inspecções do Banco de Portugal realizadas em 2002;

Emissão de pareceres sobre diversos assuntos que foram submetidos formalmente à comissão para o efeito;

Apreciação do grau de adopção dos códigos de conduta do BES e de outras entidades do Grupo BES, bem como dos sistemas em vigor para acompanhamento permanente da aderência generalizada aos mesmos.

5.5 — Dependência da remuneração dos titulares do órgão de administração dos resultados do BES

Parte da remuneração dos titulares do órgão de administração do BES está dependente dos resultados, podendo os mesmos ter uma participação após deliberação prévia dos accionistas em assembleia geral. A variável relevante a considerar para este efeito é o *cost to income* realizado do BES, confrontado com o orçamentado. Os montantes a atribuir são exactamente iguais para todos os membros da comissão executiva, com excepção do seu presidente.

5.6 — Indicação da remuneração auferida pelos membros do órgão de administração

A remuneração, entendida em sentido amplo, auferida pelo conjunto dos membros do órgão de administração é a que consta no quadro abaixo apresentado, que distingue a parte fixa da parte variável da remuneração (em milhares de euros).

Remuneração	
Total de remuneração fixa	2 338
Administradores executivos	2 286
Administradores não executivos	52
Total de remuneração variável	541
Administradores executivos	541
Administradores não executivos	—

ANEXO

Lista dos cargos sociais exercidos pelos membros do conselho de administração

Comandante António Luís Roquette Ricciardi:

Conselho Superior do Grupo Espírito Santo, presidente.

Órgão de administração:

Banco Espírito Santo, S. A., presidente.

Banco Espírito Santo et de la Vénétie, S. A., presidente.

Bespar — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A., vice-presidente.

Compagnie Bancaire Espírito Santo, S. A., vogal.

E. S. Control (BVI), S. A., presidente.

E. S. Control Holding, S. A., presidente.

E. S. International Holding, S. A., presidente.

E. S. International Panamá, S. A., presidente.

Esprito Santo Financial (BVI), S. A., vogal.

Esprito Santo Financial Group, S. A., vogal.

Esprito Santo Industrial (BVI), S. A., vogal.

Esprito Santo International (BVI), S. A., presidente.

Esprito Santo Property (BVI), S. A., vogal.

Esprito Santo Resources, Ltd., presidente.

Esprito Santo Services, S. A., vogal.

Esprito Santo Tourism (Europe), S. A., presidente.

Esprito Santo Tourism, Ltd., vogal.

Gespetro — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A. (presidente honorário).

Partran — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A., vice-presidente.

Assembleia geral:

Banco Internacional de Crédito, S. A., presidente.

ESCA Participation, Ltd., presidente.

Esprito Santo Property Holding (Portugal), S. A., presidente.

Esprito Santo Resources (Portugal), S. A., presidente.

Esprito Santo Tourism (Portugal) — Consultoria de Gestão Empresarial, S. A., presidente.

Esprito Santo Viagens — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A., presidente.

Gestres — Gestão Estratégica Espírito Santo, S. A., presidente.

Quinta Dos Cónegos — Sociedade Imobiliária, S. A., presidente.

The Atlantic Company (Portugal) — Turismo e Urbanização, S. A., presidente.

Top Atlântico Turismo — Holding de Distribuição Turística, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A., presidente.

Dr. Ricardo Espírito Santo Silva Salgado:

Órgão de administração:

Banco Espírito Santo, S. A., presidente da comissão executiva e vice-presidente do conselho de administração.

Banco Espírito Santo de Investimento, S. A., presidente.

Banco Espírito Santo do Oriente, S. A.RL, vogal.

Banco Espírito Santo, S. A. (Espanha), vogal.

Bank Espírito Santo International, Ltd., presidente.

Banque Espírito Santo et de la Vénétie, vogal.

BES Finance, Ltd., vogal.

BES Overseas, Ltd., vogal.

BES.Com, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A., presidente.

Bespar — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A., presidente.

BEST — Banco Electrónico de Serviço Total, S. A., presidente.

Cariges, S. A., vogal.

Casa dos Pórticos — Sociedade de Administração de Bens, S. A., presidente.

Compagnie Bancaire Espírito Santo, S. A., vogal.

E. S. Control (BVI), S. A., vogal.

E. S. Control Holding, S. A., vogal.

E. S. Holding Administração e Participações, S. A., vice-presidente.

E. S. International Holding, S. A., vogal.

ESAF — Espírito Santo Activos Financeiros, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A., presidente.

ESCA Participation Limited, vogal.

Esfint Holding, S. A., vogal.

Esprito Santo Bank, vice-presidente.

Espírito Santo BP Invest, S. A., vogal.
 Espírito Santo BVI Participation, Ltd., vogal.
 Espírito Santo Financial (BVI), S. A., presidente.
 Espírito Santo Financial (Portugal) — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A., presidente.
 Espírito Santo Financial Group, S. A., presidente.
 Espírito Santo Financial Services, Inc, director.
 Espírito Santo Industrial (BVI), S. A., vogal.
 Espírito Santo International (BVI), S. A., vogal.
 Espírito Santo Overseas, Ltd., presidente.
 Espírito Santo Property (BVI), S. A., vogal.
 Espírito Santo Resources, Ltd., vogal.
 Espírito Santo Saúde, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A., presidente.
 Gespetro — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A., vogal.
 Mães — Administração, Participações e Consultoria, S. A., director.
 IMovagest Assets Management, Ltd., vogal.
 Partran — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A., presidente.
 Sociedade de Administração de Bens Pedra da Nau, S. A., presidente.

Órgão de supervisão:

Euronext NV — Sociedade Gestora de Mercados Regulamentados, S. A., membro do *Supervisory Board*.

Dr. Jean Gaston Pierre Marie Victor Laurent:

Órgão de administração:

Banco Espírito Santo, S. A., vice-presidente do conselho de administração.
 Credit Agricole Indosuez, presidente do conselho de administração.
 Credit Agricole, S. A., director-geral.
 Crédit Lyonnais, vogal.
 Intesa BCI, vice-presidente do conselho de administração.
 Rue Imperiale, vogal.

Dr. Mário Mosqueira do Amaral:

Órgão de administração:

Banco Espírito Santo, S. A., vogal.
 Amaral & Pinto — Empreendimentos Imobiliários, S. A., presidente.
 Banco Espírito Santo et de la Vénétie, S. A., vogal.
 Banco Espírito Santo North American Capital Corporation, presidente.
 Banque Marrocaïne du Commerce Extérieur, vogal.
 Bespar — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A., vogal.
 Compagnie Bancaire Espírito Santo, S. A., vogal.
 E. S. Control Holding, S. A., vice-presidente.
 E. S. International Holding, S. A., vice-presidente.
 E. S. Services, S. A., vogal.
 Espírito Santo Financial Group, S. A., vogal.
 Espírito Santo Investment Management, vogal.
 Espírito Santo Overseas, Ltd., vogal.
 Espírito Santo Resources, Ltd., vogal.
 Gespetro — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A., vogal.
 Partran — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A., vogal.

Assembleia geral:

Banco Internacional de Crédito, S. A., vice-presidente.
 Gesfimo — Espírito Santo, Irmãos — Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S. A., presidente.
 Telepri — Telecomunicações Privadas, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A., presidente.

Dr. José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva:

Órgão de administração:

Banco Espírito Santo, S. A., vogal.
 Banco Espírito Santo de Investimento, S. A., vogal.
 Banco Espírito Santo et de la Vénétie, S. A., vogal.
 Banco Espírito Santo, S. A. (Espanha), presidente.
 Bespar — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A., vogal.
 Compagnie Bancaire Espírito Santo, S. A., vogal.
 E. S. Control Holding, S. A., vogal.
 E. S. Holding — Administração e Participações, S. A., vogal.
 E. S. International Holding, S. A., vogal.
 ESAF — Espírito Santo Activos Financieros, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A., vogal.

ESFG Overseas, Ltd., vogal.
 Espírito Santo Agriculture and Development, Ltd., presidente.
 Espírito Santo Bank, vogal.
 Espírito Santo BVI Participation, Ltd., vogal.
 Espírito Santo Control (BVI), S. A., vogal.
 Espírito Santo Enterprises, S. A., vice-presidente.
 Espírito Santo Financial (Portugal) — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A., vice-presidente.
 Espírito Santo Financial Consultants (Gestão de Patrimónios), S. A., presidente.
 Espírito Santo Financial Group, S. A., vice-presidente.
 Espírito Santo Industrial (BVI), S. A., vogal.
 Espírito Santo Internacional (BVI), S. A., vogal.
 Espírito Santo Internacional Panamá, S. A., vogal.
 Espírito Santo Overseas, Ltd., vogal.
 Espírito Santo Property (BVI), S. A., vogal.
 Espírito Santo Resources, Ltd., vogal.
 Espírito Santo Services, S. A., vogal.
 Europ Assistance — Companhia Portuguesa Seguros Assistência, S. A., vogal.
 Fiduprivate — Sociedade de Serviços, Consultoria, Administração de Empresas, S. A., presidente.
 Gespetro — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A., vogal.
 Parfil — Sociedade de Gestão de Participações Financeiras, Sociedade Gestora de Participações Sociais, L.ª, vogal.
 Quinta dos Cônegos — Sociedade Imobiliária, S. A., presidente.
 Sociedade Imobiliária e Turística da Quinta do Peru, presidente.

Dr. António José Baptista do Souto:

Órgão de administração:

Banco Espírito Santo, S. A., vogal.
 Angra Moura — Sociedade de Administração de Bens, S. A., vogal.
 BES Leasing Imobiliária — Sociedade de Locação Financeira, S. A., presidente.
 BES Leasing Mobiliária — Sociedade de Locação Financeira, S. A., presidente.
 Companhia de Seguros Tranquilidade, S. A., vogal.
 Companhia de Seguros Tranquilidade-Vida, S. A., vogal.
 Espírito Santo — Companhia de Seguros, S. A., vogal.
 Espírito Santo — Empresa de Prestação de Serviços, ACE, vogal.
 Espírito Santo Data, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A., presidente.
 Espírito Santo Overseas, Ltd., vogal.
 Euroges — Aquisição de Créditos a Curto Prazo, S. A., presidente.
 SIBS — Sociedade Interbancária de Serviços, S. A., vogal.
 Unicre — Cartão Internacional de Crédito, S. A., vogal.

Dr. Jorge Alberto Carvalho Martins:

Órgão de administração:

Banco Espírito Santo, S. A., vogal.
 Banco Espírito Santo, S. A. (Espanha), vogal.
 Credibom — Sociedade Financeira Para Aquisições a Crédito, S. A., presidente.

Mesa da assembleia geral:

Leica, Aparelhos Ópticos de Precisão, S. A., presidente.

Conselho fiscal:

Agência de Desenvolvimento Regional de Entre-o-Douro e Tâmega, presidente.

Conselho superior:

Primus, Promoção e Desenvolvimento Regional, S. A., vogal.

Dr. Manuel António Gomes de Almeida Pinho:

Órgão de administração:

Banco Espírito Santo, S. A., vogal.
 BES Finance, S. A., vogal.
 BES Investimento, S. A., vice-presidente.
 BES Overseas, Ltd., vogal.
 ESAF — Espírito Santo Activos Financieros, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A., vogal.

Gesfinc — Espírito Santo Estudos Financeiros e Mercado de Capitais, S. A., vogal.

Dr. Yves Henri Camille Barsalou:

Órgão de administração:

Banco Espírito Santo, S. A., vogal.

Credit Foncier de Monaco, S. A., presidente delegado do conselho de administração.

Fondation du Crédit Agricole, presidente do conselho de administração.

Groupe Val d'Orbieu Liste, S. A., presidente do conselho de administração.

Sodagri — Société de Développement Agricole, S. A., administrador.

STE Caves de Roquefort, S. A., administrador.

Total — Fina — Elf, S. A., administrador.

Ui, S. A., administrador.

Órgão de fiscalização:

BRL, SAD, representante permanente da Federação Regional Crédit Agricole e membro do conselho fiscal.

Midi Libre, vice-presidente conselho fiscal.

Dr. Aníbal da Costa Reis de Oliveira:

Órgão de administração:

Banco Espírito Santo, S. A., vogal.

ACRO, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A., presidente.

Diliva — Sociedade de Investimentos Imobiliários, S. A., presidente.

Fábrica Têxtil Riopelle, S. A., presidente.

Filatex Têxteis, S. A., presidente.

Olicor Têxteis, S. A., presidente.

Olinveste, Sociedade Gestora de Participações Sociais, L.ª, presidente conselho de gerência.

Saramagos — Sociedade Produtora de Energia, S. A., presidente.

Urpur — Imobiliária, S. A., presidente.

Mesa da assembleia geral

Aurecom — Automóveis, Reparações e Comércio, L.ª, presidente.

Olifil Têxteis, S. A., presidente.

Dr. José Manuel Ferreira Neto:

Órgão de administração:

Banco Espírito Santo, S. A., vogal.

Banco Internacional de Crédito, S. A., presidente.

ESAF — Espírito Santo Activos Financeiros, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A., vogal.

Esírito Santo Empresa de Prestação de Serviços — ACE, vogal.

Conselheiro da Fundação Cultursintra.

Conselho fiscal:

Presidente do conselho fiscal da Fundação Cultursintra.

Dr. Manuel de Magalhães Villas-Boas:

Órgão de administração:

Banco Espírito Santo, S. A., vogal.

Banco Espírito Santo de Investimento, S. A., vogal.

Bank Espírito Santo International, Ltd., vogal.

BES Overseas, Ltd., vogal.

ESFG Overseas, Ltd., vogal.

Esírito Santo Financial Holding, S. A., vogal.

Esírito Santo Investment Management, vogal.

Esírito Santo Overseas, Ltd., (vice-chairman).

Dr. Manuel Fernando Moniz Galvão Espírito Santo Silva:

Órgão de administração:

Banco Espírito Santo, S. A., vogal.

Academia de Música de Santa Cecília, presidente.

Bespar — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A., vogal.

E. S. International Holding, S. A., vogal.

E. S. Control (BVI), S. A., vogal.

E. S. Control Holding, S. A., vogal.

Esírito Santo Agriculture and Development, Ltd., vogal.

Esírito Santo Bank, vogal.

Esírito Santo Financial (BVI), S. A., vogal.

Esírito Santo Financial Group, S. A., vogal.

Esírito Santo Health 8t SPA, S. A., presidente.

Esírito Santo Hóteis, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A., presidente.

Esírito Santo Industrial (BVI), S. A., vogal.

Esírito Santo International (BVI), S. A., vogal.

Esírito Santo Property (BVI), S. A., vogal.

Esírito Santo Resources, Ltd., vice-presidente.

Esírito Santo Services, S. A., vogal.

Esírito Santo Tourism (Europe), vice-presidente.

Esírito Santo Tourism (Portugal) — Consultoria de Gestão Empresarial, S. A., presidente.

Esírito Santo Tourism, Ltd., director.

Esírito Santo Tourism.Com, S. A., presidente.

Esírito Santo.Com, S. A., presidente.

Euroamerican Finance Corporation, Inc., presidente.

GES Finance, Ltd., vogal.

Gespetro — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A., vogal.

Herdade do Reguengo — Exploração de Propriedades, S. A., presidente.

Hóteis Tivoli, S. A., presidente.

Partran — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A., vogal.

Santogal — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A., vogal.

Sociedade de Investimentos Imobiliários Sodim, S. A., vogal.

Spread.Com, S. A., presidente.

Telepri — Telecomunicações Privadas, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A., vogal.

The Atlantic Company, Ltd., presidente.

Assembleia geral:

Espart — Espírito Santo Participações Financeiras, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A., presidente.

Hotelagos, S. A., presidente.

Marinoteis — Sociedade de Promoção e Construção de Hotéis, S. A., presidente.

Quinta Patino — Sociedade de Investimentos Turísticos e Imobiliários, S. A., presidente.

Siha — Sociedade de Investimentos Hoteleiros Almansor, S. A., presidente.

Sociedade Imobiliária e Turística da Quinta do Peru, S. A., presidente.

Dr. Jackson Behr Gilbert:

Órgão de administração:

Banco Espírito Santo, S. A., vogal.

Banco Espírito Santo, S. A. (Espanha), vogal.

Bank Espírito Santo, presidente.

Esírito Santo Financial Holding, vogal.

Esírito Santo Financial Services, Inc., presidente.

Esírito Santo Overseas, Ltd., vogal.

Esírito Santo Properties, vogal.

E. S. Private Equity Ltd., vogal.

Engenheiro Manuel António Ribeiro Serzedelo de Almeida (encontra-se suspenso das suas funções de administrador do BES, por um período não inferior a 60 dias, na sequência de um pedido de suspensão temporária por si apresentado ao presidente do conselho fiscal em 24 de Janeiro de 2003):

Órgão de administração:

Banco Espírito Santo, S. A., vogal.

Banco Espírito Santo de Investimento, S. A., vogal presidente da comissão executiva.

Companhia Cervejas Estrela, S. A., presidente.

Parfil, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A., vogal.

Esírito Santo Financial (Portugal) — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A., vogal.

Portugal Telecom, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A., vogal.

Urfil, S. A., vogal.

BES Investimento do Brasil, S. A., presidente.

BES.Com, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A., vogal.

Esírito Santo Financial Group, vogal.

VTR, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A., vogal.

Sociedade Central de Cervejas, S. A., vogal.

ES Capital — Sociedade de Capital de Risco, S. A., vogal.

Espírito Santo Dealer — Sociedade Financeira de Corretagem, S. A., presidente.

Benito Y Monjardín, presidente.

PT Multimédia — Serviços de Telecomunicações e Multimédia, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A., vogal.

Dr. José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi:

Órgão de administração:

Banco Espírito Santo, S. A., vogal.

Banco Espírito Santo de Investimento, S. A., vice-presidente.

Bespar — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A., vogal.

E. S. Investment, Plc, presidente.

ESAF — Espírito Santo Activos Financeiros, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A., vice-presidente.

Espírito Santo Financial Group, S. A., vogal.

ESSI — Comunicações, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A., presidente.

ESSI — Investimentos, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A., presidente.

ESSI, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A., presidente.

Multiger — Sociedade de Compra, Venda e Administração de Propriedades, S. A., presidente.

Palácio do Correio Velho — Sociedade Comercial de Leilões, S. A., vogal.

Conselho fiscal:

Central de Cervejas, S. A., vogal.

Sporting Clube de Portugal, vice-presidente.

Assembleia geral:

Espart — Espírito Santo Participações Financeiras, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A., secretário da mesa da assembleia geral.

Controlled Sport (Portugal) — Turismo Cinegética e Agricultura, S. A., presidente da mesa da assembleia geral.

Dr. Jean-Luc Louis Marie Guinoiseau:

Órgão de administração:

Banco Espírito Santo, S. A., vogal.

BES Leasing Imobiliária — Sociedade de Locação Financeira, S. A., vogal.

BES Leasing Mobiliária — Sociedade de Locação Financeira, S. A., vogal.

Credibom — Sociedade Financeira para Aquisições a Crédito, S. A., vogal.

Crediflash — Sociedade Financeira para Aquisições a Crédito, S. A., presidente.

Espírito Santo Data, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A., vogal.

Espírito Santo Prestação de Serviços, ACE, vogal.

Dr. Gilles François Gramat:

Órgão de Administração

Banco Espírito Santo, S. A., vogal.

Agos-Itafinco — Societa Perazioni, administrador.

Banca Intesa BCI — Societa per azioni, administrador.

Banque Libano-Française — Société Anonyme, administrador.

Bespar, SGPS — Société Anonyme, administrador.

Credit Agricole Deurope Bv, presidente.

Eurazeo — Société Anonyme, administrador.

Francois Charles Oberthur Fiduciaire, administrador.

Idia Participations (Gérant)

Idia Participations, S. A., presidente do conselho de administração.

Sofagri — Société Par Actions Simplifiée, presidente director-geral.

Sofagri Participations — Société Par Actions Simplifiée, presidente director-geral.

Sofipar — Société Anonyme, presidente do conselho de administração.

Union d'Études et d'Investissements — Société Anonyme, presidente director-geral.

Unipar (Ex Kappa 30) — Société Par Actions Simplifiée, presidente.

Órgão de fiscalização:

Atria Capital Partenaires — Société Anonyme à Directoire, membro do conselho fiscal.

Elior — Société En Commandite Par Action, presidente do conselho fiscal.

Lukas, S. A. — Société Anonyme, presidente do conselho fiscal.

Pragma Capital — Société Anonyme à Directoire, membro do conselho fiscal.

Dr. Rui Manuel Duarte Sousa da Silveira:

Órgão de administração:

Banco Espírito Santo, S. A., vogal.

Espírito Santo — Unidades de Saúde e de Apoio à Terceira Idade, S. A., vogal.

Sociedade de Administração de Bens, Casa de Bons Ares, S. A., vogal.

Mesa da assembleia geral:

Banco Internacional de Crédito, S. A. (secretário).

BES.Com — Desenvolvimento Empresarial e Serviços de Gestão, S. A., presidente.

BES.Com, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A., presidente.

Bespar — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A., presidente.

BEST — Banco Electrónico de Serviço Total, S. A., presidente.

Capital Mais — Assessoria Financeira, S. A., presidente.

Casa dos Pórticos — Sociedade de Administração de Bens, S. A., presidente.

Companhia de Seguros Tranquilidade, S. A., vice-presidente.

Credibom — Sociedade Financeira Para Aquisições a Crédito, S. A., presidente.

Crediflash — Sociedade Financeira Para Aquisições a Crédito, S. A., presidente.

ES Capital — Sociedade de Capital de Risco, S. A., presidente.

ES Interaction — Sistemas de Informática Interactivos, S. A., presidente.

ESAF — Espírito Santo Activos Financeiros, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A., presidente.

ESAF — Espírito Santo Fundos de Investimento Imobiliário, S. A., presidente.

ESAF — Espírito Santo Fundos de Investimento Mobiliário, S. A., presidente.

ESAF — Espírito Santo Fundos de Pensões, S. A., presidente.

ESAF — Espírito Santo Participações Internacionais, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A., presidente.

Espírito Santo — Companhia de Seguros, S. A., presidente.

Espírito Santo — Gestão de Patrimónios, S. A., presidente.

Espírito Santo Cobranças, S. A., presidente.

Espírito Santo Data, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A., presidente.

Espírito Santo Equipamentos de Segurança, S. A., presidente.

Espírito Santo Financial (Portugal) — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A., vice-presidente.

Espírito Santo Financial Consultants (Gestão de Patrimónios), S. A., presidente.

Espírito Santo Prestação de Serviços, ACE, presidente.

Espírito Santo Saúde, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A., presidente.

Europ Assistance — Companhia Portuguesa de Seguros de Assistência, S. A., vice-presidente.

Fundo de Turismo — Capital de Risco, S. A., presidente.

Fundo de Turismo — Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S. A., presidente.

Oblog Software, S. A., presidente.

Partran — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A., presidente.

Dr. Joaquim Aníbal Brito Freixial de Goes:

Órgão de administração:

Banco Espírito Santo, S. A., vogal.

BES.Com, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A., vogal.

BEST — Banco Electrónico de Serviço Total, S. A., vogal.

Companhia de Seguros Tranquilidade-Vida, S. A., vogal.

Crediflash — Sociedade Financeira para Aquisições a Crédito, S. A., vogal.

E. S. Interaction — Sistemas de Informação Interactivos, S. A., vogal.

Espírito Santo Data, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A., vogal.

Portugal Telecom, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A., vogal.

PT Multimédia, Serviços de Telecomunicações e Multimédia, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A., vogal.

Dr. Francisco Luís Murteira Nabó:

Órgão de administração:

Banco Espírito Santo, S. A., vogal.

Associação Industrial Portuguesa, vice-presidente do conselho geral.

Associação Comercial de Lisboa/Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa, director.

Associação de Antigos Alunos de Economia/ISEG, presidente da direcção.

Câmara de Comércio e Indústria Luso-Chinesa, presidente.

Fórum de Administradores de Empresas, membro do conselho geral.

Fundação Luso-Espanhola, presidente da comissão permanente do conselho de curadores.

Fundação Portugal África, vogal.

INDEG/ISCTE, membro do conselho superior.

Insead — membro do conselho.

Portugal Telecom, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A., presidente.

Dr. Pedro José de Sousa Fernandes Homem:

Órgão de administração:

Banco Espírito Santo, S. A., vogal.

Empresa de Servidos de Inversion Hiscapital, A.V., S. A., vogal.

ESAF — Espírito Santo Activos Financeiros, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A., vogal.

Espírito Santo Financial Consultants, S. A., vogal.

Engenheiro Ilídio da Costa Leite de Pinho:

Órgão de administração:

Banco Espírito Santo, S. A., vogal.

Asiainvest, S. A., presidente.

Fomentinvest, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A., presidente.

Fundação Ilídio Pinho, presidente conselho superior e conselho de administração.

IP Agro, presidente.

IP Cinegética, presidente.

IP Holding, SGPS, S. A., presidente.

IP Vale, S. A., presidente.

Spiering, SGPS, S. A.

Dr. Herman Agneessens:

Órgão de administração:

Banco Espírito Santo, S. A., vogal.

Banksys, Brussels, director.

Cerinvest Nv, Amsterdam, supervisor/director.

Csob A. S. Prague, vice-presidente.

Fin. Force, Brussels, presidente.

Iib Finance Ireland Unltd (Iibf), Dublin, director.

Iib International Finance Ireland Unltd (Iibf), Dublin, director.

KB (International) Nominee, Ltd., Hong Kong, director.

KBC (Singapore), Ltd., director.

KBC Bank NV, director.

KBC Bankverzekeringsholding Nv, director.

KBC Finance Ireland Unltd (KBCFI), director.

KBC Ifima, Amsterdam, director.

KBC International Finance, Curaçao, director.

KBC North American Finance Corporation, Dover, USA, director.

Kereskedelmi Es Hitelbank Rt. Hongarije (K & H Bank), director.

Kredyt Bank PBI, S. A., Warschau, director.

Nova Ljubljanska Banka, Ljubljana, director.

Dr. Patrick Gerard Daniel Coudène:

Órgão de administração:

Banco Espírito Santo, S. A., vogal.

Banco Espírito Santo (Espanha), S. A., vogal.

Banco Espírito Santo dos Açores, S. A., vice-presidente.

BES.Com, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A., vogal.

Bespar — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A., vogal.

Companhia de Seguros Tranquilidade-Vida, S. A., vogal.

Espírito Santo Companhia de Seguros, S. A., vice-presidente.

Dr. Michel Victor François Villatte:

Órgão de administração:

Banco Espírito Santo, S. A., vogal.

Bancassurance Sal (Liban), administrador.

CAES — Ca Epargne Salariale, presidente permanente de pred. administrador.

Emporiki Life Insurance Company (Grèce), vice-presidente.

Ifcam, administrador.

Pacifica, administrador.

Partran — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A., administrador.

Predi Retraites, director-geral non. adm.

Predica, director-geral non. adm.

Predical-Europe (Grand Duche Luxembourg), presidente do conselho de administração.

Unimo, presidente permanente de pred. administrador.

Órgão de fiscalização:

Unipierre Assurance, presidente do conselho fiscal.

Dr. Mário Martins Adegas:

Órgão de administração:

Banco Espírito Santo, S. A., vogal; membro da comissão de auditoria.

Conselho fiscal:

Compta, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A.

Luís António Burnay Pinto de Carvalho Daun e Lorena:

Órgão de administração:

Banco Espírito Santo, S. A., vogal; membro da comissão de auditoria.

Campeque, L.^{da}, gerente.

Dr. Lázaro de Mello Brandão:

Órgão de administração:

Banco Espírito Santo, S. A., vogal.

ABS — Empreendimentos Imob., Partic. e Serv., S. A., presidente.

Atlântica Capitalização, S. A., presidente.

Átria Participações, S. A., presidente.

Babié Participações L.da, presidente.

Banco Baneb, S. A., presidente.

Banco BEA, S. A., presidente.

Banco Bradesco Luxembourg, S. A., presidente.

Banco Bradesco, S. A., presidente.

Banco de Crédito Real de Minas Gerais, S. A., presidente.

Banco Mercantil de São Paulo International, S. A., presidente.

Banco Mercantil de São Paulo, S. A., presidente.

Bancocidade — Leasing Arrendamento Mercantil, S. A., presidente.

BCN Leasing — Arrendamento Mercantil, S. A., presidente.

Boavista, S. A. — Arrendamento Mercantil, presidente.

Bradesco Capitalização, S. A., presidente.

Bradesco Leasing, S. A. Arrendamento Mercantil, presidente.

Bradesco Saúde, S. A., presidente.

Bradesco Seguros, S. A., presidente.

Bradesco Vida e Previdência, S. A., presidente.

Bradespar, S. A., presidente.

Bradesplan Participações, S. A., presidente.

Bram — Bradesco Asset Management L.^{da}, presidente.
 Cidade de Deus — Cia. Comercial de Participações, presidente.
 Elétron, S. A., presidente.
 Elo Participações, S. A., presidente.
 Finasa Holding, S. A., presidente.
 Finasa Leasing Arrendamento Mercantil, S. A., presidente.
 Finasa Seguradora, S. A., presidente.
 Fundação Inst. de Molést. do Ap. Dig. e da Nutrição, presidente.
 G.E.Bê Vidigal (Luxembourg), S. A., presidente.
 Nova Paiol Participações, S. A., presidente.
 Pevê Prédios, S. A., presidente.
 Pevê — Finasa Participações e Prédios, S. A., presidente.
 Portal do Campo, S. A., presidente.
 Scopus Tecnologia S. A., presidente.
 Scopus.Com L.^{da}, presidente.
 União Novo Hamburgo Seguros, S. A., presidente.

Mesa regedora:

Fundação Bradesco, presidente.

Directoria:

Alvorada Distribuidora de Títulos e Valores.
 Alvorada Participações L.^{da}, director-presidente.
 Aquarius Holdings L.^{da}, director-presidente.
 Marília Reflorestamento e Agropecuária L.^{da}, director-presidente.
 Mobiliários S.A., director-presidente.
 Nef Participações, S. A., director-presidente.
 Nova Cidade de Deus Participações, S. A., director-presidente.
 Nova Marília Adm. de Bens Móv. e Imóveis L.^{da}, director-presidente.
 Ônix Participações L.^{da}, director-presidente.
 Orion Holdings L.^{da}, director-presidente.
 Rubi Holdings L.^{da}, director-presidente.
 Sete Quedas Emp. Imob. e Participações L.^{da}, director-presidente.
 Top Clube Bradesco, Seg., Educ. e Assistência Social, director-presidente.
 Ufj Bradesco Participações L.^{da}, director-presidente.
 União de Comércio e Participações L.^{da}, director-presidente.

Conselho consultivo:

VBC Participações, S. A., membro.

Conselho deliberativo:

Caixa Beneficente dos Funcionários do Bradesco, presidente.

Dr. Ricardo Abecassis Espírito Santo Silva:

Órgão de administração:

Banco Espírito Santo, S. A., vogal.
 Agribahia, S. A. (suplente).
 Banco Espírito Santo Angola, presidente.
 Bank Espírito Santo, vogal.
 BES Investimento do Brasil, S. A., vogal.
 Bradespar, S. A., vogal.
 Companhia Agrícola Botucatu, presidente.
 E. S., Holding, vogal.
 Espírito Santo Financial (Portugal), vogal.
 Espírito Santo International Holding, vogal.
 Espírito Santo Investimentos SA(Vogal)
 Monteiro Aranha, S. A., vogal.

Conselho fiscal:

Banco Espírito Santo do Oriente, presidente.
 Bradesco, S. A., vogal.

Administração:

BES Investimento do Brasil, S. A., presidente.
 Associação Espírito Santo Cultura, director.
 E. S. Holding, vice-presidente.
 Espírito Santo Investimentos, S. A., presidente.
 Gespar S/C L.^{da}, gerente delegado com designação de director.
 Interatlântico S. A., presidente.

Dr. Bernard Henri Georges de Wit:

Órgão de administração:

Banco Espírito Santo, S. A., vogal.
 Banco Acac, Montevideo — Uruguay, administrador.
 Banco Del Desarrollo, Santiago — Chili, administrador.
 Deveurope, S. A., membro da direcção.
 Lukas Bank, S. A. — Wroclav — Pologne, administrador.

Quadros directivos

Departamento de Acompanhamento de Empresas e Recuperação de Crédito:

Vítor Manuel de Carvalho Neves.

Departamento de Auditoria e Inspecção:

Dr. Orlando Germano da Silva.

Departamento de Banca Transaccional e Negócio Internacional:

Dr. Rui Manuel Fernandes Pires Guerra.

Departamento de Banca Virtual:

Arq. Arlindo Rodrigo Gromicho Marques Rodrigues Serrão.

Departamento Comercial do Norte:

Dr. José Alexandre Manganinho Pinto Ribeiro.

Departamento Comercial do Sul:

Dr. Elói Almeida Marques da Silva.

Departamento de Comunicação:

Dr. Paulo António Estima da Costa Gonçalves Padrão.

Departamento *Corporate* Internacional:

Dr. Pedro Meneres Cudell.

Departamento de Crédito Individual e Financiamento Automóvel:

Dr. Nuno Manuel Patrício dos Santos.

Departamento de Empresas do Norte:

Dr. Rui José da Costa Raposo.

Departamento de Empresas do Sul:

Dr. Bernardo Leite Faria Espírito Santo.

Departamento Financeiro de Mercados e Estudos:

Dr. Amílcar Carlos Ferreira de Moraes Pires.

Departamento de Grandes Empresas:

Dr. Pedro Miguel Cordovil de Toscano Rico.

Departamento de Informação de Gestão:

Eng. Artur Oliveira Guterres.

Departamento Jurídico:

Dr. Eugénio Fernando J. Quintais Lopes.

Departamento de *Marketing* Estratégico:

Dr. Joaquim Aníbal Brito Freixial de Goes.

Departamento de *Marketing* Operacional:

Dr. Leonardo Jorge Gomes Carvalho.

Departamento de Municípios e Institucionais:

Dr. Pedro José Espírito Santo da Cunha.

Departamento de Organização:

Dr. Luís Filipe Sampaio Cervantes.

Departamento de Pessoal:

Dr. Pedro Miguel Raposo.

Departamento Planeamento e Contabilidade:

Dr. Manuel José Dias de Freitas.

Departamento *Private Banking*:

Dr. Pedro Fernandes Homem.

Departamento da Qualidade de Serviço:

Eng. Jorge Manuel Portugal da Rocha.

Departamento de Residentes no Estrangeiro:

Dr. Luís António M. Magalhães Vasconcelos.

Departamento de Risco Global:

Dr. Tiago Cyrne de Castro.

Direcção de Compras e Património:

Dr. Alexandre Meca Henriques de Lancastre.

Direcção de Crédito à Habitação:

Dr. Miguel Beirão da Veiga Almeida de Carvalho.

Direcção de *Direct e Self Banking*:

Eng. Nuno Miguel Pombeiro Gomes Diniz Clemente.

Direcção Executiva de Operações:

Dr. Jorge Lopes da Silva.

Unidade de Aconselhamento *Executive*:

Dr. José Alexandre Manganinho Pinto Ribeiro.

Informações gerais

Negociação das acções

Em 31 de Dezembro de 2002 o capital social do Banco Espírito Santo encontrava-se representado por 300 000 000 acções com o valor nominal de 5 euros cada, que se encontram admitidas à cotação na Euronext Lisboa.

ISIN Code: PTBESOAM0007.

Tickers:

Reuters — BESN.IN.

Bloomberg — BESNN PL.

O BES tem ainda admitidas à cotação na New York Stock Exchange 10 000 000 de acções preferenciais sem direito a voto com o valor nominal de 25 dólares e na London Stock Exchange 10 000 000 de acções preferenciais sem direito a voto com o valor nominal de 25 dólares.

Informações

Os accionistas, investidores ou analistas deverão enviar os seus pedidos de informação ou questões para:

Banco Espírito Santo:

Departamento de Comunicação, Avenida da Liberdade, 195, 11.º, 1250-142 Lisboa.

Tel./Fax: (351) 213501713/(351) 213597309.

<http://www.bes.pt/ir>.

E-mail: investor.relations@bes.pt

Página na internet

Relatório e contas, comunicados e outras informações encontram-se disponíveis na página do BES na Internet no endereço <http://www.bes.pt>, nas opções de menu *investor relations* (informação em inglês) e institucional (informação em português).

O Conselho de Administração: *António Luís Roquette Ricciardi*, presidente — *Ricardo Espírito Santo Silva Salgado*, vice-presidente — *Jean Gaston Pierre Marie Victor Laurent*, vice-presidente — *Mário Mosqueira do Amaral*, vogal — *José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva*, vogal — *António José Baptista do Souto*, vogal — *Jorge Alberto Carvalho Martins*, vogal — *Manuel António Gomes de Almeida Pinho*, vogal — *Yves Henri Camille Barsalou*, vogal — *Aníbal da Costa Reis de Oliveira*, vogal — *José Manuel Ferreira Neto*, vogal — *Manuel de Magalhães Villas-Boas*, vogal — *Manuel Fernando Moniz Galvão Espírito Santo Silva*, vogal — *Jackson Behr Gilbert*, vogal — *Manuel António Ribeiro Serzedelo de Almeida*, vogal — *José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi*, vogal — *Jean-Luc Louis Marie Guinoiseau*, vogal — *Gilles François Gramat*, vogal — *Rui Manuel Duarte Sousa da Silveira*, vogal — *Joaquim Aníbal Brito Freixial de Goes*, vogal — *Francisco Luís Murteira Nabo*, vogal — *Pedro José de Sousa Fernandes Homem*, vogal — *Ilídio da Costa Leite de Pinho*, vogal — *Herman Agneessens*, vogal — *Patrick Gérard Daniel Coudéne*, vogal — *Michel Victor François Vilatte*, vogal — *Mário Martins Adegas*, vogal — *Luís António Burnay Pinto de Carvalho Daun e Lorena*, vogal — *Lázaro de Mello Brandão*, vogal — *Ricardo Abecassis Espírito Santo Silva*, vogal — *Bernard Henri Georges De Wit*, vogal. — O Director do Departamento de Planeamento e Contabilidade, *Manuel José Dias de Freitas*.

Acta n.º 64 da assembleia geral anual

Aos 26 dias do mês de Março de 2003, pelas 10 horas e 30 minutos, reuniu em Lisboa, no Hotel Ritz, Salão Nobre, na Rua Rodrigo da Fonseca, 88, a assembleia geral anual do Banco Espírito Santo, S. A., com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1.º Deliberar sobre o relatório de gestão, o balanço e os restantes documentos de prestação de contas relativos ao exercício de 2002;
- 2.º Deliberar sobre o relatório consolidado de gestão, o balanço consolidado e os restantes documentos da demonstração dos resultados consolidados, relativos ao exercício de 2002;
- 3.º Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados;
- 4.º Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização do Banco;
- 5.º Deliberar sobre a manutenção da relação de grupo relativamente às sociedades em que o Banco detém a totalidade do respectivo capital social, nos termos e para os efeitos da alínea c) do n.º 2 do artigo 489.º do Código das Sociedades Comerciais.

A mesa da assembleia geral foi constituída pelo presidente e vice-presidente eleitos, respectivamente Drs. Carlos Fernando Olavo Corrêa de Azevedo e Eugénio Fernando de Jesus Quintais Lopes, este também na qualidade de secretário da sociedade, pelo Dr. José Jácome da Costa Marques Henriques, secretário eleito daquela mesa.

Estava, também, presente a maioria dos membros do conselho de administração e do conselho fiscal.

O presidente da mesa, declarou aberta a sessão, depois de verificar que se encontravam presentes ou representados accionistas titulares de 217 464 648 acções, correspondentes a 72,49 %, do capital social, totalizando 2 174 642 votos, e que a assembleia geral havia sido regularmente convocada, mediante avisos publicados nos jornais *Diário de Notícias*, *Jornal de Notícias*, *Diário de Notícias/Madeira* e *Açoriano Oriental*, *Diário da República*, 3.ª série, n.º 42, pp 3871-3872, todos de 19 de Fevereiro de 2003, no *Boletim de Cotações Euronext Lisboa*, de 18 do mesmo mês, tendo ainda sido publicada a lista de accionistas cujas participações excedem 2% do capital social do Banco, no *Jornal de Notícias*, no *Diário Económico* e no *Diário de Notícias*, todos de 21 de Março de 2003.

Iniciados os trabalhos, o presidente da mesa pôs, como habitualmente, à apreciação da assembleia os pontos 1.º, 2.º e 3.º da ordem do dia, em conjunto, a saber:

- 1.º Deliberar sobre o relatório de gestão, o balanço e os documentos de prestação de contas relativos ao exercício de 2002;

2.º Deliberar sobre o relatório consolidado de gestão, o balanço consolidado e os restantes documentos da demonstração dos resultados consolidados, relativos ao exercício de 2002;

3.º Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados.

O presidente da mesa, considerando dispensada a leitura dos referidos documentos em apreciação, por terem estado à disposição dos accionistas e por lhes terem sido distribuídos, pô-los à discussão.

Foi dada a palavra ao presidente do conselho de administração, Comandante António Ricciardi, que disse o seguinte:

Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Dr. Carlos Olavo, permita que, em nome do conselho administração, lhe dirija os nossos cumprimentos e manifeste mais uma vez o nosso grande agrado pelo facto da presidência dos trabalhos desta assembleia incumbir a VV. Ex.^{as}, destacada personalidade do foro jurídico do nosso País a quem quero também manifestar o nosso reconhecimento pelo cuidado e atenção com que sempre dedica ao tratamento dos assuntos desta instituição. Sr. Presidente e membros do conselho fiscal, senhores accionistas:

A actividade desenvolvida em 2002 pelo Grupo Banco Espírito Santo pode sintetizar-se na seguinte frase: «Uma excelente *performance* realizada num enquadramento conjuntural extremamente difícil».

No breve apontamento que hoje me proponho fazer, procurarei recordar as pesadas dificuldades que caracterizaram esses enquadramentos. Já no que respeita à qualidade da *performance* realizada, será na apresentação do presidente da comissão executiva que os senhores accionistas terão oportunidade de receber uma completa e detalhada informação.

A economia mundial vem atravessando, desde os finais de 2000, um período de crescentes dificuldades, caracterizado pela forte desaceleração do crescimento económico e marcado pelos insucessos de uma longa lista de empresas, de excelente reputação, habituais ocupantes dos mais elevados lugares do *ranking* mundial. A quebra muito acentuada, nos resultados apresentados, o maciço licenciamento do pessoal (imposto pela vital necessidade de contenção dos custos) e a extensa lista de falências registadas, retratam o forte agravamento da crise económica que estendendo-se dos Estados Unidos da América à Europa, África, Ásia e América Latina terá feito, segundo os analistas, o total mundial do número de desempregados ultrapassar a impressionante fasquia dos 180 milhões de pessoas.

A forte retracção do consumo que se instalou, consequência deste crítico estado de coisas, provocou não só o agravamento da situação geral, como ainda mais enfraqueceu o comportamento das praças bolsistas, já então bastante abalado pelo estrondoso colapso das empresas tecnológicas e de telecomunicações, os efeitos da grave crise argentina, a acentuada depressão que após os atentados terroristas do 11 de Setembro atingiu especialmente a actividade seguradora.

O medo que se apoderou das populações quer quanto a turvos ataques terroristas, quer quanto a postura de contra ataque, logo assumida pelos Estados Unidos na sequência dos atentados do 11 de Setembro e concretizada nos preparativos de poderosa intervenção militar no Iraque, deu origem a um generalizado sentimento de insegurança e incerteza que conjugadamente com as dificuldades da crise económica, com a fraqueza dos mercados financeiros e, muito importante, com o escândalo provocado pela descoberta de procedimento fraudulento por parte de empresas da mais alta gama, como a ENRON e a World.Com, colocou os investidores em posição de forte desconfiança, levando-os a retirarem-se dos mercados financeiros, com óbvio e importante prejuízo da recuperação desses mercados. O exercício de 2002 decorreu, efectivamente, sob o domínio duma conjuntura económica geradora de um largo conjunto de efeitos adversos, resultantes da forte desaceleração do crescimento económico, do clima geral de grande insegurança, da acentuada retracção do consumo, da forte perda de confiança dos investidores e sua consequente retirada dos mercados financeiros, da baixa profunda e persistente dos mercados bolsistas, da profunda depressão da actividade seguradora, que em Portugal foi especialmente afectada pelo forte abrandamento da economia doméstica e pelo substancial aumento do custo do resseguro e pelo devastador efeito da profunda baixa, dos mercados financeiros sobre as carteiras de investimento. E ainda, finalmente, do elevado aumento da taxa de desemprego e consequente agravamento dos conflitos sociais.

No nosso País, além dos efeitos da adversa conjuntura externa, houve também que todo um largo conjunto de dificuldades internas, decorrentes das medidas de austeridade que se tornou forçoso adoptar para procurar corrigir o forte desequilíbrio das contas públicas.

Senhores accionistas, este relato, mesmo muito rápido, das principais dificuldades de fronteira em 2002, permite facilmente reconhecer que o ano foi realmente um ano muito difícil que largamente superou o ano de 2001, já de si também nada fácil.

O resultado líquido de 222,5 milhões de euros alcançado pelo Grupo Banco Espírito Santo em tais condições, traduz a realização de uma *performance* da mais alta qualidade, só possível mercê do comprovado acerto da política de crescimento orgânico e do sucesso conseguido na aplicação de um conjunto de medidas, visando a permanente modernização e profissionalização das actividades, o bom ritmo da evolução do produto bancário, a constante atenção sobre a racionalização e apertada contenção dos custos (com aumento da eficácia) e o controlo dos riscos e confortáveis níveis de solvabilidade.

E quanto a 2003? O que é que podemos esperar? Antes da intervenção militar no Iraque, o elemento dominante em matéria das previsões, era a da grande incerteza existente sobre a realização ou não dessa intervenção. Efectivamente, dados económicos publicados em finais de 2002 indicavam um crescimento de 2,8% da economia americana em 2003 e a possibilidade do breve aparecimento de uma tendência de subida nas deprimidas bolsas mundiais, o que teria representado apreciável melhoria da fraca expectativa existente.

No entanto, esta previsão optimista foi rapidamente abandonada, à medida que o receio da inevitabilidade do conflito armado se foi firmando, dando azo a um elevado aumento do nível de indecisão e de pessimismo por parte dos investidores, sujeitos a duas importantes preocupações: a ameaça da guerra e a queda do valor bolsístico das acções. Hoje, após o ultimato dos Estados Unidos e de se encontrar em pleno curso a intervenção militar no Iraque, o factor dominante de qualquer conjectura sobre o futuro, assenta fundamentalmente na previsão do resultado final da intervenção, e muito importantemente, da respectiva duração que, na opinião de alguns analistas, poderia, se curta, ter efeitos benéficos sobre os mercados financeiros e a economia.

Na normalização dos mercados financeiros, a incerteza é o pior dos factores e, na guerra do Iraque, já pudemos assistir à forte subida do valor das acções, com a arrancada dos ataques da coligação, logo seguida de significativa queda assim que começou a ser retardado o avanço das tropas de coligação, pela acção das bolsas de resistência da defesa iraquiana.

A realidade é que a confiança dos investidores, que viram nos três últimos anos, as cotações atingirem o nível mais baixo desde 1970, não está actualmente muito disposta à tomada de maiores riscos.

Mas independentemente do aspecto económico, toda agente anseia que a intervenção militar termine o mais rapidamente possível e com o mínimo possível de vítimas inocentes.

Infelizmente, nestes acontecimentos sabe-se sempre quando começaram mas só Deus sabe quando terminarão.

Seja como for, no nosso País, em 2003, além dos efeitos da imprevisível conjuntura externa, teremos de contar com o prosseguimento das medidas de austeridade, ainda necessárias para procurar colocar a economia em termos de satisfazer as necessidades domésticas e o cumprimento das exigências regulamentares da União Europeia o que, segundo os analistas, não irá seguramente suceder antes do final de 2003 e, mais provavelmente, somente no decurso de 2004.

Os indicadores do desenvolvimento da economia doméstica não são, efectivamente, muito animadores, tanto em termos do crescimento económico, que já registou uma contracção no 3.º e 4.º trimestres de 2002, como da taxa de desemprego que, de 4,2% no final de 2001, passou a 6,2% no final de 2002 e deverá ainda aumentar em 2003.

Iremos, portanto, segundo a maior probabilidade, continuar a de fronteira em 2003, mais um ano de conjuntura muito difícil.

Dentro da natural preocupação provocada por um cenário tão sombrio, tranquiliza-nos, em certa medida, o saber que o Grupo Banco Espírito Santo constitui, hoje, uma organização super afinada que, dotada de excelente gestão executiva e submetida a permanente esforço de modernização e de progresso, reúne, seguramente, e cada vez mais, as condições para dar a melhor resposta aos difíceis desafios a enfrentar em 2003. Já foi assim em 2002. Muito obrigado pela vossa atenção.

O presidente da mesa agradeceu as palavras amigas do Comandante António Ricciardi e passou a palavra ao presidente da comissão executiva, Dr. Ricardo Salgado, que disse:

Sr. Presidente da Assembleia Geral, Dr. Carlos Olavo, senhor presidente do conselho de administração, Comandante António Ricciardi, senhor presidente do conselho fiscal, Dr. Jacques dos Santos, antes de mais uma palavra de cumprimentos e de grande satisfação por vê-los mais uma vez presentes nesta assembleia geral senhores accionistas, como é habitual irei proceder a uma revisão das nossas contas e das nossas *performances* durante o exercício passado, e também, dar-lhes conta das medidas que adoptámos para o exercício em curso para razoamos face à situação presente.

Começarei pela análise dos resultados de 2002 e dos principais indicadores. Passarei às áreas chave para a rentabilidade futura, ao governo da sociedade a ao comportamento das acções do Banco Espírito Santo e, depois, aos principais eixos de actuação para 2003.

O resultado líquido cresceu 12,5% em 2002 sendo de 222,5 milhões de euros, numa conjuntura extremamente difícil. Iremos ver em detalhe as diferentes componentes da evolução da conta de resultados. O resultado por acção, ajustado do aumento de capital, caiu 7%. A rentabilidade dos capitais próprios passou de 15,6% em 2001 para 13,1% em 2002.

Tivemos assim, uma redução da rentabilidade dos capitais próprios, como não poderia, deixar de ser, até porque os senhores accionistas acorreram ao aumento de capital realizado em Fevereiro de 2002 e, sempre que há um aumento de capital há também uma redução da rentabilidade até porque, para além do aumento da base do capital a remunerar, as circunstâncias económicas actuais impediram que assim fosse. No entanto, considerando a situação da rentabilidade média europeia, a rentabilidade de 13,1% deverá estar acima dessa média. A rentabilidade em relação aos activos também teve um ligeiro aumento, de 0,55% para 0,57%. O activo líquido cresceu 7%, o crédito a clientes 5%, excluído o crédito securitizado, crédito que está registado nos nossos livros mas, se integrarmos a securitização, a desintermediação de operações de crédito que fizemos durante o exercício, o crescimento é superior. Os recursos de clientes cresceram 8%. Considero este crescimento dos recursos bastante significativo, se tivermos em conta que a massa monetária portuguesa praticamente não cresce, não nos podemos esquecer que inclui uma inflação da ordem dos 4%, e o crescimento módico a que assistimos nos recursos das instituições congéneres. Um ponto francamente positivo foi a melhoria do nosso ratio de eficiência (*cost to income*) que caiu de 58,2% para 53,4%. Veremos depois a que se deve esta melhoria. Este indicador melhorou de uma maneira sensível, bem como os ratios de solvabilidade, que melhoraram pela via do aumento de capital em que os senhores accionistas participaram no início do ano passado.

Entrando mais a fundo na conta de resultados, o primeiro aspecto significativo é o aumento do resultado financeiro. Com origem na actividade bancária tradicional, actividade creditícia por um lado, e captadora de recursos, por outro. O BES foi o único Banco em Portugal que conseguiu aumentar o seu resultado financeiro. Nos serviços a clientes verifica-se um ligeiro crescimento, também significativo, atendendo às dificuldades, considerando, por exemplo, na área da banca de investimentos onde se verificou uma retracção importantíssima no comissionamento. Os resultados de mercados têm um ligeiro aumento, devido não só a uma política de posicionamento em relação à taxa de juro, francamente favorável, e a uma actuação, brilhante, da nossa área financeira, mas, também, à contribuição de duas operações com carácter extraordinário: a venda da participação do Banco na Polónia, no 1.º trimestre do ano passado e em boa hora o fizemos porque as acções do referido Banco estão hoje a cerca de metade daquilo que estavam nessa altura e, além disso, a moeda polaca caiu em relação ao euro. E também na arbitragem que foi feita pela venda da posição, na Bolsa de Valores de Lisboa, e às acções recebidas em troca do Euronext devido à aquisição que a Bolsa Europeia composta por Paris, Bruxelas e Amesterdão, fez à Bolsa de Lisboa passando esta a integrar a plataforma do mercado de capitais que é hoje a segunda mais importante ao nível europeu.

Em termos dos custos o *ratio* de eficiência melhorou. Essa melhoria traduz-se no crescimento de 1,2 % nos custos operativos, o que foi muito significativo. O provisionamento cresceu sensivelmente quer em matéria do crédito 55,2%, quer para títulos e sublinho este provisionamento para títulos porquanto disse há pouco que o nosso resultado de mercados foi positivo. Ora, os ganhos obtidos no *trading* em relação à taxa de juro permitiram mais que neutralizar as perdas dos títulos que estão registadas pelo provisionamento feito para a carteira, que deve ser objecto de provisão pela conta de ganhos e perdas. Como veremos, o aviso n.º 4/2002 do Banco do Portugal veio estabelecer um novo ordenamento para o aprovisionamento da carteira de títulos naquilo que diz respeito às provisões das participações estratégicas que não vão ainda durante os dois primeiros anos à conta de ganhos e perdas, e que foram directamente a reservas. O resultado teve uma contribuição positiva dos minoritários e diversos pelo facto de estes comporem acções preferenciais que estão cotadas em dólares, e o dólar ter caído em relação ao euro e também pelo nível baixo das taxas de juro do mercado ao dólar.

A melhoria do resultado no exercício não foi um caso esporádico dum exercício. Os accionistas poderão constatar que, desde o 1.º trimestre de 1999 que sistematicamente se tem vindo a melhorar o resultado financeiro. Só que há uma diferença substancial e que enquanto nos dois anos seguintes tivemos um aumento do volume, resultante do crescimento do crédito durante esse período, no último

exercício, o efeito volume revela um aumento de 66 milhões de euros mas também um aumento em relação dos *spreads* de 22 milhões de euros. Um esforço considerável, que não poderia deixar de ser feito! Algumas empresas, naturalmente, e alguns particulares também, queixam-se de que as taxas de juro, ou os *spreads* estão a aumentar. No entanto, por um lado, houve uma baixa generalizada das taxas de juro impostas pelas autoridades monetárias centrais, quer nos EUA onde as taxas são as mais baixas dos últimos quarenta anos, quer na Europa. O Banco Central Europeu embora com menos ênfase reduziu as suas taxas de juro o que permitiu que o encargo final para os clientes tomadores de crédito, empresas e particulares, não se tivesse agravado. Por outro lado, os Bancos tiveram que aumentar os seus *spreads* do crédito fundamentalmente devido à envolvente de risco em que nos encontramos pela situação económica actual.

Quanto ao crédito, o BES cresceu 5% em relação ao volume de crédito total no nosso balanço e, chamo a atenção, para o crédito a particulares que teve um crescimento pequeno. No entanto, verificou-se uma redução do outro crédito a particulares (crédito ao consumo) já que o crédito à habitação continuou a crescer razoavelmente. As operações de securitização, incluíram o crédito à habitação, o crédito ao consumo e, algum crédito a empresas, são operações que se realizam há muitos anos no mercado internacional. Hoje é comum haver operações de securitização do crédito sobretudo na área do crédito à habitação. O crédito à habitação cresceu 14,1%, mas está registado no nosso balanço com apenas 2,4%. O crédito ao consumo, isto é, o crédito aos particulares que não é crédito à habitação, decresceu 4,7% e no nosso balanço decresce 7,2%. O crédito às empresas incluía alguma securitização nomeadamente no que diz respeito ao crédito feito sob a forma de *leasing* cujo crescimento real foi de 10,2%, e no balanço é de 8,3%. Este crescimento do crédito com desintermediação permite ao BES refazer uma parte importante da sua liquidez sem ter necessidade de captar recursos a taxas mais altas. E este foi um dos factores que contribuiu também para estabilizar a margem financeira. Os Bancos pequenos captam a taxas muito altas, no mercado, e pagam taxas de juro muito mais altas do que o próprio Euribor porque têm dificuldade de ir ao mercado internacional obter recursos mais baratos. Em relação ao crescimento do crédito, constata-se que houve uma política clara de travar o crédito ao consumo no Banco Espírito Santo, em 2002. O crédito à habitação, que é pulverizado em termos de riscos numa forma geral, obedece a critérios rigorosos de subscrição e tem uma garantia real, continuou a ser apoiado em condições bastante competitivas. Não somos o Banco mais competitivo, mas, mesmo assim, devido à eficiência da nossa capacidade de colocação no mercado conseguimos crescer bem. A proporção do crédito às empresas no conjunto voltou a crescer ligeiramente de 58,3% em 2000 para 59,2% em 2002. No entanto, foi concedido de uma forma extremamente rigorosa. O risco sectorial é muito distribuído, não temos riscos concentrados em sectores de actividade. O maior risco é o do sector do comércio por grosso e a retalho 9,7%, construção e obras públicas 8,8%. São os sectores mais significativos. Por outro lado, também encurtámos, através das operações de desconto, o prazo da concessão de crédito por forma a controlar melhor no tempo os riscos e podermos actuar mais depressa, se for caso disso. Não obstante as nossas medidas de prudência em matéria de concessão de crédito, o crédito vencido aumentou 99 milhões de euros com um crescimento elevado de 21,9%. No entanto, o crédito vencido a mais de 90 dias cresceu ligeiramente, mais 114 milhões de euros. Mantivemos uma política rigorosa de provisionamento para o crédito vencido que aumentou 123 milhões de euros mais do que o aumento do próprio crédito vencido. Crédito vencido no entanto, não significa crédito mal parado. Pode ser crédito recuperado mais tarde. Veja-se o que está a acontecer nomeadamente no que diz respeito ao crédito aos particulares.

A percentagem de crédito vencido sobre o total de crédito a clientes aumenta de 1,83% em 2001 para 2,13%. É uma taxa muito alta? Dos indicadores que nos chegam verificamos que a média do crédito vencido na Europa é 4%. A média em Portugal andarà nos 2,35%. O Banco Espírito Santo com 2,13% está abaixo da média nacional. Os nossos níveis de cobertura de crédito vencido são muito altos, verificou-se uma ligeira degradação de 131,8% para 150,5% apesar do aumento superior, em volume do crescimento, do provisionamento. Consideramos este nível de cobertura perfeitamente satisfatório para fazer face à situação actual. Se quisermos comparar com os padrões europeus o que corresponde no nosso caso a uma cobertura de 130,5%-131% respectivamente em 2002 e em 2001, a média europeia de cobertura do crédito vencido é de 70%. Portanto, as provisões para crédito que o Banco Espírito Santo e todo o mercado português faz são bastante fortes porque o Banco de Portugal obriga a realizar provisões específicas e provisões genéricas. Somos obrigados a provisionar automaticamente todo o crescimento do crédito. E assim mantemos

níveis de cobertura bastante satisfatórios. O crédito vencido a mais de 90 dias está coberto por 148,6%.

Como disse atrás nem todo o crédito vencido é mal parado. O Banco Espírito Santo há cinco anos lançou uma empresa especializada neste campo, a ES Cobranças, que tem como função gerir a actuação de um conjunto de recuperadores que se distribuem pelas direcções regionais, uma equipa reforçada aos últimos anos actuando no sentido da recuperação do crédito fora da rede de balcões, estes continuam a trabalhar em condições comerciais com os seus clientes tendo ao lado uma equipa especializada em recuperação que a apoia e que acelera essa mesma recuperação. Vejamos os resultados. No primeiro ano de actuação (1999) recuperou-se 41,9% do crédito vencido, em 2000 51,3%, em 2001 61% e, em 2002, recuperámos 70,2% do crédito vencido. Constata-se, assim, uma eficiência crescente na recuperação do crédito vencido.

Outra fonte de preocupação para os senhores accionistas e também para alguns analistas é a exposição aos mercados emergentes. Estes mercados são países da América Latina, do Leste Europeu, Ásia, Pacífico e África. Verifica-se que a nossa exposição líquida, isto é, abatidas as garantias obtidas fora desses países, em Portugal ou nos grandes centros financeiros de Londres, Nova Iorque, onde temos presença, caiu de 0,7 para 0,4% do total do nosso activo líquido, o que mostra bem a pequenez destes números em relação ao activo total.

Passando à área dos recursos de clientes, os recursos do balanço crescem 6,6%, depósitos à ordem 6,4%, a prazo 7,9%, e débitos representados por títulos fundamentalmente certificados de depósito 5,3%, inscritos nesta rubrica. As emissões EMTM e Papel Comercial, com base no qual o BES vai ao mercado internacional captar recursos, decresceram, em 2002, 1,3%. Os recursos totais de clientes de balanço aumentaram 8,3%.

Na desintermediação, isto é, os recursos que foram destinados a serem geridos, quer pelas sociedades gestoras de activos financeiros, neste caso a ESAF, quer na actividade seguradora, cresceram 7,7% tendo o crescimento total dos recursos captados na envolvente do Grupo BES sido de 8,1%.

Um dos aspectos muito fortes da actuação do Banco traduziu-se na evolução dos custos operativos, que cresceram 1,2%, sendo custos com pessoal 0,8%, custos administrativos reduziram 2,4% e amortizações cresceram 10,3%. Sublinhe-se que o montante das amortizações é elevado pelo facto de, em anos anteriores não muito longínquos, o Banco ter investido massivamente em informática e nas novas tecnologias, que ainda pesam muito nas contas de exploração. O *cost to income* melhorou. No entanto, no exercício de 2002 acelerámos ainda mais determinadas amortizações porque a evolução tecnológica é importantíssima e tem que ser seguida e aplicada imediatamente no terreno mas o seu período de vida é cada vez mais curto. Se não tivéssemos acelerado as amortizações em 7,9 milhões de euros de custos operativos, no exercício de 2002 em vez de termos verificado um crescimento de 1,2%, teríamos tido um crescimento de zero. Alguns analistas tinham, no princípio do ano, de 2002 dúvidas quando dissemos que íamos apenas reduzir os nossos custos de 3%. O Banco Espírito Santo faz periodicamente, em Março de cada ano, o *Strategy Day*, chama os analistas e os Bancos de investimento para ouvirem as linhas fundamentais da nossa estratégia. E nessa altura tínhamos revelado, em Março do ano passado, que íamos crescer nos custos 3%. Em Dezembro de 2001 tínhamos apresentado um crescimento de custos de 13,9%, porque no entretanto tinham sido adquiridas empresas, quer em Espanha, quer no Brasil, que fizeram disparar os custos em base não comparável. Mas numa base comparável, o crescimento foi de 9,6%. Revelámos isto aos nossos analistas em Março. E assim, dissemos que os custos iam crescer 3%. E eles disseram: «Ah! O Banco Espírito Santo está a ser voluntarioso, acreditamos que seja difícil atingir esse crescimento e também o ratio de 50% do *cost to income* no final de 2003». Até porque em 2001, tínhamos tido um aumento do nosso *cost to income* para 58%. Em Setembro dissemos que não íamos atingir 3% de custos, íamos atingir um crescimento de 1,5%. Ficaram perplexos. E quando apresentámos, os indicadores de 1,2% de crescimento, que poderia ter sido de zero, até alguns dos nossos concorrentes tiveram a bondade de dizer que o Banco Espírito Santo tinha conseguido uma boa *performance* em 2002.

Quais foram os factores que contribuíram para isto? No início de 2001, tínhamos dito que íamos reduzir em 2001 e 2002, 790 postos de trabalho. Chegámos a 2002, não com 790 mas com menos 809 postos de trabalho, num total de 8500. Foi o resultado de um esforço em profundidade feito a todos os níveis dentro do Grupo BES, quer na rede, através do projecto *backoffice* zero, quer nos departamentos centrais, de redução dos custos administrativos através dos planos dos projectos da integração operacional, e de outros projectos, que nos permitiu ultrapassar aquilo que nos tínhamos proposto. Esse trabalho continua a ser feito e a previsão para 2003 é de redu-

ção de mais 250 postos de trabalho. Para termos uma ideia do esforço que isto representa, em termos comparativos, em 1992, quando o Banco foi privatizado, o Banco Espírito Santo, sozinho, tinha 8000 postos de trabalho. E o Banco nessa altura, tinha 3,5% de quota de mercado. O Grupo BES hoje tem mais de 17% de quota de mercado, tem mais 400 balcões, isto é, três vezes mais balcões do que tinha antes.

A redução do número de colaboradoras encontra-se em grande parte reflectida nas responsabilidades com pensões porque temos de financiar o Fundo de Pensões num período extremamente difícil em que tais fundos no mundo inteiro se desvalorizavam devido à situação do mercado de capitais. No final de 2002, o Fundo de pensões estava coberto em 94%, representando um reforço de dotação de 304 milhões de euros. Outro aspecto que está constantemente a ser objecto de comentários na imprensa, é o do provisionamento da cobertura das provisões para participações financeiras a longo prazo. Verificaram-se evoluções nas regulamentações internacionais e o Banco de Portugal apareceu em 2002 com o aviso n.º 4 que permite aos Bancos atenuar esse provisionamento de uma forma que considero bastante inteligente. Estabeleceu também um corredor de 15%, para as flutuações. As menos-valias das nossas participações estratégicas somavam 440,7 milhões de euros no final de 2001. Menos-valias de acordo com o nível de cotação média dos últimos seis meses. Existia o corredor de 132,5, o excesso tem que ser provisionado. Se tomássemos em conta não a média dos últimos seis meses mas as cotações de 31 de Dezembro de 2002, estaríamos com uma menos-valia já não de 440,7 mas de 369,2 milhões de euros. Mas temos de provisionar do acordo com a regra que foi estabelecida pelo Banco de Portugal. A preços de Março de 2003, a menos-valia potencial voltou a baixar para 348,6, sendo uma parte importante na Portugal Telecom, PT Multimédia, Bradesco, Novabase, BMCE, e outras várias participações. Se compararmos a menos-valia potencial (preços Março 2003) com a menos-valia potencial (preços médios do Banco de Portugal) verificamos que a preços de mercado já teríamos recuperado 92 milhões de euros e já levámos a provisões 32 milhões de euros que foram directamente a reservas. Hoje poderíamos dizer que ao fim de nove meses desde que este aviso do Banco de Portugal foi estabelecido já recuperámos 28% do total das menos-valias regulamentares (440,7 milhões de euros). Era bom que esta evolução se consolidasse no futuro o que nos permitiria recuperar estes valores também mais rapidamente. Em 2002, constituímos provisões de 31,9 milhões de euros e tivemos que levar a fundos próprios que foram deduzidos ao capital, de 45,4 milhões de euros. O impacto total dos fundos próprios foi de 77,3 milhões de euros. A partir de 2004, temos que levar directamente a resultados o provisionamento. Vejamos agora a nossa estratégia comercial e aquilo que temos em mente para por em prática ainda este ano. Baseados na Notoriedade *Top of Mind Awareness* entre os Bancos privados, que é o índice de recordação espontânea obtido através de sondagens, o Banco Espírito Santo de entre os Bancos privados aparece sistematicamente à frente dos Bancos privados com 47,3% de notoriedade. Aparecem a seguir o Totta, o Atlântico, a Nova Rede e o BPI. Com este índice de recordação espontânea os senhores accionistas perceberão também o porquê da bondade da nossa política de crescimento orgânico. Temos dentro do Banco a força da marca, a capacidade tecnológica e a capacidade comercial para crescer mais do que aquilo que temos crescido até hoje.

Alguns aspectos desse sucesso são revelados por índices de penetração na nossa clientela de determinados produtos. Por exemplo as Contas Serviço. 54% dos nossos clientes têm essas contas. O Banco Espírito Santo tem hoje uma das mais completas Contas Serviço do nosso mercado. 67% dos nossos clientes têm cartões e no *ranking* em relação ao conjunto dos Bancos, estamos em 1.º lugar nas Contas Serviço e no BesNet; e em 2.º nos cartões e no BesDirecto, que é a banca telefónica. Algumas vitórias recentes como a dos PPRs, os Programas de Poupança Reforma, têm tido um impacto bastante grande e aos quais este Governo veio dar um novo impulso. O nosso progresso em termos de penetração dos PPRs, passou de 11 para 14% dentro da base da nossa própria clientela. Isto também mostra o potencial do BES. Só 14% dos nossos clientes têm PPR. Os seguros não vida de 14% para 17%. De salientar o desenvolvimento extraordinário dos seguros de doença colocados através dos Bancos e a actuação da Espírito Santo Seguros, empresa especializada de Banca/Seguros. O sector dos seguros sofreu muito, como aliás, já foi referido pelo presidente do conselho de administração, reflexo das situações internacionais e do mercado de capitais. Mas a Espírito Santo Seguros é uma empresa rentável, com excelente agressividade comercial e que presta um óptimo serviço aos nossos clientes. Nos Seguros Vida passámos de uma penetração de 9% para 13%. As penetrações médias europeias são muito superiores a estas. Portanto, temos um poten-

cial, dentro de casa de fazer mais e melhor no sentido dos nossos clientes e da nossa rentabilidade.

Passamos agora para o conceito equipamento/cliente, a fidelização, que tem a ver com o nível de produtos que colocamos por cliente. Atingimos 4,1 produtos por cliente em 2002. Analisando na segmentação mais fina dos clientes, os clientes afluentes, aqueles que estão imediatamente abaixo do *private banking*, o nível de produtos é de 6,7. Os afluentes não fidelizados, clientes sobre os quais incide uma acção muito concreta, têm 4,8 produtos. O Classic, cliente num segmento abaixo dos afluentes, 4,6 produtos; Classic não fidelizado, 3,1 produtos; cliente *Standard*, a maioria, 279 produtos. São estes os segmentos de maior fidelização e de melhor relação com o Banco. Em 2002, foi desenvolvida uma nova abordagem ao retalho baseada num conceito de «Banca de proximidade» para potenciar a criação de valor para os clientes e otimizar a afectação dos recursos das redes comerciais. Nesse contexto, foram desenvolvidas várias iniciativas: nova segmentação de clientes baseada no seu valor actual e ao seu potencial, os afluentes não fidelizados (com aumento do *share of wallet*/valor); nova abordagem comercial de cliente de elevado valor, uma abordagem personalizada visando a sua fidelização; clientes de menor valor — abordagem massificada nomeadamente através dos balcões e dos canais directos. Reorganizámos a estrutura comercial. Estamos assim em reorganização permanente da nossa dinâmica da nossa acção comercial.

Os clientes afluentes, no Banco Espírito Santo, são designados por *clientes executive*, segmento cuja evolução é muito importante. O movimento financeiro destes clientes subiu de 2001 para 2002, 10%, e prevemos que cresça 12% em 2003, apesar da crise em termos macroeconómicos. Estes clientes afluentes têm um maior potencial de rentabilidade. Comparando os clientes afluentes com a média dos clientes do BES, o movimento financeiro daqueles é de 234% da média do cliente do BES e o número de produtos por cliente 5,7 contra 4,1. O BES pretende consolidar o seu posicionamento nesta área, focalizando necessidades financeiras do cliente afluente e aumentando a fidelização da sua base melhorando o *mix* de produtos e serviços, reforçando a posição competitiva nesse segmento.

Existe já um nível de sofisticação quanto ao aconselhamento: criámos uma rede de gestores *executive* integrada dentro da rede comercial tradicional e que vão poder disponibilizar aos clientes o chamado aconselhamento financeiro com alocação de activos, planeamento financeiro, aconselhamento fiscal, *stock picking*, (constituição de carteiras de acções quando o mercado melhorar e os accionistas potenciais estiverem mais motivados para a compra de acções) e planeamento de reformas. Estamos a investir muito em formação, em gente nova e também através de especialistas e de integradores de unidades especializadas que trazem essa capacidade de desenvolver o chamado CRM, Customer Relationship Management. Vamos levar à rede comercial do Banco aquilo que os clientes tradicionais obtinham nos Bancos *private* ou nos segmentos *private*. De salientar o nível de formação e de profundidade que vai ser necessário e que está a ser levado nesta altura à rede do BES.

Outro aspecto muito importante tem a com o seguinte: hoje, quando se fala em canais de distribuição, fala-se da rede de balcões, que é o principal canal, mas não é o único canal.

Existem ATMs, BesDirecto, BesNet, WAP (telefone portátil). Há que integrar estes canais dentro da panóplia do relacionamento com os clientes numa forma inteligente e eficaz. Motor de interações/contactos, com alertas, campanhas, ofertas aos clientes através da utilização desses diferentes canais, alimentado com modelos de *data mining* que nos dão as propensões para determinados produtos, o valor desses produtos e a adequação dos canais. Estamos a sofisticar de uma forma extraordinária o atendimento aos nossos clientes. Há poucos anos falava-se da internet e as pessoas perguntavam se iria ter sucesso, depois houve aquele *boom* da bolsa, extraordinário, o mercado antecipou o sucesso da internet criou-se uma bolha especulativa e verificou-se um desastre nos mercados de capitais. Mas ficou uma tecnologia de tal maneira eficaz apesar da tal bolha ter desaparecido e de ter havido um colapso no mercado das acções das empresas de internet. Em Portugal, em Novembro de 2002, havia 2 milhões e 900 mil pessoas que utilizavam a internet. Os utilizadores de Banca *on line* no final de Novembro de 2002 eram já 849 mil, com cada vez menos pessoas a irem aos balcões e a utilizarem estes meios mais sofisticados, para operações ou transacções. O posicionamento do BES neste canal é o seguinte: temos hoje cerca de 240 mil utilizadores regulares dentro do Banco, o que corresponde a 28% do total de utilizadores bancários na internet. Uma quota muito acima da média dos 17% de quota de mercado do Banco. Se 237 mil clientes BesNet no ano 2002, são os utilizadores frequentes, já temos registados como utilizadores da internet, embora não frequentes, 586 mil clientes. Há três ou quatro anos atrás, eram pouquíssimos aqueles que utilizavam a internet

Bancária. E o mesmo se passa com as empresas. O BesNet Negócios que é o canal dirigido às empresas já tem 25,8 mil empresas utilizadoras.

O tipo de cliente que utiliza a internet situa-se entre os 18 e os 44 anos, o que corresponde a 65,5% dos utilizadores da BesNet; e os que não utilizam a banca *online* são 57,5%; quadros médios, técnicos superiores e profissionais liberais, 40%. Estes utilizam o BesNet no BES. 25% não utilizam; com um envolvimento bancário entre 25 000 e 250 000 euros, 23%. Os clientes que utilizam a internet entram no segmento dos clientes afluentes, com, em média, 6,7 produtos; os recursos destes clientes rondam os 17 900 euros, com um envolvimento total em recursos de crédito de 35 400 euros. Salientamos a importância que este canal tem para o desenvolvimento futuro do BES.

Entramos noutro capítulo que tem a ver com a reorganização da presença internacional. Em Espanha, deu-se início ao processo de unificação das redes do Espírito Santo Benito y Monjardin (ES — B & M) e do Banco Espírito Santo (BESSA). O Benito y Monjardin tinha uma rede de consultores financeiros em Espanha e o Banco Espírito Santo (BESSA) tinha 32 balcões. Simultaneamente à integração das redes integraram-se os serviços centrais e realizaram-se os custos. Hoje temos uma rede muito mais capaz, mais coesa e mais concentrada os prestação de serviços a empresas e a particulares, também no segmento dos afluentes. Deu-se início ao processo de racionalização e reorganização da rede de sucursais no exterior, com redução também do pessoal. No Brasil passámos a ter as acções do Bradesco em directo na nossa carteira e portanto a InterAtlântico (IASA) que vinha do antigo Banco Boavista, que foi vendido ao Bradesco, ficou apenas com alguns activos imobiliários. Como o Banco de Portugal da um prazo para cedermos esta empresa, resolvamos cedê-la imediatamente ao Grupo Espírito Santo em valores económicos de mercado, e o Banco ficou directamente com as acções do Banco Boavista, que representam 3,25% do capital do Banco Bradesco.

O primeiro ano de actividade do BES Angola (BESA), foi positivo. Angola passou da guerra à paz, está a dar sinais de bom crescimento e de uma evolução favorável. Em Angola estamos a desempenhar um papel que considero válido dentro de uma dimensão por enquanto pequena com ênfase nos segmentos de particulares e de empresas. Vendámos no 1.º trimestre de 2002 a participação no Kredyt Bank da Polónia, o que gerou uma mais-valia de 18 milhões de euros. Falámos já do crédito vencido. Para terem uma ideia: a média do crédito vencido na Polónia é de 20%, em Portugal 2,13%.

Quanto ao *corporate governance*, o BES foi o primeiro Banco no mercado português a ter uma Comissão de Auditoria ao nível do conselho de administração que começou a actuar em Março de 2002. Criámos um sistema pioneiro em Portugal de controlo e divulgação de informação ao mercado, através de uma equipa de reporte periódico de informação financeira (Financial Reporting Team) e uma equipa de recolha e reporte de informação avulsa (*disclosure team*), um novo código de conduta, de acordo com as novas regras do mercado nacional e internacional. Finalmente, vejamos o comportamento das acções do BES. Não posso deixar de recordar as premissas do nosso aumento de capital de 2002. Foi com base nas cotações médias de 2001 e, portanto em Outubro, que se tomou por referência a cotação média do ano 15,4, para fazermos o aumento de capital, aprová-lo pelos senhores accionistas e depois pormos o mesmo em execução. O que foi feito em Fevereiro de 2002. Naquela altura tínhamos estabelecido um preço de subscrição de 11 euros. Tínhamos 200 milhões de acções. E um aumento de 100 milhões de acções, 50 milhões subscritas em dinheiro e pagas e 100 milhões por incorporação da reservas. O preço esperado, de acordo com a capitalização bolsista da altura era de 12,1 euros. Colocámos as acções à subscrição dos senhores accionistas a 11 euros, convencidos que tínhamos uma boa margem de segurança. Havia uma enorme incerteza. Recordo o 11 de Setembro de 2001. O valor pago de 11 euros representava 9% de desconto na altura, em relação ao preço esperado. A Bloomberg faz análises para reportar a Janeiro 2002 comparando com o PSI e com a *euro-stock* dos bancos. Em Janeiro de 2002, o preço de referência era de 11,52 euros, de acordo com a Bloomberg, e o aumento de capital ainda não tinha sido feito. Até Março houve uma subida tendo atingido o valor de 12,10 euros depois verificou-se a queda, até Setembro. Havia, então, o perigo eminente que todos no fundo pensavam, se iríamos ter uma repetição do 11 de Setembro com outra actuação terrorista. Esse espectro foi ultrapassado, e as acções voltaram a recuperar até Dezembro de 2002. Constatou-se a enorme solidez das acções do Banco, com índices de comportamento revelando que uma boa parte dos accionistas acreditava que as acções se iriam manter dentro de níveis razoáveis e que poderiam recuperar. Também de acordo com a Bloomberg fizemos um exercício de comparação em relação aos nossos concorrentes e não podemos deixar de referir que, numa análise feita de 1993 até 28 de Fevereiro de 2003 — para 1000

unidades investidas, todos os bancos comparados, BCP, BPI, comparado também com o índice do PSI e do *euromarket*, a valorização que as acções do Banco tiveram desde 1993, valorizando-se em média anual 13,5% se considerássemos o reinvestimento do dividendo de 16,8%.

No início, falei de ajustamentos em relação aos valores das nossas acções, porque nos índices muitos analistas esquecem-se que o aumento de capital não foi feito no início do ano e, quando o aumento de capital não é feito no início do ano, o efeito sobre o resultado não pode ser considerado como se tivesse sido feito nessa altura, foi feito em Fevereiro, 10 meses em 12 e porque tivemos 50 milhões de acções atribuídas graciosamente, e ajustámos os valores destes indicadores para efeito do cálculo do resultado por acção e também do cálculo do *price earning* por acção e isto é interessante porque se no *price earning*, sem ser ajustado, teríamos 16,85, no *price earning* ajustado 13,58 e, eu chamo a atenção para isto porque muitos analistas dizem que as acções do Banco Espírito Santo estão caras, baseadas no P/E ser muito elevado, mas deviam ir mais fundo e ver efectivamente as condições em que o aumento de capital foi feito. O P/E do BES ajustado comparado com os nossos concorrentes (bancos europeus), verificamos que a média europeia do P/E é cerca de 12, o nosso ajustado é de 13,6 e o P/B, a média europeia é de 1,8, que é a nossa, também ajustada. E se compararmos com os bancos espanhóis e com os bancos ingleses, reparem que o P/B dos bancos espanhóis é 2,1, contra 1,8 nosso e o P/E é 14 e o nosso é 13, 6 e no Reino Unido é 2,0 e 12,2. Portanto, não estamos de facto na realidade muito longe da média europeia.

A proposta de aplicação de resultados, como não poderia deixar de ser, é assente nos resultados do Banco Espírito Santo, estes foram 129 374 275 euros. Portanto, tivemos mais resultados nas participadas mas, ao Banco Espírito Santo que é o centro, reforçamos o nosso provisionamento.

Estamos a propor um aumento para os accionistas de 14,5% e para distribuição aos colaboradores de 15 250 000 euros e para os administradores 920 000 euros, para reserva legal 13 009 000 euros e para outras reservas de 14 milhões de euros. O *pay out* em relação ao consolidado, foi de 33,7%, melhorou ligeiramente relativamente ao ano anterior mas, em relação ao estatutário aumentou de 53,3% para 66,6%. Todos nós gostaríamos de receber mais dividendos mas, o momento é de grande contenção.

Para terminar, os nossos principais objectivos são: afirmação como Banco de referência líder na área dos afluentes, como Banco de aconselhamento em Portugal. O aprofundamento do controlo e racionalização dos custos, não crescermos mais em custos do que 1%, este ano.

Atingirmos um *cost to income* de 50% no final de 2003. Mantemos este objectiva, embora seja também um objectivo ambicioso. Em 2002, mantivemos o objectivo porque consideramos que devemos mostrar o nosso empenho de continuar a progredir e voltarmos a dar ao Banco uma rentabilidade superior à média europeia.

A conjuntura é muito difícil, vamos tentar de tudo para chegar a este nível. E 20% de quota de mercado em 2005 que é outro objectivo ambicioso nomeadamente numa conjuntura recessiva, mas para a qual não deixaremos de continuar a trabalhar.

Muito obrigado a todos».

O presidente da mesa agradeceu as palavras esclarecedoras do Dr. Ricardo Salgado e comunicou que estavam presentes ou representados accionistas titulares de 217 612 440 acções, correspondentes a 72,54% do capital social, totalizando 2 176 133 votos. Entrou-se, assim, na discussão dos três primeiros pontos da ordem de trabalhos relativamente aos quais existiam três propostas do conselho de administração do Banco, a saber:

A primeira relativa ao ponto 1.º, que foi lida e que se transcreve:

O conselho de administração do Banco Espírito Santo, S. A., vem submeter à apreciação e discussão dos accionistas o relatório de gestão e os documentos de prestação de contas do Banco Espírito Santo, S. A., referentes ao exercício de 2002, propondo:

1 — Que sejam aprovados esses relatório de gestão o documentos de prestação de contas do Banco Espírito Santo, S. A., referentes ao exercício de 2002;

2 — Que seja ratificada a decisão da comissão executiva do Banco Espírito Santo, S. A., de 3 de Abril do 2002, que determinou a diminuição da verba para distribuição aos administradores de 1 400 000 euros para 540 000 euros, reflectindo assim a redução do resultado do exercício para 2001, e a atribuição do remanescente de 359 400 euros aos colaboradores do Banco Espírito Santo, S. A., como prémio de desempenho, relativo àquele mesmo exercício.

Quanto ao ponto 2.º, a proposta de conselho de administração foi lida e transcreve-se:

O conselho de administração do Banco Espírito Santo, S. A., vem submeter à apreciação e discussão dos senhores accionistas o relatório consolidado de gestão e os documentos de prestação de contas consolidadas do Banco Espírito Santo, S. A., referentes ao exercício de 2002, propondo a sua aprovação.

E relativamente ao ponto 3.º, a proposta seguinte que também foi lida:

O conselho de administração do Banco Espírito Santo, S. A., propõe, nos termos e para os efeitos da alínea b) do artigo 376.º do Código das Sociedades Comerciais e de acordo com o respectivo relatório de gestão, que o resultado líquido da sociedade no valor de 129 374 275 euros, tenha a aplicação: para reserva legal: 13 000 000,00 de euros, para distribuição aos administradores: 920 000,00 euros, para distribuição aos colaboradores: 15 250 000,00 euros, para distribuição aos accionistas, 86 100 000,00 euros, para outras reservas 14 104 275,00 euros,

conforme, aliás, o Dr. Ricardo Salgado já tivera oportunidade de apresentar e explicar.

As três propostas foram colocadas à discussão dos accionistas tendo no entanto chegado à mesa outra proposta relativa ao ponto 3.º da ordem de trabalhos — distribuição de resultados — subscrita pelo accionista Dr. José Marques Rodrigues, que foi lida pelo secretário da mesa e se passa a transcrever:

Accionistas da instituição vêm pugnando, desde há muito, por uma mais justa e mais consentânea com o espírito da lei, afectação dos resultados para distribuição aos accionistas. A lei recomenda a atribuição de dividendos não inferior a 50% dos lucros do exercício, conforme explicitado no artigo 294.º do Código das Sociedades Comerciais. As remunerações dos administradores da sociedade têm, sempre, obtido aumentos na proporção dos lucros, por deliberação da assembleia geral na rubrica de remunerações variáveis. No presente exercício estão afectadas a essa rubrica de 541 milhares de euros a adicionar a remunerações fixas de 2338 milhares de euros. Acresce, a título de remunerações de administradores, a aquisição de acções a preço reduzido, por meio do SIBA, Sistemas de Incentivos Baseado em Acções. Por sua vez, administradores, colaboradores e trabalhadores em geral, sempre beneficiaram na subscrição de acções em aumentos de capital da sociedade. Alguns trabalhadores endividaram-se para corresponder ao estímulo de uma interessante participação no capital da empresa, apostando na retribuição em dividendos, esse investimento. Daí que, afectar a dividendos uma maior fatia dos resultados beneficia em geral: os administradores detentores de aproximadamente de 50% do capital; os colaboradores da instituição que têm vindo a adquirir acções em condições aliciantes; trabalhadores em geral estimulados, com condições interessantes, a participarem ao capital da empresa — os accionistas minoritários, isto é, todos os accionistas beneficiam. O *pay out ratio* proposto pela administração, 38,7%, igual ao do ano anterior, não tem paralelo em empresas nacionais e estrangeiras que normalmente cumprem a lei moral. A título de exemplo referimos: BCF 62 a 50%; BPI 44%; BBVA 92%; EDP 75%; Endesa 50% e Brisa 60%. Nesta conformidade proponho que o resultado líquido da sociedade, 129 374 375,00 euros, tenha a seguinte aplicação: para reserva legal, 13 milhões de euros, para distribuição a accionistas 105 milhões de euros, para outras reservas 11 374 275 euros, a que corresponde um dividendo de 0,35 euros/acção.

O presidente da mesa deu a palavra aos accionistas que a pediram. Tomou-a o Dr. Domingos de Sá para cumprimentar e felicitar o conselho de administração pelo aumento do resultado em relação a 2001 de 12,3%, considerando-o um tacto notável atendendo a que apenas dois Bancos privados tiveram resultados superiores a 2001. Reiterou toda a confiança no conselho de administração e desejou a todo o pessoal engenho e arte para suprir as dificuldades que envolvem o negócio bancário. De seguida, o accionista, Tenente Silva Pereira, pediu a palavra para felicitar também o conselho de administração pelos resultados do exercício e informar da proposta de criação das UDES — União para o Desenvolvimento Económico e Social.

E o accionista, Dr. Mário de Barras, no uso da palavra cumprimentou os presentes e salientou a extraordinária informação que os Comandante Ricciardi e Dr. Ricardo Salgado deram e que revela uma excelente colaboração de todos os administradores e das infra-estruturas. Referiu quer propusera em anteriores assembleias o envio de elementos informativos aos accionistas antes da sua realização, reite-

rou esse pedido propondo o envio, nos últimos seis a 10 dias antes da assembleia, para os accionistas que costumam comparecer, de um balanço individual do Banco Espírito Santo, além do consolidado, de cópias do anexo, das propostas e do parecer do revisor oficial de contas a fim de estar melhor preparado para intervir. Relativamente à cotação das acções do BES, considerou-a bastante favorável, tendo-se congratulado com este facto e felicitado o conselho de administração.

Sobre os aspectos do *corporate governance* recomendou a redução do número de membros do conselho de administração. Em relação à política de dividendos salientou que a proposta do accionista José Marques Rodrigues era maioritária nas considerações mas excessiva nos valores, porque o Banco destina para dividendos 50% dos resultados. No entender de accionista até há poucos anos, o principal interesse dos accionistas era o da apreciação das acções, mas hoje o único elemento de interesse para os investidores, ao médio e longo prazo é o do valor de dividendo que lhes é atribuído. Relativamente aos lucros do exercício só do Banco verificou-se uma quebra de 2001 para 2002 de 9,12%: 129 374 785,00 euros em 2002 contra 140 142 000,00 em 2001. Solicitou esclarecimentos à nota n.º 28-A do anexo onde se refere o valor de 607 604 euros que é muito superior ao lucro do exercício, à campanha «BES sabe» quanto custa e qual o rendimento que o Banco tem sobre ela, e em relação aos dividendos atribuídos de 86 milhões e 100 mil euros ou 0,287 por acção, cuja rentabilidade é de 2,296% sobre a última cotação de 12,50 euros, menos 13,6 do que a do ano anterior representando um prejuízo efectivo em face de uma inflação de 4%. Recomendou a alteração desta política.

De seguida o accionista Dr. Reinaldo Vasconcelos Gonçalves tomou a palavra para pedir esclarecimentos sobre o interesse em manter o valor nominal das acções em cinco euros porque o valor nominal de um euro em seu entender facilitaria a comparação das cotações; sobre o interesse na manutenção de 90 milhões de euros de acções de empresas nos activos como a FNAC Invest, declarada falida há bastante tempo, e a Matur sobre a qual foi feita uma OPA, porque não foram vendidas; e sobre a existência de perspectivas para 2003 quanto a dois pequenos Bancos, com participação do BES superior a 99%, o Espírito Santo Angola e o Espírito Santo do Oriente.

O presidente da mesa agradeceu as intervenções e perguntou se mais algum accionista desejava usar da palavra. Como nenhum a pediu passou-a ao presidente da comissão executiva, o qual agradeceu as felicitações dos accionistas tendo passado a responder às questões que foram postas. Assim, quanto ao projecto das UDES — Uniões para o Desenvolvimento Económico e Social, estas deveriam ter uma aceitação de princípio por parte do Estado porque se enquadra mais na organização administrativa do território, do que propriamente num projecto que pudesse ser lançado por qualquer grupo privado. Embora o BES possa estar aberto, se o Estado o entendesse, a analisar esses projectos. Que existem em Portugal, sociedades de desenvolvimento regional, sem impacto em termos económicos, o Banco tem participado em algumas e tem contribuído também para o desenvolvimento de projectos regionais a vários níveis com as autarquias e com as promoções no sentido do desenvolvimento regional.

Em relação à intervenção do Dr. Mário Barros, o presidente da comissão executiva lembrou que o Grupo BES é um grupo financeiro global composto por várias empresas e várias unidades, que têm de fechar contas e estas têm que ser consolidadas, e cada uma tem a sua auditoria. O espaço de tempo entre 31 de Dezembro e a assembleia é relativamente curto para enviar elementos de informação mais completos aos accionistas do que aqueles que actualmente já são remetidos. Tem sido feito um esforço considerável para se melhorar a divulgação dos elementos, e continuar-se-á a progredir nesse campo. Em relação ao *corporate governance* recordou que o BES foi o primeiro Banco a evoluir nesse sentido e que é uma das preocupações da administração. Em relação ao comentário sobre o excessivo número de administradores, o qual também outros accionistas já têm referido, a presidente da comissão executiva esclareceu que os administradores não executivos recebem apenas uma senha de presença de 1000 euros, por cada reunião do conselho de administração, e que se realizam apenas quatro por anos não sendo o número elevado de administradores que pesa nas contas de exploração e nos custos da administração do Banco Espírito Santo. Vários jornalistas económicos tem feito referências aos ordenados e aos níveis de compensações que a administração executiva do Banco tem, e comparativamente à dos outros Bancos, está abaixo dos mínimos das médias do sector. Mas, as regras da *corporate governance* exigem cada vez mais administradores com independência total em relação aos accionistas e o BES está a evoluir favoravelmente no sentido da *corporate governance* porque tem cada vez mais administradores independentes. O aumento do número de administradores na última assembleia de 29 para 31 foi exactamente

para enquadrar a admissão dos membros da comissão de auditoria que não interfere na gestão do Banco, a não ser velar pela boa execução dos procedimentos bancários e reportando a ela os auditores internos e os auditores externos. Salientou que, hoje, na regulamentação internacional os auditores externos já não podem ser admitidos ou demitidos se não pela comissão de auditoria. Os administradores que estão relacionados com os accionistas são muito importantes para o Banco que poderá beneficiar de um conselho, de uma informação, de um conjunto de elementos sobretudo em momentos particularmente difíceis como este em que vivemos. O BES tem também administradores estrangeiros: franceses representantes do Crédit Agricole, que não são independentes, e também um americano que foi um antigo vice-presidente do Morgan que trabalha com o Banco há muitos anos e que é membro do conselho de Administração, não executivo, embora, exerça funções executivas noutras instituições do Grupo. O facto de podermos beneficiar do conselho dessas pessoas é muito importante para o Banco.

Em relação à observação do accionista relativa à nota n.º 28-A, o Dr. Ricardo Salgado esclareceu que tinha a ver com as emissões de obrigações de cupão zero que são normalmente concretizadas a prazos de maturidade muito largos, no caso concreto, de 27 anos. O Banco de Portugal obriga a contabilizar essas obrigações com o encargo total futuro, pelo que está registado no passivo a emissão das obrigações pelo valor do vencimento para 2027. Com os juros desses anos todos. O valor do capital entra em caixa e o valor dos juros entra numa conta de regularização do activo. Assim, o BES é obrigado a colocar no seu Balanço a totalidade das suas responsabilidades de uma forma proposta pelo Banco de Portugal em relação a responsabilidades vincendas.

Em relação ao Dr. Reinaldo Vasconcelos Gonçalves, o presidente da comissão executiva esclareceu que as acções dos outros Bancos estão com o valor nominal de um euro. Mas, porque o BES está cotado em Nova Iorque onde existe a regra de que as acções que se aproximam de um valor nominal muito baixo, não são consideradas para efeitos dos investidores institucionais. Não se viu uma grande bondade para que as acções fossem desdobradas por esse princípio. Atendendo às circunstâncias do mercado de capitais concluiu que não fora mau o Banco ter mantido as suas acções de cinco euros não se tendo visto vantagem na desvalorização das acções para um euro.

O Dr. Ricardo Salgado confirmou o registo de algumas participações no Balanço que estão totalmente provisionadas. Estão lá apenas por registo, não tendo qualquer valor económico.

Em relação às duas pequenas unidades do Banco Espírito Santo em Angola e no Oriente esclareceu que a razão de ser do BES Angola, é o facto de este país representar um potencial de progresso económico extraordinário, com todas as condições para ser um país riquíssimo e onde tem havido uma evolução política com aspectos positivos. O Banco tem muitos clientes que trabalham em Angola e os investimentos estão a aumentar. Essa é a razão de ser da presença do BES que está a beneficiar de algumas operações conhecidas ou relacionadas com Angola e que permitem também dar rentabilidade ao Banco.

Em relação ao Banco Espírito Santo do Oriente, fundado há já alguns anos com uma perspectiva de relacionamento mais estreito com a China cujo desenvolvimento viria a acontecer. Consta-se que a China é o país que mais cresce hoje no mundo, em termos económicos com uma taxa de crescimento da ordem dos 8%. A China exporta mais para os Estados Unidos que o Japão e está a conquistar mercados no sudoeste asiático, de uma forma extraordinária. Há ideia de reforçar a equipa do BES Oriente para se tentar beneficiar desse desenvolvimento que se pode projectar em relação ao futuro.

Quanto à sugestão do Dr. Mário Barros de se rever o critério da distribuição de dividendos, o Dr. Ricardo Salgado comentou-a dizendo que só podiam distribuir os dividendos pelo Banco Espírito Santo sozinho, não pelo resultado consolidado. Que o *pay out* em função do resultado consolidado não serve para efeitos de base de raciocínio. Só o *pay out* do BES é que conta. E que estava a distribuir 66%.

O Dr. Ricardo Salgado concluiu pedindo a compreensão dos accionistas para a situação económica envolvente que requer prudência traduzida na política de provisionamento e de reservas no BES o qual, no entanto, atende aos accionistas como não poderia deixar de ser. Aliás, quer o Crédit Agricole, quer o Grupo Espírito Santo são accionistas e estão representados da Comissão Executiva, estão interessados em receber dividendos. O BES distribuiu aos accionistas 50 milhões de acções por incorporação de reservas, que têm o dividendo igual ao das outras acções. O total distribuído é 14,5% acima do montante do ano passado. O aumento do dividendo é superior ao aumento do resultado. O resultado cresceu 123% o dividendo cresceu 14,5%.

Nesse momento o accionista Dr. José Marques Henriques, pediu a palavra. Dado que a discussão já estava encerrada, o presidente da

mesa concedeu-lha para uma intervenção breve tende o mesmo referido que no relatório da administração sobre a política de distribuição de dividendos diz-se que o Banco procura distribuir aos seus accionistas dividendos representando, pelo menos, 50% do resultado líquido individual.

No entanto tal intenção está dependente da evolução das condições financeiras e dos resultados do BES e de outros factores que o conselho de administração considere relevantes. Assim, segundo o accionista não se estaria nos 66% de *pay out ratio*, mas nos 38,7 e já que a intenção da administração era de procurar que pelo menos 50% sejam distribuídos aos accionistas com a proposta que subscreveria estava exactamente a procurar que o conselho de administração caminhasse nesse sentido e que a assembleia também ajude a essa caminhada.

O presidente da mesa perguntou se havia mais algum accionista que desejasse usar da palavra, como ninguém se manifestasse, considerou encerrada a discussão e passou à votação das três propostas as quais foram novamente lidas pelo Dr. José Jácome, secretário da mesa.

Sobre o ponto 1.º da ordem de trabalhos — deliberar sobre o relatório de gestão, o balanço e os restantes documentos de prestação de contas relativos ao exercício de 2002 — o presidente da mesa colocou à votação a proposta do conselho de administração atrás transcrita e que havia sido lida de novo, tendo a mesma sido aprovada por maioria de 2 175 761 votos a favor com 372 abstenções num total de 2 176 133 votos.

Passando ao ponto 2.º da ordem de trabalhos — deliberar sobre o relatório consolidado de gestão, o balanço consolidado e os restantes documentos de demonstração de resultados consolidados, relativos ao exercício de 2002 — o presidente da mesa colocou à votação a proposta do conselho de administração acima transcrita e que havia sido lida de novo, tendo a mesma sido aprovada por maioria de 2 175 688 votos com 445 abstenções num total de 2 176 133 votos.

Passou-se então ao ponto 3.º da ordem de trabalhos — deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados — relativamente ao qual havia duas propostas: a proposta do conselho de administração quanto à aplicação de resultados, que é a seguinte:

Para reserva legal	13 000 000,00
Para distribuição aos administradores	920 000,00
Para distribuição aos colaboradores	15 250 000,00
Para distribuição aos accionistas	86 100 000,00
Para outras reservas	14 104 275,00
	<u>129 374 275,00</u>

e a proposta apresentada pelo accionista José Marques Rodrigues que já havia sido lida e se encontra transcrita atrás:

Para reserva legal	13 000 000,00
Para distribuição aos accionistas	105 000 000,00
Para outras reservas	11 374 275,00
	<u>129 374 275,00</u>

As duas propostas foram postas à votação em alternativa, tendo o presidente da mesa esclarecido que a diferença entre elas é essencialmente a distribuição de dividendos. Foi aprovada por maioria de 2 175 824 votos a favor com 73 votos contra e 236 abstenções num total de 2 176 133 votos a proposta apresentada pelo conselho de administração do Banco, tendo consequentemente a assembleia deliberado que o resultado líquido da sociedade, no valor de 129 374 275,00 euros, tenha a aplicação:

Para reserva legal	13 000 000,00
Para distribuição aos administradores	920 000,00
Para distribuição aos colaboradores	15 250 000,00
Para distribuição aos accionistas	86 100 000,00
Para outras reservas	14 104 275,00
	<u>129 374 275,00</u>

Entrou-se no ponto 4 da ordem de trabalhos — proceder a apreciação geral da administração e fiscalização do Banco.

O presidente da mesa informou os accionistas que havia sido comunicado ao mercado que o administrador do Banco, Eng. Manuel Serzedelo de Almeida, constante dos documentos de prestação de contas como tendo o seu mandato suspenso, renunciara ao mesmo.

Sobre este ponto 4.º, existia uma proposta do conselho de administração da accionista Bespar — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A., que o Dr. José Jácome leu e que se transcreve:

Considerando os resultados atingidos pelo Banco Espírito Santo, S. A., no exercício de 2002, os quais excederam as expectativas mais optimistas dos analistas, do mercado, nomeadamente, quanto ao resultado líquido do exercício que cresceu 12,3%, o que traduz o maior aumento entre os grupos privados nacionais; considerando que para este resultado contribuíram, inquestionavelmente, rigorosas medidas de contenção de custos e de racionalização de recursos humanos, tendo as mesmas, ultrapassado os objectivos a que se propunham; considerando ainda, que em resultado daquelas medidas de gestão, e numa conjuntura muito difícil, o Banco Espírito Santo, S. A., continuou a crescer de forma equilibrada, apresentando confortáveis níveis de solvabilidade; considerando, por último, que tais resultados só foram possíveis alcançar com o empenhamento e profunda dedicação de todos os responsáveis pela definição e implementação das orientações estratégicas do Banco Espírito Santo, S. A.; a accionista Bespar — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A., vem propor que seja aprovado um voto de louvor confiança e profunda congratulação ao conselho de administração e ao conselho fiscal do Banco Espírito Santo, S. A., e a cada um dos respectivos membros.

A proposta foi posta à discussão tendo pedido a palavra vários accionistas. O accionista Tenente Silva Pereira para propor uma aclamação pelo excelente trabalho do conselho de administração; o accionista Dr. José Marques Rodrigues para apresentar uma declaração de voto como segue: «O meu voto contra, negando mérito à administração e à fiscalização da sociedade é preventivo por me parecer que não está, ainda, bem demonstrada a licitude de operações denunciadas por vários accionistas a que implicam, pelo menos, um membro do conselho de administração. Além disso, configurava-se-me haver ilicitude na aquisição de acções de BES pelo sistema de incentivos baseados em acções por parte de alguns administradores, o que constitui uma forma de remuneração, quando foi deliberado que não aufeririam qualquer remuneração. Também não é meritoso que a gestão do BES seja conduzida por 31 administradores quando empresas como o BCP tem 9, BBVA 15, EDP 11 e Endesa 15. E, permita-se-me referir que é redundantemente caricato se não ridículo, que a Bespar proponha auto elogiar membros do conselho de administração do BES na medida em que são, também, membros da gestão Bespar.»

O accionista Dr. Domingos de Sá disse que, sendo um accionista antigo do BES, uma das coisas que o tem impressionado, e para bem, é que o conselho de administração responde sempre com uma clareza formidável a todas as questões que são postas. Ainda então havia verificado isso mesmo, o Dr. Ricardo Salgado explicou tudo e bem. Nem era necessário a proposta da Bespar para os accionistas que lá estavam aprovarem um voto de louvor ao conselho de administração porque realmente havia feito um bom trabalho. Que estava absolutamente de acordo com a proposta da Bespar e que propunha também um voto de louvor ao conselho de administração.

Como mais nenhum accionista desejasse usar da palavra, o presidente da mesa considerou a discussão encerrada, referindo no entanto que o SIBA nada tinha de ilegal dado que fora aprovado em assembleia geral e é do conhecimento da entidade de supervisão. Por outro lado, tendo sido levantadas calúnias, sem que tivessem sido indicados factos concretos substanciados, agradecia que ou fossem referidos esses factos concretos substanciados ou não fossem feitas determinadas tipos de referências que caem mal a quem as faz. Por consequência, passar-se-ia à votação.

No entanto, o accionista Dr. José Marques Rodrigues pediu a palavra para protestar porque não referira que o SIBA era ilegal e dizer que na assembleia de há um ano atrás, tinha sido aprovada uma proposta do seguinte teor: «Sejam eleitos para o conselho de administração do Banco Espírito Santo, sem auferirem qualquer remuneração, até ao final do quadriénio de 2000-2003, preenchendo-se assim os novos lugares com os Dr. Mário Martins Adegas» e este adquiriu 18 664 acções, exactamente pelo sistema SIBA, uma forma de remuneração. No entender do accionista havia sido deliberado na assembleia anterior que o Dr. Mário Martins Adegas não teria qualquer remuneração no quadriénio e no entanto auferiu uma remuneração, além de um outro administrador que está nas mesmas condições, o Dr. Ricardo Abecassis Espírito Santo Silva que adquiriu por esse sistema 18 665 acções.

O presidente da comissão executiva pediu a palavra para esclarecer o erro do accionista. Na verdade, o Dr. Mário Martins Adegas faz parte da comissão de auditoria e como membro dessa comissão tem

que ter uma independência de facto em relação à posição accionista, mas antes havia sido colaborador do Banco Espírito Santo e do BIC como membro do conselho de administração, tendo beneficiado anteriormente de acções SIBA.

Em relação ao Dr. Ricardo Abecassis Espírito Santo, beneficiava do SIBA por ser o responsável executivo número um do Banco no Brasil e o SIBA ter sido implementado para ser distribuído a todos aqueles que colaboram no Grupo BES, seja em Portugal, seja em qualquer parte do mundo.

Depois de o presidente da mesa ter sublinhado que o Dr. Mário Martins Adegas era um muito respeitado gestor bancário que, quando se reformou da primeira vez do Banco, fora objecto de voto de louvor, o mesmo verificando-a relativamente ao Dr. Ricardo Abecassis Espírito Santo, por via das funções que exerce ao Brasil, passou-se à votação, tendo o Secretário da Mesa voltado a ler a proposta da accionista Bespar, a qual foi aprovada por maioria de 2 175 886 votos a favor com 43 votos contra e 204 abstenções num total de 2 176 433 votos. A aprovação da proposta foi sublinhada com uma salva de palmas.

Nesse momento pediu a palavra o presidente do conselho fiscal para recordar e lamentar o desaparecimento do querido amigo Rui Barros Costa, que fora membro do conselho fiscal do Banco e tanto e tão bem o servira, e ainda para saudar cordialmente o ex-colega César Gonçalves, companheiro dos últimos dez anos. Expressou a grande satisfação por ter ao seu lado a Dr.ª Inês Viegas e o Dr. José Lopes Raimundo, que, trouxeram sangue novo e grande experiência ao conselho fiscal.

Disse ainda que não sendo seu hábito fazer apreciações qualitativas de quem quer que seja, deslava felicitar o conselho de administração do Banco Espírito Santo e a comissão executiva no seu todo o seu presidente Dr. Ricardo Salgado, em particular, pela lucidez com que conduz os destinos do Banco nestes momentos atribulados e repletos de incertezas.

Finalmente, passou-se ao ponto 5 — deliberar sobre a manutenção da relação de grupo relativamente às sociedades em que o Banco detém a totalidade do respectivo capital social, nos termos e para os efeitos da alínea c) do n.º 2 do artigo 489.º do Código das Sociedades Comerciais.

O presidente da mesa esclareceu os accionistas que, por imposição da lei quando o Banco adquire a totalidade do capital social de outra sociedade a manutenção desta relação tem que ser apreciada pela assembleia geral, o que ia ser feito de acordo com a proposta do conselho de administração, que o secretário da mesa leu e que se transcreve:

Nos termos e para os efeitos da alínea c) do n.º 2 do artigo 489.º do Código das Sociedades Comerciais, o conselho de administração do Banco propõe que, relativamente às sociedades abaixo indicadas, o Banco mantenha a relação de grupo actualmente existente:

Sociedades participadas directamente pelo BES em 100%:

ES Concessões, SGPS, S. A.;
BES Internacional SGPS, S. A.

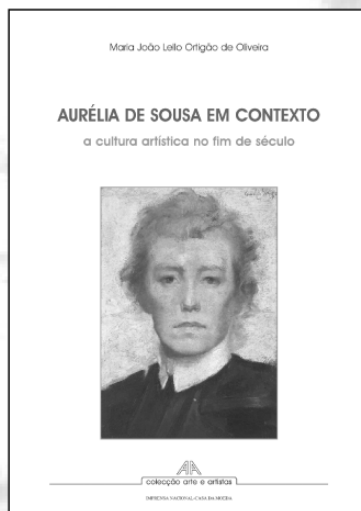
A proposta foi posta à discussão. Como nenhum dos accionistas desejasse usar da palavra, o presidente da mesa pô-la à votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, e ninguém mais tendo querido usar da palavra, o presidente da mesa deu a reunião por encerrada pelas 13 horas e 30 minutos, dela se tendo lavrado a presente acta, que vai ser assinada pelos membros da mesa e pelo secretário da sociedade.

A Mesa da Assembleia Geral: *Carlos Fernando Olavo Corrêa de Azevedo*, presidente — *Eugénio Fernando de Jesus Quintais Lopes*, vice-presidente — *José Jácome da Costa Marques Henriques*, secretário.
2002459215

AURÉLIA DE SOUSA EM CONTEXTO

a cultura artística no fim de século



MARIA JOÃO LELLO ORTIGÃO DE OLIVEIRA